ISSN Eletrônico: 2674-5755
ISSN Impresso: 2674-5739

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

ANO I - VOLUME I - Nº 2

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship



Dossiê Temático

"Ordenamentos jurídicos, monismos e pluralismos: O Direito Achado na Rua e as possibilidades de práticas jurídicas emancipadoras"

REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

MAIO A SETEMBRO - 2019

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Editor responsável por esta edição:

Alberto Carvalho Amaral

ISSN Eletrônico: 2674-5755
ISSN Impresso: 2674-5739

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship	Brasília	v.1	n.2	p. 1-213	maio a setembro	2019

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal/ Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal

vol. 1, n. 2 (maio - setembro 2019). Brasília: Defensoria Pública do Distrito Federal, 2019.
ISSN Eletrônico: 2674-5755
ISSN Impresso: 2674-5739
Semestral.
Disponível também online: http://revista.defensoria.df.gov.br
1. Direito. 2. Assistência Jurídica, periódico. 3. Defensoria Pública, Brasil. Escola de Assistência Jurídica

CDDir 340.0581

Ficha catalográfica elaborada pela Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Defensoria Pública do Distrito Federal

Defensora Pública-Geral

Maria José Silva Souza de Nápolis

Subdefensores Públicos-Gerais

Danniel Vargas de Siqueira Campos e João Carneiro Aires

Corregedor-Geral

João Marcelo Mendes Feitoza

Ouvidoria-Externa

Patrícia Pereira de Almeida

Conselho Superior

Rita de Castro Hermes Meira Lima - 1ª Categoria

Alexandre Gianni Dutra Ribeiro - Categoria Especial

Clayton Ribeiro de Souza - 2ª Categoria

João Marcelo Mendes Feitosa - Categoria Especial

Brunna Lucy de Souza Santos - 2ª Categoria

Carlos André Bindá Praxedes - Categoria Especial (suplente)

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal
Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Coordenação e distribuição
Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal (Easjur)
Endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi Esplanada Bussiness, térreo
70.711-070 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3318-0287
Site: http://revista.defensoria.df.gov.br/revista
E-mail: escoladpdf@gmail.com
Diretor: Evenin Eustáquio de Ávila

Conselho Editorial
Antônio Carlos Fontes Cintra, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.
Bianca Cobucci, Defensora Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.
Fernando Henrique Lopes Honorato, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.
Ramiro Nóbrega Sant'Ana, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.
Reinaldo Rossano Alves, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Conselho Consultivo
Alexandre Bernardino Costa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.
Bruno Amaral Machado, Centro Universitário de Brasília, Brasília-DF, Brasil.
Carlos Sávio Gomes Teixeira, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.
Daniel Pires Novais Dias, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP, Brasil.
David Sanchez Rubio, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha.
Gabriel Ignacio Anitua Marsan, Universidad Buenos Aires, Argentina.
Jose Geraldo de Sousa Junior, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.
Lourdes Maria Bandeira, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Editor-chefe
Alberto Carvalho Amaral, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Equipe Técnica
Rebeca Neves Alves, Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Revisão
Janaína Cordeiro de Morais Santos, Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Layout da Capa e Diagramação
Robson Lenin Evangelista Carvalho, Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Acesso aberto e gratuito – Matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores –
Citação parcial permitida com referência à fonte.

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)
Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

Sumário

Apresentação 10

Artigos Dossiê Temático 19

Os 30 anos do humanismo dialético de O Direito Achado na Rua: contemporaneidade, desafios e perspectivas 20
Thirty years of dialectical humanism of The Law Found on the Street: contemporaneity, challenges and perspectives
(Eduardo Xavier Lemos, Lenilda Perpétuo, Andréa Brasil Teixeira Martins, Gustavo Linhares, Juliana Pedrosa, Wilson Ferreira Bandeira, Tiago Benício Trentini)

O Direito Achado na Rua e o Direito Agrário: uma revisão crítica 57
The right found in the street and agrarian law: A critical review
(Mirna Silva Oliveira, Vitor Sousa Freitas)

Novas perspectivas do direito à saúde no Brasil sob o olhar de O Direito Achado na Rua 81
New perspectives on the right of health in Brazil under the outlook of 'The Law Found on the Streets
(Raquel Aparecida Rodrigues Feliciano Lopes, Renata Filgueira Costa)

A teoria crítica do direito das mulheres e as novas perspectivas da segunda década do século XXI: desafios postos para a abordagem crítica situada no âmbito das lutas por direitos humanos em O Direito Achado na Rua 111
Women's rights critical theory and the new perspectives in the second decade of the 21st century: challenges to a critical approach aimed at the struggles for human rights in The Law Found on the streets
(Alberto Carvalho Amaral, Andrea Ripp, Michelle Cristina Farias)

Resenhas e Ensaios 137

Um "tribunal achado na rua": seria possível? Seria útil? Ou não passa de uma quimera? 138
A "Court found on the street": would it be possible? Would it be useful? Or is it just a chimera?
(Gabriela Jardon Guimarães de Farias)

O Direito Achado na Rua: uma resenha dos 30 anos de contribuição crítica e prática ao Direito 144
The Law found on the street: a review of the thirty years of critical and practical contribution to law
(Murilo Oliveira Souza)

Sobre os Autores 153

Regras para envio de textos 157

***Author Guidelines*..... 160**

Contents

Presentation **10**

Articles Thematic Dossier **19**

Thirty years of dialectical humanism of The Law Found on the Street: contemporaneity, challenges and perspectives **20**
(Eduardo Xavier Lemos, Lenilda Perpétuo, Andréa Brasil Teixeira Martins, Gustavo Linhares, Juliana Pedrosa, Wilson Ferreira Bandeira, Tiago Benício Trentini)

The right found in the street and agrarian law: A critical review **57**
(Mirna Silva Oliveira, Vitor Sousa Freitas)

New perspectives on the right of health in Brazil under the outlook of 'The Law Found on the Streets **81**
(Raquel Aparecida Rodrigues Feliciano Lopes, Renata Filgueira Costa)

Women's rights critical theory and the new perspectives in the second decade of the 21st century: challenges to a critical approach aimed at the struggles for human rights in The Law Found on the streets **111**
(Alberto Carvalho Amaral, Andrea Ripp, Michelle Cristina Farias)

Reviews and Essays **137**

A "Court found on the street": would it be possible? Would it be useful? Or is it just a chimera? **138**
(Gabriela Jardon Guimarães de Farias)

The Law found on the street: a review of the thirty years of critical and practical contribution to law **144**
(Murilo Oliveira Souza)

Apresentação

O Direito Achado na Rua: possibilidades de diálogo com a Defensoria Pública e de intervenções em benefício de grupos sociais vulnerabilizados

The Law found on the Street: possibilities for a dialogue with the Public Defensorship and interventions for the benefit of vulnerable social groups

José Geraldo de Sousa Júnior[1]
Nair Heloísa Bicalho de Sousa[2]
Alberto Carvalho Amaral[3]
Talita Tatiana Dias Rampin[4]

> A lei sempre emana do Estado e permanece, em última análise, ligada à classe dominante, pois o Estado, como sistema de órgãos que regem a sociedade politicamente organizada, fica sob o controle daqueles que comandam o processo econômico, na qualidade de proprietários dos meios de produção. Embora as leis apresentem contradições que não nos permitem rejeitá-las sem exame, como pura expressão dos interesses daquela classe, também não se pode afirmar, ingênua ou manhosamente, que toda legislação seja direito autêntico, legítimo e indiscutível. Nesta última alternativa, nós nos deixaríamos embrulhar nos "pacotes" legislativos, ditados pela simples conveniência do poder em exercício. A legislação abrange, sempre, em maior ou menor grau, Direito e Antidireito: isto é, Direito propriamente dito, reto e correto, e negação do Direito, entortado pelos interesses classísticos e caprichos continuístas do poder estabelecido (LYRA FILHO, 1982).

No ano em que são celebrados os 30 anos do projeto O Direito Achado na Rua, a Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, dentro de sua proposta de veiculações periódicas, com temáticas interdisciplinares, tem a honra de publicar seus segundo e terceiro números em parceria com o grupo de pesquisa "O Direito

[1] Professor titular da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam/UnB). Ex-diretor da Faculdade de Direito (1999-2003) e ex-reitor da Universidade de Brasília (2008-2012). Coordenador do Projeto O Direito Achado na Rua

[2] Coordenadora do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos (NEP/Ceam) e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB.

[3] Defensor público do Distrito Federal (DPDF). Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito (UniCEUB). Idealizador do projeto "Defensoras e Defensores Populares" da DPDF. Pesquisador de "O Direito Achado na Rua". Editor-chefe da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal.

[4] Professora adjunta e coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da UnB. Doutora em Direito. Coordenadora dos projetos de extensão "Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direito e Cidadania – Promotoras Legais Populares (PLP)" (Siex 60799) e "Defensoras e Defensores Populares: capacitação de lideranças comunitárias em direitos e direitos humanos" (Siex 61838). Pesquisadora de "O Direito Achado na Rua".

Achado na Rua", da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Neste número, que versa sobre "Ordenamentos jurídicos, monismos e pluralismos: O Direito Achado na Rua e as possibilidades de práticas jurídicas emancipadoras", recebemos diversos textos que tocaram temáticas atinentes ao pluralismo jurídico, com especial ênfase nos desdobramentos que essa visão crítica oferta ao cenário jurídico tradicional e fincado em viéses positivistas. Esses artigos, que guardam uma dissonância em face do sistema hegemônico e que se aventuram a discutir as políticas que direcionam a conformação e a própria atuação do sistema judicial em prol de grupos vulnerabilizados, refletem caminhos e discussões para os próximos momentos dessa perspectiva emancipadora do Direito.

As práticas judiciais são informadas e (retro)alimentam um sistema jurídico que assenta no Estado a primazia pela confecção, intelecção e conformação do ordenamento jurídico. O monismo estatal, representado pelo positivismo jurídico, confere uma visão de mundo jurídico que definirá suas práticas a partir da legitimidade do Estado, que determina o direito hegemônico e, assim, o fazer jurídico que delimita condutas aceitáveis em uma determinada sociedade. O caráter hegemônico do positivismo jurídico, porém, não obsta que visões outras do Direito surjam e venham a tensionar, a partir da realidade, dos dilemas e dos limites do positivismo jurídico, as possibilidades de construção do Direito, seus pressupostos e suas finalidades.

Ao lado de relevantes propostas tupiniquins, como o Direito Alternativo e o Direito Insurgente, O Direito Achado na Rua vindica um pluralismo jurídico que legitime formas outras de reconhecimento das expressões populares imanentes dos encontros e das vidas que se inter-relacionam, na construção de formas mais justas de convivências, em lutas diárias para assentar o mínimo essencial para se viver adequadamente, sem (tantas) opressões. Esse traço, aliás, seria o ponto de congruência das propostas de Direito não-hegemônicas que exsurgem no cenário nacional:

> Aqui o pluralismo se fez alternativo, insurgente, achado na rua, pleiteando contra os favores próprios ao sistema patriarcal, censitário, embranquecido, *otro derecho* apto a reconhecer os espaços políticos de formação de novas sociabilidades, do protagonismo de novos sujeitos, coletivos, inscritos nos movimentos sociais, reivindicando e afirmando de modo instituinte direitos novos e ampliação da mediação democrático-participativas e levando a um registro expansivo de um rol sem limites de novas categorias jurídicas, porque os direitos não são quantidades que se estocam em prateleiras legislativas, são relações que nunca se esgotam e que traduzem a materialização do humano que se realiza na história no experimento da política (*zoon politkon*) (SOUSA JÚNIOR, 1993).

Nesse contexto, posiciona-se O Direito Achado na Rua, formulação de José Geraldo de Sousa Junior a partir do humanismo dialético de Roberto Lyra Filho, no marco teórico da Nova Escola Jurídica Brasileira (Nair), que é inserida "na conjuntura de luta social e de crítica teórica, como pensamento alternativo, heterodoxo e não conformista, voltado para a formulação de uma concepção jurídica de transformação social" (SOUSA JÚNIOR, 1993, p. 7-8). Essa Escola é, desde seu nascedouro, voltada para repelir "as contrafações ideológicas encadernadas e enlatadas, que desfibrilam as massas, impedem a autodeterminação popular, descaracterizam nosso idioma, estilo e maneira de ser" (LYRA FILHO, 1982, p. 13), nesse humanismo dialético que ilumina a luta pelo Direito.

Situado no pluralismo jurídico crítico, que utiliza a metáfora da "rua" como local para o reconhecimento da pluralidade de direitos possíveis, ao vislumbrar a participação das pessoas na vida e na sociedade, nos movimentos sociais que clamam por justiça e que, na luta por uma sociedade menos desigual, veiculam a possibilidade de um Direito emancipador, como legítima organização social da realidade. A "rua", nesse contexto, é "o lugar simbólico do acontecimento, do protesto, do gesto paradigmático que, como divisa Marshal Berman, 'transforma a multidão de solitários urbanos em povo e reivindica a rua da cidade para a vida humana'" (SOUSA JÚNIOR, 1993, p. 8).

O local da vida, dos encontros e desencontros, é a sociedade viva, aquela que não se resume e não pode ser enquadrada em um contexto rígido e fechado, e o Direito deve se voltar para ela, não para fomentar uma situação desigual, estereotipando um modelo contrafeito, mas para fazer ressoar as vozes das margens até o centro. Como acentuou, com propriedade, Roberto Aguiar, aquilo que permanecerá nas fundações teóricas de O Direito Achado na Rua:

> A leitura dessa expressão forte desloca para a sociedade concreta, desigual e contraditória, o olhar do jurista, forçando-o a se situar no interior dessas contradições, retirando a possibilidade epistemológica da neutralidade ser o selo da conduta dos doutrinadores e dos operadores do Direito. O Direito passa a ser o *locus* onde as contradições, as lutas, os jogos, os debates e as conquistas se dão. Ele sai da condição de corpo normativo, conservado criogenicamente, para se tornar vivo, comprometido, ideológico, simbólico e conforme as preocupações mais atualizadas da filosofia, da ciência em geral e das ciências sociais em particular. O ser humano concreto, de carne, sangue e sonho toma o lugar da parte, do requerente, do réu (AGUIAR, 1993, p. 51).

O Direito iluminado pela participação popular e por objetivos voltados para a emancipação e difusão de uma cultura jurídica de inclusão e de respeito será difuso e refletirá por diversas temáticas. Dentre as grandes contribuições de O Direito Achado na Rua, não houve receios ao propor discorrer sobre e questionar o sistema jurídico posto, as relações e dificuldades travadas no campo, a recente e ainda combalida transição democrática, os dilemas vivenciados por mulheres e por grupos vulnerabilizados ao acessar direitos básicos e essenciais como a saúde, o direito de viver livre de violência doméstica e familiar, e o próprio direito de vivenciar as cidades. No âmbito das discussões das diversas abordagens e linguagens jurídicas, assumem ênfase, também, as complexidades relacionadas ao direito do trabalho, nas quais as imersões teóricas de O Direito Achado na Rua também foram relevantes. A própria

> questão do sujeito plural coloca em discussão o papel da classe no campo do conflito na sociedade contemporânea. A emergência de novos sujeitos no cenário político e social destas sociedades torna-se um ponto de partida, uma vez que o mundo do trabalho já não se coloca como o único na questão conflito social, porém, aparece como um dos espaços políticos da ação coletiva (CASTORIADIS, 1985; MELUCCI, 1989) (SOUSA, 1993, p. 54).

Como temática sempre presente e que é, por certo, o foco principal dos dilemas e dificuldades para grande parcela populacional que vive à margem dos avanços culturais, residem os complexos desafios para o acesso e a democratização da justiça, que podem ser enfrentados a partir de um Direito crítico e de uma abordagem humana não hierarquizadas, como pretendem O Direito Achado na Rua e a própria Defensoria Pública do Distrito Federal. A aposta na democratização da sociedade e da justiça, com participação popular, como uma tônica em elevação, pode ser uma estratégia adequada para os cenários que se postam no horizonte societário atual:

> Uma forte consideração nesse tema e, sobre ele, registros e reflexões que estão contidas em trabalhos nos quais as aproximações desde O Direito Achado na Rua, sua concepção e prática vêm acumulando, sempre pensando um modo alargado de concepção do tema que leve em conta exatamente confrontar e superar esses obstáculos. O pressuposto para tal é apostar na democratização da sociedade e da justiça, abrindo-as à crescente participação da cidadania de modo a reduzir as barreiras econômicas, institucionais e sociais por meio de reconhecimento de sujeitos coletivos e de protagonismos que desindividualizem as demandas, pela afirmação das dimensões políticas que ordenam os conflitos mais agudos em nossa sociedade. Esse é um modo para deslocar a questão dos entraves burocráticos que pedem medidas modernizadoras – novos códigos, mais agentes, novos procedimentos – quando a questão é o questionamento da Justiça a que se tem acesso e o modo democrático de ampliar esse acesso (SOUSA JÚNIOR; RAMPIN; AMARAL, 2019, p. 753).

Não se trata de um embate singelo ou que não terá repercussões inúmeras. Discutir o sistema judicial e como é realizada a produção do Direito hegemônico, que se pauta por elementos formais, hierárquicos e que desenvolve práticas de alijamento dos povos e de suas demandas, envolve rediscutir opções político-institucionais, benefícios e privilégios, corporações e instituições, enfim, uma ampla análise que não se limita à mera procedimentalização de ações e que se volta para o Direito que é ofertado diariamente. É uma discussão de poder. O Direito que legitima presídios superlotados, em que cerca de 1/3 ou 1/4 de encarcerados não possui sentença definitiva, em razão de prisões provisórias que se arrastam no tempo, e que o grande populacional carcerário responde por delitos com viéses e objetivos patrimoniais. É o Direito que esbarra em previsões protetivas para consumidores, mas que, na prática judicial, pouco ou quase nada assegura em face das ilicitudes cotidianas. Um Direito que não consegue ser efetivo para fazer cessar a sangria nos campos, espaços de disputa selvagem, ou que não se faz presente para diminuir os altos números de violência contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar. As ilustrações sobre a inefetividade do Direito, quando discutidos no cerne de populações em situação de vulnerabilidade, são inúmeras. Isso não obsta, porém, que seja instrumento benéfico e de possível diminuição de desigualdades.

Não podemos desistir de lutar pelo Direito, em virtude de seu potencial emancipador, da viabilidade de se buscar dias melhores pela concretização e ampliação das garantias fundamentais em prol de hipossuficientes. “Falar de Direitos Humanos é apontar limites, mas também possibilidades” (GERALDES et al., 2016, p. 20), axioma que, guardadas as proporções, também pode ser aqui aplicado. Essa é polissemia do Direito, que precisa ser considerada, especialmente diante da disputa ínsita em sua definição e na autoridade de quem pode dizer o Direito legítimo, por instigar interesses diversos e, algumas vezes, díspares, será relevante para o mercado, como, por exemplo, para o Estado de Direito e para a política que o credencia, como instrumento de cidadania, de resolução de conflitos e reconhecimento de direitos e interesses de diversos estratos sociais, bem como possui relevância para as ciências, como objeto de investigação (RAMPIN, 2018, p. 65).

> O sistema de justiça, como exemplo, que tradicionalmente é compreendido e composto por órgãos e instituições oficiais e/ou do Estado (Judiciário, Ministério Público, Advocacia Pública e Privada), resiste à participação social e popular, e conserva em sua estrutura alguns mecanismos formais e uma lógica monista (como monopólio estatal) para o reconhecimento de direitos e a resolução de conflitos de interesses na sociedade. É um sistema que, ainda, opera sob uma lógica de sujeito de direitos que restringe o campo de reconhecimento e de vindicação de direitos, que nega os sujeitos coletivos de direitos emergidos e emergentes da realidade e que não integra, a ele próprio, atores e lógicas contra hegemônicas de ser e fazer direitos e justiças, de que são exemplos: as lutas protagonizadas por movimentos sociais, o desenvolvimento e a atuação da Advocacia Popular e o fato do Pluralismo Jurídico (ABRÃO; RAMPIN; FONSECA, 2015, p. 376-377).

Para além das necessárias reformas, em sua concepção e formatação, ou na elaboração de alternativas ao modelo dominante, que já foram há tempos denunciadas (SANTOS, 1983, p. 140), parece mais consentâneo buscar refundar, das bases, estruturas e o topo, afastando-se da ideia de hierarquia, ficto-neutralidade e distanciamento que caracterizam o modelo teórico de sistema judicial positivista e essencialmente dogmático, indagando-se, em seus termos, a própria concepção de justiça legítima e legitimadora de uma ordem social. Uma das bases primeiras reside no alcance da justiça ou na diminuição da arbitrariedades, soluções que acabam por se tornarem inalcançáveis diante de diversas temáticas contemporâneas que especializam-se por sua transversalidade, demandando uma atuação conjunta e articulada de diversos órgãos e instâncias, de forma criativa e com empenho também da sociedade civil. Ou seja, de um “diálogo e articulação entre o Judiciário, os demais entes públicos e a sociedade organizada”, que poderia “indicar um melhor rumo para a atuação judicial, pois há indícios que ela precisa mudar, mas certamente não deve parar” (NÓBREGA, 2009, p. 316) naqueles temas que, visualiza-se, a judicialização ainda é medida essencial para a concretização de direitos.

A mera enunciação de direitos, por sua vez, não se mostra suficiente para assegurar o respeito aos ditames essenciais para o regime democrático. Além da notória inflação legislativa, que em momentos críticos tende a reprimir com mais severidade, lesionar, ainda mais, os já lesionados e fragilizados, e a blindar, com mais força, os já extremamente poderosos e bem-sucedidos em suas empreitadas, temos o próprio agir judicial, que não reconhece potências nos destinatários das normas, que esbarra em questões técnicas de pouca importância e que atua em um agir que fica distanciado dos reais conflitos que perpassam a sociedade e que marcam o distanciamento entre os muitos que não possuem quase nada e os poucos que têm quase tudo.

As audiências e os processos judiciais, físicos ou digitais, são marcados por hierarquias, submissão, poderes. Acredita-se no primado da lei e há uma crença (quase) inabalável no simbolismo da normatização. Uma verdadeira fé cívica na norma, que mastiga qualquer possibilidade de análise crítica (SEGATO, 2016, p. 170), em seus efeitos e em seus postulados, de tal sorte que Direito material e processual se confundem quanto à relevância, em detrimento do bem da vida discutido e dos efeitos sociais implicados pela decisão. E, nisso, o Direito e a rua se perdem para formalismos contrafactuais. Consagra-se uma estrutura sistêmica que obsta, ou dificulta sobremaneira, o atendimento sinestésico de magistrados, promotores, defensores e advogados com os reais interesses, preocupações e necessidades da vítima. A anestesia judicial, atenta expressão cunhada por David Sánchez Rubio (2014, p. 128), afasta o elemento que poderia dotar de maior potencialidade o sistema judicial, que consiste em uma atuação mais próxima e atenta para a proteção dos direitos humanos, com sensibilidade (BELMONTE AMARAL, 2016, p. 29), preocupação real, enfim, afetividade na atuação com populações diariamente vitimizadas por condições sociais desiguais (AMARAL, 2017, 2018).

A humanização do Direito e do sistema judicial demanda, também, discutir o Direito que se ensina e que é aprendido. Aponta-se, com bastante destaque, que o positivismo hermético, matriz adotada pelas nossas faculdades de Direito e que é reforçada pela prática diária calcada em precedentes, enunciados, estudos para concursos, vai firmar uma docência e uma prática na qual “não há Direito para os juristas. O que existem são leis. Logo, nossas faculdades não são de Direito, são escolas técnicas de leis. Isso significa que está na hora de criarmos os cursos jurídicos no Brasil” (AGUIAR, 1993, p. 26), fazendo-se ressoar outros saberes e outras matizes de pensamento que não se vinculem e não exteriorizem um Direito que se acha válido por si e que afaste a realidade na consideração de sua própria legitimidade.

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, nesse diálogo e em homenagem ao professor Roberto Armando Ramos de Aguiar, apresenta diversos artigos que revisitam os temas primordiais tratados nos diversos volumes da série “O Direito Achado na Rua”, repensando as discussões teóricas e práticas sobre a(s) ordem(ns) jurídica(s), sua legitimidade e, mais uma vez, ousando-se lançar o desafio de tentar concretizar a liberdade, a igualdade, a cidadania, enfim, a democracia a partir do Direito.

Por certo, esta revista veicula pretensão acadêmica que não busque ofuscar a realidade, com a finalidade, por vezes escamoteada, de legitimar o Direito, exigindo-se pensar as categorias jurídicas, suas “verdades” postas, enfocando-se naquilo que escapa do ordenamento “legislado” ou “julgado”. É no social, nas comunidades, nas ruas e conjuntos populares que buscamos compreender as dinâmicas que podem legitimar um Direito real, sem amarras guiadas por interesses de grupos dominantes (e minoritários), prático por excelência e que, por diversas vezes, pode colidir com o legislado e, por inúmeras vezes, coexiste à margem de critérios legitimadores formais. Essa realidade apresenta-se para o papel desempenhado pelas defensoras e defensores públicos, nas atuações rotineiras e nas tentativas de diminuição de ilegalidades, diante de um Direito e de práticas jurídicas mais sensíveis aos hipossuficientes e necessitados. É nessa potencialidade de um Direito menos excludente, como pressuposto e crença de motivação, que nos posicionamos, ao

lado de outras e outros juristas, professoras, professores e profissionais do Direito, em seus afazeres diários e nas suas pretensões de médio e longo prazo.

Postas tais considerações, é momento de discorrer brevemente sobre as valorosas contribuições que compõem este número da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, que, em sequência, revisitam os volumes originais da Série O Direito Achado na Rua[5] e, com a contemporaneidade que apresentam, buscam repensar nas estruturas e agências que atualmente questionam e reposicionam os pensamentos críticos e de valorização das formações espontâneas de cidadania e humanidade.

Em uma época marcada por tensionamentos e por setores sociais que, pautados pela ignorância, pela manipulação ou movidos por sentimentos pueris de raiva, descontentamento, descontrole ou pura má-fé, desprezam o conhecimento científico ou utilizam esse rótulo como esvaziada pauta pseudoidentitária; enfim, em uma época em que se vê o renascimento, com força, de discursos mistificadores do mundo, de reencantamento da ordem social e de aclamações por governos excepcionais, em afirmações de autoverdade esvaziadora de qualquer conteúdo ético-democrático, ressalta-se a relevância de realizar uma releitura de escritos e posicionamentos. Para além dos poucos caracteres que o mundo virtual limita seus conteudistas, presos em uma nova forma de escravidão dissimulada por curtidas e compartilhamentos, ressignificam a relevância da leitura aprofundada, contemplativa (em certa medida) e que não se esgota com impressões ligeiras e céleres, como o próprio desenvolvimento da praxiologias da proposta de Lyra Filho tem se mostrado.

Outrossim,

> a construção teórica de O Direito Achado na Rua tem em seus livros sempre uma abordagem interdisciplinar aliada à concepção de pré-textos abertos para a construção dialógica, assumindo as diversas formas de saber, tanto acadêmica como o denominado 'popular', como válidas e necessárias, de maneira a verificar na práxis social a verdadeira realização do fenômeno jurídico (SOUSA JUNIOR; SOUSA, 2011, p. 16).

Falemos um pouco, então, das valorosas contribuições que constam neste número.

Eduardo Xavier Lemos, Andrea Brasil Teixeira Martins, Gustavo Linhares, Juliana Pedrosa, Lenilda Perpétuo, Tiago Benício Trentini e Wilson Ferreira Bandeira, no texto *Os 30 anos do Humanismo Dialético de O Direito Achado na Rua: contemporaneidade, desafios e perspectivas*, pretendem revisitar pontos estruturais das reflexões de O Direito Achado na Rua, com referência ao primeiro volume da série "O Direito Achado na Rua", com a incumbência de refletir, atualizar, propor considerações, perspectivas futuras e desafios para o DANR a partir do referencial epistemológico.

Vitor Sousa Freitas e Mirna Silva Oliveira, em *O Direito Achado na Rua e o Direito Agrário: uma revisão crítica*, propõem identificar sujeitos e temas emergentes no Direito Agrário, tratados no terceiro volume da série, levantando questões que contribuam para pensar a relação entre o Direito e os desafios atuais da realidade agrária brasileira, como a multiplicação das pautas, repertórios de ação e dos sujeitos coletivos de direitos, inclusive com as reivindicações advindas da emergência política dos povos e comunidades tradicionais, a ressignificação do sentido da Reforma Agrária e a intensificação dos processos de expropriação territorial, violência e violações de direitos.

Com o título *Novas perspectivas do direito à saúde no Brasil sob o olhar de O Direito Achado na Rua*, Renata Filgueira Costa e Raquel Aparecida Rodrigues Feliciano Lopes propõem, no artigo, uma contextualização do direito à saúde pública no Brasil, que fora objeto de diversas elaborações nos quarto e sexto volumes da série, situando esse direito fundamental historicamente e, especialmente, a partir da instituição do

[5] Todos os volumes estão disponíveis para acesso na página web de "O Direito Achado na Rua". Conferir: Publicações online. Disponível em: http://odireitoachadonarua.blogspot.com.br/.

Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, discorrendo sobre os desafios dessas políticas públicas em governos de orientação liberal, com a diminuição ou supressão de direitos sociais e que acabam obstando a concretização de direitos fundamentais.

Em *A teoria crítica dos direitos das mulheres e as novas perspectivas da segunda década do século XXI*, Alberto Carvalho Amaral, Andrea Ripp e Michelle Cristina Farias irão situar o direito crítico das mulheres diante de demandas que advêm das temáticas incessantes de violação de direitos, como as inovações oriundas das articulações das Promotoras Legais Populares, protagonistas do quinto volume da série, as dificuldades para acessar a justiça e, ainda, a temática das mulheres atingidas por barragens.

Na seção de resenhas e ensaios, teremos oportunidade de visualizar, a partir de diferentes viéses, a obra coletiva capitaneada e organizada por José Geraldo de Sousa Júnior, *O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática.*

Assim, temos a proposta de ruptura apresentada em *Um tribunal "achado na rua": seria possível? seria útil? ou não passa de uma quimera?*, por Gabriela Jardon Guimarães de Farias, no sentido de um Tribunal Achado na Rua, que potencializa sua força e sua legitimidade para produzir um Direito que não seja mero conservador das desigualdades e exclusões.

Por derradeiro, Murilo Oliveira Souza, em *O Direito Achado na Rua: uma resenha dos 30 anos de contribuição crítica e prática ao Direito*, apresenta resenha que sintetiza as contribuições veiculadas no livro.

Convidamos as leitoras e os leitores a percorrerem as páginas destes dois números da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, ingressando, também, nas críticas das opções políticas postas para os diversos desenhos que o Direito pode assumir, especialmente na realidade brasileira, cravada por desigualdades, cenários excludentes e bolhas de riqueza e de miséria. A temática é complexa e, apesar dos anos passados, ainda torna vigorosa a busca por um Direito que alcance as vozes dos populares e seja elemento de integração social, para evitar abusos dos mais poderosos e garantir efetiva tutela aos marginalizados.

Referências

ABRÃO, Paulo; RAMPIN, Talita Tatiana Dias; FONSECA, Lívia Gimenez Dias Da. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de *et. al*. *Introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. (Série O Direito Achado na Rua, v. 7).

AGUIAR, Roberto A. R. de. O Direito Achado na Rua: um olhar pelo outro lado. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; MOLINA, Mônica Castagna; TOURINHO NETO, Fernando da Costa [Org.]. *Introdução crítica ao direito agrário*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. (Série O Direito Achado na Rua, v. 3).

AGUIAR, Roberto A. R. de. O Imaginário dos Juristas. In: CARVALHO, Amilton Bueno de (Diretor). *Revista de Direito Alternativo*, São Paulo, n. 2, 1993.

AMARAL, Alberto Carvalho. *A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

AMARAL, Alberto Carvalho. *Mulheres, violência de gênero e as dificuldades no acesso às proteções judiciais da Lei Maria da Penha*. In: 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero, "Transformações, Conexões, Deslocamentos". Florianópolis: UFSC, 2018.

BELMONTE AMARAL, Luciana Lombas. *Os Direitos Humanos do século XXI e a Declaração Universal dos Direitos Humanos: reflexões sobre as limitações da perspectiva normativa.* In. Direitos Humanos: diversas abordagens. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2016.

GERALDES, Elen Cristina et ali. *O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido*. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação.* Brasília: FAC-UnB, 2016. (Série O Direito Achado na Rua, v. 8).

LYRA FILHO, Roberto. *A Nova Escola Jurídica Brasileira.* In: *Direito e avesso: boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira*, Brasília, ano 1, n. 1, 1982.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NÓBREGA, Ramiro. *Acesso a medicamentos: direito garantido no Brasil*. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; COSTA, Alexandre Bernardino et al. *Introdução crítica ao direito à saúde*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. (Série O Direito Achado na Rua, v. 6).

RAMPIN, Talita Tatiana Dias. *Estudo sobre a Reforma da Justiça no Brasil e suas Contribuições para uma Análise Geopolítica da Justiça na América Latina*. Brasília: Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANCHÉZ RUBIO, David. *Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Direito e a comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados.* In: *Direito e Avesso: boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira*, Brasília, ano 2, n. 3, 1983.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *O direito achado na rua: concepção e prática*. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de [Org.]. *Introdução crítica ao direito: Série O Direito Achado na Rua*. 4.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. (Série O Direito Achado na Rua, v. 1).

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *O direito achado na rua: concepção e prática*. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de [Org.]. *Introdução crítica ao direito*. 4.ed. Brasília: Editora UnB, 1993. (Série O Direito Achado na Rua, v. 1).

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; RAMPIN, Talita Tatiana Dias; AMARAL, Alberto Carvalho. *Exigências críticas para uma defensoria pública e popular: contribuições desde "O Direito Achado na Rua"*. In: SIMÕES, Lucas Diz et al. *Defensoria Pública e a tutela estratégica dos coletivamente vulnerabilizados*. Belo Horizonte: D'Placido, 2019.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *Introdução O Direito Achado na Rua*, vol. 5: Introdução crítica ao direito das mulheres. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da Fonseca. *Introdução crítica ao direito das mulheres*. Brasília: CEAD, FUB, 2011. (Série O Direito Achado na Rua, v. 5).

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Novos sujeitos sociais: a classe trabalhadora na cena histórica contemporânea*. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; AGUIAR, Roberto A. R. de [Orgs.]. *Introdução crítica ao direito do trabalho*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. (Série O Direito Achado na Rua, v. 2).

Revista da
Defensoria Pública
do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship



Artigos
Dossiê Temático

Volume 1 - Número 2 - Maio a setembro, 2019

Os 30 anos do humanismo dialético de O Direito Achado na Rua: contemporaneidade, desafios e perspectivas

Thirty years of dialectical humanism of The Law Found on the Street: contemporaneity, challenges and perspectives

Eduardo Xavier Lemos[*]
Lenilda Perpétuo [**]
Andréa Brasil Teixeira Martins [***]
Gustavo Linhares [****]
Juliana Pedrosa [*****]
Wilson Ferreira Bandeira [******]
Tiago Benício Trentini[*******]

Resumo

O presente trabalho se propõe a uma revisitação de alguns pontos que estruturam as reflexões de O Direito Achado na Rua frente às três décadas de fortuna crítica produzida pelo coletivo, tendo como referência específica o I volume da série "O Direito Achado na Rua – Introdução Crítica ao Direito" –, publicado pela editora Brasília no ano de 1987 (SOUSA JUNIOR, 1987). As autoras e autores dividiram-se com a incumbência de refletir, atualizar, propor considerações, perspectivas futuras e desafios para o DANR a partir do referencial epistemológico do referido volume. Por esse motivo, delimitou-se como limiar da construção coletiva a partida das bases referidas, porém com o propósito de vislumbrar reflexões contemporâneas, levando em conta as experiências e saberes das autoras e dos autores que escrevem esses textos, norteando, assim, as reflexões em torno das seguintes temáticas: a) desafios epistemológicos de O Direito Achado na Rua no campo da teoria crítica do Direito; b) acesso à (que) justiça; c) educação

[*] Doutorando e mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB); especialista em Ciências Penais pela PUC-RS; pesquisador de O Direito Achado na Rua; professor universitário e advogado; E-mail: Xavierlemos.adv@gmail.com.

[**] Doutoranda em Educação (PPGE/FE/UnB); mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional; Licenciatura em Ciências Biológicas; educadora popular; pesquisadora em acampamentos Ciganos Calon; membro do grupo de Pesquisa em Materialismo Histórico Dialético – Consciência; E-mail: lenildatuka@gmail.com.

[***] Mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT/CDS/UnB); bacharel em Direito pelo UniCeub; professora colaboradora do MESPT/UnB; pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direito Moitará/ Faculdade de Direito/UnB; coordenadora do Curso "O Poder Judiciário e Direitos dos Povos Indígenas" junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam); aluna especial da disciplina "O Direito Achado na Rua" no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB; E-mail: andreabtm2015@gmail.com.

[****] Mestre em Direito Constitucional (IDP); aluno especial da disciplina "O Direito Achado na Rua" no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB; E-mail: gustavolinharesadv@hotmail.com.

[*****] Advogada especialista em Direito Penal; aluna especial da disciplina "O Direito Achado na Rua" no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB; E-mail: pedrosaju@gmail.com.

[******] Economista e bacharel em Direito; MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública; MBA em Gestão de Projetos no Serviço Público; especialista em Atividade de Polícia Judiciária; professor universitário; aluno especial da disciplina de Mestrado em Direito da UnB O Direito Achado na Rua.

[*******] Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali); advogado; membro da Comissão de Direito Homoafetivo e de Gênero da OAB/SC; especialista em Direito Homoafetivo e de Gênero (Unisanta); pós-graduando em Filosofia e Direitos Humanos (PUC/PR); professor colaborador do Observatório do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Univali); aluno especial da disciplina "O Direito Achado na Rua" no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB; E-mail: tiagobtrentini@gmail.com.

Como citar este artigo:
LEMOS, Eduardo Xavier et. ali. Os 30 anos do Humanismo Dialético de O Direito Achado na Rua: contemporaneidade, desafios e perspectivas. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 2, set. 2019, p.20/57

Data da submissão:
30/07/2019
Data da aprovação:
17/10/2019

em direitos humanos e reflexões contemporâneas (EDH e africanidade, EDH e povos originários, EDH e reivindicações LGBTI+).

Palavras-Chaves: acesso à justiça; direito achado na rua; educação em direitos humanos; humanismo dialético; movimentos sociais.

Abstract

The present work proposes a revision of some of the points that structure the reflections of the DANR, for three decades of a critical collection produced by the collective, having as a specific reference the first volume of the series "Law Found on the Street - Critical Introduction to the Right "- published by Brasília in the year 1987 (SOUSA JUNIOR, 1987). The authors have divided themselves with the task of reflecting, updating, proposing considerations, future perspectives and challenges for the DANR from the epistemological referential of this volume. For this reason, it was defined as the threshold of the collective construction, the departure of the referred bases, but with the purpose of glimpsing contemporary reflections, taking into account the experiences and knowledge of the authors who have written these texts, thus guiding the reflections on the following themes: a) epistemological challenges of Law Found on the Street in the field of critical theory of law; b) Access to Justice; c) Human Rights education and contemporary reflections (HRE and African descent, HRE and indigenous people, HRE and LGBTI+ claims).

Key Words: access to justice; the Law found on the street; education in human rights; dialectical humanism; social movements.

Introdução

O Direito Achado na Rua (DANR) completa três décadas de existência[1]. Impulsionados por esse especial momento, propomos no presente trabalho uma revisitação de alguns pontos que estruturam as reflexões do DANR, tendo como referência específica o I volume da série “O Direito Achado na Rua – Introdução Crítica ao Direito” –, publicado pela editora Brasília no ano de 1987 (SOUSA JUNIOR, 1987).

O capítulo é fruto da reflexão da disciplina O Direito Achado na Rua, ministrada pelo professor doutor José Geraldo de Sousa Jr., de forma conjunta entre a pós-graduação da Faculdade de Direito (PPGD-FD) e de Direitos Humanos (PPGDH-Ceam), onde os alunos e alunas dividiram-se com a incumbência de refletir, atualizar, propor considerações, perspectivas futuras e desafios para o DANR dados os seus 30 anos de atividades.

Conforme exposto, o volume, de característica epistemológica, trabalha com a pluralidade de temas interligados, passando pela discussão do que se entende por crítica ao Direito, do conceito de legitimidade e de justo que, segundo O Direito Achado na Rua, reconhece a normatividade e a manifestação como fenômenos jurídicos ou antijurídicos, a educação em direitos humanos, o acesso à justiça, conflitos agrários, hermenêutica jurídica, dialética social, o direito alternativo etc.

Por esse motivo, e por delimitarmos que o desafio atual é partir das bases anteriormente exploradas pelo coletivo, caminhando para as reflexões contemporâneas, mas

[1] Nos referimos ao termo de lançamento do livro Introdução Crítica ao Direito. 1ª Série O Direito Achado na Rua, vol. 1. ed. Brasília: UnB/ Cead.

também levando em conta as experiências e saberes das autoras e dos autores que escrevem esses textos, nortearemos as reflexões em torno das seguintes temáticas: a) desafios epistemológicos de O Direito Achado na Rua no campo da teoria crítica do Direito; b) acesso à (que) justiça; c) educação em direitos humanos e reflexões contemporâneas (quando falamos em reflexões contemporâneas, entendemos a necessidade de avançar no debate sobre saberes, distintos grupos e minorias políticas, aprofundando suas singularidades, particularidades e pretensões).

O que é O Direito Achado na Rua

O Direito Achado na Rua, desenvolvido na década de 1980 na Universidade de Brasília e tendo como seus principais expoentes Roberto Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Junior, surge da reflexão e prática de um movimento crítico denominado "Nova Escola Jurídica Brasileira" (Nair).

Já a fortuna crítica de O Direito Achado na Rua é, por sua vez, fruto do trabalho desenvolvido pelo coletivo liderado por José Geraldo de Sousa Jr. e pelo professor Alexandre Bernardino Costa, e que tem estrita relação com a convivência acadêmico-intelectual entre os pesquisadores e o professor Roberto Lyra Filho, especialmente Sousa Junior, que foi seu aluno no Mestrado em Direito na UnB, desde 1978, na condição de seu orientando e, posteriormente, até a sua morte em 1986. Nas palavras de José Geraldo:

> foi o período de colaboração recíproca que teve como base a formação da Nova Escola Jurídica Brasileira – Nair e da Revista Direito & Avesso, que fundamos juntos com outros companheiros livremente associados em intercâmbio intelectual(SOUSA JUNIOR, 2008, p. 16).

Nesse sentido, surgiu a Nova Escola Jurídica Brasileira, fundada por Lyra Filho e seus discípulos na Universidade de Brasília. Tal escola de pensamento, que tem uma abreviatura histórica peculiar (a sigla Nair é uma homenagem à professora e pesquisadora Nair Heloisa Bicalho de Sousa) e traz como origem de pensamento as concepções e debates de Lyra Filho com seus colegas de escola. O próprio fundador resume o que entende por esta escola:

> Em sentido amplo, a Nova Escola Jurídica Brasileira poderia ser entendida como o trabalho de todos aqueles professores, advogados e estudantes que já combatiam ou viera a combater a suposta Ciência Dogmática do Direito. Desta maneira, ela seria a dilatação, revigoramento e consequência da frente única, idealizada pelo fervor nacionalista de Roberto Lyra, pai, no âmbito mais restrito, do Direito Criminal. Este grande pioneiro lembrava, inclusive, Tobias Barreto, precursor da "revolução em nosso Direito", que teria vindo a consumar-se na obra de Roberto Lyra Filho. De qualquer forma não escapou à argúcia do insigne López Rey o conteúdo próprio dum pensamento que, movido pela mesma preocupação socialista e paterna, o filho estabeleceu e fundamentou, com estilo e substâncias diferentes (LYRA FILHO, 1983).

Por conseguinte, com o avançar dos trabalhos do Nair, baseados no humanismo dialético, desenvolveu-se o grupo Direito Achado na Rua, cuja nomenclatura também surge de forma peculiar:

> O título Direito Achado na Rua foi dado por Roberto Lyra Filho à sistematização de seu humanismo dialético em um compêndio alternativo de introdução à ciência do Direito, a partir do epigrama hegeliano nº 3 de Max: "Kant e Fichte buscavam o país distante, / pelo gosto de andar lá no mundo da lua, / mas eu tento só ver, sem viés deformante, / o que pude encontrar bem no meio da rua" (Lyra filho, 1986: 312) (SOUSA JUNIOR, 2008, p.97).

É interessante expressar nos termos que José Geraldo de Sousa Junior em sua tese

de doutoramento:

> Assim, em Roberto da Matta (1985), que faz a articulação dialética entre a “casa” e a “rua” para esclarecer comportamentos culturais. Ou, como na poesia, sempre em antecipação intuitiva de seu significado para a ação da cidadania e da realização dos direitos, como em Castro Alves (O Povo ao Poder) e em Cassiano Ricardo (Sala de Espera). Do primeiro, são conhecidos os versos: “A praça! A praça é do povo/ Como o céu do condor/ É o antro onde a liberdade/ Cria águias em seu calor./ Senhor! Pois quereis a praça?/ Desgraçada a populaça/ Só tem a rua de seu ... /”. Do segundo, de forma não menos expressiva: “... Mas eu prefiro é a rua./ A rua em seu sentido usual de 'lá fora'./ Em seu oceano que é ter bocas e pés para exigir e para caminhar/ A rua onde todos se reúnem num só ninguém coletivo./ Rua do homem como deve ser/ transeunte, republicano, universal./ onde cada um de nós é um pouco mais dos outros/ do que de si mesmo./ Rua da reivindicação social, onde mora/ o Acontecimento (SOUSA JUNIOR, 2008, p.194).

A ideia base é bastante lúcida, retirar o debate do Direito dos livros e leis, partindo para uma análise vivencial, empírica e real. Tornar o Direito aquilo que ele é em sociedade, em vez do convencional afastamento dos fóruns e do ambiente acadêmico.

Nota-se, dessa forma, na proposta de tal escola de pensamento, o combate fervoroso ao Direito positivo e à dogmática jurídica que aprisiona o jurista à letra da lei positivada, a perspectiva educativa do “DANR”, realiza-se através do método dialético, por meio da interrelação entre teoria e práxis para que o conhecimento esteja interligado com a prática do ator, no pensamento amplamente difundido por Frei Betto, “a cabeça pensa onde os pés pisam”.[2]

Para o “DANR”, a reflexão teórica de seus agentes e a vivência prática de suas ações são processos indissociáveis, de forma que o ciclo do aprendizado só será verdadeiramente realizado a partir do “fazer humano” isto é, quando o agente social põe em prática a teoria anteriormente refletida. No mesmo sentido, a práxis necessita da reflexão e dos aspectos teóricos para que seja objetiva e eficaz.

A definição do que se trata O Direito Achado na Rua por José Geraldo de Sousa Jr., principal expoente do movimento:

> O Direito Achado na Rua, expressão criada por Roberto Lyra Filho, designa uma linha de pesquisa e um curso organizado na Universidade de Brasília para capacitar assessorias jurídicas de movimentos sociais e busca ser a expressão do processo que reconhece na atuação jurídica dos novos sujeitos coletivos e das experiências por eles desenvolvidas de criação de direito, a possibilidade de: 1) determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos ainda que *contra legem*; 2) definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito; 3) enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas (SOUSA JUNIOR., 2008, p.193).

Não obstante, é importante trazer uma definição de Alexandre Bernardino Costa, que situa O Direito Achado na Rua no contexto teórico do pluralismo jurídico crítico e desenvolve acerca do conceito:

> O projeto teórico-prático O Direito Achado na Rua, criado na UnB, está inserido no eixo do pluralismo crítico, ora discutido, em uma perspectiva emancipatória, por desenvolver uma crítica jurídica de perspectiva dialética a partir do método histórico-crítico, apresentando uma proposta de compreensão do direito "enquanto modelo de uma legítima organização social de liberdade" (COSTA, 2010,p .3).

[2] FREI BETTO. Elogio da conscientização. ALAI, América Latina em Movimiento, 9 fev. 2007. Disponível em: <http://alainet.org/active/15560&lang=es>. Acesso em: 08 nov. 2010.

Nesse sentido, Costa explica que a característica do pluralismo emancipatório, a partir dessa dialética anteriormente explicitada, é que vai trazer traços definidores da teoria, e avança:

> No contexto do capitalismo periférico latino-americano, o diálogo entre autores como Roberto Lyra Filho, Roberto Aguiar e José Geraldo de Sousa Júnior, que adotam a concepção de O Direito Achado na Rua, possui um tratamento desmistificador do pensamento jurídico, na perspectiva da abertura de um campo de possibilidades na interpretação das normas jurídicas fundado em uma concepção crítica do direito" (COSTA, 2010,p .3).

O Direito Achado na Rua é, assim, uma teoria empirista, que tem por base uma visão pluralista de Direito, captada por meio dos sujeitos coletivos de direito, observando os processos acontecidos nas ruas, tendo especial atenção aos agentes sociais, à população, ao povo.

Ademais, é um agir-no-mundo aproximar o direito da realidade, afastando-o da burocracia do Direito positivado, tornando-o mais próximo da população, efetuando uma opção pelo outro espoliado, oprimido, ademais, é importante que se mencione a forte conexão com os movimentos sociais. Assim, o DANR observa as manifestações e os processos de reivindicação de direito, uma vez que tendam a liberdade e democracia e que surjam de práticas não autoritárias e não violentas.

O Humanismo Dialético de O Direito Achado na Rua

O Humanismo Dialético é, em síntese, a essência e guia da teoria lyriana, onde sua concepção humanística é revelada e, portanto, a percepção dialética, libertária, pluralista, emancipatória e transformadora de um direito achado nas ruas se caracteriza.

Por esse caminho, José Geraldo de Sousa Jr., em seu livro "Direito como Liberdade", esclarece que "não há um humanismo, senão muitos humanismos", ressaltando que a concepção humanística do DANR é distinta de quase todas as concepções modernas e contemporâneas de direitos humanos, transcendentais, que compreendem um homem universal e metafísico, partindo para uma percepção crítica, que compreende a experiência de humanização que se realiza na história como emancipação consciente inscrita na práxis libertária" (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 178).

No mesmo sentido, explica José Geraldo que o humanismo do DANR está

> longe de se constituir numa idolatria do homem por si mesmo", mas por outro lado, tem por escopo "restituir a confiança de seu poder em quebrar as algemas que o aprisionam nas opressões e espoliações que o alienam na História", e em um sentido emancipador e libertário "se fazer sujeito ativo, capaz de transformar o seu destino e conduzir a sua própria experiência na direção de novos espaços libertadores" (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 186).

No que tange ao humanismo dialético, é válido que se traga a análise de Antonio Carlos Wolkmer:

> Por conseguinte, na concepção lyriana, o Direito é muito mais afirmação positiva da libertação conscientizada do que pura e simples condição de opressão e restrição à liberdade. Em razão disso, adverte o jusfilósofo de Brasília, torna-se (...) importante não confundi-lo (o Direito) com as normas em que venha a ser vazado com nenhuma das séries contraditórias de normas que aparecem na dialética social. Essas últimas podem concretizar o Direito, realizar a justiça, mas nelas pode estar a oposição entre a justiça mesmoa, a justiça social atualizada na história, e a 'justiça de classes e grupos dominadores, cuja ilegitimidade então desvirtua o 'direito' que invocam (WOLKMER,

2009, p.113).

Portanto, nota-se o caráter prático, libertário e emancipador que propunha uma visão de Direito que servisse às ruas e à população e estivesse atenta à produção científica voltada para capacitação, instrumentalização e conscientização de grupos sociais espoliados, tomando como partida uma perspectiva pluralista e emancipatória do direito e dos direitos humanos. Por sua vez, a característica da praticidade, a inseparável conexão entre *Direito e Rua* é, portanto o ponto marcante da teoria, que vai explicitar a forma de atuar das e dos profissionais, seja na assessoria jurídica propriamente dita, seja nas pesquisas que serão realizadas pelos coletivos.

Desafios epistemológicos de O Direito Achado na Rua

Não resta dúvida que *O Direito Achado na Rua* se consolidou enquanto um projeto ousado, inovador e progressista sobre a verdadeira essência do Direito, que perpassa conhecimentos e culturas, de forma transversal, multidisciplinar e dialético. Num mundo globalizado, tecnológico e altamente segregador e elitista, promoção de práticas sociais emancipatórias devem acompanhar as mudanças que a sociedade capitalista impõe, sob pena de não se alcançar efetividade social.

Compreender novos desafios, perspectivas atuais e possíveis tarefas se torna primordial para garantir a efetividade de *O Direito Achado na Rua*.

Nesse interim, as três décadas de coletivo científico do Direito Achado na Rua, provocam desafios e/ou reflexões epistemológicas a serem enfrentadas pelos/as pesquisadoras nos tempos atuais. Não obstante a árdua tarefa, procuraremos traçar alguns desses desafios, refletir e problematizar sobre tais enfrentamentos, porém, não deixaremos tamanha instigação fechada nessas curtas páginas, e sim como temática reflexiva para os próximos debates científicos.

Nesse prisma, no que tange aos desafios epistemológicos, detectamos as seguintes problemáticas: a) o que pode ou não ser considerado como manifestação juridicamente válida para o DANR?; b) toda organização coletiva “das ruas” é democrática e, portanto, jurídica para o DANR?; c) um processo constitucional democrático (como, por exemplo, o de 1988) estanca a manifestação coletiva crítica e, portanto, a rua e a crítica são desaconselhadas?; d) qual a importância da normatividade legítima para o DANR?

Procuraremos responder as atuais proposições com reflexões realizadas por Roberto Lyra Filho, ao problematizar as cinco proposições da Nair (LYRA FILHO, 1984, p. 16) e os desafios de pesquisa que seriam enfrentados ao longo das décadas pelo grupo, podemos perceber assim, que as provocações convergem, se relacionam, ao mesmo tempo em que se desprendem e desconectam, por esse motivo, articularmos as eventuais respostas na medida das particularidades que tocam cada uma das ponderações acima propostas.

Os dois primeiros pontos de reflexão apontam para o critério de legitimidade articulado pela teoria lyriana, isto é, uma vez que o parâmetro de definição da juridicidade não é reconhecido única e exclusivamente pelo sistema positivista, o da normatividade estatal, resta a potencial abertura para a definição do critério para o reconhecimento da juridicidade das normatizações sociais. Do contrário, toda e qualquer manifestação costumeira poderá ser validada como jurídica, ou mesmo faltará critério de legitimidade para definir quando o Direito positivo é justo ou injusto.

Nesse ponto, José Geraldo de Sousa Jr. e Roberto Lyra Filho, apontam para o caminho da práxis libertária como horizonte, parâmetro e filtro de legitimidade para percepção do critério de juridicidade. Nesse sentido, José Geraldo de Sousa Jr. explica:

> A liberdade, contudo, não é apenas núcleo de fundamentação do Direito. Ela é, também, como assenta Elias Diaz, o valor central e fundamental para uma teoria da legitimidade. Aquela dimensão constitutiva do conceito de Direito em Roberto Lyra Filho tem igualmente esse pressuposto, ao focalizar o primado de princípios de uma legítima organização social da liberdade (SOUSA JUNIOR, 2008, p. 127).

A relação entre liberdade e direito é intrínseca, são critérios inseparáveis para o DANR, e assim, a própria valoração da legitimidade do *justo e do bom* perpassa a ideia daquilo que aspira o libertário e a liberdade, são relações entrelaçadas e inseparáveis. Nesse sentido, Roberto Lyra Filho conceitua *"direito"*:

> Que o direito é, antes de tudo, liberdade militante, a afirmar-se, evolutivamente, nos padrões conscientizados de justiça histórica, dentro da convivência social de indivíduos, grupos, classes e povos – e isto quer dizer que o Direito é, então, em substância, processo e modelo de liberdade conscientizada ou conscientização libertadora, na e para a práxis transformativa do mundo; e não ordem social (que procure encerrá-lo ou detê-lo), nem norma (que bem ou mal o pretenda veicular), nem princípio abstrato (que o desvincule das lutas sociais e concretas), nem apenas luta social e concreta (que desconhece os limites jurídicos de uma práxis transformativa do mundo e reivindicadora de direitos sonegados: não se conquistam direitos pelo esmagamento de direitos) – o que excluiu a pretensa legitimidade duma ação majoritária aniquiladora do que são, sentem, pensam, carecem e reclamam os titulares do direito inalienável à diferença pessoal ou grupal irredutível (LYRA FILHO, Roberto. Pesquisa em que direito? Brasília: Edições Nair, 1984, p. 16-17).

Resta claro que nem tudo pode ser direito, seja na manifestação social *"que desconhece os limites jurídicos de uma práxis transformativa do mundo e reivindicadora de direitos sonegados: não se conquistam direitos pelo esmagamento de direitos"*, ou mesmo na norma positivada que engessa o social, mas mais que isso, que condiciona o jurídico em manutenção do *status quo* classista que favorece a classe opressora. Nesse ponto, o direito é liberdade, transcrita, ou não, em norma escrita.

No mesmo sentido, Lyra Filho responde a segunda provocação: todo agrupamento social pode ser considerado movimento social ou mesmo sujeito coletivo de direito e, portanto, reivindicador de direitos dentro do conceito lyriano do DANR?

Bom, a análise poderia utilizar-se dos métodos da teoria dos movimentos sociais, no entanto, a problemática será enfrentada nas matrizes epistemológicas lyrianas, e por esse sentido, utilizaremos da própria compreensão do humanismo dialético do que entende por processo histórico dialético libertador para exaurir a temática.

Nesse sentido, na compreensão do Direito Achado na Rua, só é possível perceber a construção de um legítimo processo reivindicador de direito a partir do círculo histórico de libertação que surge na dialética e na tensão social que corrompe privilégios classistas, isto é, que caracterizaa emancipação e libertação da classe trabalhadora e espoliada, e que, portanto, cria direitos para os oprimidos, mas jamais cria privilégios para classes abastadas. Nas palavras de Lyra Filho:

> d) que o mesmo processo de libertação, nem pode desconhecer seus limites jurídicos (ver a[3]), bem deferir a "tutores" (estatal, partidário, classístico ou grupal) a determinação exclusive e concreta do círculo de liberdade de cada um, já que a própria "emancipação das classes trabalhadoras NÃO significa uma luta por privilégios e monopólios de classe, e sim, uma luta por direitos e deveres iguais, bem como pela abolição de todo domínio

[3] Lyra Filho faz referência a ponto anterior do texto: "o Direito é, então, em substância, processo e modelo de liberdade conscientizada ou conscientização libertadora, na e para a práxis transformativa do mundo; e não ordem social (que procure encerrá-lo ou detê-lo), nem norma (que bem ou mal o pretenda veicular), nem princípio abstrato (que o desvincule das lutas sociais e concretas), nem apenas lutas social e concreta (que desconhece os limites jurídicos de uma práxis transformativa do mundo e reivindicadora de direitos sonegados: não se conquistam direitos pelo esmagamento de direitos) – o que excluiu a pretensa legitimidade duma ação majoritária aniquiladora do que são, sentem, pensam, carecem e reclamam os titulares do direito inalienável à diferença pessoal ou grupal irredutível" (LYRA FILHO, Roberto. Pesquisa em que direito? Brasília: Edições Nair, 1984, p. 16-17).

> de classe" (LYRA FILHO, Roberto. Pesquisa em que direito? Brasília: Edições Nair, 1984, p.17).

Cumpre mencionar a vanguarda da temática, produto de profundas reflexões no coletivo de pesquisa, especialmente porque os movimentos sociais e suas reivindicações fazem parte do cotidiano do Direito Achado na Rua. Nesse diapasão, José Geraldo de Sousa Junior traçou especial reflexão sobre o tema (SOUSA JUNIOR, 2019), a partir das ponderações efetuadas na banca da dissertação *"Direitos Humanos e Tenebrosas Transações: Um Estudo sobre os Usos do Direito na Aprovação da PEC do Congelamento dos Gastos Públicos"* de Pedro Pompeo Pistelli Ferreira, orientada pelo professor Alexandre Bernardino Costa, outro expoente do DANR e já citado neste trabalho.

Então, propõe uma reflexão a partir de Marilena Chauí sobre o conceito de cidadania, *"a capacidade de colocar no social um sujeito novo que cria direitos e participa da direção da sociedade e do Estado"*.

Relembra a Crítica do Programa de Ghota de 1875, de Karl Marx, trecho onde refletia sobre a necessidade da superação das sociedades de classes e da exploração dos trabalhadores[4]. Na sequência, Sousa Junior discute movimentos sociais a partir de duas autoras, Sherer-Warren e Nair Bicalho, quanto à primeira o autor destaca:

> Quanto às redes de movimentos que estão se constituindo no Brasil, Sherer-Warren define algumas características: a) articulação entre atores e movimentos sociais e culturais; b) transnacionalidade; c) pluralismo organizacional e ideológico e d) atuação nos campos cultural e político. No primeiro, ocorrem diversas formas de articulação por razões múltiplas; no segundo, há uma intensidade diferente nas diversas redes, funcionando uma cooperação em mão dupla: as ONGs estrangeiras propiciam recursos para a execução de projetos no país; no terceiro, observa-se atores sociais participando de várias redes ou organizações, compartilhando princípios éticos comuns; e, no último, as redes de movimentos tendem a atuar na formação de novos sistemas de valores, configurando uma dimensão ética de compromisso com o futuro da coletividade ao nível local, nacional e planetário.Com essas atribuições, as redes ganham significados políticos à medida que se tornam alvo de uma prática mais democrática e tolerante em relação à diversidade social, construindo um imaginário de paz e de novas utopias ou modo de vida alternativos (*SOUSA JUNIOR, 2019*).

No que tange à referência do DANR, o autor referencia os trabalhos de Nair Bicalho:

> No projeto "O Direito Achado na Rua", as nossas referências vêm de Nair Heloisa Bicalho de Sousa, que recoloca a questão dos novos sujeitos sociais na perspectiva do sujeito coletivo de direitos. Nos seus trabalhos, parte da ideia da pluralidade de sujeitos, cujas identidades são fruto da interação social que permite reconhecimento recíproco, assim como seu caráter coletivo, está vinculado à politização dos espaços da vida cotidiana e à prática de criação de direitos. Neste sentido, a classe trabalhadora se soma às lutas de diferentes movimentos sociais (mulheres, homossexuais, indígenas, ecologistas dentre outros), que entraram na cena pública com suas demandas específicas de reconhecimento e negociação de direitos. (SOUSA JUNIOR, 2019).

Ainda cumpre ressaltar os importantes trabalhos realizados na década de 1980 e 1990 pela autora:

> Ao tratar da trajetória da classe trabalhadora brasileira desde 1889 até os anos 1990, a autora demarcou um cenário histórico onde os trabalhadores aparecem em uma trajetória de luta por direitos que ganha dimensão inovadora nos anos 1990. [...] Em Trabalhadores pobres e cidadania. A Experiência da Exclusão e da Rebeldia na Construção Civil (Uberlândia: Editora EDUFU, 2006), trata do processo de formação do sujeito coletivo

[4] "O trabalho é a fonte de toda riqueza e toda cultura, e como o trabalho útil só é possível na sociedade e por meio da sociedade, o fruto do trabalho [Arbeitsertrag] pertence inteiramente, com igual direito, a todos os membros da sociedade" (MARX, 2012, p. 68).

> na construção civil a partir da vida em família, da experiência de trabalho nos canteiros de obra e da cidadania do protesto presente nos quebra-quebras, onde os trabalhadores usam a violência para garantir direitos até a vivência das greves operárias, momentos de configuração emergencial do sujeito coletivo. Com base nas suas experiências no mundo privado e nos conflitos vivenciados no cotidiano de trabalho, nos quebra-quebras, nas greves e nas representações sociais sobre justiça, lei e direito, ela constata a configuração de uma identidade de interesses compartilhados que tornam possível a instrumentalização de uma luta coletiva pela criação de direitos (SOUSA JUNIOR, 2019).

O autor delimita o campo teórico do que pode ou não ser entendido por movimento social e/ou reivindicação de direitos, seja por demarcar os referenciais a serem debatidos, mas por esclarecer o sentido ético do que se entende por movimento social:

> Portanto, se uma sociedade justa representa o acesso igualitário (universal) aos direitos, a emancipação é tarefa solidária, em movimento instituinte, num processo de humanização afluente que seja a superação de qualquer domínio de classe, de fração de classes e de modos de espoliação e de opressão entre as pessoas (SOUSA JUNIOR, 2019).

Não menos importante é a ponderação de José Geraldo de Sousa Junior. O autor reflete sobre os antagonismos e distintas manifestações coletivas e, nesse ponto, invoca reflexões de Merleau-Ponty: “de fato, lembra o filósofo, se todos defendem os mesmos valores – a liberdade, a justiça, o direitos – então, o que separa. E ele responde: a qualidade de homens com os quais nos associamos para defender a liberdade, a justiça e os direitos: os senhores ou os escravos (SOUSA JUNIOR, 2019).

Por essa reflexão, não podemos compreender qualquer ajuntamento e, portanto, reivindicação coletiva, como manifestação juridicamente válida, e não há que se falar, no plano da teoria crítica do Direito, da construção de um sujeito coletivo de direito, a partir dos ajuntamentos classistas, quanto mais há que se falar da caracterização de movimentos sociais, mas sim em agrupamentos e aglomerações sociais que pleiteiam o reconhecimento da normatização de regras positivadas que servem para o estamento do corpo social, na verdade, a positivação de regalias, que impedem a libertação da população espoliada.

Na contramão do pensamento libertário, os agrupamentos ou ajuntamentos coletivos que partem das classes abastadas, descomprometidos com a justiça social, para bem da verdade, configuram não uma reivindicação por direitos plural e emancipatórios, muito pelo contrário, apresentam um processo opressor de exigência e mandamento por manutenção ou ampliação de vantagens historicamente construídas à base de imposição de violências e apanágios às custas da população miserável oprimida.

Por fim, avançamos para a última reflexão, àquela que remete a relação de O DANR com as normas positivadas e, também, especificamente, com os processos constitucionais emancipatórios, podendo, assim, elencar como algumas das históricas constituições democráticas, a Constituição Haitiana Revolucionária de 1805; a Constituição Mexicana de 1917, produto da Revolução de Pancho Villa e do Zapatismo; a Constituição Brasileira de 1988; a Constituição Equatoriana de 2008 e a Constituição Boliviana de 2009, dentre outras normas, tratados, convenções e regulações que remetem a processos de conquistas libertárias.

Nesse sentido, a ponderação que permanece em espreita é, primeiramente, se O Direito Achado na Rua, como teoria pluralista, irrompe a normatividade, dela se liberta, se emancipa, a tal ponto de não perceber na positivação e no sistema estatal qualquer acréscimo, ganho ou possibilidade de avanço social.

Em segundo prisma, a reflexão passa por outro ponto, uma vez que as constituintes e/ou normativas sejam produtos de processo popular libertário, existe espaço para a crítica e as reivindicações pluralistas?

Quanto ao ponto, a primeira questão foi devidamente refletida em certo ponto desse texto, quando foi apresentada a teoria da legitimidade de O DANR, a partir do critério de *liberdade*. Dessa forma, o Direito e, assim, a justiça, em uma condição de potestabilidade, encontram-se *sob judice*, um critério de avaliação, onde a norma positivada, mas também a reivindicação, e mesmo o costume popular, devem atentar para o critério dialético emancipatório e, portanto, libertário. E, desse jeito, a liberdade, a libertação do ser humano do processo de opressão que ele sofre que indica o caminho para o legítimo (e jurídico), para o ilegítimo (ou antijurídico). Nesse sentido, Lyra Filho:

> que a positivação dialética do Direito, isto é, a sua efetivação gradual e em luta, na totalidade histórica em movimento, mediante a qual se esclarece, concretizam e polarizam, como direitos reclamados, os aspectos concretos do Direito geral de libertação jamais toleram que aquela positivação seja acorrentada numa ordem social e seu suposto "direito positivo" (que, tantas vezes, não é nada "positive" – isto é, não vige, materialmente, na sociedade global ou em amplos setores dela, nem, caso obtenha essa vigência, dá mais que um efeito transitório, que ademais não depende, para cair em desuso ou romper-se pela contestação eficaz, de um dispositivo formal revogador: o silêncio ou a repulsa social revogam normas estatais ou não estatais com muito mais força do que as leis) (LYRA FILHO, Roberto. Pesquisa em que direito? Brasília: Edições Nair, 1984, p.17).

Por conseguinte, podemos concluir que o DANR irrompe-se com a normatividade positivista no sentido de não aprisionar-se por ela, isto é, de não se apegar no subterfúgio da regra estatal para justificar as hipóteses de validade, eficácia e efetividade do Direito. Por outro lado, o DANR procura na fortuna social o produto de criação do Direito, e nesse plano possibilita o reencontro com a normatividade estatal. Sem preocupação com isso, o critério de legitimidade da teoria lyriana passa pela dialética emancipatória da libertação do espoliado, que pode ou não estar na regra positivada pelo Estado. A questão é maior: *o direito é um produto que liberta, e, portanto, jamais constrange as construções sociais, desde que essas construções sociais sejam também produtos de processos históricos de emancipação dos sujeitos espoliados. Na concepção lyriana, o direito não pode ser concebido como tirania.*

Por fim, nossa reflexão passa pelas normativas que são processo da luta democrática e popular, e se elas, por eventualidade, tornam desnecessárias as reflexões da teoria crítica, vez que, em seu tempo, conseguiram capturar a essência do povo libertário, e assim, a própria emancipação social.

A pontuação não é de fácil resposta, vez que, como exposto, e inclusive nos exemplos de ordenamentos já mencionados, não há como questionar que são produtos de conquistas populares e representam momentos plurais e emancipatórios da própria história da civilização.

No entanto, cumpre ressaltar que a reflexão sobre a característica de transmutação do direito, seu caráter volátil, transitório, de fusões, incorporações, acréscimos e decréscimos já havia sido debatida por Lyra Filho como uma questão a ser refletida pelos pesquisadores do DANR. Isto porque, entender, aperfeiçoar, apreender e acompanhar, percebendo a incompletude do fenômeno jurídico, se faz fundante para o pesquisador das ciências jurídicas e sociais, ainda mais àquele que se considera do campo crítico. Nas palavras de Lyra:

> O objetivo do processo nunca se consuma em perfeição, repouso e estabilidade definitivas, mas permanece como estrela condutora, para reapresentar-se, a cada etapa, como a imagem constantemente aperfeiçoada e enriquecida pelas aquisições históricas, duma sociedade em que o direito subjetivo não determine, senão que consagre, os direitos subjetivos de cada indivíduo, grupo e povo, conscientizados e afirmados, em princípios e em ação; uma sociedade em que o direito público não seja um aparelho constrictor (estatal ou não estatal, de sistema, grupo, classe, partido, povo direito superior ou associação multinacional imperialista), mas direito público mesmo, que apenas viabiliza direitos

> privados dos indivíduos, grupos e povos, isto é, garante a busca da "existência positiva da Liberdade", concebida em "direito de fazer buscar tudo que a outrem não prejudique" (LYRA FILHO, Roberto. Pesquisa em que direito? Brasília: Edições Nair, 1984, p. 18).

O autor refletiu sobre a incompletude, a transmutação, a novação do Direito conforme as novas configurações sociais, a dialética histórica, as marchas, as lutas por bens, as novas proposições e os novos sujeitos coletivos e direitos:

> O Direito não é, portanto, uma ordem natural e fixa, nem uma social e concreta, nem sequer uma ordem que troca de conteúdo, dentro de parâmetros conceituais ou substanciais do Estado ou da razão pura. Qualquer ordenação traz em si mesmo o germe de outra, mais avançada, em que, por fases de maturação e rompimento final, ela se transfunde. E o Direito, em totalidade e movimento, está precisamente nos parâmetros mais avançados, não nos esquemas de superação, que a ordem futura vai transfigurar, incorporando e reenquadrando a parte viva da anterior e eliminando a parte morta, para criar novas formas de vida e convivência (LYRA FILHO, 1984, p.18).

Por esse motivo, qual seja, o fato do Direito nascer, morrer, renascer e refundar-se no cotidiano das ruas (e consequentemente das normas) progressivamente, através da dialética social, das contradições, das tensões e dos conflitos, é que o ordenamento, mesmo o mais progressista e libertário, jamais vai estancar a riqueza da rua, vez que é produto de um tempo, a fotografia de um marco histórico, de um movimento, porquanto a tensão social, os movimentos e suas reivindicações, suas proposições, conquistas, necessidades, paixões e proposições são renovados a cada dia.

Os desafios de O Direito Achado na Rua à luz da contemporaneidade

Retomando, *O Direito Achado na Rua*, na concepção de seu maior expoente da atualidade, professor José Geraldo, é o

> Direito que emerge transformador dos espaços públicos – a rua – onde se dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática (SOUSA JÚNIOR, 2011).

Segundo ele, não há um humanismo, mas vários humanismos. A construção de vários humanismos tem por base a dialética histórica. O homem em interação com a natureza, num processo dialético e histórico, pode evoluir se aproveitando dos vários humanismos. Romper a dominação de uns sobre os outros pressupõe uma dialética voltada para a libertação de uns sujeitos sobre os outros.

O grande desafio neste processo é fazer com que o Direito positivo, estatal e sancionador ouça, dialogue e se curve à realidade social. As ruas, entendidas como espaços públicos, pulsam conflitos originados da diversidade, da segregação, da repressão e da resistência.

Esta luta se torna complexa na medida em que os sujeitos excluídos não são reconhecidos como sujeitos que detêm conhecimentos válidos e aceitos. Na academia, isto se mostra mais aparente. Os intelectuais desprezam tais conhecimentos e José Geraldo de Sousa Junior, refletindo com Boaventura de Sousa Santos (citado por SOUSA JÚNIOR, 2015, p. 32), esclarece que não há uma racionalidade em um único modo de conhecer, mas na integração de todos eles. Saberes de sujeitos excluídos devem ser considerados dentro de uma lógica que os tornem importantes e válidos.

Para ser realmente emancipatório, O Direito Achado na Rua deve passar pelo processo de luta que permita apropriação e realização. Essa luta passa tanto pelo campo hermenêutico quanto pelo campo de sua aplicação. Nesta, vale dizer que os direitos dos excluídos devem ser efetivamente garantidos e, naquele, que a interpretação das leis deve ser levada em conta as necessidades brotadas das ruas.

São os direitos humanos que possibilitarão a verdadeira emancipação dos *espoliados* das ruas, pois é através da liberdade que estes restarão verdadeiramente livres. Nas palavras do professor José Geraldo, "liberdade não é dom; é tarefa, que se realiza na História, porque não nos libertamos isoladamente, mas em conjunto" (SOUSA JÚNIOR, 2015, p.50).

Verifica-se que é possível uma "ciência engajada, militante e comprometida com a emancipação social e a libertação das mulheres e homens das opressões sofridas" (SOUSA JÚNIOR, 2015, p. 82). Contudo, direcionar o sentido epistemológico torna-se preponderante. Assim, pode-se inferir que O Direito Achado na Rua emerge para explicar e posicionar sobre as crises naturais dos paradigmas que envolvem a universidade e seus conhecimentos, inclusive o jurídico.

Nesse sentido, a redução do *Direito* ao Direito positivista e estatista é o maior obstáculo para uma efetiva democratização do *Direito*. Considerar outras fontes, conhecimentos e atores sociais possibilita quebrar a hegemonia da classe dominante.

Como se infere, o pluralismo jurídico enfatiza a interação entre a ordem das comunidades locais e a ordem normativa superior. Cabe ressaltar que a norma e o sistema jurídico estatais não podem ser desprezados e desconstruídos. Eles exercem papeis importantes para as sociedades modernas e deve-se ter prudência no trato do papel do "Direito Estatal".

O pluralismo jurídico busca aperfeiçoar o sistema jurídico oficial e dar voz aos subgrupos sociais, esquecidos pelo Estado, propositadamente, haja vista que estes grupos não representam a hegemonia das classes dominantes. Por esta razão, urgente se faz emancipar essas classes que historicamente foram renegadas das benesses sociais. As manifestações jurídicas destes grupos, e até mesmo estes grupos, devem passar por necessárias atualizações.

Entende-se necessário manter as manifestações atualizadas para fins epistemológicos, contudo, importante compreender que algumas são superadas e novas surgem. Da mesma forma quanto aos grupos. Determinados grupos são formados e outros extintos. O fundamental é deixar atualizado o *quadro de vivência da realidade jurídica em determinados contextos sociopolíticos e econômicos*.

Neste ponto, o maior desafio é lidar com a complexa relação entre grupos vulneráveis e grupos não vulneráveis. Isto porque grupos que eram vulneráveis, ao saírem da situação de vulnerabilidade se tornam opositores ferrenhos dos novos grupos vulneráveis. Este fenômeno acontece na Europa, América do Norte e América Latina. Do ponto de vista epistemológico, o maior desafio é *manter atualizadas as manifestações plurais do fenômeno jurídico nas mais diversas ordens e subgrupos componentes das sociedades* para não encerrar o processo crítico do Direito positivado.

Dentro desta perspectiva e sabendo da importância jurídica e política de uma constituição para uma nação soberana, repensar o constitucionalismo ocidental de forma a permitir que subgrupos sociais tenham voz e direitos respeitados torna-se uma questão central.

É sabido que a América Latina foi marcada por um complexo processo de extermínio de índios e marginalização dos negros. Este cenário possibilitou que as constituições latino-americanas, historicamente, não contemplassem direitos a esses subgrupos sociais. Atualmente, com raras exceções, estes grupos, em especial os indígenas, ficaram tolhidos de seus espaços. Este tolhimento se dá por meio da retirada de suas terras ou por meio de leis que relativizam seu uso em nome do suposto "desenvolvimento econômico".

A inclusão dos direitos indígenas passa necessariamente pela importância do repensar o constitucionalismo e o pluralismo constitucional. Tirar o antropocentrismo e incluir a natureza como sujeito de direito, de forma a possibilitar uma integração harmoniosa entre o homem e o meio ambiente.

Dois países se destacaram em processos constitucionais pluralistas, Equador e Bolívia. No Equador, normas e procedimentos que buscam soluções para os conflitos indígenas serão respeitados pelo Estado e autoridades públicas. O avanço está nos procedimentos.

A Bolívia positivou a autoridade dos povos indígenas, criando verdadeiras jurisdições com base em seus territórios. Assim, serão considerados seus princípios, seus valores culturais, normas e procedimentos para a tutela jurisdicional indígena. A Bolívia incluiu no constitucionalismo tradicional a Democracia Comunitária. Repensar o constitucionalismo brasileiro é uma tarefa do *Direito Achado na Rua*.

Alteração no plano normativo pressupõe alteração na produção do conhecimento. Não há mudança com os mesmos conhecimentos. O professor José Geraldo alerta para a necessidade de trabalhar além dos "sujeitos de direitos" e incluir os "sujeitos de conhecimento", buscando o *processo de ensino e aprendizagem recíprocos entre os diferentes saberes*.

Ainda cumpre considerar a importância da inclusão de saberes a partir da oportunidade de participação dos atores sociais excluídos nos estudos universitários como, por exemplo, através do sistema de cotas. Tal sistema atende a inclusão de grupos excluídos e absorção de conhecimentos obtidos a partir de novos olhares; tal sistema deve ser ampliado, pois permite a ocupação dos espaços acadêmicos por grupos historicamente excluídos e também abre a possibilidade de reinvenções epistemológicas.

Acesso à (que) Justiça: a emergência da organização social da liberdade segundo O Direito Achado na Rua

O coletivo de autores preocupou-se com uma das principais linhas de investigação da história dos 30 anos do Direito Achado na Rua que foi o acesso à uma justiça potencialmente igualitária voltada para os espoliados e preocupada com sua emancipação. Nesse sentido, voltando-se aos desafios contemporâneos sobre a temática, o grupo percebeu ao menos dois importantes enfrentamentos: acesso à justiça em uma perspectiva social e democrática e a necessidade da formação em Direitos Humanos para magistradas e magistrados.

Quanto ao primeiro ponto, a aplicação da lei ao caso concreto, promovendo a justiça, é uma das funções primordiais do Poder Público. Para tanto, é necessário que o "sistema" ou ordenamento jurídico seja de fácil acesso a todos os cidadãos.

Em linhas gerais, como ensinam Cappelletti e Garth (1988, pp.7-9), "acesso à justiça" é uma expressão que compreende duas ideias fundamentais: o sistema de justiça deve ser igualmente acessível a todos e este deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos. O acesso à justiça não é somente o direito de ação – e, por muito tempo, a justiça somente poderia ser obtida por aqueles que pudessem enfrentar seus custos –, ela é também o respeito às garantias, a uma decisão justa, mas, sobretudo, a uma decisão útil. O acesso formal, mas não efetivo, à justiça, correspondia à igualdade, apenas formal, mas não efetiva.

É nesse sentido que o Estado deve propiciar o acesso à justiça e facilitar a prestação jurisdicional, oferecendo-a de forma eficaz, promovendo de modo justo e efetivo os meios para que todos que desejem essa prestação possam obtê-la com utilidade e efetividade.

Todavia, o Estado é falho ou tem falhado na sua missão pacificadora em razão de fatores como a sobrecarga dos tribunais, as elevadas despesas com litígios e o excessivo formalismo processual e, por outro lado, o escopo social mais elevado

das atividades jurídicas do Estado é eliminar conflitos mediante critérios justos.

A passagem do processo formal positivista, onde a jurisdição por muito tempo teve o papel único e exclusivo de declarar a vontade concreta da lei, como instrumento da realização do direito material, para o denominado processo formal valorativo a partir do surgimento do Estado de Direito Social e, com ele, o Estado de Direito Constitucional, onde passa-se a ver o Sistema Judicial à luz do Direito Constitucional e também sob a perspectiva dos direitos fundamentais, nos apontaram novos caminhos para o acesso à justiça que não aqueles "clássicos" formalmente estabelecidos.

Parte desta transformação se deu pela crise provocada pelo "Juiz Hercules" mencionada por Humberto Dalla, na qual ele juiz passaria a criar leis no caso concreto, substituindo os demais poderes, ampliando a insegurança jurídica, trocando o império das leis pelo império das decisões judiciais.

O grande problema é que a independência intelectual do Estado-Juiz não autoriza o arbítrio.

Nesse cenário, surgiu na Europa a chamada figura do "Juiz Hermes", buscando legitimar suas decisões por meio da efetivação do contraditório participativo, disseminando o uso da mediação, do *amicus curiae*, e das audiências públicas.

Nesse passo, o magistrado deixa de se preocupar simplesmente com a aplicação concreta da lei para a aplicação e preservação das garantias constitucionais, tornando-se verdadeiro garantidor do processo justo.

Sugere o espaço para o exercício direto de poder pelo povo, potencializando o valor da participação neste processo denominado democrático.

Nesse sentido que se demanda uma justiça ou máquina judiciária coexistencial, em que os jurisdicionados possam compor e influenciar, prévia e eficazmente, a decisão final, participando ativamente do processo e fazendo as adequações às peculiaridades do caso concreto, propiciando uma gestão compartilhada, coparticipativa, legitimadora da função do Estado.

O princípio da cooperação está fundamentado basicamente na denominada "democracia deliberativa" de Habermas, que eleva o status dos cidadãos, tornando-os titulares de direitos de participação nas decisões estatais, ou seja, o direito de todos os cidadãos de influenciar na formação de normas jurídicas vinculativas.

Encontra esteio no processo cooperativo e pressupõe a justiça do caso concreto como principal finalidade do processo (colaborar para a efetivação da justiça).

Todavia, a ciência processual limita-se a estudar o acesso à justiça, buscando sua promoção qualificada, preocupando-se com os mecanismos destinados ao seu "acesso qualificado".

Nossa inquietação vai um pouco além. Está voltada para grupos sociais que podem estar em desvantagem, ou seja, incapazes de utilizar o Sistema de Justiça. Para esses grupos, temos que identificar obstáculos à acessibilidade e, ao identifica-los, buscar formas de superá-los.

Como observa Boaventura de Sousa Santos, o tema do acesso à Justiça é o que mais diretamente equaciona as relações entre a igualdade jurídico-formal e a desigualdade socioeconômica, aproximando o Direito da Sociologia.

Ou mesmo, conforme Jose Geraldo de Sousa Junior (2018):

> De fato, o autor procura demonstrar que o efetivo acesso da população à justiça depende

> essencialmente da mudança de postura de todos os envolvidos no sistema de distribuição de justiça, passando por um modelo de desenvolvimento econômico-social voltado para os anseios da população e que seja capaz de eliminar a miséria e reduzir a pobreza com uma distribuição equitativa dos bens primários.

É necessário pensar numa prática de acesso a justiça que preserve a complexidade estrutural do Direito, resguardando o pluralismo da sociedade e promovendo a democracia como forma de tomada de decisões políticas. Portanto, no Brasil há condições de investir em outras formas de acesso à justiça, sobretudo no âmbito dos direitos sociais.

Assim, mesmo quando o foco da questão é o sistema judiciário formal, as conclusões dos principais estudos neste campo têm sinalizado para a necessidade de não perder-se de vista queo direito, o sistema jurídico e o sistema judicial encontram-se num processo acelerado de transformação, que varia em cada sociedade em função do seu desenvolvimento econômico e social, da cultura jurídica das transformações políticas e do consequente padrão de litigação decorrente do tipo de utilizadores dos tribunais judiciais e da relação entre a procura potencial e efetiva da resolução de um litígio no sistema judicial (PEDROSO; TRINCÃO; DIAS, 2003, p. 415).

Desconhecimento do Direito, descrença no Poder Judiciário, óbices financeiros, sociais, culturais e psicológicos são alguns dos desequilíbrios causados pela deficiência do acesso à justiça em nosso país, problemas que geram consequências tais como exclusão social, conflitos cotidianos e lentidão da justiça.

Nesse passo que O Direito Achado na Rua defendido inicialmente por Lyra Filho poderá contribuir com sua proposta de “uso alternativo do Direito” e constante diálogo entre a norma e a realidade com respeito aos Direitos Humanos e busca pelos direitos sociais como estratégia para minimizar o problema.

> Tal caracterização remete à hipótese teórica do pluralismo jurídico, base epistemológica do acesso à justiça assim como formulado neste ensaio e que enseja a possibilidade de outros modos de determinação da norma do direito e da própria acessibilidade à justiça. O pluralismo jurídico é, aliás, uma das premissas para pensar reformas que permitam contemporizar a ideia restrita do primado do direito e a primazia do sistema judicial como instrumentos ideais de uma concepção despolitizada da transformação social. É o pluralismo jurídico que possibilita definições seletivas de competências que permitam encontrar formas de composição extralegal para determinados tipos de conflitos e fundamentar reformas, inclusive do sistema judicial e do sistema processual em condições de incluir, simultaneamente, a face técnico-profissional e a face informal e comunitária da administração da justiça, articulando estratégias, como sugere Boaventura de Sousa Santos, próprias à democracia representativa, plano do constituído, e próprias à democracia participativa, plano do instituinte.

Soluções extrajudiciais tais como campanhas de esclarecimento, assistência judiciária (não apenas litigiosa, mas consultiva), auxílio na solução de conflitos de forma coletiva e disponibilização de espaços para solução de conflitos de forma alternativa são exemplos de como é possível uma alternativa ao método tradicional de solução de conflitos.

O direito de acesso à justiça e o papel do Judiciário como concretizador dos ideais e valores constitucionais: a necessidade de formação em Direitos Humanos para magistradas e magistrados

Pensar um modelo de acesso à justiça para além do aspecto formal da garantia do direito de ação e, principalmente, como dever do Estado em promover as condições necessárias para uma prestação jurisdicional útil e efetiva, na tentativa de ultrapassar

o modelo funcional-burocrático-legal, implica necessariamente na análise do papel e importância do Poder Judiciário na concretização das promessas constitucionais de realização da justiça, que deve ter como princípios os Direitos Humanos e o fortalecimento dos sujeitos sociais, com o fim de efetivar uma concreta democratização do Direito.

Isso porque, com a crescente politização da justiça e das relações sociais, com o Direito influindo cada vez mais na vida das pessoas, houve a ampliação das funções da magistratura com uma mudança significativa na organização do Judiciário, colocando em evidência as decisões judiciais pela sua relevância política e protagonismo social.

Nessa perspectiva, sem tecer críticas ou defesas em razão do alargamento político das funções judicantes, defendemos que a discussão sobre justiça e sua aplicação exige um olhar mais atento para a formação das magistradas e magistrados, "cujos valores emanados da educação em direitos humanos parecem se apresentar como um importante paradigma para uma nova práxis de justiça", conforme se extrai da proposta epistêmica de O Direito Achado na Rua "que vai encontrar na luta pelos direitos humanos uma semântica de justiça que emerge como exercício da organização social da liberdade" (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2016, p. 155).

Feitas estas considerações, o presente trabalho traz significativas experiências de abertura da matriz curricular de duas importantes escolas judiciais, a Escola de Magistratura da Primeira Região (Esmaf) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), aos conhecimentos dos direitos dos povos indígenas, significando importantes conquistas orientadas para a construção de um currículo intercultural e interepistêmico. Trata-se, como se verá, de uma prática educacional capaz de sensibilizar juízas e juízes para uma escuta sensível em relação aos saberes e modos de vidas dos povos indígenas na construção de seus julgamentos para que possam "decidir adequadamente as novas questões complexas, que exigem mais conhecimentos de outras áreas do que jurídicos", mas também imbuída "da ideia de responsabilidade cidadã (SANTOS, 2007, p. 76).

A constitucionalização abrangente, o fenômeno da judicialização e o protagonismo político do Poder Judiciário

A Constituição Federal de 1988, dado seu caráter compromissório (CANOTILHO, 2001), que buscou representar o maior número de expectativas sociais ao instituir em seu texto interesses e valores os mais diversos, contribuiu grandemente para o fenômeno que chamamos de judicialização, em que questões de larga repercussão política ou social, que antes eram discutidas nas instâncias políticas tradicionais do Poder Legislativo e do Executivo, agora foram transferidas para o Poder Judiciário.

Essa virada de paradigma acabou por provocar uma mudança no modelo institucional brasileiro, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade, transformando o Judiciário em um verdadeiro poder político, capaz de fazer valer a Constituição e as leis, inclusive em confronto com outros poderes (BARROSO, 2008, p. 3).

O termo judicialização é utilizado pelos juristas "para se referirem à obrigação legal de que um determinado tema seja apreciado judicialmente". Próximo a esse sentido, mas já com caráter normativo, afirma-se que judicialização "é o ingresso em juízo de determinada causa, que indicaria certa preferência do autor por esse tipo de via". A expressão faz parte, também, "do repertório das ações de grupos políticos que defendem o recurso das arenas judiciais para ampliar a proteção estatal à efetividade de direitos de grupos discriminados ou excluídos" (MACIEL; KOENER, 2002, p.114).

A judicialização, contudo, não se confunde com o ativismo judicial, cuja ideia "está

associada a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois poderes" (Barroso, 2008, p. 6). Aquela, por sua vez, "é um fato, uma circunstância que decorre do modelo constitucional que se adotou, e não um exercício deliberado da vontade política" (BARROSO, 2008, p. 6).

É inconteste, todavia, que os dois fenômenos estão entrelaçados em razão "do aumento da presença de instituições judiciais, de seus procedimentos e de seus agentes na democracia brasileira" (MACIEL; KOENER, 2002, p. 116), o que contribuiu para a "judicialização da política", ou "politização da justiça", consideradas "expressões correlatas, que indicariam os efeitos da expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas" (MACIEL; KOENER, 2002, p. 116).

Sob essa perspectiva, Santos (2007, p. 21) afirma que, com a ampliação do rol de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, verifica-se um "papel de destaque das instituições judiciais em uma nova relação com os demais poderes, ocorrendo o deslocamento da legitimidade do Estado: do Poder Executivo e do Poder Legislativo para o Poder Judiciário", que passou a ocupar um papel importante na sociedade para o fortalecimento da democracia e da promoção da justiça social.

Segundo José Geraldo de Souza Junior e Antonio Escrivão Filho (2016, p. 153), para compreender o fenômeno de expansão política da função judicial é necessário antes compreender a condição política da função judicial:

> Nos termos da Filosofia Política, a aplicação do Direito é atividade política de importância fundamental, aprofundada, a partir do século XIX, com a expansão da legislação e a respectiva universalização da jurisdição (...) De fato, a abertura política e a constitucionalização dos direitos sociais, econômicos e culturais viriam desafiar o judiciário brasileiro a se pronunciar sobre o fundamento do Estado contemporâneo e a relação entre as decisões judiciais e o seu impacto político na sociedade.

Nesse cenário, reputa-se importante que as(os) magistradas(os) tenham conhecimento dessas conquistas e assumam sua politicidade que, segundo Dalmo de Abreu Dallari (1996), não se confunde com política partidária, advindo sua legitimidade justamente da proteção eficaz desses direitos. O autor ressalta que os juízes exercem atividade política em dois sentidos, por serem integrantes do aparato de poder do Estado, que é uma sociedade política, e por aplicarem as normas do Direito, que são necessariamente políticas.

> O juiz recebe do povo, através da Constituição, a legitimação formal de suas decisões, que muitas vezes afetam de modo extremamente grave a liberdade, a situação familiar, o patrimônio, a convivência na sociedade e toda uma gama de interesses fundamentais de uma ou de muitas pessoas. Essa legitimação deve ser permanentemente complementada pelo povo, o que só ocorre quando, segundo a convicção permanente, os juízes estão cumprindo seu papel constitucional, protegendo eficazmente os direitos e decidindo com justiça. Essa legitimação tem excepcional importância pelos efeitos políticos e sociais que podem ter as decisões judiciais (DALLARI, 1996, p. 38).

O compromisso constitucional com a efetividade dos direitos humanos coloca um desafio para o Judiciário ao ter que lidar com o aumento substancial de demandas, em que várias questões relevantes no que concerne ao âmbito desses direitos estão sendo questionadas junto aos tribunais. Tal fato reclama das(os) juízas(es) uma atuação que leve em consideração essa nova realidade constitucional.

A afirmação desses direitos nas sociedades democráticas modernas, submetidas ao império do Direito (DALLARI, 1996), é tarefa que também incumbe ao Poder Judiciário e para melhor desempenhá-la é urgente que os juízes tenham contato com o direito internacional dos direitos humanos.

> O primeiro ponto a considerar, quando se quer trabalhar para que exista na prática a proteção judicial, é o desconhecimento, pelos juízes de modo geral, das normas internacionais de reconhecimento, positivação e proteção dos direitos humanos e das condições e dos efeitos de sua integração ao sistema jurídico nacional (DALLARI, 1996, p. 39).

Daí a necessidade de se assegurar que todos os operadores do Sistema de Justiça, especialmente as magistradas e magistrados, sejam capacitados a atuar na temática de direitos humanos, levando-se em conta a normativa internacional e regional, para superar o fenômeno a que Marcelo Neves (2016) chama de "constitucionalização simbólica", no qual ele descreve o procedimento consistente em inscrever direitos no plano normativo como uma resposta aos movimentos sociais de lutas por novos direitos mas que, por se limitar à normatização, acaba nunca se traduzindo em direitos usufruídos por seus titulares. A esse respeito, a juíza Federal Célia Regina Ody Bernardes diz que "as forças reais de poder na sociedade permitiram inscrever o direito reivindicado na Constituição, fingindo conceder o direito mas, na verdade, esse direito permanece como promessa jamais cumprida".

Se por um lado reconhece-se que o desenho constitucional ampliou o poder político do Judiciário, uma vez que, conforme visto, a condição política é algo intrínseco à função judicial, e aqui não cabe fazer um juízo de valor acerca dos impactos e riscos que o fenômeno da judicialização da política trouxe para a democracia brasileira, o que para alguns juristas configura um caminho perigoso (GUEDES, 2012), o fato é que isso gerou um verdadeiro dilema para uma cultura judicial desacostumada a se manifestar sobre as questões sociais. Assim,

> (…) ao longo de sua história o Brasil vivenciou um sistema de justiça que à distância pouco participou dos esforços para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e menos desigual. Com traços de uma cultura jurídica eminentemente colonial, de costas para a realidade social, é difícil verificar na história política do sistema de justiça brasileiro – na medida, é claro, da sua inserção na história política do Brasil – um momento em que ele tenha se apresentado à luta social por direitos como uma alternativa político-institucional apta a garantir conquistas mais democráticas, mais humanistas ou menos autoritárias que as assumidas por outras instituições e poderes do Estado (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2016, p. 166-167).

Entendemos que um dos caminhos para a construção de uma cultura jurídica que contribua para a promoção da justiça, da concretização dos valores e fins constitucionais passa necessariamente pela formação das magistradas e magistrados em direitos humanos, por meio da abertura curricular das escolas judiciais com enfoque na interdisciplinaridade, possibilitando diálogos interculturais e currículos interepistêmicos.

Nesse sentido, Nair Heloisa Bicalho de Sousa (2016, p. 112) defende que

> o processo de educação em direitos humanos se propõe a construir um alicerce sólido na estrutura social hierárquica, autoritária e discriminatória, de modo a difundir conhecimentos, valores, habilidades e atitudes capazes de garantir respeito aos direitos e às liberdades fundamentais. Trata-se de edificar uma sociedade pautada na tolerância, no diálogo com o outro, capaz de respeitar a igualdade, a diferença e a diversidade cultural.

O papel das escolas judiciais na formação do juiz como concretizador dos ideais constitucionais: experiências de construção do currículo intercultural e interepistêmico

No Brasil, o processo institucional de construção de escolas judiciais ganhou o reconhecimento constitucional com a Emenda 45/2004, denominada Reforma do Judiciário. No contexto de tais mudanças, foi prevista a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), com a pretensão de se

estruturar na entidade central um sistema brasileiro de formação e aperfeiçoamento de juízes, estabelecendo, assim, a formação inicial e continuada da magistratura. Tudo isso no bojo de movimentos sociais que ingressam no Judiciário, politizando suas decisões e judicializando as questões políticas importantes para a sociedade.

Verifica-se, desde então, uma preocupação cada vez maior das escolas judiciais com a formação das(os) magistradas(os) preparando-as(os) para os novos temas que são judicializados por meio de abordagens não apenas jurídica, mas com apoio das disciplinas das áreas das ciências humanas, a fim de que os auxiliem no entendimento da realidade em que estão inseridas(os) e na incorporação da função do juiz como concretizador dos princípios constitucionais materializados.

Ocorre, contudo, que as bases conceituais que tradicionalmente sustentam as orientações curriculares da formação das(os) juízas(es) no Brasil ainda se faz com a rigidez que é própria e particular aos valores culturais e econômicos incorporados pelo Ocidente e pelos países centrais, invisibilizando as identidades, as narrativas, e os saberes não hegemônicos, o que contribui para a manutenção de um Judiciário que insiste em produzir e manter o discurso da propriedade como discurso da modernidade (CORTIANO JUNIOR, 2002).

As escolas judiciais, portanto, vêm desconsiderando o aspecto plural da sociedade brasileira e suas múltiplas realidades, cuja Constituição Federal concebe as diferenças socioculturais como legítimas expressões de um Estado pluriétnico e multicultural (LACERDA, 2007). Insistem, desta forma, em reproduzir o conhecimento científico sobre o Direito com enfoque curricular que sustenta a existência de conhecimentos universalmente válidos sem reconhecer a diversidade dos sujeitos de direito e seus respectivos direitos (SILVA, 2009).

O resultado dessa escolha reflete diretamente em decisões judiciais que retratam a prevalência de princípios rígidos do Direito com conteúdo formal em detrimento de interesses coletivos dos povos tradicionais, notando-se a força do poder dominante sobre a estrutura curricular, moldando o pensamento e as ações das(os) magistradas(os). Muito centrados na propriedade individual, os princípios que subsidiam a tomada de decisão pelo Judiciário se mantêm distantes dos conceitos que são próprios das culturas indígenas, também positivados, em que ressai a necessidade de se pensar a solução de conflitos por meio de elementos jurídicos fundados, sobretudo, na solidariedade, na fraternidade e no reconhecimento de que os interesses coletivos devem ser aplicados em igualdade jurídica ao direito individual.

A formação judicial – imposta sob a forma de uma matriz curricular universalista, apresentada por conceitos abrangentes, genéricos, abstratos, encerrada, portanto, no aprendizado de normas, códigos e leis, sem a necessária leitura cruzada entre o ordenamento jurídico e as práticas e problemas sociais (SANTOS, 2007) – repercute diretamente nas decisões judiciais, que não permitem um olhar do julgador para além do texto jurídico. Boaventura de Sousa Santos (2007) chama esse modelo de aprendizagem de “deformação jurídica”, pois baseado na cultura normativista técnico-burocrática que “conhece bem o Direito e sua relação com os autos, mas não conhece a relação dos autos com a realidade” (SANTOS, 2007, p. 72).

Nesse cenário em que o acesso à justiça não se realiza de forma efetiva para os povos indígenas, abre-se passagem para uma iniciativa inovadora, e que se pretende uma prática jurídica emancipatória do Direito, aqui entendida “como processo de combate às violações e enquanto luta pela efetivação de direitos ora previstos, porém sonegados, ora já negados ante sua própria possibilidade de previsão” (SOUSA JUNIOR, 2016, p. 40). Referimo-nos à abertura do currículo de duas importantes escolas judiciais, Esmaf e Enfam, aos direitos dos povos indígenas.

A primeira intervenção aconteceu no currículo da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região (Esmaf), instituição de ensino que integra a estrutura organizacional

do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), cuja competência territorial abrange 14 estados da Federação, incluindo toda a Amazônia brasileira e a Região Centro-Oeste, além dos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais. A Esmaf é a escola judicial responsável hoje pela formação de aproximadamente 600 magistradas e magistrados federais, por isso a necessidade de tentativa de abertura da sua matriz curricular, chamando a atenção para a especificidade e importância do tema.

A oportunidade de abertura curricular surgiu com a homologação do XVI concurso para a magistratura federal da Primeira Região, com aprovação recorde de juízas e juízes, no total de 104 que, por exigência legal, deveriam obrigatoriamente passar pelo curso de formação inicial na escola de magistratura. O primeiro momento se deu com a introdução de um módulo intitulado "Atuação em questões de minorias: os direitos dos Povos Indígenas", ministrado em uma perspectiva multidisciplinar, com a participação de juíza/juiz e antropóloga/o como formadora/formador. Em razão do expressivo número de aprovados empossados em cargos da magistratura federal, no total de 93, o curso foi dividido em duas turmas, com 45 e 48 cursistas, com início em 07.11.2016 e término em 24.02.2017 (Turma I); e início em 23.1.2017 e término em 28.4.2017 (Turma II), cada uma com carga horária de 480 horas-aula. Propusemos uma abordagem curricular que sensibilizasse as(os) juízas(es) para o caráter distinto dos direitos indígenas, chamando-lhes a atenção para a diversidade desses sujeitos de direitos e para a necessidade de diálogo entre os conhecimentos do Direito formal, de tradição privatista, com os sistemas de conhecimento e modos de vida indígenas, na tentativa de construir espaços de interlocução.

Embora ainda não tivesse sido alcançado no curso de formação inicial, o objetivo maior, que era o de estabelecer nesse currículo um diálogo intercultural e interepistêmico, trazendo para este espaço a voz dos próprios indígenas, é importante ressaltar que essa era a primeira vez que a Esmaf oportunizava a abertura do seu currículo para a temática indígena, o que se considera relevante, tendo em vista a competência material e territorial da Justiça Federal da 1ª Região.

A implantação do referido módulo e sua ótima receptividade pelas(os) cursistas mobilizou outros atores importantes, criando condições para um projeto mais ambicioso de trabalho com a formação de magistradas(os) na temática indígena. Estamos falando da parceria que foi estabelecida entre a Esmaf e a Enfam, desta vez com o objetivo de proporcionar ação formativa continuada, dirigida às(aos) magistradas(os) que já se encontravam em exercício, algumas(ns) designadas(os) para atuarem em varas ambientais localizadas na Amazônia.

Vislumbrava-se, desta vez, a oportunidade de um encontro intercultural com a presença no curso dos próprios indígenas, trazendo à discussão temas que consideravam relevantes, oportunidade em que receberam as(os) juízas(es) em sua comunidade para troca de conhecimento e saberes.

Nessa perspectiva, o curso "O Poder Judiciário e os Direitos Indígenas" realizado em Manaus, no período de 14 a 16 de dezembro de 2016, viabilizou um encontro intercultural entre juízas(es) e os indígenas Waimiri Atroari, na Terra Indígena Waimiri Atroari, proporcionando uma reflexão mais profunda e crítica acerca das cosmologias indígenas baseadas em epistemologias de reciprocidade, complementariedade e holismo cósmico (LUCIANO, 2016). Estabeleceu-se que a pauta de discussões seria escolhida pelos indígenas, trazendo para o diálogo questões que consideravam importantes, assim como reivindicações.

O encontro intercultural parece ter aberto espaço para um diálogo entre as duas comunidades, indígenas e magistrados. Nesse sentido,

> a colonialidade do saber, ao recuperar a simultaneidade dos diferentes lugares na conformação do nosso mundo, abre espaço para que múltiplas epistemes dialoguem. Em nossa América, mais que hibridismos, há que se reconhecer que há pensamentos

> que aprenderam a viver em lógicas distintas, a se mover entre diferentes códigos e, por isso, mais que multiculturalismo sinaliza para interculturalidades (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 13).

A experiência possibilitou trocas culturais muito ricas, por meio das quais os presentes puderam explanar seus pensamentos de forma aberta, sem controle dos termos do diálogo por qualquer uma delas, reforçando o entendimento de que "sempre que uma dada comunidade cultural decide envolver-se em um diálogo intercultural não o faz indiscriminadamente, com qualquer outra comunidade cultural ou para discutir qualquer tipo de questões" (SANTOS, 2003, p. 457). A pauta elaborada pelos indígenas, de cunho político, consistiu em trazer à discussão questões que preocupam a comunidade, em diálogo com juízas e juízes, que também fizeram uso da palavra.

Os depoimentos revelam que a desinformação, ou o conhecimento errôneo do contexto histórico de afirmação sociopolítico dos povos indígenas frente ao Estado e à sociedade nacional, muito contribui para a perpetuação das violências físicas e psíquicas contra os modos de vidas e cosmologias ameríndias, que concebem o estar-no-mundo de forma distributiva e compartilhada (LUCIANO, 2016). Ou seja, estas racionalidades não são compreendidas pela sociedade em geral porque, desde a época da colonização até os dias de hoje, reprimem-se "seus padrões de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade" (QUIJANO, 2005, p. 231).

A primeira experiência de abertura do currículo da Esmaf para os conhecimentos indígenas significou um avanço epistêmico importante com a quebra do enfoque monocultural do conhecimento, ao reconhecer pela primeira vez em seu currículo a singularidade dos sujeitos que reivindicam direitos, até então invisibilizados e marginalizados no âmbito dos processos pedagógicos da Escola, que não contemplavam os pertencimentos étnicos e culturais. A despeito dos avanços epistemológicos, em que se proporcionou um diálogo multidisciplinar entre o Direito e a Antropologia, o projeto ainda mostrava sua incompletude, mas foi fundamental para se avançar rumo a uma perspectiva intercultural do currículo, trazendo para esse espaço a voz e experiências dos próprios indígenas.

Diante da ótima receptividade e avaliação da experiência intercultural com os Waimiri, feitas pelas(os) magistradas(os) cursistas por meio de depoimentos e relatórios enviados para as escolas judiciais, foram realizadas mais duas formações, desta vez na Terra Indígena Wajãpi, no Amapá, e na comunidade Indígena Maturuca, na Raposa Serra do Sol, ambas em novembro de 2017. Os cursos propiciaram encontros de magistradas(os) com os indígenas, contribuindo para um diálogo intercultural, fomentando o incremento de uma visão do Direito baseado no conhecimento de realidades de diferentes povos indígenas. Com isso se quer proporcionar tratamento igualitário ao se deparar as(os) magistradas(os) com conflitos em que se insere a questão indígena.

A experiência de abertura dos currículos da Esmaf e da Enfam às racionalidades e epistemes indígenas parece apontar para a possibilidade de reflexão ampliando a compreensão do mundo dos juízes para além da compreensão ocidental do mundo, com um novo modo de produção de conhecimento (SANTOS, 2007). De fato, a realização dos referidos cursos trouxe para juízas(es) referenciais teórico-empíricos, precedentes judiciais e legislação que auxiliem na fundamentação das decisões judiciais, mas, sobretudo, proporcionou-lhes uma vivência valiosa, com o conhecimento da realidade a que são chamados a decidir, convidando-os a refletir e adotar em seus julgamentos uma postura dialógica com as diferentes partes e interesses envolvidos no processo.

Importante mencionar que o curso "O Poder Judiciário e os direitos dos Povos Indígenas" tem proporcionado desdobramentos importantes no campo da formação em Direitos Humanos, com a realização do termo de acordo feito entre a Enfam e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para a realização de ações formativas

com perspectiva multidisciplinar, para juízas(es) formadoras(es) das escolas judiciais das demais regiões do Brasil.

O presente trabalho procura estimular, portanto, política de introdução permanente do curso de direitos indígenas nas escolas judiciais, a partir da Enfam, que orienta os currículos das demais escolas judiciais, tanto federais quanto estaduais. Se não foi possível alterar a realidade curricular, pensa-se que os primeiros passos foram dados, pretendendo-se que o curso sobre direitos dos povos indígenas se torne uma política permanente das escolas de formação das(os) magistradas(os) de todo o país.

Educação em Direitos Humanos no Direito Achado na Rua: problematizações, tensionamentos e perspectivas

Uma das principais características do Direito Achado na Rua é a inseparável condição entre teoria e práxis e, ao longo de sua história, o coletivo desenvolveu na visão e na metodologia Lyriana confluências Freirianas de uma concepção educacional entrelaçada entre o agir e o pensar do educador, tendo como escopo a libertação do sujeito oprimido. O pacto de comprometimento com aquela e aquele explorada e explorado é uma das singularidades fundantes da história e da pedagogia do Direito Achado na Rua. Nesse caminho, a africanidade, os povos tradicionais e o movimento LGBTI revelam-se como temas latentes para uma educação crítica e emancipadora nos tempos atuais.

O Direito Achado na Rua com ênfase na educação em Direitos Humanos e Africanidade

> Frantz Fanon considera que as estruturas sociais coloniais são introjetadas na subjetividade do colonizado e a mudança dependeria de uma transformação radical das estruturas da sociedade (OLIVEIRA, 2019).

Não há como falar em educação sem mencionar os preceitos trazidos por Paulo Freire. Para ele, a educação é prática libertadora: “Não há educação fora das sociedades e não há homem no vazio” (FREIRE, 2016, p.34). Acrescenta o autor que

> a sociedade brasileira, que significava uma sociedade sem povo, comandada por uma “elite” superposta a seu mundo, alienada, em que o homem simples, minimizado e sem consciência desta minimização, era mais “coisa” que homem mesmo, ou opção pelo amanhã. A opção da sociedade brasileira era a de se “descolonizar” cada vez mais.

Dizia ele que “as correntes deveriam ser cortadas, pois elas a faziam e fazem permanecer como objeto de outras que lhe são sujeitos” (FREIRE, 2016, p.34-35).

> Na sua compreensão ético-político-antropológica de uma epistemologia crítico-educativa que, em última instância, tem como ponto central a humanização de todos e todas independentemente de sua classe social, sua idade, gênero, opção sexual ou local de nascimento ou moradia, Paulo está se referindo e lutando pelos plenos direitos de igualdade de oportunidades. Portanto, se a práxis de Paulo Freire se centra na luta pela dignificação das gentes, corporificação da humanização verdadeira, ele está se referindo aos direitos humanos. Dignificar as gentes, as pessoas, é, assim, a substantividade dos direitos humanos (FREIRE, 2016).

Portanto, a educação, que significa força, deveria ser revestida de liberdade. Mulheres e homens precisam se conscientizar de seus direitos e de seu papel na sociedade para que possam exercer uma postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e espaço. Nas palavras de Freire:

> (...) esta autorreflexão levará esses sujeitos ao aprofundamento consequente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadores, mas como figurantes e autoras e autores (FREIRE, 2016, p.35).

Proposta esta que entra em consonância com O Direito Achado na Rua, pois "o Direito emerge das ruas, nos processos de disputas e se traduz na voz do povo, sujeito dotado de capacidade criativa, criadora e instituinte de direito", como nos propõe o professor José Geraldo de Sousa Junior (SOUSA, 2015).

Freire afirmava que as forças dominantes massificavam a sociedade, se apoderando de sua camada mais ingênua. Acreditava que um dos papéis da educação libertadora é o de "expulsar esta sombra através da conscientização e, por isso, respeitando o homem como pessoa" (FREIRE, 2016, p. 35-37).

Mais adiante, o professor afirma que a problemática do Brasil se deu diante das "condições negativas às experiências democráticas, tendo em vista que nossa população cresceu sem diálogo, de cabeça baixa, com receio da Coroa, sem imprensa, sem relações, sem escolas. Enfim, 'doente' (FREIRE, 2016, p. 37). Esta falta de diálogo, em que

> o "poder do senhor" se alongava "das terras às gentes também" e do trabalho escravo inicialmente nativo e, posteriormente africano, não criou condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático no homem brasileiro.

E a consequência de uma população não participativa foi um domínio dos senhores das terras. Disse ele,

> (...) faltou-nos, na verdade, com o tipo de colonização que tivemos, vivência comunitária, ou seja, de participação popular na coisa pública. Não havia povo. E com isso, criou-se a consciência hospedeira da opressão e não uma consciência livre e criadora, indispensável aos regimes autenticamente democráticos (FREIRE, 2016, p. 38).

Com todo o processo histórico, não recebemos uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática, ao invés colocou-o submetido às prescrições alheias, a uma educação imposta que desvaloriza sua cultura e raízes.

Conclui Freire que

> (...) a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. É necessário pensar o Brasil como sujeito, integrar com a realidade nacional, que valoriza, que é capaz de fecundar, de forma surpreendente a criação intelectual que se põe a serviço da cultura nacional. Portanto, a força de um pensamento criador próprio e o compromisso com o destino da realidade pensada e assumida (FREIRE, 2016, p.96).

A negação da miscigenação brasileira, da existência de um modelo de educação imposto, reflete ainda nos dias de hoje em um mundo globalizado, onde a maioria das pesquisas sobre relações raciais aponta problemas de relacionamento da criança negra no espaço escolar, ocasionados pelo seu pertencimento racial, gerando uma relação conflituosa entre colegas e professores e, muitas vezes, nociva para os que acabam sendo rejeitados por seus atributos físicos.

Na pesquisa desenvolvida por Cavalleiro (2000) com crianças de quatro a seis anos observou-se que "as crianças negras já apresentam uma identidade negativa, ao passo que as crianças brancas manifestaram um sentimento de superioridade e, em algumas situações, atitudes carregadas de preconceito". Na pesquisa de Afonso (1995) concluiu-se que "as crianças negras em seu processo de desenvolvimento têm diversas possibilidades para internalizar uma concepção negativa de seu pertencimento racial, favorecendo a constituição de uma autoimagem depreciativa". Significa dizer que, aos quatro anos de idade, as crianças já passaram por processos

de subjetivação que as levaram a concepções muito arraigadas no nosso imaginário social sobre o branco e o negro e, consequentemente, sobre as positividades e negatividades atribuídas a um e outro grupo racial.

Em um estudo realizado em Goiânia, verificou-se que mesmo com a criação das Leis nº 7.207/93 (municipal) e nº 10.639/03 (federal), que preveem como obrigatória a inclusão de conteúdos sobre a história da África e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, os textos analisados demonstraram interpretações dúbias e estereotipadas dos afro-brasileiros e africanos. Diz a pesquisa que a "África, quando estava presente em texto escrito e em ilustrações, em geral representava o lugar de povos sem história, caracterizados como "bandos pré-históricos", como representantes do pensamento mágico (feitiçaria, fetichismo etc.), da pobreza e da desorganização social" (SILVA, 2005, p. 230).

Portanto, não havia uma preocupação dos autores em estabelecer o contexto cultural daqueles povos, ou mesmo apresentar as inúmeras e ricas influências em nossa cultura: na religião, o candomblé e a umbanda; no movimento de libertação, e tão difundido e respeitado no mundo, a capoeira; na gastronomia, a feijoada – prato genuinamente brasileiro, dentre muitos outros mais.

A educação não pode trazer um discurso de igualdade para que, segundo Jódar e Gómez (2002, p.34), "diante da vergonha de ser homem e da exigência de educar para não repetir Auschwitz (Adorno, 1998), uma resposta possível é devir-outro, o outro de homem". Ou seja, uma educação que não esteja presa à forma do homem dominante: homem-branco-adulto-heterossexual-cristão.

Dessa forma, para Jódar e Gómez (2002, p.35):

> (...) introduzir o devir-criança nas formas de pensar e viver a educação não é simplesmente promover um pensar e viver a educação, não é simplesmente promover um pensar, escrever, falar ou, em suma, educar "para" as crianças (...). Ao contrário, esse "para" é um processo em devir. Devir duplamente e em paralelo, entre uns e outros, em direção à alteridade de ambos". Cada um tem como marcar a sua "estrangeirice", então se faz necessário pensar formas de ver a diferença não a partir de um desvio da "norma" e também não tentando trazer o "diferente" para o âmbito do "mesmo" a partir de um apagamento dessas diferenças, pois é assim que constitui o "racismo.

Nita Freire (2016) afirmou que

> "a teoria de Paulo Freire era a de buscar mecanismo de inserção crítica dos homens e das mulheres nas suas sociedades ao possibilitar-lhes terem voz, dizerem a sua palavra, biografarem-se. Serem seres-mais. Possibilitando-os serem sujeitos também da história e não apenas objetos da exploração, de servidão a serviço das classes opressoras.

Conclui-se que a educação em direitos humanos e africanidade não se propõe apenas em reconhecer e respeitar todos os homens diferentes do dominante, mas, sobretudo, reescrever a história brasileira, aproximando-a não só da importância econômica do trabalho escravo, como também do papel dos africanos e de seus descendentes nas diversas formas de resistência, na recriação de sua religiosidade, dos seus costumes, formas sociais no Brasil, e sobretudo, empoderando meninas e meninos negros em seu papel no tempo e espaço, valorizando suas raízes.

O Direito Achado na Rua com ênfase nos Povos e Comunidades Tradicionais

> (…) a grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discurso de direitos humanos (SANTOS, 2013, p.15).

Iniciamos essa seção do texto com a epígrafe do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, que nos confronta com a dura realidade do cenário em que nos encontramos nos tempos atuais. Na nossa opinião, vivemos tempos de constante desarmonia do ser humano e da natureza. O homem destrói a si e o que está à sua volta em nome de progresso e satisfação pessoal. Vamos nos degradando individual e coletivamente como se fossemos animais irracionais. Para Simone Weil “a vida será tanto menos desumana quanto maior for a capacidade individual de pensar e agir” (WEIL, 2017, p.129). Consideramos que, além da ausência do ato de pensar, o imediatismo em busca de prazer vigora como dogma sagrado para determinar as escolhas dos homens, tanto na esfera privada quanto na pública. Presenciamos uma ascensão dos avanços tecnológicos e da desumanização do ser humano. Acreditamos que não é preciso muito esforço para percebermos que à nossa volta acontece o que afirmou Boaventura, quando diz que a maioria das pessoas não são abrangidas por direitos humanos.

Dito isso, perguntamo-nos o que efetivamente pode ser feito para minimizar a realidade dos oprimidos? Seria ingênuo acreditar que uma revolução está iminente e dela surgiria um novo mundo em que não fosse necessário falar, por exemplo, em Direitos Humanos e respeito pelos povos e comunidades tradicionais. Assim, talvez, resta-nos transformar a indignação diante da crescente violência gerada pelos seres humanos, em força para seguir. Nos inspirar naqueles que lutaram e lutam, na tentativa de contribuirmos com formas de resistência que persistam nos Direitos Humanos como projeto de solidariedade e dignidade humana.

Vivemos em um país de pluralidade étnica, racial, social, cultural, econômica e política, um verdadeiro mosaico o que, a nosso ver, deve nos guiar a pensar o Brasil pelos vários ângulos e partindo de lugares diferentes. Ademais, considerá-lo como o país da diversidade, temos por volta de 10 milhões de pessoas que fazem parte das comunidades tradicionais, sendo dois milhões de quilombolas, um milhão e meio de indígenas, 800 mil ciganos, 400 mil quebradeiras de coco, 50 mil seringueiros e outros tantos distribuídos em um quarto do território nacional. Desde logo, julgamos pertinente frisar que as comunidades tradicionais passam cada vez mais por ataques de políticas públicas que não reconhecem sua cultura e não respeitam seus povos.

No Brasil, como em toda a América Latina, a temática dos Direitos Humanos tem buscado ganhar força, ecoando várias vozes e tentando adquirir acentuada significação histórica como resposta à extensa realidade de muitas violências que são manifestadas no âmbito social, cultural e político. As formas de violência são efetivamente materializadas pela violação dos direitos humanos nas mais diversas esferas da sociedade e vivenciadas ao longo da história. Vamos assistindo repetidas sucessões de violência ao longo dos tempos, em que identificamos o ser humano como autor de violência ou expectador do horror, como se isso não nos afetasse a todos. Devemos ser inquietos e desassossegados com a barbárie humana que nos assola. Faz-se urgente pensar sobre o que vivemos, para que seja possível agir de maneira consciente.

No âmbito do presente texto, propomos à luz do postulado teórico do Direito Achado na Rua, uma reflexão sobre os povos e comunidades tradicionais por entendermos que eles são alvos de violação de direitos humanos, mas, contudo, chamamos atenção que, ao falar deles, estamos falando da humanidade. Entendemos que lutar pelos direitos dos povos tradicionais é lutar por direitos humanos, sem promover segregação. Ademais, consideramos que somos seres de relação e essa é a principal condição para a constituição do homem no meio cultural. Outrossim, os direitos culturais foram concebidos pela Constituinte brasileira nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal (1988), posto que estabelecem a obrigação do Estado de proteger todas as manifestações populares, indígenas, afro-brasileiras e de todos os outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Todavia, definindo o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens de

natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto como referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Vale referir que, embora na Constituição de 1988 os quilombolas e indígenas foram reconhecidos e contemplados na legislação, ainda assim não houve efetivamente política pública que reconhecesse a riqueza cultural dos povos e comunidades tradicionais, bem como respeitasse suas especificidades. Pelo contrário, eles continuaram na invisibilidade e no lugar do não reconhecimento da sua cultura e das formas peculiares de seu povo.

Portanto, reconhecer essa diversidade é resgatar a historicidade cultural que foi gestada na história do país. Há uma riqueza imensa em termos de organização e forma de viver que vão emergindo na contemporaneidade, a nosso ver, como formas de resistência, uma vez que a padronização social é voltada para que as peculiaridades desses povos sejam anuladas e ilegítimas. As instituições sociais são instrumentos formais do Estado para dificultar a permanência dos modos de vida dos povos tradicionais, transformando a tradição deles em algo de menor valor, consequentemente, expropria o homem da sua cultura e, com isso, perpetua violência no que concerne aos direitos básicos da vida humana, como é o caso da disputa por terra.

A luta pela terra se consolida muito mais do que o direito de ir e vir, eles lutam pelo direito de ficar e criar raízes com o território, pois o território para os povos e comunidades tradicionais é muito mais do que o chão demarcado, são as suas relações afetivas e memórias antropológicas com o lugar. A terra é a sua relação afetiva orgânica corporificada com o lugar e com as histórias e memórias dos seus povos com o contexto histórico-social-cultural, na tentativa do reconhecimento de suas identidades coletivas, para a construção da vida em comunidade autônomas enquanto instrumento de resistência.

As comunidades tradicionais possuem a religiosidade, línguas e dialetos, a arte, a dança, a culinária, a música, as cantorias, a relação harmônica com a natureza, enfim, tudo isso como símbolo de luta e instrumento de resistência para manter a tradição. A luta é árdua, em alguns momentos ela avança e, em outros, ela retrocede, e por isso a resistência desses povos e comunidades tradicionais é tão importante.

Consideramos que as comunidades tradicionais emergem como sujeitos de direitos que interpelam o Estado brasileiro na tentativa de se manterem em suas comunidades e serem contemplados com políticas públicas específicas para que elas sigam seus modos de vida, preservando a cultura e colaborando com a História. No momento em que os povos tradicionais forem contemplados como seres humanos ativos democráticos de direitos, eles integrarão os processos sociais, educacionais e culturais do país, sem que seja necessário alterar suas formas culturais. Não obstante, cumpre-nos sublinhar acerca das pessoas que não pertencem a comunidades tradicionais e que estão ocupando os espaços já legitimados socialmente como, por exemplo, a universidade ou cargos políticos, possuem um compromisso com os povos tradicionais em se referindo a eles, não falar deles, mais falar com eles e sobre eles. Com isso, almejamos que os Direitos Humanos sejam uma proposta efetiva de humanização, levantada por todos e para todos.

Por fim, suspeitamos que um dos legados dos Direitos Humanos para os povos tradicionais seria, para além de reconhecê-los culturalmente, aproximá-los dos demais povos, sem que se faça deles um fantoche folclórico da história do país. Para finalizar, convoco as palavras de Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” ao fazer crítica ao modo como a sociedade expulsa os diferentes. “Como marginalizados, “seres fora de” ou “à margem de”, a solução para eles estaria em que fossem “integrados”, “incorporados” à sociedade sadia de onde um dia “partiram”, renunciando, como trânsfugas, a uma vida feliz. Acrescenta Freire, que “a solução estaria em deixarem a condição de ser “seres fora de” e assumirem a de “seres dentro de” (FREIRE, 2016, p.108).

A Educação em Direitos Humanos como último flanco

> "O bom estudante não é borboleta, é incansável pica-pau, capaz de perfurar a rija madeira dos conceitos e teorias" – (Lyra Filho, 1993, p.26).

O processo de densificação dos direitos humanos, através de suas efetivações em um contexto de violações reiteradas, mostra-se como referência para a construção de sociedades humanas e democráticas. Os direitos humanos são a base medular das problemáticas das sociedades contemporâneas que, desde as discussões mais globais às locais, dos tensionamentos internacionais às mais simples e pequenas interrelações, permeiam nossas preocupações individuais ou coletivas.

Já no documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, mesmo sem o caráter vinculante, os Estados perante à Organização das Nações Unidas (ONU) contribuíram para a elaboração de uma fundante e rica arquitetura protetiva que, ano após ano, vem sendo municiada através de vários tratados, pactos e resoluções de conteúdo ético, político e normativo.

Após 45 anos de sua promulgação, na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, sediada em Viena, em 1993, sedimentou-se o caráter universal, indivisível, interdependente e interrelativo dos direitos humanos, o que fortaleceu ainda mais a ideia de que a garantia dos direitos humanos deve ser plena, pois no momento em que um direito for violado, todos os demais serão negados.

É o que se vivencia cotidianamente: violações de garantias que se confluenciam em negações de direitos. Este rompimento com o arcabouço criado nos sistemas internacionais e regionais de direitos humanos encontra conforto na impunidade, na corrupção e na fragilidade da efetivação destes direitos.

No atual cenário sociopolítico é possível identificar uma hipersensibilidade no que diz respeito aos direitos humanos: não basta mais arcabouços normativos protetivos se estas convicções

> (...) não forem internalizadas no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consciente, não construiremos uma cultura dos direitos humanos na nossa sociedade. E, neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais (CANDAU, 2012, p. 717).

A Educação em Direitos Humanos no Brasil e no mundo, para além de um compromisso ético, deve ser respeitada também como dever normativo do qual todos aqueles participantes deste pacto, de maneira objetiva ou transversal, devem pautar seus modelos.

A Educação em Direitos Humanos revela-se então como tecnologia facilitadora dos direitos humanos. Em uma análise mais aprofundada, a EDH além de ser um dos eixos fundamentais do direito à educação, deve ser considerada como potente política de efetivação destes direitos.

Para muito além dos já conhecidos modelos educacionais conteudísticos, ressalvada a importância destes no que tange à construção e à profusão dos saberes e, principalmente, no resguardo da historicidade dos direitos humanos, a educação em direitos humanos avança por aqueles que atualmente parecem ser os últimos flancos de salvaguarda de sociedades democráticas, justas e humanas: os processos de promoção de uma consciência cidadã capazes de internalizar nos sujeitos, desde as mais simples relações às mais elevadas esferas de discussão, os valores e a cultura dos direitos humanos.

A Educação em Direitos Humanos e o desafio contemporâneo da diversidade

Desde sempre o constructo dos direitos humanos estive a serviço de uma sedimentação histórica privilegiadora da ideia de igualdade, porém, na atual problemática a respeito dos direitos humanos, a diversidade surge como característica ao mesmo tempo tensionadora e transformadora. Já o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 traz em seu bojo esta tônica: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros", que é tensionada especialmente quando busca-se o reconhecimento de grupos historicamente excluídos por conta exatamente da diversidade: de suas diferenças caracterizadoras.

O tensionamento social entre a busca pela igualdade a todo esforço e o reconhecimento da diversidade galvanizam o entendimento de que os direitos humanos extrapolam os direitos exclusivamente individuais, abrindo espaço para o surgimento de sujeitos coletivos que passam a ter cada vez mais relevância e potência na construção de arcabouços ainda mais protetivos e efetivos. Para Hannah Arendt (2012), os direitos humanos não são um dado, mas um reconstruído, uma intervenção humana, em constante processo de construção e reconstrução, e, por isso, refletem um construído axiológico à parte de um espaço simbólico de luta e ação social.

É o que entende Boaventura de Sousa Santos. Para ele, os direitos humanos precisam ser ressignificados, tendo como pano de fundo sua característica de historicidade, porém assumindo o compromisso de reconceitualização, que tem como eixo "a articulação entre igualdade e diferença, isto é, a passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a da igualdade na diferença" (SANTOS, 2006).

Partindo de uma leitura dialética humanística deste processo de reconciliação entre a igualdade e a diferença é que a educação em direitos humanos assume importância estratégica na atual problemática dos direitos humanos: a superação das desigualdades reconhecendo as diversidades. É o que Boaventura traz em seu conceito de novo imperativo transcultural sintetizado na frase: "temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (SANTOS, 2006, p.462).

A formação escolar a partir da valorização da cidadania e do reconhecimento em suas mais variadas dimensões revela-se como fator de grande importância na atual cena social. Segundo a doutora Jimena Furlani, o enfrentamento do tema da diversidade sexual e de gênero ainda é visto como um monstro no ambiente educacional. Monstros que subjugam os sujeitos que vivenciam experiências identitárias contra-hegemônicas e que apavoram os profissionais desta área, paralisando-os em qualquer tentativa de enfrentamento do tema.

> Os monstros, assim como figuras folclóricas, originam-se de um entendimento metafórico de algum momento social, de alguma passagem cultural, sendo, portanto, específicos de contextos históricos e locais. São muitos os monstros, materializados, corporificados em horrendas personagens, que flutuam na imaginação humana. (…) Quer sejam tomados como identidades culturais (constituidoras dos sujeitos) ou como temáticas (a educação sexual), penso que "sexo", "sexualidade" e "gênero" podem ser pensados como monstros curriculares – assim como todo e qualquer assunto marcado pela polêmica, pela provisoriedade, pela normatização, pelo olhar moral, pela regulação social (FURLANI, 2007, p.275/276).

É apenas através de uma educação que vise "às práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção e da proteção e dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos" que será possível alcançar o reconhecimento na esfera da solidariedade, aquela que procura espaço no terreno da aceitação recíproca dos sujeitos. Fato é que este reconhecimento depende diretamente dos valores que esta sociedade legitima, o que sustentará a capacidade de aceitação de seus respectivos sujeitos. Desta forma, a

evolução social explica a progressão das formas de reconhecimento: o sujeito em dado momento luta pela posse de sua propriedade e, contemporaneamente, pelo reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, como traz Axel Honneth (2003) em sua teoria do reconhecimento. O reconhecimento do outro é responsabilidade que deve ser aprendida desde a infância, dentro da família, nas escolas, nas universidades, na sociedade. Neste contexto social, com o objetivo de contribuir para a melhora na formação acadêmica e social dos sujeitos, é preciso entender a latente necessidade da discussão dos direitos humanos em sua amplitude e universalidade: a escola é o primeiro espaço político e social em que o sujeito entra em contato com a diversidade.

A minoria nefanda: o grupo LGBTI+ como o mais vulnerável

Na edição deste ano, o Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, trouxe uma seção inédita que aborda a questão da violência contra a população LGBTI+[5]. Porém, as tímidas análises mostram-se como pontos sintomáticos, primeiro sobre a gravidade do tema e como os números têm se agravado nos últimos anos, conforme as estatísticas apresentadas. O segundo ponto, e talvez mais fundamentalmente intrigante, diz respeito à invisibilidade dessa problemática sob o ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas. Não existem números sobre o tamanho da população LGBTI+ no Brasil, uma vez que o IBGE não faz qualquer questionamento em seus censos sobre diversidade sexual e de gênero. No arremate desta empreitada invisibilizadora, as polícias (em geral), nos registros de violência, também não fazem qualquer classificação da vítima segundo a diversidade sexual ou de gênero, assim como não existe tal característica nas declarações de óbito.

São sintomas de uma necropolítica que torna quase que impossível a tarefa de dimensionar e traçar diagnósticos para produzir políticas públicas que venham a tratar a violência contra a população LGBTI+.

Nesse sentido, nasce do próprio gueto – lugar este reservado à população LGBTI+ desde sempre –, a resposta para tal apagão estatístico. É no resultado da gramática moral deste conflito social que o próprio movimento se organiza, compila e publica os terríveis dados de violência contra esta população, que é confortavelmente acomodada nas margens da sociedade como tecnologia de um projeto de saneamento social. O Grupo Gay da Bahia (GGB), que há 39 anos vem fazendo um levantamento do número de pessoas assassinadas por questões homofóbicas, com base em notícias publicadas na imprensa, na internet e em informações pessoais compartilhadas com o grupo. Assim como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que produz anualmente relatórios com os números conhecidos de violência contra a população transgênera.

Segundo o GGB[6], no ano de 2018 foram assassinados 420 pessoas LGBT, a cada 20 horas um LGBT foi assassinado (segundo o relatório prévio deste corrente ano, já pode ser considerada uma vítima a cada 19 horas) vítima de LGBTfobia, o que coloca o Brasil na vergonhosa posição de país que mais violenta e mata minorias sexuais. Ainda segundo a Antra[7], no ano de 2018 foram registrados 163 assassinatos de pessoas trans, o que revela, segundo Antunes (2013), que a expectativa de vida desta população seja de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira, em geral, é de 74,9 anos (IBGE 2013).

[5] Apesar da sigla utilizada na 3º Conferência Nacional LGBT realizada em 2016 ser LGBT, a sigla mais inclusiva e defendida pelo movimento nacional e que melhor reflete a realidade da diversidade sexual e de gênero é a utilizada no Manual de Comunicação LGBTI+, produzido pela Aliança Nacional LGBTI em conjunto com a rede GayLatino, com referência ao manual de comunicação LGBT da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf.

[6] Disponível em: https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf.

[7] Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf.

De maneira mais especializada, porém ainda na esteira da invisibilidade, já que a última pesquisa foi realizada no ano de 2009, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), firmou convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para realizar o projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar[8]. A pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar contou com 18.599 respondentes de cinco diferentes públicos presentes no ambiente escolar: estudantes, professores, diretores, pais, mães, responsáveis e membros de conselhos escolares. E revelou graves resultados, como, por exemplo,que 93,5% de todos os respondentes afirmaram ter algum nível de atitude preconceituosa com relação a gênero, assim como 87,3% afirmaram ter em relação à orientação sexual; e, ainda, que 98,5% dos respondentes afirmaram preferir manter algum nível de distância social em relação aos homossexuais.

É fato que está internalizado em nossa construção como povo brasileiro o sentimento de "vira-lata", onde o racismo culturalista consegue exercer suas refinadas tecnologias, separando de maneira ontológica os seres humanos em classes hierarquizadas, garantindo "uma sensação de superioridade e de distinção para os povos e países que estão em situação de domínio e, desse modo, legitimar e tornar merecida a própria dominação" (SOUZA, 2019). Porém, quando lançamos olhar para os grupos minoritários, essa tecnologia torna-se ainda mais cruel.

Quando analisamos a situação do grupo LGBTI, a discriminação e a violência assumem papéis realmente assustadores, colocando as minorias sexuais no mais alto patamar de vulnerabilidade. Esta parcela da população acaba por suportar o maior grau de distanciamento por parte da sociedade, empurrando-os automaticamente para as margens sociopolíticas, pois "mais do que as minorias raciais, étnicas e de gênero, são os gays, lésbicas, travestis e transexuais as principais vítimas do preconceito e discriminação dentro de nossa sociedade" (MOTT, 2004). Fácil o entendimento da afirmação quando, tratando-se de outras minorias, elas acabam quase que sempre encontrando algum amparo nas instituições familiares e religiosas – o que de certa maneira auxilia positivamente na construção de seus empoderamentos frente à intolerância, "a mãe negra, o pai judeu, a família indígena reforçam a autoestima étnica ou racial dos filhos" (MOTT, 2004), já no caminho inverso, as pessoas LGBTI quase sempre encontram em seus núcleos familiares as primeiras violências e preconceitos que irão vivenciar na sociedade.

As minorias sexuais experimentam tamanho grau de discriminação que deles é tolhido, inclusive, o direito ao nome, "o amor entre dois homens foi considerado pecado tão abominável que não deve sequer ser pronunciado: 'nefando' ou 'nefário' significa exatamente isso: impronunciável, o pecado cujo nome não se pode dizer" (MOTT, 2004) inclui-se atualmente nessa regra todas as pessoas que não se sentem confortáveis no padrão binário heteronormativo. Fato é que esse engessamento moral, do não falar e não nominar para não visibilizar, depois de alguns séculos ainda permeia nossa cena político-social na ausência de políticas públicas voltadas para estes grupos ou na retirada das pautas LGBTI no plano de governo, incluindo aí as tentativas realizadas através de algumas casas legislativas da retirada de qualquer expressão que traga a temática da discussão das diversidades da rotina nos ambientes escolares.

A educação pautada nos direitos humanos é talvez a única alternativa para interromper esse ciclo que encapsula o orgulho dessas minorias de mostrar aquilo que existe de mais elementar para todo o ser humano: o direito de existir, amar e ser feliz.

As diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos: uma densificação emancipadora

[8] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf.

O direito à educação é considerado um direito social que, de maneira didática, está classificado como se denominou de segunda geração de direitos. O direito à educação encontra referência em diversos diplomas normativos, porém poucos são aqueles que se detiveram a um olhar holístico de toda a potência do educar sem cair nas armadilhas dos modelos de escolarização conteudísticos.

Como afirma Sérgio Haddad:

> Conceber a Educação como direito humano diz respeito a considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer "ser mais", diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo. (…) Ao exercitar sua vocação, o ser humano faz história, muda o mundo, por estar presente no mundo de uma maneira permanente e ativa.
>
> A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada num sistema geral, que implica na educação escolar, mas que não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte do ser humano (HADDAD, 2006, p.1).

O ambiente escolar e os profissionais da educação são protagonistas no exercício do importante papel da promoção dos direitos humanos. A educação em direitos humanos assume sua responsabilidade como refinada tecnologia de apoio ao desenvolvimento da cidadania, da autonomia, do reconhecimento e da afirmação da alteridade.

Para além de ser um direito humano, a educação é o caminho possibilitador de efetivação de vários outros direitos humanos. Sem educação, os direitos humanos não acontecem, ficando apenas no campo da abstração.

Segundo o professor José Geraldo de Sousa Junior no projeto O Direito Achado na Rua, que possui em seu escopo a busca pelo estreitamento entre a teoria e a práxis, não há como imaginar uma sociedade emancipada e libertária se o caminho não passar pelo terreno de um ensino crítico.

> Propondo um desafio conceitual entre extensão e comunicação, Paulo Freire reforça a ideia de que a atividade de conhecimento é dialógica, está associada à comunicação entre os sujeitos, de coparticipação, de interação no mesmo sistema linguístico pertencente ao universo comum de ambos. Dessa forma, educação é comunicação por consubstanciar-se em um diálogo criativo e uma reflexão solidária, é um desafio a pensar e não a memorizar, é uma atividade crítica e não dogmática ou autoritária, que exige uma reconstrução permanente do ato de conhecer por meio da problematização do conteúdo (SOUSA JUNIOR, 2015, p.162).

Uma educação pautada nos direitos humanos, que visa ao exercício da emancipação e da construção libertária do sujeito, possui envergadura suficiente para intervir em processos de desrespeitos e negações. Uma educação inclusiva e que esteja alinhada com a proposta constitucional na busca dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da segurança, do bem-estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça tendo como valores uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, pautada na harmonia social, mostra-se como potência emancipadora de todo sujeito LGBTI.

Na esteira urgente de um direcionamento para a promoção de processos de educação em direitos humanos, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministério da Educação, insurgem-se como a densificação da grande maioria dos instrumentos normativos referentes à temática frente uma atual cena sociopolítica desafiadora.

Os princípios fundamentadores das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos

Humanos[9] refletem uma proposta de pavimentação de um caminho pela busca dos direitos humanos: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, a vivência e globalidade e a sustentabilidade socioambiental são mecanismos catalizadores de uma proposta mais ampla e protetiva.

Considerações Finais

O estudo realizado procurou refletir sobre fundantes enfrentamentos e desafios que estimulam o campo do saber e da pesquisa do coletivo O Direito Achado na Rua em suas três décadas de existência. Como explicitado ao longo do corpo do texto, as autoras e os autores não se enclausuraram em reflexões temporais, procurando revisitar temas, traçar novos rumos, levando em conta também as experiências e conhecimentos de cada uma e cada um dos escritores.

Nesse ponto, o trabalho dividiu-se em três grandes temáticas: *a) desafios epistemológicos do Direito Achado na Rua no campo da teoria crítica do Direito; b) acesso à (que) justiça; c) educação em direitos humanos e reflexões contemporâneas (quando falamos em reflexões contemporâneas, entendemos a necessidade de avançar no debate sobre saberes, distintos grupos e minorias políticas, aprofundando suas singularidades, particularidades e pretensões)*.

Foram enfrentados temas pertinentes ao critério de legitimação do jurídico e do antijurídico para o DANR, onde foram exploradas as obras de Roberto Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Junior, e entendeu-se que intrínseca relação entre a práxis libertária e a emancipação com o que se entende pelo conceito de direito, segundo Sousa Junior *"à experiência de humanização que se realiza na história, como emancipação consciente inscrita na práxis libertaria"* (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 178), nesse sentido, nem toda normatividade produzida na ordem social (positivada ou não) poderá ser considerada direito.

Outra provocação foi se toda manifestação ou clamor das ruas seria juridicamente legítimo, considerado sujeito coletivo de direitos e, portanto, recepcionado pelo Direito Achado na Rua. Novamente, partindo dos filtros teóricos e éticos estudados pelo coletivo produtor da obra, percebeu-se que nem todo ajuntamento social é capaz de produzir direitos, mas tão somente aquele que tenha massiva organização coletiva e libertária e que tenha por escopo a emancipação da classe operária.

Ainda uma terceira análise do campo epistemológico teve correlação com o processo normativo emancipatório, até mesmo constituinte, e sua (des)necessidade de atualização, reduzindo a teoria crítica ao campo da inércia. Percebemos a partir das reflexões da Nova Escola Jurídica Brasileira que o tema já havia sido enfrentado três décadas atrás, e que mesmo o ordenamento mais rico e progressista não estancará a riqueza, conhecimento e volatilidade das ruas. Entendemos o direito como em constante processo de mutação.

Nosso segundo ponto de análise fez respeito ao campo do acesso à justiça e, quanto ao tema, o coletivo entendeu que deve ser pensado para além do aspecto formal da garantia do direito de ação, assim, deve principalmente promover as condições necessárias para uma prestação jurisdicional útil e efetiva, implica necessariamente no papel e na importância do Poder Judiciário na concretização das promessas constitucionais de realização da justiça, que deve ter como princípios os direitos humanos e o fortalecimento dos sujeitos sociais, com o fim de efetivar uma concreta democratização do Direito. E, para isso, a importância de assegurar que os agentes

[9] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf.

do Sistema de Justiça, especialmente as magistradas e magistrados, sejam capacitados a atuar na temática de direitos humanos, pois só assim conseguiremos realmente dar efetividade aos direitos inscritos no plano normativo.

O terceiro ponto de análise teve por escopo a educação em direitos humanos e, assim, o coletivo percebeu que reconhecer a diversidade é resgatar a historicidade sociocultural que foi gestada na história do país. São necessários a afirmação e o reconhecimento de uma riqueza imensa em termos de organização e formas de viver que vão emergindo na contemporaneidade como formas de resistência, uma vez que a padronização social é voltada para que as peculiaridades de minorias que foram anuladas, ilegitimadas e violentadas no processo histórico civilizador.

O Direito Achado na Rua tem na condição de trazer a teoria para o mais próximo da práxis uma de suas principais características e, ao longo de sua história, o coletivo desenvolveu na visão e na metodologia Lyriana confluências Freirianas de uma concepção educacional entrelaçada entre o agir e o pensar do educador, tendo como escopo a libertação do sujeito oprimido. O comprometimento com aquela e aquele explorada e explorado é uma das singularidades fundantes da história e da pedagogia do Direito Achado na Rua e, nessa contemporaneidade, a africanidade, os povos tradicionais e o movimento LGBTI+ revelam-se como temas latentes para uma educação crítica e emancipadora.

No tocante à educação humanizadora e africanidades, conclui-se que é sintomática a negação da miscigenação brasileira, dado à existência de um modelo de educação imposto, tecnologia geradora de relações conflituosas entre colegas e professores e, muitas vezes, nociva para os que acabam sendo rejeitados por seus atributos físicos. A educação em direitos humanos e africanidade não se propõe apenas em reconhecer e respeitar todos os homens diferentes do dominante mas, sobretudo, reescrever a história brasileira, aproximando-a da importância do papel dos africanos e de seus descendentes nas diversas formas de resistência, na recriação de sua religiosidade e dos seus costumes, empoderando meninas e meninos negros em seu papel no tempo e espaço e valorizando suas raízes.

No que tange ao trabalho educacional com povos tradicionais, a luta pela terra se consolida muito mais do que o direito de ir e vir; estes povos lutam pelo direito de ficar e criar raízes com o território, pois o território para os povos e comunidades tradicionais é muito mais do que o chão demarcado, dizem respeito às suas relações afetivas e memórias antropológicas e, para além do reconhecimento destes povos, é necessário o cuidado de não torná-los fantoches folclóricos da história do nosso país.

Quanto à temática de educação inclusiva LGBTI+, com o objetivo de contribuir para a melhoria na formação acadêmica e social dos sujeitos, é preciso entender a latente necessidade da discussão dos direitos humanos em sua amplitude e universalidade. A escola é o primeiro espaço político e social em que o sujeito entra em contato com a diversidade sexual e de gênero. Uma educação pautada nos direitos humanos que visa ao exercício da emancipação e da construção libertária do sujeito possui envergadura suficientemente para intervir em processos de negação de direitos. Uma educação inclusiva e que esteja alinhada com a proposta constitucional na busca dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da segurança, do bem-estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça, tendo como valores uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, possui condão de proporcionar o pleno reconhecimento de todo sujeito LGBTI+. De fato, há muito ainda o que se entender e o que se fazer em favor das expressões identitárias contra-hegemônicas e, nesse sentido, o universo da educação possui grande potencial a ser ofertado e explorado. Porém, frente à proteção contra a violência, seja ela de qualquer tipo, e à discriminação dos sujeitos LGBTI+, não há como esperar.

O reconhecimento do outro é responsabilidade que deve ser aprendida desde a infância, dentro da família, nas escolas, nas universidades, na sociedade. A alternativa

mais efetiva para esse objetivo pauta-se em um ensino crítico alimentado por um humanismo dialético que encontra sua fortuna nos tensionamentos dos espaços políticos: não há lugar mais legitimamente político que a escola.

Referências

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua Experiências Populares Emancipatórias de Criação do Direito*. 338f. (Tese) Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Direito como liberdade: o direito achado na rua*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011.

LYRA FILHO, Roberto. *Pesquisa em que direito?* Brasília: Edições Nair, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

BARROSO, Luis R. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2009.

ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à justiça e Juizados Especiais: o desafio histórico da consolidação de uma justiça cidadã no Brasil*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

AFONSO Lúcia. *Gênero e processo de socialização em creches comunitárias*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1995, n. 93, p. 12-21.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. *Travestis envelhecem?* Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática*. Revista Consultor Jurídico. 2008. Disponível em <http://www.conjur.com.br/>. Acesso em 19.02.2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Conselho Nacional de Educação*. Conselho Pleno. Resolução nº1. Brasília, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos*. Educ. Soc., Campinas , v. 33, n. 120, p. 715-726, Set. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302012000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Jun 2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Constituição dirigente e vinculação do legislador*. Contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas. 2 ed. Editora Coimbra, 2001.

CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryan (coords.) *Acess to justice – a world survey*, v. I, livro II, Milano, Giuffre, 1978.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *"Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão social e do fracasso escolar"*. In: Educação, racismo e anti-racismo. Salvador: Editora UFBA, 2000; p. 194-219. (Coleção Novo toques: Programa a Cor da Bahia).

CORTIANO JÚNIOR, Erouths. *O Discurso Jurídico da Propriedade e suas Rupturas.* Uma análise do Ensino do Direito de Propriedade. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

COSTA, Alexandre Bernardino. XIX Encontro Nacional do CONPEDI. *O Direito Achado na Rua: Reflexões para uma Hermenêutica Crítica*. 2010. (Encontro).

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Poder dos Juízes. São Paulo: Ed. Saraiva, 1996.
Disponível em: https://www.geledes.org.br/frantz-fanon-racismo-e-pensamento-descolonial/.

DWORKIN, Ronald. *Taking rights seriously*. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1977.

ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo. *Para um debate teórico-conceitual e político sobre os DIREITOS HUMANOS*. Belo Horizonte: Ed. D'Plácido, 2016.

FERRAZ, Leslie Shérida. *Acesso à justiça: uma análise dos Juizados Especiais Cíveis no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FREIRE, Ana Maria Araújo (Nita Freire). *Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação*/ organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FACUnB, 2016.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, 4 ed.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FURLANI, Jimena. *Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual.* Educ. rev., Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Abr. 2019.

GUEDES, Néviton. *O juiz entre o ativismo e a autocontenção*. Revista consultor jurídico. Julho de 2012. Disponível em < http://www.conjur.com.br/2012-jul-23/constituicao-poder-juiz-entre-ativismo-judicial-autocontencao> Acesso em 03/05/2017.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. *A educação entre os direitos humanos*. Campinas: aut.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JÓDAR F, Gómez L. Devir.*Criança: experimentar e explorar outra educação*. Revista Educação & Realidade: Dossiê Giles Deleuze. Porto Alegre, 2002, v. 27, n.2, p.31-46.

LACERDA, Rosane Freire. *Diferença não é incapacidade: Gênese e trajetória histórica da concepção da incapacidade indígena e sua insustentabilidade nos marcos do protagonismo dos Povos Indígenas e do Texto Constitucional de 1988*. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LIMA, Mônica. *"Fazendo soar os tambores: ensino de história da África e dos africanos no Brasil"*. In: Simpósio Brasil África. Brasília, novembro de 2003.

LIMA, Ivan Costa. *Pedagogia interétnica: uma proposta do movimento negro em Salvador (1974-1990)*. In: Negro e Educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas. Relações raciais na creche. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005, v.3, p.40.

LYRA FILHO, Roberto. 1983. *Humanismo Dialético*. Revista Direito e Avesso nº 3. Brasília.

LYRA FILHO, Roberto. Pesquisa em que direito? Brasília: Edições Nair, 1984.

LYRA FILHO, Roberto. *Por que estudar direito, hoje?* In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (Org.). Introdução crítica ao direito. 4. ed. Série O Direito Achado na Rua, v.1. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 22-27.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Autonomia Indígena no Brasil: desafios e possibilidades*. In: DUPRAT, Débora (Org.). Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais. Brasília/DF: ESMPU, 2015.

LUZ, Marco Aurélio. *Cultura negra em tempos pós-modernos*. Salvador: Editora da UFBA, 2002.

MACIEL, Débora Alves; KOENER, Andrei. *Sentidos da judicialização da política: Duas análises*. Lua Nova, 2000.

MORAES, Daniela Marques de. *A importância do olhar do outro para a democratização do acesso a justiça*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MOTT, Luís. *Direitos Humanos e Cidadania Homossexual no Brasil: Porque os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias?* In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de, Educando para os Direitos Humanos. Pautas pedagógicas para a Cidadania na Universidade. Brasília: Síntese, 2004.

NEVES, Marcelo. *A Constitucionalização simbólica*. Ed. Martins Fontes, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. *Frantz Fanon, racismo e pensamento descolonial*. Disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/fanon-racismo-e-pensamento-descolonial/. Acesso em 22 nov. 2019.

OLIVEIRA, Iolanda de.*(Org) Negro e Educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. Relações raciais na creche. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

PIMENTA, José. *Desenvolvimento Sustentável e Povos Indígenas*. Os paradoxos de um exemplo amazônico. Anuário antropológico.v. 2003, p. 115-150, 2002.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDO, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-Americanas. Clacso, 2005.

ALIANÇA Nacional LGBTI; GAYLATINO Rede pela Igualdade de Direitos. *Manual de Comunicação LGBTI+*. Toni Reis (Org.). 2.ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

SILVA Ana Celia da Silva. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Editora da UFBA/CEAO, 1995.

SILVA, Ana Tereza Reis da. *Educação em Direitos Humanos: O currículo entre o relativismo e o universalismo*. In: SILVA, Ana Tereza Reis da (Org.). Leituras críticas em Educação e Direitos Humanos. Brasília: Liber Livro; Alia Opera, 2014.

SILVA, Marilena. *O ensino de história da África e cultura afro-brasileira em Goiânia.* In: Negro e Educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas. Relações raciais na creche. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: ed. Autêntica, 2005.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). 1987. *Introdução Crítica ao Direito*. 1a Série O Direito Achado na Rua, vol. 1. ed. Brasília: UnB/CEAD.

SOUSA JUNIOR, Jose Geraldo de. *Direito como Liberdade: o direito achado na rua* – Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed. , 2011.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *El derecho hallado em la calle: tierra, trabajo, justicia y paz*. In: TORRE RANGEL, Jesús Antonio de la (Coord.). Pluralismo jurídico: teoria y experiencias. San Luis Potosí, México: Centro de Estúdios Jurídicos y Sociales Padre Enrique Gutiérrez, 2007.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de, coord. *Educando para os Direitos Humanos*. Pautas pedagógicas para a Cidadania na Universidade. Brasília: Síntese, 2004.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de, coord. *O direito achado na rua: concepção e prática*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

SOUSA JUNIOR. *Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação*. Educação em e para os direitos humanos. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino, Sílvia Lúcia Soares, Cléria Botêlho da Costa, Clerismar Aparecido Longo & Francisco Lopes de Sousa (orgs). Brasília: Ed. Paralelo 15, 2016.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Um Estudo sobre os usos do Direito na aprovação da PEC do Congelamento dos Gastos Públicos*. in Jornal Estado de Direito. Porto Alegre. 11 de Julho de 2019. Disponível em: http://estadodedireito.com.br/um-estudo-sobre-os-usos-do-direito-na-aprovacao-da-pec-do-congelamento-dos-gastos-publicos/.

SOUSA. Nair Heloisa Bicalho de. *Retrospectiva histórica e concepções da educação em e para os direitos humanos*. Educação em e para os direitos humanos. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino, Sílvia Lúcia Soares, Cléria Botêlho da Costa, Clerismar Aparecido Longo & Francisco Lopes de Sousa (orgs). Brasília: Ed. Paralelo 15, 2016.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Da escravidão a Bolsonaro. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. São Paulo: Ação Educativa, 2006.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Brasília: Senado Federal*, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.

WEIL, Simone. *Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social*. Tradução: Maria de Fátima Sedas Nunes. Lisboa: Antígona, 2017.

O Direito Achado na Rua e o Direito Agrário: uma revisão crítica

The right found in the street and agrarian law: A critical review

Mirna Silva Oliveira*
Vitor Sousa Freitas**

Resumo

Resumo: O presente artigo representa um esforço de atualização da obra Introdução Crítica ao Direito Agrário, da coleção O Direito Achado na Rua, de modo a identificar sujeitos e temas emergentes no Direito Agrário que não foram abordados no livro e levantar questões que contribuam para pensar a relação entre o direito e os desafios atuais da realidade agrária brasileira. O trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica e análise documental e seus resultados apontaram transformações importantes no campo nas últimas décadas, como a multiplicação das pautas, repertórios de ação e dos sujeitos coletivos de direitos, com destaque para a emergência política dos povos e comunidades tradicionais, a ressignificação do sentido da Reforma Agrária e a intensificação dos processos de expropriação territorial, violência e violações de direitos.

Palavras-chave: O Direito Achado na Rua. Direito Agrário. Novos sujeitos coletivos de direitos.

Abstract

This article represents an effort to update the book "Critical Introduction to Agrarian Law", from the collection The Right Found on the Street, in order to identify subjects and themes emerging in the Agrarian Law that were not addressed in the book, and raise questions that contribute to think about the relation between the right and the current challenges of the Brazilian agrarian reality. The work was carried out

* Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UNB), Mestre (2014) pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRJ) e graduada (2007) em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro do Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Nova Cartografia Social da Universidade Federal Rural do Recôncavo e da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (AATR). E.mail: mirna_oli@yahoo.com.br.

** Doutorando em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília (UNB). Mestre em Direito Agrário (2012), Especialista em Direito Constitucional (2011), e Bacharel em Direito (2009) pela Universidade Federal de Goiás. Professor de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Prática Jurídica Trabalhista da Universidade Federal de Goiás - Regional Goiás. Advogado. Coordenador da Regional Centro-Oeste da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano no Brasil. E.mail: vitorius.ufg@gmail.com

Como citar este artigo:
FREITAS, Vitor Sousa; OLIVEIRA, Mirna Silva. O Direito Achado na Rua e o Direito Agrário: uma revisão crítica. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 2, set. 2019, p.57/80.

Data da submissão:
30/07/2019
Data da aprovação:
04/11/2019

through bibliographical review and documentary analysis and its results pointed to important transformations in the countryside in the last decades, such as the multiplication of guidelines, action repertoires and collective subjects of rights, with emphasis on the political emergence of traditional peoples and communities, the meaning of Agrarian Reform and the intensification of territorial expropriation processes, violence and violations of rights.

Keywords: The Right Found on the Street. Agrarian Law. New Collective Rights Subjects.

Introdução

> Direito é processo, dentro do processo histórico: não é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes e que definha nas explorações e opressões que o contradizem, mas de cujas próprias contradições brotarão as novas conquistas (LYRA FILHO, 1983).

No presente artigo, temos por objetivo realizar uma leitura de revisão da obra *Introdução Crítica ao Direito Agrário*, publicada em 2002. Para tanto, buscamos estar atentos aos objetivos do projeto do qual resulta a obra, para analisar sua atualidade, a pertinência de suas conclusões e propostas na conjuntura atual, bem como apontar novas temáticas e desafios teóricos apresentados ao campo do Direito Agrário na perspectiva de O Direito Achado na Rua.

A crítica que pretendemos expor não avalia o texto em análise em termos de verdade ou falsidade, nem objetiva ser uma crítica empreendida por observadores externos neutros. Busca situar a obra em seu tempo e condições históricas de elaboração para avaliar a pertinência e atualidade das análises nela contidas para o enfrentamento das questões que se colocam no tempo presente. Almejamos uma crítica comprometida com os fundamentos teóricos que servem de base para a proposta teórica de O Direito Achado na Rua, sendo, portanto, uma tarefa que não se realiza sem recorrer ao legado de Roberto Lyra Filho. Para este autor, "a herança, porém, não ultrapassa a condição de 'momento imperecível do Todo'", estando sujeita à superação, que a "transmuda, e reenquadra, conforme outras e posteriores tentativas de síntese" (LYRA FILHO, 1986, p. 273), de modo que "nenhuma filosofia ultrapassa o horizonte do seu tempo, mas em cada tempo se capta um fragmento do Absoluto" (LYRA FILHO, 1986, p. 289).

Com isso, o Direito, "como organizador da liberdade em convivência", não é tratado como modelo fixo, mas "está presente no processo libertador e acena para os novos espaços de liberdade, que cumpre conquistar" (LYRA FILHO, 1986, p. 310).

> O processo de libertação, com o seu parâmetro jurídico, é incessante e admite a revisão do elenco de direitos conquistados, que crescem e se transformam, à medida que se conscientizam outras restrições ilegítimas à liberdade – isto é, restrições involucradas em normas legais ou costumeiras, que impedem a autorrealização de povos, classes, grupos e pessoas, às quais se faz necessária a conquista de espaço, a fim de que, sem dano aos demais, floresça a sua própria singularidade (LYRA FILHO, 1986, p. 311).

Essas devem ser as premissas teóricas de uma leitura crítica de uma teoria crítica do direito, situada no processo de conscientização imerso nas lutas sociais que dão sentido às construções normativas anteriores à institucionalização legal de certos direitos, contrárias ao direito vigente, ou em processo de consolidação dentro de um sistema normativo que expressa as lutas sociais onde se insere.

Para tanto, visando promover uma releitura da obra citada, com o privilégio de fazê-lo em outro tempo, nos guiamos pelas seguintes questões: (1) Qual a concepção de

questão agrária, Reforma Agrária e de Direito Agrário presentes na obra? (2) Quais sujeitos coletivos instituintes e enunciadores estão pressupostos na obra? (3) Quais sujeitos e questões foram esquecidos, silenciados e invisibilizados na obra? (4) Quais sujeitos instituintes e temas emergentes exigem novas reflexões do projeto no que diz respeito ao Direito Agrário?

A questão agrária, o estatuto da terra e a formação do Direito Agrário a partir dos conflitos em torno da reforma agrária

No que tange ao tema da questão agrária, enquanto categoria de análise social de processos ligados a disputas territoriais, ela surge determinada por uma forte influência da abordagem marxista, na qual ela se apresenta em dois eixos iniciais: como análise das relações de propriedade e de produção vigentes no modo de produção agrícola, e como questão camponesa, em complementação à investigação sobre a estrutura social, cujo questionamento central é a identificação do campesinato como classe social estruturalmente de transição, e cujo apoio à classe operária seria de fundamental importância para a extinção da sociedade de classes por meio de um processo revolucionário.

Não obstante, o embate entre essa abordagem e a realidade dos sujeitos viventes no espaço agrário no Brasil e na América Latina, revelaram a necessidade de revisão da teoria e, ao mesmo tempo, foi motivo de embates no seio dos campos políticos de contestação ao modo de produção capitalista em cujo interior diferencia-se, nos processos de lutas políticas, um conjunto de organização camponesas cujas demandas sócio-histórico-culturais não eram devidamente apreendidas pela abordagem socialista eurocêntrica e hegemônica no século XX e cuja identidade política resistiu, e ainda resiste, a delimitar-se como classe ou categoria social coadjuvante nas lutas por transformação social.

Neste sentido, a insurgência do campesinato vítima da modernização conservadora do campo brasileiro – identificada em diferentes movimentos de revolta e contestação ao longo da primeira metade do século XX no Brasil, e intensificada nas décadas de 1950 e 1960 – foi articulada às demandas de desenvolvimento capitalista do espaço agrário brasileiro, tendo por resposta do Estado a promulgação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

Para a historiadora Carmem Lúcia de Salis, a questão agrária e a reforma agrária, como resposta à indagação, são categorias que veiculam desencontrados projetos de intervenção no direito de propriedade, sempre em nome de terceiros, os trabalhadores rurais. Grupos inimigos preconizaram a reforma agrária na história recente brasileira, uns em nome do conservadorismo e outros em nome da revolução. O Estatuto da Terra buscou dar conta de toda a complexidade rural brasileira e o resultado foi uma lei também complexa e de difícil operacionalidade. Para a autora, “quem formulou não deu conta da complexidade, quem veio depois não queria sua aplicabilidade e quem se amparou em seus dispositivos não almejava modificar apenas a estrutura fundiária” (DE SALIS, 2008, p. 223).

No bojo das lutas históricas em que o Estatuto da Terra é assumido como instrumento fundamental para a democratização do acesso à terra e distribuição de bens sociais no âmbito do espaço agrário brasileiro, a constituinte de 1987-1988 representou oportunidade histórica de aprofundamento e de garantia institucional para a pauta da reforma agrária. Para a constituinte convergiram forças emergentes, especialmente os sindicatos de trabalhadores rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que mobilizaram consigo as forças políticas aliadas e a opinião pública no sentido de estabelecer, no texto da Constituição almejada, dispositivos

que obrigassem o Estado a cumprir com a promessa da reordenação fundiária brasileira, bem como com a garantia de sobrevivência dos campesinos por meio de políticas públicas voltadas a esses sujeitos. A Constituição representaria, portanto, uma força propulsora da aplicação do Estatuto da Terra e institutos nele contidos foram transplantados para o texto constitucional, embora com sutis, mas importantes modificações, que mantiverem, depois de promulgada a Constituição de 1988, as disputas em torno da reforma agrária, agora com elementos qualitativos e jurídicos diversos.

Com isso, as lutas no campo jurídico passaram a ser encaradas como tão estratégicas quanto as lutas no plano político, ganhando relevo a demanda pela afirmação de uma disciplina, o Direito Agrário, e pelo trabalho de juristas comprometidos com as causas de mulheres e homens do campo, especialmente as advogadas e os advogados populares, organizados em escritórios que prestavam assessoria jurídica articulada às demandas dos movimentos sociais protagonizados pelos campesinos. Inaugurado um campo jurídico de disputas e mantidas as dificuldades de realização da reforma agrária pelo Estado brasileiro, O Direito Achado na Rua posiciona-se ao elaborar uma coletânea direcionada, nesse contexto, a sistematizar estudos de Direito Agrário comprometidos com a luta dos movimentos sociais que, ao longo das décadas de noventa e princípios do século XXI, protagonizavam a agenda política em defesa de mudanças estruturais no espaço agrário brasileiro.

A Contribuição de O Direito Achado na Rua à crítica ao Direito Agrário

A obra em análise aborda o direito agrário e a questão agrária brasileira em diferentes aspectos. Problematizando temas como a história da apropriação fundiária no Brasil, a violência dos conflitos agrários, as alternativas propostas pelos movimentos sociais para cobrar do Estado a realização da reforma agrária, e o papel político do MST na construção de uma nova ordem democrática no país, traz contribuições valiosas para a compreensão da questão agrária e da reforma agrária no Brasil e sua relação com o Direito.

O livro, que tem a função de ser um guia de estudos para um curso de extensão promovido pelo Núcleo de Educação a Distância da UnB, teve os seguintes objetivos:

> - Proporcionar compreensão crítica do Direito Agrário, mediante abordagem interdisciplinar (histórica, sociológica, econômica, cultural, antropológica e sobretudo política), como é a linha da série O Direito Achado na Rua.
>
> - Possibilitar a avaliação do papel ideológico desempenhado pelo Direito Agrário na manutenção da atual estrutura fundiária, com as distorções que lhe são peculiares.
>
> - Trazer à reflexão acadêmica a realidade das experiências sociais de luta pela terra como matéria-prima para novas práticas de docência, pesquisa e atuação na Sociologia Jurídica e no Direito Agrário.
>
> - Contribuir na reflexão específica da construção de um novo modelo de desenvolvimento (MOLINA et. al. 2002, p. 45).

Evidenciados os objetivos da publicação, passamos a buscar responder as perguntas que delimitam o escopo do presente artigo.

No que diz respeito à indagação acerca da concepção de questão agrária, reforma agrária e Direito Agrário presentes na obra, a leitura do texto não revela, de imediato, um conceito de questão agrária. Dados objetivos que o livro declara, partindo de uma

abordagem interdisciplinar, parece não ser adequado buscar, no conjunto dos capítulos que o compõem, uma concepção unívoca e homogênea de questão agrária. Como produto militante do processo de construção de direitos, o livro *Introdução Crítica ao Direito Agrário* dá voz a diferentes abordagens sobre este campo disciplinar e situa-se historicamente num contexto de clivagens nas lutas capitaneadas pelos sujeitos que habitam o espaço agrário.

Remanesce em seu conteúdo um conjunto de textos que talvez pressuponham compartilhar com os leitores uma ou outra concepção da questão agrária, mas, como um todo, o livro não trata de defini-la. Não obstante, destacam-se textos que concebem a questão agrária como consequência da questão social, lida com o crivo economicista de uma interpretação, dentre outras, do marxismo e que logrou ser dominante no campo de análise em questão. Com isso, esses textos deixam nas entrelinhas uma concepção do que a questão agrária significa a partir da demanda histórica posta pelos sujeitos políticos reivindicantes que hegemonizaram uma forma predominante de luta pela terra no Brasil, especialmente quando da publicação do livro em análise.

Trata-se do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), até hoje um dos principais herdeiros das lutas camponesas empreendidas no contexto motivador do Estatuto da Terra, embora tenha adotado estratégias de ação e modos de organização próprios que o tornaram um sujeito político ativo, presente e referencial para os debates sobre a questão agrária e a reforma agrária.

Antes e depois do Estatuto da Terra, camponeses, posseiros, agregados, trabalhadores rurais assalariados ou explorados em regime de servidão reivindicavam a distribuição de terras e sua titulação por meio do instituto da propriedade privada, individual ou coletiva, ou outro direito real que contivesse as prerrogativas do direito de posse e, ocasionalmente, de exclusividade no uso, gozo e fruição do imóvel, assim como a possibilidade de alienação do mesmo. Implantou-se um campo de disputas em tornos dos sentidos da terra e da propriedade sobre ela que teve por resultado sintético histórico (sempre provisório) a defesa da socialização da propriedade para fins econômico-produtivos, restando os fatores culturais e ecológicos como tangenciais ou até mesmo ausentes de certas pautas.

No caso brasileiro, restaram derrotadas as perspectivas socialistas para a questão agrária, que pretendiam derrubar a aristocracia e a burguesia por meio de processos revolucionários que visavam modernizar a sociedade e o campo transformando os modos de produção, tendo por atores revolucionários o proletariado, em aliança com os camponeses. Igualmente, restaram derrotadas perspectivas democráticas, por meio das quais seria possível romper com a aristocracia rural e promover um revolução de tipo liberal burguês para modernizar as relações econômicas, no geral, e no campo, de modo específico. Em nossa história, prevaleceu um caminho autoritário, centrado no Estado, que via na reforma agrária um estímulo à industrialização, um modo de contenção de propostas de rupturas revolucionárias (comunistas, socialistas ou burguesas), com o fim de manter o poder dos grandes proprietários de terras, reprimir o campesinato e promover um capitalismo agressivo, concentracionista e excludente.

Dadas as forças que sustentam esse processo, no horizonte de possibilidades visualizado, embora seja criticada a propriedade moderna da terra, busca-se sua socialização por meio de sua subordinação a um princípio de cumprimento de uma função social, e a concepção de questão agrária dominante se estrutura em torno da centralidade e inevitabilidade da propriedade privada moderna, embora disputando sua extensão e sentido. Por consequência, a questão agrária será encarada como um problema de distribuição justa da propriedade, juridicamente moldada pela modernidade capitalista eurocentrada, tendo em vista ser ela a forma jurídica essencial para a produção econômica de mercadorias agrícolas para subsistência e para o mercado desses produtos.

Assim delimitada, essa abordagem da questão agrária pressupõe um espaço dividido

entre quadrantes absolutos que separam o urbano do rural, e, neste, a propriedade do Estado e as propriedades particulares, não vislumbrando outros modos de uso da terra, como, por exemplo, aquele que se possibilita pelo uso comum, onde inúmeros povos originários antes habitavam, onde os negros resistiam à escravidão, onde se desenvolveram formas de apossamento em que diferentes modos de ser, fazer e viver se desenvolveram.

Essa versão da questão agrária tornou possíveis acordos históricos para a manutenção da propriedade agrária com a correspondente exigência de ação estatal para ordenar e intervir na propriedade, para que ela fosse economicamente viável do ponto de vista capitalista e colaborasse para conter arroubos revolucionários anticapitalistas, promovendo a gestão da população pobre. Com isso, o Estado assume a função de instituição política que irá encampar essas tarefas históricas sob a denominação de reforma agrária, com a promessa de reordenar a estrutura fundiária, promover políticas de assistência à produção e comercialização, e colonizar os espaços que, na concepção da época do Estatuto, eram considerados não habitados, entraves à inserção nacional no capitalismo global.

Isso só será possível porque está pressuposto um modelo de Estado intervencionista, que estava em franco processo de afirmação no Brasil, tendo por pilares uma legislação social, a afirmação da não separação entre os campos econômico e político, a urgência de um capitalismo organizado pelo Estado, o papel deste na previsão e garantia de direitos fundamentais, e a atribuição a ele de medidas para combater injustiças sociais.

A legalização desses mecanismos de gestão estatal do capitalismo não impediu, por certo, que outras perspectivas de agrariedade e vida no espaço não urbano se mantivessem, o que redunda no fato de que o espaço agrário mantém-se como território de diferentes disputas.

No bojo dessas disputas, fica claro, tendo em vista os referenciais oferecidos a partir de O Direito Achado na Rua, que a insurgência dos sujeitos que se identificavam como campesinato – expressão equívoca e, igualmente, em constante disputa – de um lado, e as demandas de desenvolvimento capitalista no espaço agrário brasileiro – e igualmente latino-americano – de outro, exigiram do Estado e dos juristas a elaboração de um campo disciplinar que oferecesse respostas às questões levantadas pelo contexto, sendo possível identificar as décadas de 1960 a 1980, do século XX, como período em que se intensifica a produção teórica que vai se identificando como campo específico de estudos e que se denomina Direito Agrário. Essa terminologia, por sua vez, também se encontra em disputa, havendo na literatura quem defenda em seu lugar as denominações direito rural, direito da reforma agrária, direito agrícola e, mais atualmente, direito do agronegócio.

Na vida cambiante das palavras, “agrário” é adjetivo relativo à terra suscetível de produção ou exploração, o que o torna um conceito mais dinâmico, abrangente e possibilitador de uma arena de disputas de sentido, preferível em relação a “agrícola”, que diz respeito a uma das atividades possíveis de produção na terra, ou seja, a agricultura, assim como a “rural”, conceito mais estático que designa uma posição geográfica contraposta ao urbano.

Nesta específica questão de determinação do campo disciplinar, a obra avança ao possibilitar fontes não estatais para a defesa de direitos do conjunto de sujeitos que vivem no conflitivo espaço agrário brasileiro. Não obstante, um sujeito específico passa a pautar os debates sobre o direito agrário ao ocupar o cenário político e agitar o mencionado espaço agrário com suas estratégias de ação desde a década de 1980 até os presentes dias. Falamos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Se, após a Constituinte, o sindicalismo rural deixa de ser o principal protagonista das

lutas agrárias, passando a atuar em conjunto com vários outros sujeitos[1], na década de 1990, em especial no governo Fernando Henrique Cardoso, o MST assume relevante protagonismo na luta pela terra[2], destacando-se entre as mais de 80 organizações de luta pela terra identificadas entre os anos 2000 e 2006 (FERNANDES. In: CRATER, 2010).

Buscando compreender o sucesso desse movimento social específico, Miguel Carter (2010) aponta que o MST desenvolve um tipo particular de conflito social, que ele define como "ativismo público", diverso da insurgência armada ou da revolta dispersada em formas cotidianas, informais ou discretas de resistência. Esse ativismo público "envolve uma forma organizada, politizada, visível, autônoma, periódica e não violenta de conflito social", voltando-se "a: (1) atrair a atenção pública; (2) influenciar as políticas do Estado por meio de pressão, do *lobby* e das negociações; e (3) configurar as ideias, os valores e as ações da sociedade em geral", por meio de ideias, táticas e ações contenciosas escolhidas tendo em vista as oportunidades políticas existentes, os recursos disponíveis para sua mobilização, e as percepções estratégicas do movimento em cada conjuntura histórica. A orientação não violenta dessas ações as tornam compatíveis com a sociedade civil e proporcionam instrumentos democráticos legítimos para fomentar a mudança social, em especial diante do fortalecimento do movimento, que permitiu diferentes fases de ação política, que evoluíram dos "pedidos suplicantes", passaram por "luta agressiva", até consolidarem-se em "engajamento crítico" (CARTER, 2010, p. 202-203 e 205-228).

Interessante notar que a figura do "sem-terra" emerge como um sujeito político novo no cenário brasileiro, fruto dos processos históricos de expulsão do campesinato do campo, numa sociedade que vai se urbanizando progressivamente, mas que ainda conta com uma população que reivindica o retorno à terra e que justifica tal retorno pela necessidade de que a terra seja trabalhada e, mediante o trabalho, seja justificada a propriedade. Nesse sentido, Bernardo Mançano Fernandes, ao buscar diferenciar o sem-terra do posseiro, entende que:

> Nas últimas quatro décadas, os principais sujeitos da luta pela terra têm sido os posseiros e os sem-terra. Os posseiros ocupam terras predominantemente nas frentes de expansão da fronteira agrícola. Com a territorialização do capital, esses camponeses sofrem a expropriação de suas terras por parte dos latifundiários e empresários ligados à apropriação ilegal de terras, ou seja, à grilagem. Por sua vez, os sem-terra ocupam áreas predominantemente em regiões onde o capital já se territorializou. Eles fazem ocupações de latifúndios: propriedades capitalistas do agronegócio, ou seja, terras de negócio e exploração; além de terras devolutas e griladas. A diferença básica entre os dois tipos de luta camponesa é: o grileiro, o latifundiário e o empresário chegam onde o posseiro está; ao passo que os sem-terra vão aonde o grileiro, o latifundiário e o empresário estão (CARTER, 2010, p.174).

Nesse processo de lutas, a juridicidade joga um papel de extrema relevância, em especial em seu sentido não estatal ou dominante. Em outros termos, uma noção de direito justo tem efeito mobilizador dos sujeitos que reivindicam o acesso à terra, não com base no contrato de compra e venda, mas em sua legitimação pelo costume ou pelo trabalho. Nesse sentido, o historiador Edward Thompson, ao analisar as lutas camponesas na Inglaterra, defende que

> O que muitas vezes estava em questão não era a propriedade defendida pela lei contra a não propriedade; eram as outras definições dos direitos de propriedade (...). Enquanto

[1] Conforme Edélcio Vigna de Oliveira, "A Nova República (1985-89) revelou a diversidade de categorias e situações sociais existentes no campo. (...) Esta conjuntura crítica possibilita o aparecimento de novos atores: povos da mata, indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, seringueiros, sem-terra, assentados, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores rurais, migrantes rurais, e outros. Esta população, que corresponde a arrendatários e foreiros dos anos 60, a posseiros e meeiros dos 70, indica a recorrência da questão agrária na agenda sociopolítica do país, como expressão da injustiça social no campo (MOLINA et. al., 2002, p. 167-168).

[2] Para dimensionar tal influência, veja-se a afirmação de Cléria Botelho da Costa: "O MST se mantém como o único movimento capaz de fazer oposição ao governo antidemocrático de Fernando Henrique Cardoso" (MOLINA et. al, 2002, p. 149).

> foi possível, os dominados – se conseguissem dinheiro e advogado – realmente lutariam pelos seus direitos por meios legais; ocasionalmente, os foreiros, baseando-se nos precedentes da legislação do século 16, podiam realmente ganhar uma causa. Quando não foi mais possível continuar a luta através da lei, os homens ainda continuaram a ter um senso de transgressão legal: os proprietários tinham obtido seu poder por meios ilegítimos (THOMPSON, 1987, 351).

Ao analisar a formação do campesinato no Brasil, José de Souza Martins situará sua origem no período colonial, com sua posterior consolidação como verdadeira classe social no final do século XIX e início do século XX, no bojo do processo de desenvolvimento do capitalismo no país. No processo de sua formação, esse sujeito adota uma concepção jurídica de posse, domínio e propriedade baseada no trabalho e essa concepção seguirá sendo a base de legitimação defendida pelo campesinato na luta pela terra.

> A concepção de que é preciso ocupar a terra com trabalho (na derrubada da mata e no seu cultivo) antes de obter o reconhecimento de direito, era próprio do regime sesmarial. Do mesmo modo, a concepção de que o trabalho gera direito de propriedade sobre os frutos do trabalho também era própria desse regime fundiário. Nele, o domínio estava separado de posse. O domínio era da Coroa. Quando, por acaso, o sesmeiro deixasse de cultivar a terra ou de obter dela frutos para pagar tributos, a terra se tornava devoluta (ou realenga, como então se dizia, isto é pertencente ao rei). Podia por isso ser novamente distribuída pelo representante da Coroa, bastando que alguém a ocupasse e, depois, a requeresse, como ocorreu frequentemente. Do mesmo modo, a casa de um agregado construída em terras de sesmaria ou data de outrem, bem como suas roças e cultivos, não sendo ele escravo, lhe pertenciam legalmente, sendo a relação com o sesmeiro apenas relação de enfiteuse. Portanto, o trabalho de fato gerava direito sobre bens produzidos e sobre terra beneficiada ou, melhor, sobre o benefício incorporado à terra, como era o caso do desmatamento (MARTINS, 1997, p. 180).

A presença dessa noção social, histórica e jurídica de propriedade é notadamente forte nos discursos dos movimentos sociais do campo, em especial do MST. A ideia de que a terra deve pertencer a quem nela trabalha e que este trabalho se desenvolve por intermediação familiar estão na base das reivindicações pela terra e nas propostas de políticas públicas encampadas por esse movimento. Essa concepção também está pressuposta na noção de questão agrária como relativa à desigualdade de acesso à terra como bem de produção e de reforma agrária como política de garantia de acesso.

Portanto, o campesinato e sua forma de atuação política crítico-engajada num contexto de lutas democráticas e por direitos, por meio de uma organização modelar consubstanciada no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, é o sujeito coletivo instituinte e enunciador de direitos pressuposto na *Introdução Crítica ao Direito Agrário*.

Essa obra, por sua vez, revela a ligação que esse movimento vem estabelecendo com os juristas e com as universidades, com o fim de criar um sofisticado discurso em defesa de suas pautas e especialmente evoluir de uma "legalidade defensiva" para uma "legalidade ofensiva" e também visando promover mudanças na cultura jurídica, conforme demonstrado por George Meszaros (CARTER, 2010, p.433). Internamente, seu Setor de Direitos Humanos tem contribuído para que o MST forme quadros e siga auxiliando a formulação de um discurso jurídico crítico à ideologia dominante e alinhado às estratégias políticas do movimento. No sentido de revelar a contribuição do movimento para a cultura jurídica, Meszaros conclui que

> No que tange ao relacionamento do MST com a lei, isso deve ser visto como uma parte integral e legítima dos processos legais que há muito tempo têm sido divididos. Que uma organização com tamanha expressão e estatura social deveria no mínimo contribuir com a reorientação do debate sobre a natureza e a função das leis, em vez de meramente aceitar as consequências das ações dos outros, sem dúvida constitui um

> avanço saudável e há muito tempo adiado. Muitos observadores deixaram de perceber esse ponto ou não parecem dispostos a fazê-lo. Eles reconhecem o impacto político do Movimento, mas parecem incapazes de aceitar suas ramificações legais positivas, preferindo continuar presos em uma noção artificialmente restritiva do Estado de Direito que nem eles são capazes de por em prática (CARTER, 2010, p.458-459).

A partir desses pressupostos, é possível avaliar o mencionado livro como fruto dessas alianças estabelecidas entre os movimentos sociais, especialmente o MST, com os juristas e os acadêmicos, com a finalidade de se batalhar no espinhoso campo das ideias jurídicas, reconhecendo a relevância do jurídico para a transformação social e o papel emancipatório dos direitos humanos, quando encarados fora das amarras do positivismo.

Publicada em 2002, a obra tem seu conteúdo colocado à prova pelos eventos que se seguiram à ascensão e queda do Partido dos Trabalhadores (PT) e do campo político de centro-esquerda no Brasil. Ao seu tempo, os autores talvez nem pudessem prever a eleição do PT e a ascensão de um bloco histórico progressista ao poder executivo no Brasil, tampouco sua contraditória relação com a questão agrária, os movimentos sociais e a política de desenvolvimento. Não obstante, desde então, mudanças econômicas, políticas e culturais têm implicado alterações no campo de disputas pela terra, com consequências no plano das estratégias jurídico-políticas dos movimentos sociais.

As políticas neodesenvolvimentistas dos governos do PT e sua aliança com a elite agrária, com a agroindústria e com a setor financeiro (ou setor do agronegócio), promoveu uma alteração na dinâmica do mercado de terras e de mobilização das fronteiras territoriais agrárias. Nesse processo, além do campesinato, continuaram sendo vítimas sujeitos que vivem no espaço agrário, embora não se identifiquem, inteira ou parcialmente, cultural ou politicamente com o campesinato e, especificamente, com os sem-terra. Estamos falando do conjunto de sujeitos denominados povos e comunidades tradicionais, cuja relação com a terra não se identifica inteiramente com a do campesinato anteriormente definido. Os povos originários, muito especialmente alcunhados indígenas pelos colonizadores, já habitavam o território nacional antes da formação do campesinato e, em sua diversidade, compartilhavam um senso de pertencimento à terra que o campesinato ainda não reproduz.

Esses sujeitos, por sua vez, embora venham se organizando nas últimas décadas, ainda não lograram o mesmo nível de articulação e mobilização do MST, mas com ele dialogam, sem o replicar inteiramente, e têm se afirmado como sujeitos emergentes nas lutas sociais do campo no Brasil.

Suas demandas não foram alcançadas ao tempo da publicação em análise, mas sua interpelação permite trilhar caminhos metodológicos análogos para buscar refletir demandas e contribuições ao pensamento jurídico advindos das lutas desses sujeitos emergentes.

Sujeitos instituintes e temas emergentes no Direito Agrário

Passados cerca de 17 anos da publicação de *Introdução Crítica ao Direito Agrário*, vê-se que algumas mudanças que já estavam em curso no cenário agrário brasileiro ganharam forte expressão nacional. Dentre tais mudanças, destacamos o fortalecimento de outros movimentos sociais do campo[3], a emergência das comunidades tradicionais

[3] Em nível nacional, são exemplos o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Federação Nacional do Trabalhadores na Agricultura Familiar. Em nível regional e local, são inúmeras as organizações, a maioria dedicada à luta pelo acesso à terra.

e a ressignificação da luta pela reforma agrária, com a incorporação de dimensões pouco destacadas antes dos anos 2000, como a ambiental[4].

Frente à impossibilidade de analisar todos esses temas no curto espaço deste artigo, optamos por destacar a análise da emergência das comunidades tradicionais, seu protagonismo na instituição de um conjunto de novos direitos no Brasil e de sua importância para o reconhecimento do pluralismo jurídico no ordenamento jurídico nacional. Nesse sentido, primeiro faremos um exercício de identificação dos novos direitos que foram positivados, como resultado dos processos de luta e reivindicações desses grupos, e seus principais marcos constitucionais e infraconstitucionais, notadamente em nível federal; depois analisaremos as implicações de tal processo no fortalecimento do espectro conceitual do pluralismo jurídico; e, por fim, apontaremos brevemente as principais ameaças à garantia de tais direitos no atual cenário.

A emergência dos Povos e Comunidades Tradicionais e o reconhecimento de seus direitos costumeiros pelo direito positivo

A categoria "Povos e Comunidades Tradicionais" vem sendo usada atualmente para caracterizar um conjunto de grupos sociais com identidades e formas de organização socioculturais específicas encontrados nas cidades e, principalmente, no campo brasileiro.

Gestada em meio aos debates acadêmicos e legislativos realizados nos anos de 1990 e 2000 sobre a construção de políticas públicas específicas para esses grupos sociais, a terminologia foi institucionalizada, pela primeira vez, em 2004, com a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e positivada, pela primeira vez, com o Decreto nº 6.040, de 2007. Além dos povos indígenas, estão incluídos na categoria as comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, faxinalenses, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, fundos e fechos de pasto, geraizeiros, caiçaras, benzedeiros, ciganos, povos de terreiros, pomeranos e veredeiros, dentre outros[5].

Ainda que as especificidades culturais e as territorialidades específicas sejam a marca distintiva de tais grupos em relação à sociedade nacional, é importante afastar qualquer tipo de compreensão essencialista deles. De acordo com Almeida (2006), tais grupos não são estruturados por diferenças culturais cristalizadas, mas por culturas dinâmicas e plurais que passam a ser resgatadas, positivadas e mobilizadas na construção de identidades coletivas.

Deste modo, analisar o que são as comunidades tradicionais pressupõe analisar como elas foram se constituindo enquanto tais no cenário político nacional, como fruto de relações sociais e de conflitos moldados pelo tempo e espaço. É um exercício, no entanto, que não pode prescindir da análise de seus processos de luta por direitos e, notadamente, por reconhecimento de seus direitos costumeiros pelo direito positivo, processo cujos resultados são visíveis em um conjunto de normas municipais, estaduais, federais e internacionais aprovados e/ou ratificadas pelo Estado brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988. Como aponta Oliveira (2014), o surgimento e a expansão de tais normas acompanham e refletem, em certa medida, a inserção do direito positivo no repertório de ação e de disputas encampadas por esses grupos e a própria emergência política dos mesmos. Tal expansão ganha corpo no fim dos anos 1980 e na década de 1990, sobretudo nas legislações municipais e estaduais,

[4] A incorporação do debate agroecológico nas pautas de muitos movimentos sociais do campo e a visibilização da dimensão socioambiental dos conflitos agrários são expressões disso. Nesse cenário, falar em Reforma Agrária implica não apenas a transformação da estrutura fundiária e democratização do acesso à terra, mas a construção de um novo modelo de desenvolvimento, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

[5] O Decreto nº 8.750, de 2016, prevê assento para 28 diferentes povos no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Criado inicialmente como Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), através de decreto de 27 de dezembro em 2004, o órgão colegiado passara por modificações em sua nomenclatura e composição em dois momentos, com a aprovação de decreto de 13 de julho de 2006 e do Decreto nº 8.750, de 2016.

e a partir dos anos 2000, na legislação federal[6] e em tratados internacionais[7].

São normas que reconhecem um conjunto de novos direitos, em especial os direitos à autodefinição; à proteção, valorização e proteção de suas identidades, culturas e modos de vida; às terras tradicionalmente ocupadas; à consulta prévia, livre e informada e a políticas públicas específicas e adequadas, que contribuam para a garantia de sua dignidade e sustentabilidade.

A primeira base normativa dos "direitos econômicos, sociais e culturais" desses grupos é a Constituição Federal de 1988, que consigna, no artigo 231, o direito dos povos indígenas a definirem sua "organização social, costumes, línguas, crenças e tradições", e nos artigos 215[8] e 216[9], que os "bens de natureza material e imaterial", dentre os quais se incluem as "formas de criar, fazer e viver" dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira constitui patrimônio cultural brasileiro, o qual deve ser respeitado e protegido pelo Estado.

Tais dispositivos representam um avanço significativo em relação ao paradigma normativo anterior, no qual o reconhecimento dos diretos dos povos indígenas foi consignado subordinando-se a uma explícita proposta integracionista. Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil é reconhecido como um país pluriétnico e multicultural, cujo caráter deve ser valorizado e protegido. Isso significa que, além de passar da perspectiva da integração à sociedade hegemônica para a do reconhecimento do direito à diferença, a Constituição de 1988 reconhece a existência de diferentes outros grupos, com identidades e formas de organização socioculturais específicas, além dos povos indígenas. Tal reconhecimento foi a matriz fundamental para um conjunto de normas infraconstitucionais aprovadas pelo Brasil após 1988, regulamentando os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Dentre tais normas, merece destaque a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Estado brasileiro em 2004, que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais dos países independentes signatários do tratado. Embora o termo "povos tribais" não seja adequado para representar os diferentes grupos que se reconhecem com identidades e organização sociocultural específicas no Brasil, como adverte Oliveira (2014), os critérios utilizados pela referida convenção para caracterizar o que chama de "povos tribais" não deixa dúvidas de que a referida norma se aplica aos povos e comunidades tradicionais. De acordo com o artigo 1º da Convenção 169, são considerados "povos tribais" aqueles "cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial".

Em estreito afinamento com a Carta Magna Brasileira, o referido tratado também positiva o direito à proteção e respeito ao modo de vida das comunidades tradicionais. Em seu artigo 5º, determina que, na aplicação da presente convenção, deverão "ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados [...] e ser respeitada a integridade dos valores, práticas e instituições desses povos". Nesse mesmo espírito, merece destaque

[6] Lei Federal nº 9.985, de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação); Decreto Presidencial nº 6.040, de 2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) e Lei Federal nº 13.123, de 2015 (Lei da Biodiversidade).

[7] A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada através do Decreto nº 5.051, de 2004, e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promulgada por meio do Decreto nº 6.177, de 2007.

[8] Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (...)

[9] Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver [...] § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

também a Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada pelo Brasil através do Decreto Presidencial nº 6.177, de 2007. Tal norma reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial e prevê uma série de medidas a serem adotadas pelos Estados Nacionais para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território.

Tal direito impõe visivelmente uma obrigação de fazer para o Estado, que deve ser cumprida através de um conjunto de instrumentos, nos termo do § 1º do artigo 216 da Constituição. O artigo 2º da Convenção 169 da OIT também estabelece obrigações positivas para o Estado, de modo a proteger os direitos desses povos e garantir o respeito à sua integridade, através de medidas especiais que assegurem o acesso destes, "em condições de igualdade, aos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população"; a eliminação das "diferenças socioeconômicas" que os separam e "a plena efetividade de seus direitos econômicos sociais e culturais".

Acompanhando esse viés, verifica-se também o direito à proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, reconhecido como parte do patrimônio cultural brasileiro. Nos termos da Lei Federal nº 13.123, de 2015, "ficam protegidos os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de populações indígenas, de comunidade tradicional ou de agricultor tradicional contra a utilização e exploração ilícita". Tal proteção envolve, dentre outros, o direito à participação dos grupos nas tomadas de decisão sobre assuntos relacionados à conservação e uso sustentável desses conhecimentos (art. 8º); o direito ao consentimento prévio e informado dos grupos para que terceiros tenham acesso aos mesmos (art. 9ª); o reconhecimento de sua contribuição para o desenvolvimento e conservação de patrimônio genético, a divulgação da origem desses conhecimentos em todas as publicações, explorações e divulgações e o direito ao recebimento de benefícios decorrentes de sua exploração econômica por terceiros (art. 10).

Importa destacar que as medidas especiais que deverão ser adotadas pelo Estado para efetivação dos direitos desses grupos "não deverão ser contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados", conforme dispõe o inciso 2 do artigo 4º da mesma convenção e devem ser realizadas garantindo o direito à informação[10] e à participação[11] deles nos processos de tomada de decisão. Nesse sentido, deve ser garantido o direito à "autodeterminação" desses povos na escolha das prioridades para a garantia de seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

> Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural (Artigo 7º).

Outro direito importante é a "autoatribuição", também positivado na Convenção 169 da OIT. De acordo com o artigo 1º, "a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente convenção". Em razão disso, as certidões de comunidades quilombolas emitidas pelo Estado brasileiro, pela Fundação Cultural Palmares, por exemplo, são certificados de autorreconhecimento dos próprios grupos, cabendo ao Estado registra-los e não atestar a identidade quilombola.

Assume grande relevância também o direito às "terras tradicionalmente ocupadas", previsto na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da OIT. Diferentemente das terras reivindicadas pelos Movimentos de Lutas pela Terra e acessadas através

[10] Nos termos do artigo 30 da Convenção 169 da OIT, o direito à informação deve ser garantido através da adoção de um conjunto de medidas, inclusive de traduções escritas e/ou utilização dos meios de comunicação de massa nas línguas desses povos.

[11] Artigos 2º, inciso 1, 6º, inciso 1, alínea b, e 7º, inciso 1.

dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, as terras tradicionalmente ocupadas assumem sentidos para além da subsistência econômica dos grupos. É o lugar de pertencimento, de memória, história e reprodução das práticas religiosas e socioculturais dos mesmos. Na CF de 1988, a terminologia aparece no artigo 231[12], ao reconhecer os direitos originários, exclusivo, permanente e imprescritível dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União demarcá-las e protegê-las.

A Constituição Federal de 1988, no parágrafo 6º do artigo 231, também proíbe a remoção dos povos indígenas das suas terras, rompendo com as políticas de criação de reservas indígenas a partir da relocação dos grupos, frequente até a década de 1970, e a exploração dos potenciais hídricos, minerários e energéticos existentes nas mesmas, salvo em situações excepcionais. Como decorrência do caráter originário de tal direito (anterior à CF/88 e a ao próprio Estado brasileiro), são nulos todos os títulos e atos que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a exploração de tais terras, não cabendo, no processo de demarcação e desintrusão das terras indígenas, desapropriação dos imóveis que porventura tenham sido constituídos em seu interior. A possível indenização deve ser feita apenas em relação às benfeitorias de boa-fé, e nunca em relação à terra nua.

O direito das comunidades quilombolas às terras por elas ocupadas também é reconhecido explicitamente na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)[13]. Para os quilombolas, a norma constitucional reservou o direito à propriedade definitiva sobre tais terras, diferente do que ocorreu com a regulação das terras indígenas na Carta Magna, reconhecidas como de usufruto exclusivo destes, mas com domínio reservado à União.

Apesar de o artigo 68 da ADCT não usar o termo 'tradicionalmente ocupadas', este deve ser o parâmetro para demarcação das mesmas, já que a especificidade da forma de apropriação territorial das comunidades quilombolas caracteriza a tradicionalidade de suas formas de ocupação. Este é o critério previsto no Decreto nº 4.887, de 2003, que regula o processo de identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas no Brasil, declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 08 de fevereiro de 2018, no bojo do julgamento da ADI 3.239[14].

Na Convenção 169 da OIT, aplicada a todas as comunidades tradicionais, o direito às terras tradicionalmente ocupadas é positivado como sinônimo de "direito ao território". Tais categorias foram sendo construídas na tentativa de representar a complexidade das formas de apropriação dos sistemas de uso comum da terra, caracterizados por Almeida (2006) como:

> situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações

[12] Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. §1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. §2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. §3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. §4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. §5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

[13] Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

[14] A Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239 foi proposta em 2004 pelo PFL, requerendo o afastamento da aplicabilidade do referido decreto. Dentre os principais aspectos atacados pela ação está a regulamentação do direito à autoatribuição e os critérios para demarcação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. Após quase 15 anos de tramitação no STF, a ação foi julgada improcedente pela Corte.

> sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 2006, p. 101).

Nos termos do artigo 13 da Convenção 169 da OIT, “os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios”, que corresponde “a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma”, para sua subsistência material e reprodução sociocultural. Tal direito, de acordo com mesma convenção, inclui a posse e a propriedade de tais terras, não ser removido das mesmas sem seu consentimento e retornar às terras tradicionais.

> Artigo 14,
>
> 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. [...]
>
> (Convenção 169 da OIT)
>
> Artigo 16
>
> 1. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente artigo, os povos interessados não deverão ser transladados das terras que ocupam.
>
> 2. Quando, excepcionalmente, o translado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o translado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados.
>
> 3. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar às suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu translado e reassentamento. [...]
>
> (Convenção 169 da OIT)

Frente à deliberada inação no Estado brasileiro para garantir a efetivação de tais direitos, têm-se fortalecido, no último período, as ações diretas de retomadas de terras ocupadas tradicionalmente, notadamente por povos indígenas, como mecanismo de pressão para garantir sua demarcação e desintrusão.

Somado aos direitos às terras tradicionalmente ocupadas, há também o direito de livre acesso aos recursos naturais. Nos termos do artigo 15 da Convenção 169 da OIT, os “direitos dos povos interessados nos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados”.

Tal reconhecimento também está previsto nos artigos 4º, XIII, 18 e 20 da Lei Federal nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Segundo a referida norma, o SNUC tem, dentre outros objetivos, “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”. Para a efetivação de tal determinação, há instrumentos como a instituição de Reservas Extrativistas (Resex) e de Reservas de Desenvolvimneto Sustentável (RDS) nas áreas ocupadas tradicionalmente por esses grupos. Tal

caminho vem sendo escolhido especialmente por comunidades ribeirinhas e pesqueiras, mas comumente são reveladores de contradições e tensões.

Verifica-se que, entre o reconhecimento e a efetivação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, existe ainda um enorme abismo e, em muitas situações, o Estado brasileiro não é apenas omisso, mas patrocinador de grandes violências e violações, como se verifica, por exemplo, na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, executada em prejuízo dos direitos territoriais de várias etnias indígenas do Pará e à revelia de suas manifestações de vontades.

Nessa perspectiva, tem crescido também a reivindicação dos povos e comunidades tradicionais pelo cumprimento do direito à "consulta prévia livre e informada", previsto no artigo 6º da Convenção 169 da OIT, o qual determina que "os governos deverão consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente". O objetivo da consulta, nos termos previstos pela convenção, não é apenas escutar os grupos, como tem sido comum em audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental, mas alcançar "um acordo e conseguir um consentimento acerca das medidas propostas". Para exigir que a consulta seja feita de modo adequado, respeitando suas instituições representativas e seus modos de fazer, criar e viver, muitos povos têm elaborado protocolos comunitários de consulta, regulando como deve ser feita a consulta em cada um deles.

Por fim, merece destaque o direito a políticas públicas adequadas à realidade desses grupos sociais. É o que se verifica no Decreto Presidencial nº 6.040, de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPCT). O referido decreto é um marco na positivação jurídica do termo povos e comunidades tradicionais e estabelece princípios, objetivos e instrumentos para a implementação de políticas públicas diferenciadas para esses grupos sociais, assim como para a adaptação de políticas públicas já existentes às suas especificidades. Sua proposição foi resultado dos trabalhos da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2004, sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a função de coordenar a elaboração e implementação da referida política[15]. No entanto, esta se finda com o Decreto Presidencial nº 9.759, de 2019, que extingue alguns e estabelece diretrizes, regras e limitações para diversos órgãos colegiados da Administração Pública Federal, no bojo de uma série de medidas e propostas de retrocessos no reconhecimento e efetivação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e da Política de Reforma Agrária no Brasil, como será apontado mais a frente.

A constitucionalização do pluralismo jurídico e sua densidade conceitual

Dentre os fundamentos epistemológicos de O Direito Achado na Rua (DANR), podemos destacar o pluralismo jurídico, que defende a legitimidade das normatividades produzidas pela e na sociedade, para além dos marcos do direito oficial, por entender que o Estado não é a única fonte de produção do Direito. Com isso, o DANR propõe um deslocamento do olhar para as diversas fontes do direito, "reconhecendo o espaço político onde se desenvolvem as práticas sociais também como enunciadoras de direitos" (SOUSA JUNIOR, 2015).

Tal concepção representa uma mudança paradigmática no sentido e no conceito de direito, no qual a construção normativa é reconhecida como uma construção política, superando, portanto, a concepção dogmática de um Direito neutro e supostamente acima dos conflitos sociais. Para o DANR, o Direito é visto como fruto das relações e tensões sociais que tomam corpo no espaço público, através da agência das

[15] A comissão possuía composição paritária, com 15 representantes de órgãos da Administração Pública Federal e 15 representantes de organizações da sociedade civil, mais notadamente de entidades representativas de comunidades tradicionais.

classes, grupos e movimentos sociais, que atuam como sujeitos coletivos de direito. Deste modo, como aponta Sousa Junior (2015), fazendo referência a Roberto Lyra Filho, o direito não é, ele se faz sendo, e ele se expressa "como projeto de legítima organização social da liberdade", na medida em que representa o campo das múltiplas possibilidades e volta-se para atender às demandas por direitos da sociedade, em especial dos novos movimentos sociais.

A luta dos povos e comunidades tradicionais, além de fortalecer esse fundamento teórico epistemológico na compreensão do direito, tem contribuído para instituir uma força ainda maior ao pluralismo jurídico. Com a aprovação da Constituição e o consequente reconhecimento do Brasil como um país pluriétnico e multicultural, nos termos dos artigos 215 e 216, aqui já analisados, o pluralismo jurídico passa a ser fundamento do próprio Estado Democrático de Direito. O que verificamos é um processo de constitucionalização do pluralismo jurídico no país que emerge das lutas dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, em um movimento bem semelhante às lutas por reconhecimentos de direitos dos povos originários em outras nações da América Latina. Com a incorporação da Convenção 169 da OIT no ordenamento jurídico nacional, o reconhecimento pelo direito oficial da duplicidade de sistemas normativos legítimos ganha ainda mais evidência, eis que a convenção é exaustiva em dispositivos que impõem ao Estado o respeito aos costumes, normas costumeiras e instituições próprias dos povos tradicionais, prevendo, inclusive, parâmetros para a sua aplicação, em caso de conflitos com as normas nacionais[16].

O processo de constitucionalização e positivação do pluralismo jurídico assume diversos sentidos. De acordo com Marés (2019, p. 25), "a legalidade nacional pode reconhecer a efetividade dos sistemas tradicionais ou legislar introduzindo nas leis nacionais institutos dos povos tradicionais". Somado a esses dois sentidos, percebemos um terceiro, que é o de estabelecer parâmetros interpretativos para a aplicação da legislação nacional aos mesmos grupos. Desse modo, o pluralismo jurídico positivado pelo ordenamento jurídico nacional a partir da luta dos povos e comunidades tradicionais deve ser compreendido a partir de três diferentes e articulados sentidos de reconhecimento: 1) de direitos específicos adequados aos costumes e modo de vida de tais grupos; 2) do direito a dizer o direito pelos próprios grupos (legitimidade de suas normatividade e juridicidade); e 3) da necessidade de considerar os costumes e o direito consuetudinário dos povos tradicionais para aplicação do restante da legislação nacional para seus componentes.

Tais sentidos possibilitam densificar o espectro conceitual do pluralismo jurídico, na contramão das críticas que apontam haver imprecisão nos limites do pluralismo e nas diferenças entre o pluralismo como fato e como prescrição (dever ser), levando a literatura sobre o tema a ser mais prescritiva que científica[17]. Ainda que a constitucionalização do pluralismo jurídico no Brasil tenha se dado com vários limites, se compararmos às experiências mais recentes de países como Equador, Venezuela, Bolívia e Peru, onde se reconhece não apenas a juridicidade indígena, mas a jurisdição indígena[18] em sentido mais amplo, a compreensão dos diferentes sentidos do pluralismo jurídico no Brasil é importante para não reduzirmos o seu alcance e eficácia.

[16] O inciso 2 do artigo 8º da Convenção 169 da OIT estabelece a não violação dos direitos fundamentais definidos pelo sistema jurídico nacional e dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos como critérios para a compatibilização dos diferentes sistemas jurídicos. Também prevê que deverão ser estabelecidos procedimentos para se solucionar os conflitos que possam surgir entre os mesmos.

[17] Tais críticas são sintetizadas na obra de José Geraldo de Sousa Jr (2015).

[18] Como consequência do reconhecimento da plurinacionalidade e em virtude da consecução de maior autonomia às comunidades originárias, também foi institucionalizada uma jurisdição própria, composta por juízes indígenas que se organizam, arregimentam e julgam de acordo com suas tradições. Essa jurisdição alcança inclusive uma turma específica na Corte Constitucional.

Desafios da conjuntura: neoliberalismo de guerra, acumulação por desapossamento e projetos em disputa na América Latina

Conforme apontam José Seoane, Emílio Taddei e Clara Algranati (2010), no tempo presente, o capitalismo, em sua etapa neoliberal e globalizada, caracteriza-se por uma economia financeirizada e por processos de acumulação por despossessão ou por desapossamento, por meio dos quais a acumulação do capital ocorre pela apropriação privada de bens ou recursos que encontravam até o momento (ao menos relativamente) fora do mercado, ou seja, que não eram ou não haviam sido transformados em mercadorias.

Trata-se, portanto, da apropriação privada, majoritariamente transnacional, dos chamados "bens comuns sociais" (as empresas e os serviços público-estatais consolidados em meados do século XX) e dos denominados "bens comuns da natureza" (também chamados "recursos naturais"). Os primeiros foram objeto das reformas neoliberais de primeira geração – sob o Consenso de Washington de princípios dos anos 1990 –, mediante políticas de privatização, e os segundos têm sido objeto de mercantilização pelas seguintes gerações de políticas neoliberais.

Esse processo reforça um modelo de divisão internacional do trabalho que busca manter a América Latina com uma estrutura produtiva regional primária, valendo-se, para tanto, de reformas legais, de implementação de políticas públicas, de iniciativas das corporações e associações empresariais, de projetos de organismos internacionais e do uso da violência estatal-legal e paraestatal-ilegal para garantir o efetivo desapossamento destes bens aos povos e às comunidades, que até então eram seus detentores e cuidadores, visando à sua mercantilização (especialmente por meio da privatização), que possibilita, assim, sua apropriação privada e exploração capitalista intensiva, de caráter transnacional, na ampla maioria dos casos, e orientada à exploração das mercadorias obtidas para sua venda-consumo no mercado mundial. Este processo geral é o que recebe o nome de "pilhagem" e sua aplicação implica o deslocamento das populações originárias, a destruição de suas condições de vida, e também resulta na depredação do ambiente, afetando o conjunto da vida no território e "projetando suas sombras" nos planos nacional e internacional (SEOANE et. al., 2010, p. 8/9).

Na América Latina, esta e outras tendências encontram-se em franco processo de disputa. Para os referidos autores, os projetos de sociedade em jogo atualmente no continente podem agrupar-se e esquematizar-se ao redor de três tipos distintos de modelos sociais, que, no aspecto socioeconômico, atribuem papel relevante, ainda que distinto, à utilização social dos bens comuns da natureza, assim por eles denominados:

a) "neoliberalismo de guerra", que propõe aprofundar o modelo neoliberal, de modo a consolidar e igualmente aprofundar o processo de mercantilização e transnacionalização destes bens e recursos, sob crescente controle das corporações transnacionais, em associação muitas vezes com capitais locais, orientando massivamente a produção em termos do mercado externo (SEOANE et.al., 2010, p. 64/65);

b) "neodesenvolvimentismo", que propõe o regresso à certa regulação econômica e gestão social sem modificar a matriz da estrutura social, recuperando a ideia do crescimento econômico e a problemática do desenvolvimento com suas invocações dos debates latino-americanos dos anos 50 e 60 do século XX – que destina ao Estado nacional uma tarefa de regulação e de orientação do processo econômico, resgatando certo papel para o mercado interno e para a promoção de outros setores produtivos. Neste modelo, a prioridade da exploração e exportação dos bens comuns aparece complementada com uma maior regulação estatal e com a tentativa de apropriação estatal de uma parte dos benefícios dela, orientada a sustentar outros setores econômicos da atividade privada e as políticas de contenção social (SEOANE

et. al., 2010, p. 65/66);

c) “mudanças constituintes”, fazendo referência às reformas constitucionais ocorridas especialmente na Venezuela, na Bolívia e no Equador, que têm um manifesto projeto de transformação orientado para a redistribuição, socialização, democratização e descolonização no terreno do poder, das receitas e das riquezas (SEOANE et. al., 2010, p. 66/67). Esse modelo tem se caracterizado pela nacionalização-estatização dos setores mais importantes vinculados à exploração dos bens comuns da natureza, sendo que esta apropriação pública tem servido para o desenvolvimento de um regime de políticas sociais universalista e de distribuição progressiva da renda, assim como para financiar a particular modalidade adotada para a política pública de nacionalizações e crescimento do setor estatal público da economia (SEOANE et.al., 2010, p. 64).

O neoliberalismo de guerra no Brasil: transformações no mercado de terras e ofensiva aos direitos conquistados

Embora a Constituição de 1988 tenha alçado a Reforma Agrária à categoria jurídica de maior status, o ciclo político de abertura democrático é contraposto por um ciclo econômico neoliberal privatista e desregulamentador iniciado na década de 1990, que acaba por impedir que o Estado cumpra com os direitos previstos constitucionalmente.

Para Guilherme Costa Delgado,

> a antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento de reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa (CARTER, 2010, p. 81-82).

O mesmo autor, ao analisar os impactos políticos deste processo, afirma que

> O relançamento do capital financeiro na agricultura em uma nova aliança do grande capital e da grande propriedade fundiária, sob tutela das políticas públicas, favorece a desmobilização das forças sociais normalmente aliadas da reforma agrária. Por seu turno, o movimento camponês vem se dividindo, sob influência dos setores da pequena agricultura tecnificada que vislumbram associação com o agronegócio. A Igreja Católica, por intermédio da CNBB e das Pastorais Sociais, perdeu liderança na luta pela reforma agrária. E os partidos de esquerda, sucessores da tradição agrária do antigo Partido Comunista, hoje no governo, colocaram-se na perspectiva de administrar o “ajustamento constrangido”. Esses setores, por ação ou omissão, terminam repercutindo e corroborando o discurso do agronegócio. Nesse ambiente social, também desempenham papéis importantes determinados círculos acadêmicos e técnico-burocráticos, fortemente influenciados pelo fascínio do progresso técnico que o agronegócio domina.
>
> O movimento social organizado e mais combativo, tendo à frente o MST, não é capaz isoladamente de organizar os amplos setores desorganizados e repelidos pelo relançamento do capital-financeiro na agricultura brasileira (CARTER, 2010, p. 105-106).

A versão mais atual desse processo tem mobilizado estratégias de incremento de mecanismos de mercado para a distribuição de terras e alienação de terras públicas, especialmente a regularização fundiária de áreas de significativas dimensões em terras anteriormente públicas, a concessão de crédito fundiário e a compra e venda de terras pelo órgão executor da política de reforma agrária. Também avançam no Congresso Nacional projetos que intensificam o afrouxamento do controle estatal sobre o mercado de terras e facilita o processo de privatização das terras públicas. Além disso, buscam-se criar condições financeiras para a expansão das atividades agroindustriais, minerais e de infraestrutura via financiamento público, em detrimento do acesso à terra aos trabalhadores rurais e da proteção dos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Julianna Malerba (2017) buscou sistematizar um conjunto de medidas que apontam mudanças no mercado de terras e retrocessos no plano dos direitos, empreendidas entre meados do segundo governo Lula, entre 2008 e 2010, e a ascensão de Michel Temer à Presidência depois de golpe de Estado contra a presidenta Dilma, em 2016. Dentre as medidas por ela citadas, encontram-se:

I) Flexibilização das normas de licenciamento ambiental, por meio de portarias do Ministério do Meio Ambiente que ansiavam por acelerar o licenciamento ambiental, reduzindo pela metade os prazos para a concessão das licenças;

II) Promulgação do Código Florestal em favor dos interesses do agronegócio;

III) Ataques a normas que reconhecem e protegem a posse da terra em favor de indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, a propositura da Ação de Inconstitucionalidade (ADI) 3239/2004 que contestou o critério de autoatribuição fixado no Decreto nº 4.887/03, que regulamenta o procedimento de titulação das terras ocupadas por populações quilombolas (STF, 2018)[19].

III) Proposta de Emenda à Constituição nº 215, que visa transferir para o Congresso Nacional a competência de demarcar e homologar terras indígenas, criar unidades de conservação e titular terras quilombolas;

IV) Republicação, pela Advocacia-Geral da União, da Portaria nº 303, que coloca em vigor as condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal durante julgamento que homologou a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e confirma, para todas as demais terras indígenas, o entendimento do STF de que os direitos dos índios sobre as terras não se sobrepõem ao interesse público da União, de condicionar seu usufruto à política de defesa nacional, à expansão da malha viária e à exploração de alternativas energéticas e de riquezas de cunho estratégico para o país. A republicação da portaria na forma de parecer, em virtude da Lei Complementar nº 73/1993, passa a ter força normativa, alcançando toda a administração federal;

V) No governo Temer (2016-2018), a edição de medidas provisórias e projetos de lei que atacam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e visam mudar as regras de licenciamento ambiental (PL 3729/2004 e 654/2015) ou mesmo extingui-lo (PEC 65/2012);

VI) Conversão da Medida Provisória nº 759 na Lei nº 13.465/17, que altera os regimes jurídicos relacionados à regularização fundiária rural e urbana, à regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e às regras de alienação dos imóveis da União. A lei cria mecanismos que facilitam os critérios de titulação e a antecipação da emancipação dos assentamentos para que os lotes estejam disponíveis para serem transacionados no mercado de terras e facilita a regularização fundiária de terras públicas e devolutas, possibilitando a legalização da grilagem, ao ampliar

[19] Essa ação foi julgada improcedente pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em 08 de fevereiro de 2018.

para 2.500 hectares o limite da área de terra devoluta passível de ser regularizada na Amazônia pelo Programa Terra Legal. A lei também elimina qualquer sanção ao latifúndio e à propriedade que não cumprirem com sua função social, ao permitir o pagamento em dinheiro nos imóveis rurais frutos de aquisição por compra e venda ou na arrematação judicial pelo Incra, esvaziando a regra constitucional que estabelece o pagamento em Títulos da Dívida Agrária, com liquidação de forma escalonada de dois e 20 anos, a depender do tamanho do imóvel;

VII) Redução do orçamento destinado à Reforma Agrária e inviabilização do funcionamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão executor das políticas fundiárias nacionais.

VIII) Promulgação da Emenda Constitucional nº 95, que determina o congelamento de investimentos públicos por 20 anos, ocasionando inexistência de recursos suficientes para desapropriação em favor da criação de assentamentos e consequentemente para as políticas agrícola e de reforma agrária como um todo;

IX) Projeto de Lei nº 4.059/2012, que pretende liberar a aquisição irrestrita de imóveis rurais por pessoas estrangeiras;

X) Ainda no governo Dilma Rousseff, proposta do Novo Código Mineral, com mudança no regime de outorga dos títulos minerários e imposição da mineração em detrimento de outras atividades produtivas;

XI) Projeto de Lei (PLS 272/2016), que altera a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016) para incluir a ocupação de terras entre as condutas previstas como ilícitas, de modo a atacar um dos principais instrumentos de ativismo e pressão política dos movimentos de luta pela terra.

No ano de 2019, tomou posse na presidência da República Jair Bolsonaro, cuja plataforma política é assumidamente contrária a vários logros da Constituição de 1988 e de nítida inspiração conservadora e ultraneoliberal. Em seu primeiro dia de mandato, poucas horas após a posse, ele determinou, por meio de medida provisória, a transferência da atribuição de identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura, em evidente afronta aos direitos dos povos indígenas e às atribuições da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão que desde a década de 1960 representava a política indigenista brasileira. No terceiro dia de governo, o Incra determinou a interrupção de todos os processos para compra e desapropriação de terras. Dada a repercussão negativa da medida, cinco dias depois ela foi revogada[20], embora o órgão mantenha-se inerte no que diz respeito à execução da política de reforma agrária. Por sua vez, a medida provisória mencionada foi rejeitada pelo Congresso, reeditada pelo presidente e, depois, anulada em decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal[21].

Além dessas medidas, no que diz respeito aos insumos produtivos, ao meio ambiente, à saúde no trabalho e à segurança alimentar, o Ministério da Agricultura liberou 382 novos agrotóxicos no país entre os meses de janeiro e junho de 2019[22].

No âmbito legislativo, ganha destaque a Proposta de Emenda Constitucional nº 80 de 2019, proposta pelo senador Flávio Bolsonaro, com intuito de alterar os artigos 182 e 186 da Constituição Federal, que dispõe sobre a função social da propriedade urbana e rural, representando um tiro de morte na Política de Reforma Agrária no país. A proposta retira a exigência de simultaneidade nos critérios de cumprimento

[20] Notícia veiculada no sítio virtual Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/01/governo-bolsonaro-volta-atras-e-cancela-suspensao-da-reforma-agraria/>. Acesso em 14 jan. 2019.

[21] Notícia publicada em 24 de junho de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-do-stf-suspende-mp-de-bolsonaro-que-transferiu-demarcacao-de-terras-indigenas-para-agricultura-23760897>. Acesso em julho de 2019.

[22] Notícia disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/03/governo-libera-mais-57-agrotoxicos-e-soma-deste-ano-chega-a-382-novos-registros/ >. Acesso em 01 de novembro de 2019.

da função social da propriedade rural[23], suprime o requisito de respeito aos direitos dos trabalhadores e ao seu bem-estar, flexibiliza os demais requisitos (econômico e ambiental), submete o cumprimento da função social a não violação de direitos de terceiros e a declaração de seu descumprimento à autorização prévia do poder legislativo ou do judiciário.

Horizontes de esperança

No contexto das já mencionadas transformações constitucionais na América do Sul, o chamado Novo Constitucionalismo Latino-Americano encara a questão do acesso à terra e rejeita a negatividade da propriedade agrária moderna em suas diferentes dimensões, por meio de sua transformação e tendo em vista novos direitos. Conforme Vitor Sousa Freitas (2012), essa positividade, desde às vítimas, constitui novos fundamentos para conceber juridicamente o uso da terra e transformar os modelos de interpretação do direito de propriedade imobiliária agrária.

Assim, o potencial desse novo constitucionalismo para modificar a dinâmica da propriedade da terra tem a seu favor as seguintes premissas:

I) a afirmação da dignidade do trabalho em comunidade e da natureza se tornam incompatíveis com a propriedade individualizada, excludente e baseada no pressuposto de uma natureza reificada e disponível para a destruição;

II) a natureza com direitos ou com dignidade reconhecida deixa de ser objeto (*res extensa*) explorável pelo ser individual pensante (*res cogitans*), mas ela própria é vida inseparável da sobrevivência da comunidade, que passa a ser a mediação para o uso da terra, com ela se estabelecendo uma relação que não implica exclusão de outros, de terceiros negativamente obrigados a se absterem de interferir na propriedade individual; mas, sim, de convivência com outros sujeitos, de maneira que a terra se converta em suporte para direitos coletivos que podem conviver de forma plural e harmônica, porque deixa de ser propriedade de um indivíduo ou do Estado para ser propriedade do povo;

III) por ser propriedade do povo, a ele, na condição de potência criadora do direito, compete deliberar publicamente, garantindo-se a máxima participação de todos os sujeitos envolvidos e afetados, para se obter um consenso sobre a melhor forma, ou a mais factível, de distribuição da terra – como consequência da aplicação dos princípios políticos críticos de legitimação e de factibilidade –, tendo por referência as exigências de manutenção da vida no planeta Terra, de reprodução e crescimento da vida humana – e não do capital, motivo pelo qual se deve negar a conversão da terra em mercadoria fictícia –, de reconhecimento da interculturalidade, ou seja, das diferentes identidades culturais das comunidades incluídas num sistema político, mantendo-se as diferenças culturais, sem homogeneização dominadora de uma sobre as outras, e de soberania plurinacional, não permitindo a dominação geopolítica, bem como se reconhecendo a importância do trabalho dos diferentes gêneros para a garantia da riqueza e qualidade alimentares – em virtude da aplicação dos princípios políticos materiais críticos (FREITAS, 2012).

Audiência de Custódia (Sistac)[24]. Nessa plataforma, estaria prevista a coleta das Por fim, a discussão sobre a pesquisa ou sobre as práticas profissionais de tradutores

[23] Atualmente a CF-88 exige o cumprimento simultâneo dos seguintes critérios: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III -observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

1 “Embora a iniciativa seja de fundamental importância para mudar a cultura de não produção de dados que paira sobre o sistema de Justiça brasileiro, o Sistac não foi idealizado para se comunicar com os sistemas já em operação nos estados. Tal fato precisa ser ressaltado e corrigido se há intenção de garantir maior funcionalidade do sistema. Apesar de bastante completo, o sistema tem sido pouco utilizado, o que revela a falta de produção de dados por parte do Judiciário. Além disso, o Sistac não oferece interface com os sistemas internos dos Tribunais de Justiça dos estados, dificultando o seu preenchimento pelos servidores, o que, por sua vez, acaba contribuindo para a baixa adesão ao preenchimento regular das informações” (IDDD, 2017, p. 77-78).

e intérpretes que atuam no âmbito jurídico aponta um campo vasto a ser explorado, seja por operadores do Direito, profissionais da tradução e demais pesquisadores dos Estudos da Tradução. Sugerem-se, ainda, medidas a serem implementadas pelas universidades em consonância com as demandas do Judiciário, tais como: tipos e níveis de treinamento, formação, certificação para tradutores e intérpretes de línguas orais e de sinais habilitados de forma competente para o exercício profissional. Sem dúvida, essas ações contribuirão de forma mais inclusiva para o atendimento de populações vulneráveis que acessam a Justiça.

Considerações Finais

As últimas décadas foram marcadas por diversas transformações no cenário agrário brasileiro, com rebatimento direto em fundamentos e institutos do Direito Agrário, impondo a necessidade de constante atualização, a partir de uma perspectiva crítica, das reflexões teóricas e práticas do campo.

Frente tais mudanças, destacamos a multiplicação dos sujeitos coletivos de direitos, notadamente os povos e comunidades tradicionais, que emergem na arena pública nacional possibilitando a construção de novas leituras sobre a questão agrária brasileira e novos sentidos à luta pela Reforma Agrária. Para além da democratização do acesso à terra e enfrentamento da concentração fundiária, as demandas apresentadas por esses grupos põe em evidência valores e pautas que pouco apareciam na luta pelo acesso à terra, como o resgate e valorização de uma relação de respeito, pertencimento e simbiose com a natureza, esta como ente fundamental para existência e reprodução sociocultural dos grupos.

Em aliança, os diferentes movimentos sociais alteram sua agenda, adicionado à clássica luta camponesa pela terra, as lutas por território e territorialidade, numa passagem qualitativa da luta para fins não estritamente econômicos, mas também culturais e ecológicos. Nesse processo, todo um novo universo de juridicidade se descortina, institutos são relidos e ressignificados, novos institutos ser afirmam perante o direito oficial e outros lutam por se afirmar dentro e fora do direito do Estado.

O campo disciplinar do Direito Agrário, por consequência, deve lidar com novos temas, enfrentar contradições, abandonar velhas crenças e se afirmar num contexto em que o avanço neoliberal busca esvaziar o direito agrário de sentido e tenta substituí-lo pelo direito do agronegócio, denotando a defesa do abandono da necessidade de reforma agrária e de garantia de direitos territoriais para o povos e sua substituição pela modernização da produção agrícola em uma estrutura fundiária excludente, concentrada, financeirizada, ecologicamente destrutiva e mortífera para os povos que à terra pertencem ou buscam pertencer.

O debate teórico-disciplinar não se dá apenas nas arenas das universidades e do sistema de justiça, mas igualmente nos campos de disputa política onde os sujeitos de direito buscam afirmar sua existência plena e sua juridicidade, por meio de embates criativos que tendem a gerar novas instituições e um renovado direito agrário, cujo campo de intervenção assume características e dimensões de vital importância para o agir humano transformador da natureza num século que clama por harmonia com a natureza e por justiça entre os povos.

O Direito Achado na Rua, provocado e mobilizado, pode contribuir não apenas afirmando suas premissas, mas assumindo, como sempre assumiu, os riscos de sair da zona de conforto das teorias pré-fabricadas para trilhar caminhos novos que vão se construindo na caminhada nas ruas de terra e de pedra.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçus livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

BALDI, César Augusto. *A renovação do direito agrário e os quilombos: identidade, território e direitos culturais*. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. v. 37. n. 02. Goiânia: UFG, jul./dez. 2013. p. 196 - 234. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/download/30869/16833>. Acesso: jun. 2019.

BALDI, César Augusto. *Pescadores artesanais, justiça social e justiça cognitiva: acesso à terra e à água*. In: Revista Colombiana de Sociología. v. 37. n. 2. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, jul. 2014. p. 91-119. Disponível em: https://revistas.unal.edu.co/index.php/recs/article/view/51700/51540. Acesso em jun. 2019.

CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. *Estatuto da terra: origem e (des)caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares*. Tese de Doutorado. Assis-SP: UNESP, 2008.

FREITAS, Vitor Sousa. *Interpretação Crítica do Direito de Propriedade Imobiliária Agrária a partir da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel e do Novo Constitucionalismo Latino-Americano*. (Dissertação-Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. *"Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil"*. Entrevista com Julianna Malerba. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2017/11/01/esta-em-jogo-reestruturacao-do-mercado-formal-de-terras-no-brasil-entrevista-com-julianna>. Acesso em julho de 2019.

LYRA FILHO, Roberto. *Direito do Capital e Direito do Trabalho*. Porto Alegre: Fabris, 1983.

LYRA, Doreodó Araújo (Org.). *Desordem e Processo: estudos sobre o direito em homenagem a Roberto Lyra Filho*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

MÁRES, Carlos. *A força vinculante do protocolo de consulta*. In: Marés, C.; Lima, L; Oliveira, R; Motoki, C. Protocolos de Consulta e direito à livre determinação. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019

MARTINS, José de Sousa. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; TOURINHO NETO, Fernando da Costa (org.). *Introdução Crítica ao Direito Agrário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula*. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>. Acesso em julho de 2019.

OLIVEIRA, Mirna Silva. Oliveira. *Na trincheira dos direitos: a luta das comunidades de Fecho e Fundo de Pasto de Salobro e Jacurutu pela defesa de seus modos de vida frente à grilagem de terras devolutas no oeste da Bahia*. Dissertação (Mestrado

pelo CPDA). UFRRJ, 2014.

SEOANE, José. TADDEI, Emilio. ALGRANATI, Clara. *Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos*. Buenos Aires: Diálogo de los Pueblos y Grupo de Estudios sobre América Latina y el Caribe (Geal), 2010. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/liv_ibase_dialogo_web.pdf>. Acesso em janeiro de 2018.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (Org.). *O direito achado na rua: concepção e prática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Novas perspectivas do direito à saúde no Brasil sob o olhar de O Direito Achado na Rua

New perspectives on the right of health in Brazil under the outlook of 'The Law Found on the Streets'

Raquel Aparecida Rodrigues Feliciano Lopes*
Renata Filgueira Costa**

Resumo

O presente artigo intenta contextualizar brevemente a saúde pública no Brasil, a partir dos anos 1900 até a promulgação da Constituição Federal de 1988 e instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990. A partir da análise histórica, foram delineados alguns dos enormes desafios na permanência de políticas públicas voltadas para a saúde, em especial no contexto dos governos de orientação liberal. Em um cenário de supressão e diminuição de direitos sociais e da dificuldade de praticar o controle e a participação social, idealizar soluções sob novas perspectivas de efetivar direitos, positivados ou não, é fundamental.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Saúde Pública no Brasil, Controle e Participação Social, O Direito Achado na Rua.

Abstract

This article discusses some perspectives on the right of health and presents the Brazilian health system, since the begining of the 20th century until the promulgation of the current Constitution, in the year of 1988, and the creation of the Unified Health System (SUS), the national health service in 1990. From a historical perspective, some efforts and challenges to keep permanent health policies were outlined, especially in governments with liberal-minded orientation. In a scenario where social righst are being suppressed or decreased, and there are difficulties in exercising social control and participation, idealizing solutions under new perspectives, established or not in the legal system, is fundamental.

Como citar este artigo: COSTA, Renata Filgueira; LOPES, Raquel Aparecida Rodrigues Feliciano. Novas perspectivas do direito à saúde no Brasil sob o olhar de O Direito Achado na Rua. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 2, set. 2019, p.81/110.

Data da submissão: 23/07/2019
Data da aprovação: 30/10/2019

* Graduada em Direito pela Universidade de Brasília (UnB, 1988); pós-graduada em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT, 2000); aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UnB); Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade UnB Planaltina (PPGP/FUP) – Mestrado Profissional em Gestão Pública; graduada em Letras Português do Brasil como Segunda Língua (UnB, 2002); Letras Português (UnB, 2005) e Direito (UniCeub, 2008), com pós-graduação pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT (Ordem Jurídica e Ministério Público, 2011). É servidora da Universidade de Brasília.

Keywords: Human Rights, Unified Health System, Social Control and Participation in Health, The Law Found on the Streets.

Introdução

A saúde pública no Brasil despontou como prioridade de governo, no contexto brasileiro, no início dos anos 1900, devido à economia cafeeira, na região Sudeste, impulsionando o desenvolvimento e acúmulo de capitais e, posteriormente, a industrialização do país.

Nesse cenário crescente de integração produtiva entre os trabalhadores urbanos, rurais e imigrantes, a promoção de melhorias das condições sanitárias se tornava fundamental, revestindo-se, inclusive, do caráter de política pública. Com isso, foram inúmeros e crescentes os debates a respeito da saúde pública, intensificados os estudos sobre a relação saúde e riqueza e doença e pobreza (CENEBRA, [S.d.]).

O surgimento do regime ditatorial no Brasil, entre os anos 1964-1985, também influenciou sobremaneira a política de saúde que se pensava para o país em desenvolvimento[1]. O governo, fortemente centralizador, consolidou a assistência com a possibilidade de compra de serviços assistenciais do setor privado. Trabalhadores urbanos, obrigados a contribuir com o novo sistema, favoreceram o aumento no volume de contribuições (e beneficiários, consequentemente).

Ao unificar o sistema previdenciário, com o Instituto de Previdência Social (INPS), no final da década de 1960, "o governo militar se viu na obrigação de incorporar os benefícios já instituídos fora das aposentadorias e pensões" (POLIGNANO, 2019, p. 15), como, por exemplo, a assistência médica, ofertada pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs).

Todavia, destaca Marcus Vinícius Polignano (2019, p. 15), com o aumento expressivo no número de contribuintes (e beneficiários), "era impossível ao sistema médico previdenciário existente atender a toda essa população". Restava, então, o impasse de onde alocar os recursos públicos que serviriam para atender às necessidades dos usuários e à ampliação do sistema. A opção foi "direcioná-los para a iniciativa privada, com o objetivo de cooptar o apoio de setores importantes e influentes dentro da sociedade e da economia" (POLIGNANO, 2009).

Dessa forma, foram celebrados contratos e convênios com a iniciativa privada, fornecendo-se a respectiva remuneração pelos serviços prestados, propiciando aos prestadores possibilidade de capitalização e, ao mesmo tempo, provocando "um efeito cascata com o aumento no consumo de medicamentos e de equipamentos médico-hospitalares, formando um complexo sistema médico-industrial", nas palavras de Polignano (2019, p. 15).

Os recursos foram ficando escassos diante da demanda, tornando impraticável a manutenção do sistema de saúde como fora idealizado, havendo sensível aumento nos custos operacionais. O modelo proposto pelos militares entrou em crise.

Já nos idos de 1985, com o fim do Regime Militar, eclodiram diversos movimentos sociais, inclusive na área da saúde, os quais buscavam assegurar acesso democrático aos serviços de saúde. Esses movimentos organizados passam, finalmente, a ter

[1] Marcelo Douglas de Figueiredo Torres (2004, p. 152) observa que "[...] o desenvolvimento industrial brasileiro sempre foi amplamente subsidiado, capitaneado e controlado pelo Estado". Nesse sentido, aprofundando essa tendência histórica, "o regime militar de 1964 assume o desenvolvimento do capitalismo, das relações de mercado e a maior participação do Brasil no comércio internacional como tarefas prioritárias a serem alcançadas e incentivadas pelos seus governos". Segundo o autor, os militares entendiam que o Brasil não estava preparado para a democracia, "pois esse regime político exige níveis elevados de incorporação social e econômica que só o desenvolvimento do capitalismo pode propiciar, como sugeria a experiência das democracias europeias e norte-americana".

maior presença nos conselhos de gestão[2], inclusive na área de saúde.

Novos marcos institucionais surgiram[3], fortalecendo políticas descentralizadas e que, mais tarde, consolidariam o Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990. Os debates[4] ocorridos até 1988 resultaram no reconhecimento da universalidade do direito à saúde, inserida no bojo do texto constitucional (arts. 196-200). Assim, o direito à saúde tem sua relevância inserta na Carta Maior, quando é traduzido como "direito de todos e dever do Estado" (art. 196).

No século XXI, o direito à saúde é reconhecido não somente na Constituição Federal brasileira, mas também, por exemplo, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), como um direito humano, inalienável de toda pessoa e como um valor social, sendo fruto de um processo de intensas lutas sociais.

O reconhecimento da saúde como direito de todos e dever do Estado fez surgir um Sistema Único de Saúde no Brasil, que compreende esse direito como universal e apto a garantir a todos, indistintamente, cuidados assistenciais e de atenção integral, abrangendo, além da prevenção, os tratamentos necessários ao restabelecimento da saúde, sempre tendo como objetivo a melhoria na qualidade de vida do ser humano.

Por ser um direito oneroso, necessita da participação do Estado para garantir sua efetividade, sendo a escassez de recursos, sobretudo em um período tido como de austeridade nos gastos públicos[5], um grande entrave para sua efetivação dentro da amplitude em que foi concebido. Nesse contexto, a definição das políticas públicas de interesse da população ganha especial relevo, sobretudo quando os recursos são insuficientes para a satisfação mínima de todas as necessidades que surgem nessa área.

A participação popular na fiscalização e gestão dos recursos mostra-se, portanto, essencial para dar substância a um modelo de democracia participativa, em que o cidadão é chamado a se envolver tanto no processo de definição de políticas públicas quanto no de eleição de prioridades, e em que a busca pela transparência exigirá que seus representantes prestem contas de seus atos e de suas decisões.

Aliás, o direito à saúde, no Brasil, por meio de políticas públicas, é resultado de um processo de luta dos sujeitos sociais nos espaços públicos onde se formam opiniões e surgem direitos – a rua, em sentido metafórico (SOUSA JUNIOR, 2015) –, de modo a torná-lo um direito social positivado e reconhecido por todos de forma ampla. Em uma realidade em que há um moto-contínuo de surgimento de novas necessidades,

[2] No caso da saúde, existe o Conselho de Saúde, que é órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de governo (Lei nº 8.142/1990 e Resolução CNS nº 453/2012). Fazem parte da estrutura das secretarias de saúde dos municípios, dos estados e do Governo Federal. Segundo a Resolução CNS nº 453/2012, Terceira Diretriz: "a participação da sociedade organizada, garantida na legislação, torna os Conselhos de Saúde uma instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. A legislação estabelece, ainda, a composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados. O Conselho de Saúde será composto por representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários, de entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, do governo e de entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, sendo o seu presidente eleito entre os membros do conselho, em reunião plenária. Nos municípios onde não existem entidades, instituições e movimentos organizados em número suficiente para compor o conselho, a eleição da representação será realizada em plenária no município, promovida pelo Conselho Municipal de maneira ampla e democrática".

[3] A exemplo da criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) (1932); da implantação do Instituto de Previdência Social (INPS) (1967); do movimento da Reforma Sanitária (década de 1970); da consolidação do Ministério da Previdência e Assistência Social (1974); da instituição do Sistema Nacional de Saúde (1975); da estruturação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) (1978); da implementação do Programa de Ações Integradas de Saúde (Pais) (1982); da VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), entre outros.

[4] O termo "debates" empregado neste artigo refere-se, substancialmente, à Reforma Sanitária – que nasce na ditadura com a intenção de promover "mudanças e transformações necessárias na área da saúde" (FIOCRUZ, [S.d.]), com vistas a promover melhores condições de vida – e a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, já no processo de redemocratização do Brasil, "a qual lançou as bases da reforma sanitária e do SUDS (Sistema Único Descentralizado de Saúde) (POLIGNANO, 2019)". "A VIII CNS é exemplo dessa mobilização, envolvimento e participação, ao ponto de a mesma ser considerada uma das mais importantes realizadas no Brasil e decisiva na implantação da Reforma Sanitária Brasileira e do SUS" (STEDILE; GUIMARÃES; FERLA; FREIRE, 2015, p. 2960).

[5] Sobre o tema da austeridade nos gastos públicos, vide seção 4 – *Desafios observados na permanência de políticas públicas voltadas para a saúde: identificação de coletividades em risco*.

a concretização da solidariedade estatal evidenciará o protagonismo das movimentações sociais em torno da construção de ideais como os de universalidade, integralidade e equidade, provocando o surgimento de novas sociabilidades e exigindo o fortalecimento do conceito de cidadania ativa.

Assim, o projeto teórico de O Direito Achado na Rua, por guardar raízes em um humanismo histórico e, também, por priorizar as conquistas dos movimentos sociais, ou seja, por conferir eco às vozes que, sozinhas, não produziriam a expressão necessária a garantir o reconhecimento e consolidação de direitos humanos tão essenciais, sobretudo dos espoliados, terá grande valia na definição dos espaços políticos nos quais se desenvolverão as práticas emancipatórias que exsurgirão da gama de direitos que giram em torno dessa matriz.

Merecerão destaque, nesse texto, alguns que, no presente momento histórico, em razão do panorama político e econômico que se delineia e onde há uma tentativa evidente de limitação das responsabilidades estatais diante dos cidadãos, estão em ataque evidente ou iminente e onde há a necessidade de fortalecimento dos sujeitos coletivos para que possam, como diz Marilena Chauí, “dar a si mesmos a Lei” (SOUSA JUNIOR, 2019), ou seja, para que sejam cidadãos ativos e, como tais, sejam capazes de criar direitos e participar da direção da sociedade e do Estado. Nesse contexto, não há dúvida de que será necessário assumir posturas positivas no sentido de corporificar o SUS como conquista nacional e cenário a partir do qual surgirão novas subjetividades comprometidas com as práticas de produção da saúde, em todas as suas vertentes.

Contextualização das Políticas Públicas em saúde no Brasil

Contextualizar políticas públicas e políticas sociais no cenário brasileiro exige que se faça uma leitura de aspecto histórico-político. Nossa história está permeada pelo costume político “mais ou menos presente no Brasil depois de 1830” (VIEIRA, 1997, p. 13) de realizar reformas constitucionais. A temática tornou-se obrigatória na República, a partir de 1920: “Reforma constitucional em 1926, Revolução Constitucionalista em 1932 e Constituições de 1934, de 1937 (outorgada), de 1946, de 1967, de 1969 (outorgada com o Ato Institucional nº 5) e de 1988” (VIEIRA, 1997, p. 13).

O costume diz muito até os dias de hoje sobre a necessidade de realizar constantes e atrasadas atualizações no texto constitucional vigente. A dificuldade parece recair na exigência diuturna da classe dirigente em alterar as regras já instituídas, porque essa classe reivindica regras que lhe sejam sempre favoráveis, “justificando-se com a necessidade de manter a estabilidade ou o crescimento do país” (VIEIRA, 1997, p. 13).

Nesse contexto, tendo como pressuposto que as políticas públicas concretizam direitos humanos das coletividades e/ou direitos sociais constitucionalmente garantidos e protegidos pelo Estado e que as políticas sociais proporcionam a realização daqueles direitos, sob o prisma da participação social, num olhar mais raso sobre o tema, entendemos que existem marcos históricos que desvendam e permitem compreender o que atualmente existe no Brasil em termos de políticas construídas e voltadas para a área de saúde.

Assim, no intuito de elucidar os fatos, temos como linha do tempo até 1990, ocasião de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), alguns marcos que elegemos como imprescindíveis à compreensão do sistema de saúde atual.

A instituição estatal de uma estrutura na área de saúde teve início, segundo o que

se observa da literatura, nos anos 1900, acelerando-se nas décadas posteriores, ocorrendo, concomitantemente, a diferenciação do que se conhece como saúde pública e medicina previdenciária (CENEBRA, [*S.d*.]).

Denizi Oliveira Reis, Eliane Cardoso de Araújo e Luiz Carlos de Oliveira Cecílio explicitam que, já em 1923, num contexto de industrialização e acelerada urbanização, são criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP) – iniciativa dos trabalhadores à época com vistas a garantir pensão em casos de acidente, afastamento ou mesmo aposentadoria. Dizem os autores que, com as CAPs, "surgem as primeiras discussões sobre a necessidade de se atender à demanda dos trabalhadores. Nascem nesse momento complexas relações entre os setores público e privado que persistirão no futuro Sistema Único de Saúde" (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d*.], p. 4).

Adentrando a Era Vargas, entre 1930-1945, nota-se que o início da industrialização no Brasil promoveu mudanças na estrutura estatal, expandindo o sistema econômico vigente.

Dentre as inúmeras mudanças, especificamente na área de saúde e previdência, temos, em 1932, a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que são a resposta do Estado "às lutas e reivindicações dos trabalhadores no contexto de consolidação dos processos de industrialização e urbanização brasileiros" (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d*.], p. 4). Nesse período, a assistência médica acentua-se na prestação de serviços pelo setor privado.

Em 1934, promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, institui-se uma política social de massas que na constituição se configura no capítulo sobre a ordem econômica e social (POLIGNANO, 2019).

Em 1937, outorgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937 (conhecida como Polaca), esta tinha forte caráter centralizador exercido pelo presidente da República (período ditatorial). Foi na vigência desta Carta que, em 1939, regulamenta-se a Justiça do Trabalho e, em 1943, é criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que passa a reger as relações trabalhistas, especialmente em razão do momento desenvolvimentista do Brasil.

O mercado de trabalho começa a formar-se mesclando trabalhadores urbanos e rurais, e também imigrantes. Nesse contexto, entendeu-se como sensível a melhoria das condições sanitárias, sendo necessária a criação de políticas públicas efetivas que controlassem as endemias.

Outro marco que influenciou sobremaneira a saúde no Brasil diz respeito ao Regime Militar (1964-1985).

O "Movimento de 1964" contava com aparato político forte. Era interesse da burguesia a internacionalização da economia e das finanças brasileiras. Afirma Polignano (2019, p. 13) que "houve o fortalecimento do executivo e o esvaziamento do legislativo. Criaram-se atos institucionais, principalmente o de nº 5 de 1968, que limitavam as liberdades individuais e constitucionais".

Dado o longo período de ditadura, o governo à época, em busca de legitimação perante a sociedade, viu-se obrigado a implementar algumas políticas sociais.

Nesse cenário de conflitos e supressão de liberdades, foi implantado, em 1967, o Instituto de Previdência Social (INPS), "reunindo seis institutos de aposentadorias e pensões" (POLIGNANO, 2019, p. 14).

A importância do INPS reside justamente na consolidação da assistência com a possibilidade de "compra de serviços assistenciais do setor privado, concretizando o modelo assistencial hospitalocêntrico, curativista e médico-centrado, que terá uma forte presença no futuro SUS" (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d*.], p. 5).

Interessante notar que a medida obrigava todo trabalhador com carteira assinada – trabalhadores urbanos – a contribuir com o novo sistema, havendo enorme captação de recursos financeiros. Todavia, esse aumento no volume de contribuições (e beneficiários, consequentemente) impossibilitou ao sistema médico previdenciário atender a todas as demandas (POLIGNANO, 2019).

A opção do governo ditatorial, então, foi direcionar os recursos públicos para a iniciativa privada. A complexidade da demanda no âmbito do INPS "acabou levando a criação de uma estrutura própria administrativa, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) em 1978" (POLIGNANO, 2019, p. 15). Este órgão sobreviveu até a criação do SUS, em 1990 (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d.*]).

Ressalte-se que, nesse período, mais precisamente em 1974, foi instituído o Ministério da Previdência e Assistência Social, "que passa a ser o grande órgão governamental prestador da assistência médica – basicamente à custa de compra de serviços médico-hospitalares e especializados do setor privado" (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d*.], p. 5).

Em 1975, outras ações foram realizadas, como a criação do Sistema Nacional de Saúde, estabelecendo o campo de atuação da saúde no âmbito dos setores público e privado. Segundo Polignano (2019, p. 16), "O documento reconhece e oficializa a dicotomia da questão da saúde, afirmando que a medicina curativa seria de competência do Ministério da Previdência, e a medicina preventiva de responsabilidade do Ministério da Saúde".

O que se observou, ainda segundo Polignano (2019), foi que o governo destinou poucos recursos ao Ministério da Saúde (órgão criado em 1953, no segundo mandato de Getúlio Vargas), tornando a Pasta incapaz de desenvolver as ações de saúde pública propostas, "o que significou na prática uma clara opção pela medicina curativa, que era mais cara e que, no entanto, contava com recursos garantidos através da contribuição dos trabalhadores para o INPS" (POLIGNANO, 2019, p. 16). Assim, o Ministério da Saúde, que seria responsável pelas políticas de saúde, se torna então mero órgão burocrato-normativo (POLIGNANO, 2019).

Ainda no Regime Militar, em 1982, foi criado o Programa de Ações Integradas de Saúde (Pais) "que dava particular ênfase à Atenção Primária, sendo a rede ambulatorial pensada como a 'porta de entrada' do sistema. Visava à integração das instituições públicas da saúde mantidas pelas diferentes esferas de governo, em rede regionalizada e hierarquizada" (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d*.], p. 6). Essa integração se realizava mediante convênios trilaterais: Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social e Secretarias de Estado de Saúde. O objetivo era racionalizar o uso dos recursos públicos.

Em 1985, o "Movimento das Diretas Já"[6] anunciava o fim do Regime Militar e a eclosão de diversos movimentos sociais, inclusive na área da saúde. Nesse sentido, houve a criação das associações dos secretários de saúde estaduais (Conass) ou municipais (Conasems), bem como grande mobilização nacional "por ocasião da realização da VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), a qual lançou as bases da reforma sanitária e do SUDS (Sistema Único Descentralizado de Saúde)" (POLIGNANO, 2019, p. 21).

O SUDS marca um importante momento na administração pública brasileira, pois, "pela primeira vez, o Governo Federal começou a repassar recursos para os estados

[6] "As mudanças no cenário político despertam em 1983 um movimento por eleições diretas para presidente da República, o qual ganha força com a apresentação pelo deputado Dante de Oliveira, PMDB-MT, de uma emenda constitucional com idêntico objetivo. O movimento, que ficaria conhecido como 'Diretas Já', cresce espetacularmente em 1984 e empolga a população, com a realização de comícios em diversas cidades contando com a presença de artistas e lideranças políticas e a participação de multidões nunca antes vistas no Brasil". Apesar das manifestações, a Emenda foi derrotada no congresso Nacional em abril de 1984. "Três meses depois, a Frente Liberal, uma dissidência do PDS, faz um acordo com o PMDB mediante o qual o senador José Sarney (ex-PDS) é indicado candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves (PMDB) à presidência da República. Nascia aí a Aliança Democrática, que em 15 de janeiro de 1985 derrotaria o PDS na eleição no Colégio Eleitoral, obtendo 480 votos de um total de 686. Entretanto, Tancredo Neves não chega a assumir a presidência. No dia 14 de março, na véspera da posse, ele adoece e é hospitalizado, vindo a falecer após 38 dias de internação. Assim, José Sarney torna-se o presidente da República, cargo que exercerá por cinco anos, até 15 de março de 1990". Informações extraídas do Portal da Câmara dos Deputados (BRASIL, [*S.d*.]).

e municípios ampliarem suas redes de serviços, prenunciando a municipalização que viria com o SUS" (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d*.], p. 7).

Já a VIII Conferência Nacional de Saúde "consagrou uma concepção ampliada de saúde e o princípio da saúde como direito universal e como dever do Estado, atributos que seriam plenamente incorporados na Constituição de 1988" (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d*.], p. 6).

As propostas debatidas na VIII CNS, com intensa participação da população, foram contempladas tanto no plano constitucional (CF/1988) como nas Leis Orgânicas da Saúde (Leis nº 8.080/1990 e 8.142/1990) (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d*.]).

Importante frisar que a VII CNS, realizada em 1986, foi palco de discussões a respeito de saúde pública – promoção, proteção e recuperação (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [S.d.]) –, baseadas no movimento da Reforma Sanitária, a qual nasceu ainda no contexto da ditadura, por volta de 1970. Essa expressão foi usada para se referir "ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população" (FIOCRUZ, [*S.d*.]).

As propostas da Reforma resultaram na universalidade do direito à saúde – previsto na CF/88 e com a instituição do SUS.

Em 1988, foi então promulgada a Constituição Cidadã, estabelecendo a saúde como "Direito de todos e dever do Estado". O tema está inserto no Título VIII – Da Ordem Social; Capítulo II – Da Seguridade Social; Seção II – Da Saúde, arts. 196-200, destacando-se:

> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
>
> Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
>
> Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
>
> I- descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
>
> II- atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
>
> III- participação da comunidade. [...]
>
> Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
>
> § 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Ssaúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
>
> § 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
>
> [...]

> Art. 200. Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:
>
> I- controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
>
> II- executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
>
> III- ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
>
> IV- participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
>
> V- incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)
>
> VI- fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;
>
> VII- participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
>
> VIII- colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Por fim, ao que interessa para este estudo, em 1990, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes" (BRASIL, 1990a), e da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que "dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências" (BRASIL, 1990b).

Analisando os fatos, e na perspectiva alcançada por Polignano (2019), o setor médico-privado, durante o Regime Militar, se beneficiou de expressiva quantidade de recursos públicos e financiamentos subsidiados, o que permitiu seu crescimento[7].

Instalada a crise no setor público[8], já em meados da década de 1970, percebeu-se que outros meios deveriam ser criados no contexto da prestação de serviços de saúde. Dessa forma, o setor privado "direcionou o seu modelo de atenção médica para parcelas da população, classe média e categorias de assalariados, procurando através da poupança desses setores sociais organizar uma nova base estrutural"

[7] Segundo a pesquisadora Ligia Bahia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "O governo militar foi super importante para a privatização em todas as áreas. Na saúde, [...] médicos do trabalho faziam suas empresinhas. Com o regime militar, eles se tornam capitalistas no sentido literal do termo: saem do esquema de autofinanciamento e passam a tomar empréstimos e créditos do governo", porque a mentalidade da época era: "quanto mais empresas o Brasil tivesse, melhor. [...] mais empresas, mais mercado, equivaliam à modernização" (MATHIAS, 2018). Maíra Mathias (2018) esclarece que as demandas eram garantidas pelo Estado, porque o Inamps (antigo INPS) "operava basicamente através de convênios com a rede privada ao invés de investir na ampliação e qualidade da rede própria de serviços". Os militares criaram o Fundo de Apoio à Assistência Social (FAS) para financiar a construção de hospitais, e o Inamps pagava a assistência médica. Assim, eram duas saídas de recurso público: uma para a construção de hospitais e outra para a contratação de hospitais que seriam construídos para prestar o serviço para a Previdência, relata o entrevistado médico sanitarista Nelson Rodrigues dos Santos (MATHIAS, 2018). O artigo destaca ainda que 70% dos recursos da linha de crédito destinada a financiar a ampliação e compra de equipamentos ficaram concentrados em hospitais particulares.

[8] O modelo econômico pensado na ditadura entra em crise, porque o cenário mundial também entra em colapso, em razão da decadência do sistema monetário internacional aliada à crise do petróleo. "A população com baixos salários, contidos pela política econômica e pela repressão, passou a conviver com o desemprego" (POLIGNANO, 2019, p. 17) e suas consequências nefastas, que impactaram sensivelmente a saúde: mortalidade infantil; aumento dos custos da medicina curativa; diminuição na arrecadação do sistema previdenciário (havendo redução de receitas), entre outros (POLIGNANO, 2019). Ademais, como salienta Mathias (2018), como a maior parte dos recursos do Governo Federal "estavam na Previdência e fluíam para o setor privado" e o Ministério da Saúde "não tinha orçamento praticamente", a atenção à saúde pública demandou dos atores políticos a criação de outros meios de prestação de serviço.

(POLIGNANO, 2019, p. 21).

É então com a Constituição de 1988 que as políticas sociais passam a ter visibilidade e acolhimento "nos campos da educação [...], da saúde, da assistência, da previdência social, do trabalho, do lazer, da maternidade [...]. O capítulo II do título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) alude aos direitos sociais pertencentes à Constituição de 1988" (VIEIRA, 1997, p. 14).

Todavia, por mais antagônico que assim o pareça, destaca Evaldo Amaro Vieira, a partir de 1988, a política social – tendo como ápice a Carta Magna – surge em um período que o autor chama de "política social sem direitos sociais" (1997, p. 14). Ora, importa destacar que os governos buscam bases sociais para se manter "e aceitam seletivamente as reivindicações e até pressões da sociedade" (VIEIRA, 1997, p. 13).

Nesse cenário, o que se percebe é que os direitos insertos no texto constitucional são pouco praticados e/ou mantidos e outros sequer regulamentados – situação esta mais evidente em governos que se assumem liberais. Na lição de Vieira (1997, p. 14), "Esses ataques aos direitos sociais – em nome de algo que se pode intitular de 'neoliberalismo tardio', em nome da 'modernização' ou simplesmente em nome de nada – alimentam-se, no campo da política social, de falsas polêmicas".

Políticas sociais alcunhadas de neoliberais redundam, de forma geral, na supressão ou diminuição dos direitos sociais, uma vez que vinculam diretamente o nível de vida à relação mercadológica vigente ou mesmo criam exigências infindáveis para gozo de benefícios básicos ou mínimos de sobrevivência.

Na visão de Polignano (2019, p. 26), essa opção neoliberal, com vistas à hegemonia no campo econômico, "procura rever o papel do Estado e o seu peso na economia nacional, propondo a sua redução para o chamado estado mínimo, inclusive na área social, ampliando os espaços nos quais a regulação se fará pelo mercado capitalista". Na prática, o que se percebe da realidade é que a redução de gastos, na forma como praticada no Brasil, atinge todos os setores, especialmente saúde e educação.

Nesse sentido, o presente artigo roga ao leitor atenção especial às consequências políticas e econômicas e que reivindicam supressão de direitos sociais. A intervenção do Estado, na vigência de governos acentuadamente liberais, revelou negligência com direitos sucessiva e arduamente conquistados.

Dessa forma, considerando o quadro geral de desemprego[9] no Brasil, entendemos que a intervenção estatal é necessária sim, mas para reverter a situação de penúria e fome[10] pela qual tantos brasileiros ainda passam. O Estado, ao contrário de negar, diminuir ou suprimir direitos, deve concretizar os direitos sociais insertos na Constituição Federal de 1988.

Saúde Pública no Brasil com a promulgação da CF/1988: A criação do Sistema Único de Saúde (SUS)

O nascimento do Sistema Único de Saúde (SUS) com a Constituição de 1988 e, posteriormente, sua regulamentação com a publicação das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.142, de 28 de dezembro de 1990 – conhecidas como Leis Orgânicas da Saúde –, demonstra a necessidade e importância da concepção de um sistema diferenciado e voltado para a gestão da saúde pública.

[9] O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em 30/8/2019 dados relativos à taxa de desemprego no Brasil. Segundo o Portal G1 de notícias, a taxa de desemprego está em 11,8%, atingindo 12,6 milhões de pessoas (ALVARENGA; SILVEIRA, 2019).

[10] O relatório anual sobre a fome no mundo, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), apresentado em julho de 2019, aponta que a parcela de desnutridos no Brasil caiu, mas se estima algo em torno de cinco milhões de pessoas desnutridas no país (ZANINI, 2019).

O texto constitucional resgata, de certa forma e guardadas as devidas proporções, considerados os contextos político-sociais do Brasil, "o compromisso do Estado para com o bem-estar social, especialmente no que refere à saúde coletiva, consolidando-o como um dos direitos da cidadania. Esta visão refletia o momento político por que passava a sociedade brasileira, recém-saída de uma ditadura militar [...]" (POLIGNANO, 2019, p. 22).

Atualmente, o Ministério da Saúde é o gestor nacional, "responsável [entre outros] pela estratégia nacional do SUS, seu planejamento, controle, avaliação e auditoria, bem como pela promoção da sua descentralização" (CENEBRA, [*S.d.*]). Estados, Distrito Federal e municípios também têm participação ativa nas políticas relacionadas ao SUS, em destaque as previstas na Lei nº 8.080/1990 e normativos editados pelo próprio Ministério da Saúde.

O modelo do SUS é democrático em termos de assistência e concede protagonismo a todos os entes da Federação, motivo por que a importância das Leis Orgânicas de Saúde no contexto público nacional.

Os níveis de saúde (primário, secundário e terciário[11]) passam então a ser concebidos de forma abrangente (art. 3º, Lei nº 8.080/1990): "Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais".

Ainda conforme normativo de instituição, constitui o SUS "o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público" (art. 4º), podendo a iniciativa privada participar, em caráter complementar, do Sistema Único de Saúde.

A Lei nº 8.080/1990 determina ainda os objetivos e campos de abrangência, bem como os princípios e diretrizes, que servem de alicerce à interpretação e aplicação das ações e serviços públicos de saúde e serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS.

Relativamente aos princípios e diretrizes, destacam-se: universalidade; integralidade de assistência; preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; igualdade da assistência à saúde; direito à informação; divulgação de informação quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário; participação da comunidade; descentralização político-administrativa; organização de atendimento ao público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras. Esta última diretriz foi objeto de redação dada pela Lei nº 13.427/2017, portanto recente.

Nota-se, dessa forma, que os princípios trazidos no bojo da lei traduzem anseios muito caros ao Direito, como justiça social, democratização do acesso, dignidade da pessoa humana, controle e participação popular.

No que toca aos recursos, a Lei nº 8.080/1990 menciona, em seu art. 31, que o orçamento da seguridade social destinará ao SUS recursos necessários à realização de suas finalidades – o que, ante a realidade, está longe de se concretizar de forma efetiva.

Outras fontes de recurso também encontram previsão legal: serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde; ajuda, contribuições, doações e

[11] A oferta de saúde passou a ser a nível Primário, Secundário e Terciário, com alguns hospitais já se enquadrando como de nível Quaternário. Classificam-se como de Nível Primário, as Unidades Básicas de Saúde, ou Postos de Saúde, onde se configura a porta de entrada do Sistema Único de Saúde. Como Nível Secundário, estão as clínicas e Unidades de Pronto Atendimento, bem como hospitais escolas. Nos níveis Terciários, hospitais de grande porte, sejam mantidos pelo Estado seja pela rede privada. Informações adaptadas e disponíveis em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fisioterapia/niveis-de-atencao-a-saude-no-brasil/33011. Acesso em: 22 jun. 2019.

donativos; alienações patrimoniais e rendimentos de capital; taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados no âmbito do SUS e rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais.

Ato contínuo à edição da Lei nº 8.080/1990, surge a Lei nº 8.142/1990, dispondo sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Da segunda legislação citada ressai a importância da instituição dos Conselhos de Saúde e dos Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems).

Relativamente à Lei nº 8.142/1990, Leonardo Barbosa Rolim, Rachel de Sá Barreto Luna Callou Cruz e Karla Jimena Araújo de Jesus Sampaio (2013) destacam que esse modelo de participação popular e controle social no SUS é considerado uma das formas mais avançadas de democracia, pois revela uma nova relação entre Estado e sociedade, porque são vislumbrados os anseios da sociedade, a qual conhece de perto as necessidades de suas comunidades.

Montado o arcabouço jurídico, e tendo a compreensão de que o SUS se torna, então, a tradução do que o texto constitucional impunha – saúde como direito de todos e dever do Estado – fato é que o SUS sempre sofreu com a instabilidade institucional e a desarticulação política instalada em cada governo. O SUS, aliás, é fruto de uma construção história importante – como já delineado – e passou por inúmeros desafios, avanços e recuos.

A garantia universal ao acesso da população a cuidados médicos, considerando saúde, na definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social, "é, no momento irreal, ultrapassada e unilateral" (SEGRE; FERRAZ, 1997, p. 539). A expressão "perfeito bem-estar", segundo os autores, é utópica e nossa sociedade está intimamente relacionada à boa vontade dos governantes em criar políticas sociais que efetivamente atendam os que mais precisam.

Nesse sentindo, Polignano (2019, p. 24) pontua que, "Independente da origem política e da respeitabilidade, os ministros da saúde [...] foram transformados em reféns das indefinições e rupturas que sempre colocaram à deriva as instituições de saúde do Brasil". O pano de fundo da argumentação é sempre a escassez de recursos, o que rechaça qualquer tentativa de cumprir a promessa constitucional.

Apesar de toda a problemática que cerca a atuação do SUS, defende Polignano (2019, p. 24-25) que o nível de atenção primária apresentou progressos significativos no setor público, "mas enfrenta problemas graves com o setor privado, que detém a maioria dos serviços de complexidade e referência a nível secundário e terciário. Estes setores não se interessam em integrar o modelo atualmente vigente em virtude da baixa remuneração paga pelos procedimentos médicos executados", inviabilizando a proposta de hierarquia dos serviços.

Assim, para viabilizar o que se encontra no art. 3º, Lei nº 8.080/1990, para que o cidadão tenha uma vida produtiva e razoavelmente saudável, é inquestionável a promoção de políticas de saúde, entre outras, que, "para além da universalidade, garantam a equidade, a integralidade e a qualidade do cuidado em saúde prestado". Afinal, é consenso que "bons indicadores de saúde dependem de um conjunto de políticas econômicas e sociais mais amplas (emprego, moradia, saneamento, boa alimentação, educação, segurança etc.)" (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, [*S.d.*], p. 3).

Nos dias atuais, os desafios da saúde pública no Brasil envolvem questões complexas, como, por exemplo, o fornecimento de medicamentos de alto custo; cirurgias de redesignação de sexo; atenção e cuidados às vítimas de violência doméstica; campanhas contra a violência obstétrica; atendimento especializado à população de

lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT[12]); riscos sanitários, entre tantos outros relevantes temas que, muitas vezes, não são considerados prioritários na agenda dos governantes, apesar de afetarem diretamente a dignidade da pessoa humana e sua emancipação por direitos.

A saúde achada na rua

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece, em seu artigo XXV, que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. Ela estabelece, de igual sorte, que mãe e filho têm direito a cuidados especiais e gozarão de proteção social.

Vê-se, portanto, que o texto abrange uma ampla gama de direitos e se adequa à visão, traçada por Franklin Roosevelt[13], das quatro liberdades humanas essenciais: a liberdade de expressão, a liberdade de adorar a Deus à sua maneira, o direito de viver livre de necessidades e livre de medo. Roosevelt fez esse discurso cerca de um ano antes da declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão. O conteúdo evidencia a visão do então presidente de estender para o mundo os valores e ideais americanos de liberdades individuais, estando elas resumidas nessas quatro liberdades expostas. O *Four Freedom Speech* (1941) traduzia a esperança de Roosevelt de que o mundo do pós-guerra fosse diferente e, de certa forma, trouxe uma justificativa para a participação militar americana da Segunda Guerra.

No contexto brasileiro, o direito à saúde é uma conquista do movimento de Reforma Sanitária, que nasceu em um cenário de enfrentamento à ditadura, no início da década de 1970. Nesse movimento, intentou-se a realização de reformas estruturais, que foram além da necessidade de reformulação do sistema e atingiram todo o setor de saúde, em busca de melhorias das condições de vida para toda a população.

Essas propostas resultaram, finalmente, na universalidade do direito à saúde, hoje inscrito na Constituição de 1988, e na criação do Sistema Unico de Saúde. Formatou-se, então, um sistema que buscava garantir a todos, ricos e pobres, o direito a um atendimento e tratamento integral e totalmente gratuito. Esse reconhecimento, no entanto, não trouxe, de imediato, os resultados almejados pela população. A busca pela concretização dessa gama de direitos é um movimento ainda tormentoso, que esbarra na vontade estatal, uma vez que, para a sua efetivação, depende de um aporte financeiro compatível com as inúmeras demandas que surgem a cada dia, sendo fácil se afirmar que se trata de um dos direitos humanos mais onerosos.

O direito à saúde, por depender da alocação de recursos públicos para atendimento dessas necessidades, encontra sempre entraves nas limitações e contingenciamentos impostos pelo Estado e, obviamente, está sujeito às vontades políticas de ocasião, nem sempre alinhadas com as demandas sociais e, sobretudo, com o atendimento das camadas mais pobres da população, que não podem valer-se de vias alternativas

[12] A sigla LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais) aqui destacada respalda-se nas publicações oficiais do Governo Federal, a exemplo de referências concernentes a decretos e Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

[13] Em um momento em que o nazismo dominava a Europa, o presidente Franklin Delano Roosevelt fez ao Congresso americano um apelo para levantar recursos e para que fosse autorizada a emissão de títulos do Tesouro que preparassem os Estados Unidos para a Segunda Guerra Mundial. Conhecido como *The Four Freedom Speech*, o discurso se tornou célebre ao incluir as quatro liberdades (a liberdade de expressão, a liberdade de adorar a Deus à sua maneira, o direito de viver livre de necessidades e livre de medo) como a base do mundo que se pretendia construir quando as tiranias fossem derrotadas na guerra que seria travada. As declarações do então presidente consubstanciaram-se, enfim, em um importante instrumento de mobilização econômica e patriotismo e formaram a base da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros tratados internacionais sobre o tema (www.fdrfourfreedompark.org).

como o atendimento na rede privada de saúde.

Diante de tantas omissões estatais, os embates que surgem dessas lacunas acabam por se tornar um campo fértil para a observação de espaços políticos nos quais se desenvolverão práticas sociais enunciadoras de direitos, provocando, a partir daí, o surgimento do sujeito coletivo de direitos, aquele "capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito" (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 137).

Assim, nas reflexões quanto aos desafios para concretização do direito à saúde, mostra-se essencial pensar o direito de uma forma emancipatória, com a observação da rua como palco onde se dará o encontro entre o direito positivo e os fatos sociais que ele pretende regular e conhecer.

Nessa linha de intelecção, a forma de pensar introduzida pelo Direito Achado na Rua, ao conferir especial relevo aos movimentos sociais e suas práticas instituintes de direitos, irá se mostrar uma ferramenta importantíssima para garantir a criação e efetivação de direitos humanos, sendo aqueles afetos à saúde alguns dos mais importantes. Aliás, a existência de *Derechos Humanos Instituyentes* é abordada, de forma bastante eficiente, por David Sánchez Rubio (2014), professor da Universidade de Sevilla e Universidade Pablo Olavide e um dos grandes defensores da Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Para ele, a reivindicação é uma das mais importantes formas de se criar direitos humanos. Poder-se-ia exigir um direito negado, mas já reconhecido no ordenamento jurídico, ou haver a reivindicação de um direito novo, que pode surgir da afronta ou preconceito dirigido a um ser humano particular ou a um grupo ou coletivo de seres humanos, produzido por um ato concreto e determinado ou pela relação desigual de poder (RUBIO, 2014).

Nesse sentido, a definição e implementação de políticas públicas, por mais ligadas que estejam às competências dos poderes Legislativo e Executivo, apresentam grande repercussão na atuação do poder Judiciário, que, diante da impossibilidade do Estado de conferir efetividade aos mandamentos constitucionais, se vê inundado de ações que buscam garantir o acesso dos cidadãos a esse direito fundamental, sendo a aplicação desse arcabouço teórico uma forma muito legítima de auxiliar o juiz e os demais envolvidos a adotarem soluções dentro de critérios razoáveis e que guardem consonância com as necessidades reais da população.

O incremento na busca de remédios de alto custo, por exemplo, levou o Tribunal Regional Federal da 1ª Região[14] a criar duas varas federais com competência para julgar concentradamente casos relacionados à saúde (medicações de alto custo, UTI, entre outros assuntos).

Assim, mostra-se importante a análise da posição do juiz e dos profissionais das ciências jurídicas diante da necessidade de compreensão desses conflitos e demandas que emergem das movimentações sociais, com o surgimento, em consequência, de novos sujeitos de direito, assim como do pluralismo jurídico que também requer reconhecimento. A superação da mentalidade engessada, em que o juiz é visto somente como um escravo da lei e, consequentemente, de sua interpretação obviamente limitada pelo momento de sua produção, é necessária para fazer frente a essas novas necessidades sociais.

Em um momento em que o Estado é corriqueiramente chamado a suprir lacunas nas prestações de serviço e na definição de políticas públicas de interesse real da população, instituições como Ministério Público e Defensoria Pública serão

[14] No Brasil, em 3 de maio de 2017, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) aprovou a especialização da 3ª e da 21ª Varas da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) em Saúde Pública. As varas contarão com Juizado Especial Federal (JEF) adjunto àquelas unidades com competência exclusiva em matéria de saúde pública. Passaram a ser tratados nesses novos Juízos questões como internação hospitalar, fornecimento de medicamentos, contratos de planos de saúde, serviços hospitalares e, no que for cabível, direitos de consumidor. A Resolução Presi 12, da Presidência daquela Corte, atende à Resolução nº 238/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina aos tribunais federais e estaduais que promovam, nos locais onde houver mais de uma vara de fazenda pública, a citada especialização, efetuando-se as devidas compensações na distribuição de feitos.

consideradas importantes parceiras da sociedade na busca de participação na gestão desse setor, seja na definição de demandas e interesses coletivos, seja na fiscalização da aplicação dos recursos públicos destinados à área ou, ainda, na utilização de mecanismos judiciais de cobrança, implementação e responsabilização de agentes públicos pela má-gestão ou pelas ausências percebidas.

Também a sociedade, por meio de seus movimentos, é sempre chamada a se envolver, pois é na vida cotidiana, nas relações que se estabelecem diariamente, que surgem as necessidades e que se determinam os espaços jurídicos onde se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos. Essas movimentações sociais têm como objetivo a ampliação do político, a transformação de práticas dominantes, o aumento da cidadania e a inserção na política de atores sociais excluídos (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 53).

Desafios observados na permanência de Políticas Públicas voltadas para a saúde: identificação de coletividades em risco

A Lei nº 8.080/1990 regulamenta o SUS, deixando claro que ele é o responsável por garantir o acesso pleno de toda a população à saúde. Em sua concepção teórica, trata-se de uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde através dos quais o Estado se desincumbe dessa obrigação.

O Sistema Único de Saúde é entendido como um direito social com *status* constitucional e regido pelos princípios da universalidade, igualdade, integralidade, participação popular, assim como o da defesa da saúde como um direito humano. Tem caráter federativo, pois determina que a União, os estados e os municípios atuem, de forma autônoma e nos limites do seu território, para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde.

O Sistema Único de Saúde nasce, pois, trazendo um novo conceito do processo saúde-doença e abriga os princípios doutrinários da universalidade, equidade e integralidade para o conjunto das ações em saúde que compreendem um ciclo completo e integrado, que vai desde a gestação e por toda vida, e que abrange ações de promoção à saúde, sempre com foco em qualidade de vida[15].

De acordo com o princípio da universalidade, entende-se que os serviços públicos devem ser colocados à disposição da população de forma gratuita, não importando a nacionalidade, classe social, prescindindo-se da prova de que tenha contribuído para o Fundo Nacional de Saúde. Logo, compreende-se que, nesse contexto, o atendimento ao público, em todos os níveis de assistência, tem que ser realizado de forma abrangente e de maneira obrigatória a todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação, sendo vedada, em todas as hipóteses, a cobrança em dinheiro pelos serviços prestados.

A Constituição de 1988 tornou a saúde um direito de todos e dever do Estado. Antes dela, somente as pessoas com vínculo formal de trabalho ou aquelas vinculadas à previdência social tinham acesso à cobertura. As demais pessoas tinham que pagar pelos serviços prestados.

O SUS, portanto, ainda hoje é um processo em construção, pois reflete uma permanente e constante tensão entre as necessidades da população e o dever do Estado. Esse palco de conflitos incessantes é campo de atuação do direito, nem sempre positivado, e reflete os projetos da sociedade como fruto das forças sociais que estão em luta permanente.

[15] Informações disponíveis em: https://saude.gov.br/sistema-unico-de-saude. Acesso em: 28 jun. 2019.

É fato que o SUS, por sua abrangência, vem sofrendo em razão do subfinanciamento. O Relatório de Aspecto da Saúde Fiscal no Brasil, publicado em 2018, pelo Tesouro Nacional, divulgou que "segundo dados do Banco Mundial, os gastos públicos com saúde no Brasil equivaleram a 3,8% do PIB, o que colocou o país no 64º percentil da distribuição mundial (considerando 183 países), ligeiramente superior à média da América Latina e Caribe, de 3,6%. Os países desenvolvidos, por sua vez, aplicam proporcionalmente mais recursos em saúde (em média, 6,5% do PIB), embora também atendam uma população com estrutura etária mais envelhecida relativamente ao caso brasileiro" (BRASIL, 2018).

Portanto, a compatibilização entre o direito à universalidade da cobertura contrapõe-se frontalmente à limitação dos recursos públicos colocados à disposição pelo Estado. Como ajustar, portanto, essas necessidades e estabelecer a eleição de prioridades quando em jogo está o próprio direito à vida? Fala-se que a melhor forma de dar efetividade a este princípio é a criação e a adoção de políticas públicas que garantam a inclusão e o atendimento ao maior número possível de pessoas, sendo a distribuição do orçamento e a eleição de prioridades uma das questões mais problemáticas a serem enfrentadas.

Nesse espinhoso e árido terreno, surgem situações interessantes como a obrigação de fornecimento de medicação de alto custo não disponível na listagem do Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional do Ministério da Saúde e de medicamentos ainda não registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Sobre o assunto, tramitam no Supremo Tribunal Federal os Recursos Extraordinários de números 56.6471-RN e 65.7718-MG, com repercussão geral já reconhecida.

Neles, os estados do Rio Grande do Norte e Minas Gerais utilizam o argumento da reserva do possível, ou seja, o de que não se mostra razoável comprometer toda a operacionalidade do sistema com o dispêndio de recursos que poderiam melhorar a qualidade do atendimento prestado à população para custear um tratamento que favorecerá a poucos. Esse argumento é usualmente utilizado para mitigar a atuação do Estado na efetivação de direitos sociais fundamentais, dando prioridade ao direito de uma maioria em detrimento de um interesse tido como privado.

No julgamento iniciado em 14 de setembro de 2016, o ministro relator Marco Aurélio de Mello proferiu voto entendendo que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida por políticas sociais e econômicas. Segundo ele, o direito à saúde é um bem vinculado à dignidade do homem e que o direito a um mínimo existencial é um direito fundamental do cidadão, estando o fornecimento de medicação ligado a essas condições básicas de dignidade. Por fim, o ministro compreendeu que o registro do produto na Anvisa é um condicionamento para a industrialização, comercialização e importação dos medicamentos[16].

O julgamento se estendeu até 2019. Em maio de 2019, o plenário decidiu pela obrigatoriedade de fornecimento e exigência do registro na Anvisa para distribuição à população, salvo nos casos identificados como doenças raras, em que seria permitida a distribuição de medicamentos não registrados. Também se definiu que estaria liberada a distribuição de drogas sem licença se a Anvisa extrapolasse o prazo de um ano para remédios comuns e 120 dias para os destinados a tratamento de doenças raras. Por maioria de votos, reafirmou-se o entendimento de que existe obrigação solidária entre os entes federados no dever de prestar assistência à população. Assim, o entendimento do Supremo Tribunal Federal deverá ser o de que, diante da inação do Estado, a distribuição gratuita de medicamentos para várias doenças crônicas está dentro dessa perspectiva da saúde como direito universal[17].

Outra questão que merece destaque é a de que o país vive um contexto de demandas crescentes por parte da população. O Relatório de Aspecto da Saúde Fiscal no

[16] Informações disponíveis em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=325411&caixaBusca=N. Acesso em: 26 jun. 2019.

[17] Informação disponível em: www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=411857&caixaBusca=N. Acesso em: 23 jun. 2019.

Brasil aponta que o aumento dos custos dos serviços de saúde ocorreu acima da inflação. Além disso, a população brasileira encontra-se em um processo de envelhecimento. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) projeta que os idosos, em 2027, corresponderão a 12,3% da população brasileira. Hoje, tal patamar estaria na casa dos 8%. Tais circunstâncias pressionam a elevação dos gastos com saúde em um momento em que muito se fala em ajuste das contas governamentais (BRASIL, 2018).

A Emenda Constitucional nº 95 , aprovada em 2016, dentro de uma política dita de austeridade adotada pelo governo de Michel Temer (31 de agosto de 2016 – 1º de janeiro de 2019), instituiu um regime fiscal que determinou que, em 2017, as despesas primárias teriam como limite as despesas consolidadas no ano anterior, corrigidas em 7,2%. A partir do ano seguinte, vigoraria esse limite com o acréscimo somente dos índices de inflação acumulados nos 12 meses anteriores, provocando um congelamento dessas despesas, com a sua diminuição em relação ao PIB ou em termos *per capita* por 20 anos.

Nesse contexto, o Observatório da Austeridade Econômica no Brasil publicou na Comissão de Direitos Humanos do Senado o relatório "Austeridade e Retrocesso – Impactos da Política Fiscal no Brasil"[18], que traz um diagnóstico muito claro sobre a relação entre o orçamento público e as garantias dos direitos sociais, tudo em contraposição ao impacto distributivo da política fiscal no país.

Tal documento traz previsões sobre as consequências que a política de cortes em setores sensíveis de interesse da população irá trazer, com prejuízo visível à busca de um desenvolvimento justo e inclusivo. Ele cita que um dos resultados mais graves, provavelmente, será o aumento da mortalidade infantil. Nesse contexto, a Fiocruz divulgou em seu portal na internet estudo que aponta que limites de gastos que afetam Bolsa Família e Estratégia de Saúde da Família[19], dois importantes programas que objetivam a redução de desigualdades e o atendimento da população mais carente, tendem a provocar um aumento de até 8,6% nos índices de mortalidade até o ano de 2030 (RASELLA *et al*., 2018).

Outra consequência grave é o retorno do Brasil ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), que arrola os países em que mais de 5% da população ingere menos calorias diárias do que o recomendado, ou seja, vive em estado de subnutrição. A *Actionaid* Brasil indica que, de 2015 a 2017, o país retornou ao patamar de 12 anos atrás em número de pessoas em situação de extrema pobreza (DOMENICI, 2018). Isso se deve, em grande parte, ao abandono de políticas sociais, sobretudo

[18] Informação disponível em: http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/DOC-AUSTERIDADE_doc3-_L9.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

[19] O Bolsa Família é "um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil", criado em outubro de 2003, cujos três eixos principais são: complemento da renda; acesso a direitos (educação, saúde, assistência social); articulação com outras ações. Está previsto na Lei nº 10.836/2004 e está regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004 e outras normas. Informações disponíveis no Portal do Ministério da Cidadania: http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e. Acesso em: 25 out. 2019.
Já o Estratégia da Saúde da Família é uma iniciativa do Ministério da Saúde (ESF) e "busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação e o uso de tabaco. Com atenção integral, equânime e contínua, a ESF se fortalece como uma porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS)". Informações disponíveis em: http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia. Acesso em: 25 out. 2019.
Em um estudo publicado na Revista *The Lancet*, da Academia Americana de Pediatria, pesquisadores da Fiocruz e do Instituto de Saúde de Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) demonstraram que há um impacto direto de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família, e de atenção básica à saúde primária, como o Estratégia de Saúde da Família, na redução das taxas de mortalidade infantil no Brasil. Segundo eles, o país, nos últimos 15 anos, experimentou uma notável diminuição nesses índices e que isso se deve à redução de problemas associados à pobreza, tais como a desnutrição, a diarreia e doenças e infecções respiratórias (RASELLA *et al*., 2013).
Em trabalho publicado pela revista científica PLOS MEDICINE, pesquisadores da Imperial College London, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) conseguiram relacionar estatisticamente os efeitos projetados da crise econômica à pobreza e os impactos que o encerramento desses dois importantes programas governamentais teria nas taxas de mortalidade infantil no país. A pesquisa revelou que essas medidas, tidas como de austeridade, podem ocasionar um aumento de 8,6% na taxa de mortalidade infantil até 2030. Segundo os estudiosos, esses programas foram responsáveis pela redução de 20 mil mortes evitáveis na infância e por uma diminuição expressiva no número de hospitalizações de crianças quando comparados com os índices vigentes durante o período de austeridade econômica. Evidências demonstram que o programa Bolsa Família melhora a quantidade e a qualidade dos alimentos fornecidos às crianças em regiões pobres do país. Além disso, o Estratégia de Saúde da Família incrementa o acesso ao acompanhamento pré-natal para mulheres grávidas, assim como a programas de vacinação e a uma rotina de acompanhamento médico regular, através do aumento do atendimento em nível básico nas unidades de saúde e, também, em atendimentos domiciliares, em municípios com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Como consequência, eles findam por contribuir para a diminuição das desigualdades sociais no Brasil (RASELLA *et al*., 2018).

aquelas destinadas à redução de desigualdades, assim como ao combate ao desemprego.

Também merece destaque a piora sensível no atendimento básico de saúde colocado à disposição da população. Essa estruturação do atendimento nesse nível é importante porque permite a racionalização, por parte do SUS, dos recursos disponíveis, fazendo a integração entre as suas ações em todos os níveis. Nesse contexto, a desestruturação do programa Mais Médicos[20] trouxe consequências graves para os municípios. O objetivo do programa era, precipuamente, levar atendimento médico às áreas desatendidas do país, sobretudo as mais vulneráveis e distantes, que tinham dificuldades em reter profissionais.

Após a saída dos médicos cubanos, ocorrida no início da atual gestão, calcula-se que cerca de 28 milhões de brasileiros tenham sido afetados (DARLINGTON; CASADO, 2019). Apesar da divulgação de que as vagas haviam sido rapidamente preenchidas por profissionais brasileiros[21], o fato é que as dificuldades existentes para o desenvolvimento das suas atividades fizeram com que milhares de profissionais desistissem rapidamente de seus postos, deixando centenas de municípios desassistidos.

Um outro desafio muito importante no momento é o de formular uma agenda referente à saúde diante da indefinição do atual governo em estabelecer uma política clara para essa área. O país sofre em virtude da ausência de um programa estruturado, que contemple medidas de urgência para combater as crises no SUS, que padece e definha com o estrangulamento das receitas. Não é demais lembrar que 75% da população brasileira depende do atendimento proporcionado pelo SUS e que o país tem uma tripla carga a ser enfrentada, pois convive com doenças infecciosas próprias dos países mais pobres, doenças crônicas do mundo desenvolvido e, ainda, deve contar com a necessidade de dar o tratamento digno às vítimas de violência, que alcança ainda índices alarmantes em território nacional (MENDES, 2010).

Outro sujeito coletivo de direitos a demandar atenção é o da população indígena. As organizações sociais envolvidas na defesa dos direitos dessas comunidades alegam que há um movimento silencioso para acabar com a saúde indígena. No início do corrente ano, foi anunciado que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) passaria a ser uma pasta dentro da Secretaria de Atenção Básica, impondo, com isso, uma municipalização e estadualização do atendimento aos povos indígenas. Com isso, entre outros prejuízos, essa extinção ocasionaria uma descontinuação em importantes programas de atenção básica à saúde, como, por exemplo, as ações para garantir saneamento básico àqueles povos. A mobilização da sociedade civil, sobretudo dos próprios índios, que protestaram em todo o país, fez, no entanto, que o governo recuasse nessa intenção.

---

[20] O programa Mais Médicos, criado em 2013, é parte do esforço do Governo Federal, "com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)", e que "busca resolver a questão emergencial do atendimento básico ao cidadão, mas também cria condições para continuar a garantir um atendimento qualificado no futuro para aqueles que acessam cotidianamente o SUS". O programa se soma a outras ações e iniciativas que intentam o fortalecimento da Atenção Básica do país, que é a porta de entrada preferencial do SUS. Informações disponíveis em: http://www.maismedicos.gov.br/conheca-programa. Acesso em: 25 out. 2019.
Em 1º de agosto do corrente ano, o presidente Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória nº 890/2019, que lançou o programa Médicos pelo Brasil, com a intenção de substituir o Mais Médicos, criado em 2013, pelo governo de Dilma Rousseff. O objetivo do novo programa continua sendo a oferta de serviços médicos em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade, além de buscar fortalecer a formação de médicos em Medicina de Família e Comunidade. Estima-se que sejam ofertadas cerca de 18 mil vagas, sendo que destas, 13 mil sejam destinadas a preenchimento de vagas em municípios de difícil provimento. Serão consideradas como prioritárias as áreas rurais remotas, adjacentes e intermediárias, comunidades ribeirinhas e fluviais e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Os municípios que quiserem participar do programa deverão assinar Termo de Adesão e deverão deixá-lo quando ocorrer uma melhora nos indicadores de desempenho no cuidado à saúde da população, uma vez que a prioridade do Médicos pelo Brasil é levar profissionais para áreas carentes. Segundo o professor Heleno Corrêa Filho, médico, diretor do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e professor da Universidade de Brasília (UnB), o programa corrige defeitos do programa anterior, quando apresenta proposta de melhorias na formação médica. No entanto, tem o aspecto negativo de restringir a população assistida e áreas populacionais, bem como traz a proposta de criação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), que seria, para ele, uma forma de desmonte do Sistema Único de Saúde, o SUS, uma vez que abriria a possibilidade de atendimento de convênios em hospitais públicos, circunstância que poderia criar uma priorização de atendimento àquelas pessoas que tivessem condições de pagar pelo atendimento. Para ele, "criar agências é uma maneira de tirar do domínio público e do controle social qualquer iniciativa em relação à saúde pública" (IHU, 2019).

[21] A exemplo das notícias veiculadas em: https://oglobo.globo.com/brasil/mais-medicos-apos-saida-de-cubanos-42-das- cidades-tem-vagas-abertas-23694511 e http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45211-brasileiros-ocupam-todas-as-vagas-de-cubanos-no-mais-medicos. Acesso em: 11 jul. 2019.

Mais uma questão tormentosa a ser enfrentada diz respeito ao atendimento de saúde integral à comunidade LGBT. Em 1º de dezembro de 2011, foi instituída, por meio da Portaria nº 2.836, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Segundo o portal do Ministério da Saúde, a iniciativa tem como objetivo valorizar a saúde como direito humano de cidadania e ressaltar que tal população tem direito a receber atendimento livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude da orientação ou identidade de gênero.

Essa política está em consonância com os preceitos constitucionais, com a Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde, assim como com o Programa Brasil sem Homofobia, que foi coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e compõe, hoje, o Programa Nacional de Direitos Humanos (TAVARES, 2016).

Entre os objetivos específicos dessa política estão a garantia de utilização do nome social a travestis e transexuais, a prevenção de novos casos de cânceres de mama e colo de útero em mulheres lésbicas e bissexuais, assim como de câncer de próstata entre *gays*, homens bissexuais, travestis e transexuais, ampliando o tratamento contra essas doenças. Além disso, é necessário o atendimento a demandas específicas desta população, que carece, muitas vezes, de se submeter a processos de readequação do corpo físico às suas identidades de gênero, como é o caso dos transexuais, que, não raras vezes, necessitam passar pela cirurgia de transgenitalização.

Não é demais lembrar que essa coletividade sofre com o estigma e preconceito por parte da sociedade em geral, e particularmente na área da saúde, que acaba por impedir que essas pessoas tenham acesso a serviços abrangentes e de qualidade. Tal realidade demanda investimentos nas áreas de enfrentamento à discriminação e preconceito e combate à violência, o que exige ações de natureza educativa a serem realizadas, de forma sistemática, em diversos segmentos da sociedade, sendo a saúde um dos que mais necessita dessa atenção.

Discute-se muito, em um cenário de tendência à perda de direitos, qual seria o papel ocupado por esse sujeito coletivo nas prioridades governamentais e de instituição de políticas públicas. A Medida Provisória nº 870 (BRASIL, 2019b), primeira assinada pelo atual presidente, retirou as ações destinadas à garantia de direitos dessa coletividade da Política Nacional de Direitos Humanos. Essa postura encontra, aparentemente, alinhamento com as posições políticas adotadas pelo atual governo, deixando evidente que as ações destinadas à proteção e diminuição do preconceito em relação à comunidade LGBT não parecem ser prioridades na gestão atual. Obviamente, em um contexto de perdas progressivas, esse grupo tende a ser um dos mais atingidos.

Nessa seara, as instituições democráticas, sobretudo o Poder Judiciário, têm sido grandes aliadas na luta pela garantia de direitos, atuando na omissão dos demais poderes. Tanto é assim que, em 24 de junho de 2019, foi publicada a Portaria nº 1.370, no Diário Oficial da União, que autorizou a inclusão na tabela de procedimentos formalmente realizados pelo SUS o tratamento e a cirurgia de transgenitalização para homens transexuais, ou seja, aqueles que nasceram biologicamente mulheres, mas se identificam psicologicamente como o gênero masculino. Esses procedimentos, contudo, só podem ser oferecidos àqueles que solicitaram atendimento por meio de ação judicial, o que significa uma grande dificuldade imposta para o acesso ao tratamento. O texto cita que o procedimento de vaginectomia e metoidioplastia com vistas à transgenitalização feminina para a masculina deve ser realizado em pessoas com decisão judicial, impondo essa obrigação ao Estado (BRASIL, 2019e).

Mais uma questão a merecer atenção é a saúde mental. Com a edição da Lei nº 10.216/2001, buscou-se proteger e garantir os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Foi assegurado, por tal diploma legislativo, aos portadores de transtornos mentais, o acesso ao melhor tratamento, bem como a um tratamento

digno, que inclui a inserção na família, no trabalho e na comunidade. O art. 3º, por exemplo, diz que é responsabilidade do Estado o desenvolvimento de políticas públicas de saúde mental, com a assistência e promoção de ações aos portadores de transtornos mentais, em estabelecimentos de saúde mental, com a devida participação da família e da sociedade. Já os arts. 4º e 6º, dessa mesma lei, preveem que só ocorrerá a internação quando os demais recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

Hoje, esse acompanhamento extra-hospitalar é feito, no Distrito Federal, pelos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), instituições destinadas a acolher pacientes em sofrimento mental, realizando o acolhimento, não só deles, mas também da família, a fim de realizar o atendimento integral, com uma oferta de tratamento compatível com a dignidade da pessoa humana.

Ocorre que, não raras vezes, esse acompanhamento não é feito efetivamente, uma vez que o aparelhamento não é suficiente para prestar atendimento adequado, sobretudo domiciliar, às famílias, que são as principais responsáveis pelos cuidados com a pessoa em sofrimento mental. Essas questões findam por provocar um grau de desagregação elevado no próprio núcleo familiar, sobretudo quando estão agravadas por um contexto de vulnerabilidade social. Tal prestação deficiente não favorece o fortalecimento dos vínculos familiares, nem capacita esse grupo a exercer a cidadania – sobretudo tendo valorizada as suas potencialidades – e lutar pela conquista de novos direitos. O robustecimento da rede de apoio e o incremento dos esforços para oferecimento de tratamento desinstitucionalizado e humanizado aos que necessitam desse apoio é uma solução que deve ser objeto constante da pauta de políticas públicas levadas a efeito pelos governos, em todas as esferas, dada a gravidade de suas consequências para a sociedade.

No entanto, em reação a esse contexto, fala-se que se alinhava, há alguns anos, uma espécie de reação à reforma psiquiátrica, chamada por muitos de "contrarreforma psiquiátrica". Prepara-se, dentro dessa perspectiva, uma proposta de reformulação da Política Nacional de Saúde Mental. Entre as medidas sugeridas estão algumas que atingem frontalmente o sujeito coletivo de direitos representado pelo Movimento de Luta Antimanicomial, dentre as quais podemos citar a manutenção de leitos em hospitais psiquiátricos, a ampliação de recursos para comunidades terapêuticas e a limitação na oferta de serviços extra-hospitalares. Diz-se que as medidas citadas enfraquecem o modelo de base comunitária hoje instituído no SUS.

No dia 4 de fevereiro de 2019, foi editada a Nota Técnica nº 11/2019- CGMAD/DAPES/SAS/MS, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2019d), que se propõe a apoiar a criação de uma "Nova Saúde Mental". Nela, há a indicação de ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, que, para o Movimento de Luta Antimanicomial, seriam medidas que incentivariam o retorno à lógica manicomial. Além disso, sob o argumento de oferecer o melhor aparato terapêutico existente para a população, autoriza a aquisição, por parte do SUS, de aparelhos de eletroconvulsoterapia. São medidas que têm causado intenso repúdio por diversos segmentos da sociedade, mas que permitem observar um aparente rompimento com a política de desinstitucionalização, uma vez que traz incentivos à hospitalização e, por consequência, abre as portas para a adoção de medidas terapêuticas menos humanizadas.

Outro sujeito coletivo de direitos importante em situação de vulnerabilidade a merecer destaque é o dos idosos[22]. O Ministério da Saúde divulgou em outubro de 2018 o documento intitulado Estudo Logitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (Elsi-Brasil). Nele é traçado um perfil de envelhecimento populacional no país, apontando que 75,3% desse segmento depende exclusivamente dos serviços prestados pelo SUS. Segundo esse documento, nos 12 meses anteriores à confecção do estudo, 10,2% dos idosos haviam sido hospitalizados uma ou mais vezes. Quase 40% dos idosos

[22] As Leis nº 8.842/1994, que estabelece a Política Nacional do Idoso (PNI), e 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, conceituam como idoso a pessoa com 60 anos ou mais. A Organização Mundial de Saúde (OMS), por sua vez, define como idoso, obedecendo a um critério precipuamente cronológico, aquele que tem 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento, e 65 ou mais em países desenvolvidos.

possuíam algum tipo de doença crônica e 29,8% possuíam duas ou mais doenças, como diabetes, hipertensão ou artrite. Apurou-se que 70% dos participantes da pesquisa possuíam algum tipo de doença crônica.

Hoje, esse segmento representa cerca de 14,3% dos brasileiros, ou seja, 29,3 milhões de pessoas. Estima-se que, em 2030, esse número deve superar o de crianças e adolescentes de zero a 14 anos. O Ministério da Saúde informa que, em sete décadas, a expectativa de vida do brasileiro aumentou 30 anos, saindo de 45,4, em 1940, para 75,4, em 2015[23].

Esse processo de envelhecimento gera grandes impactos na manutenção do sistema de saúde com modelo universal, como o adotado pelo SUS, e demanda uma organização da rede de atenção para oferta de cuidados que vão desde a infância, incluindo aí medidas educativas e ações que promovam a alimentação saudável e a prática de atividades físicas, assim como aquelas que objetivem a redução do consumo de álcool e tabaco, sobretudo entre a população mais jovem. Busca-se, com isso, garantir ao brasileiro um envelhecimento mais saudável, que redundará, de forma indireta, na utilização mais racional dos recursos de saúde colocados à disposição da população.

O perfil epidemiológico da população idosa, com forte predomínio das doenças crônicas, exige atenção especializada, dada a sua situação de maior delicadeza física e psicológica, mas não gera, necessariamente, limitações nas atividades ou restrições consideráveis na participação social dessa parcela da população. Logo, mostra-se importante que o atendimento seja humanizado e especialmente fundamentado em intervenções multisetoriais e muldimensionais, de forma a garantir um processo de envelhecimento digno e que permita o exercício da cidadania ativa[24].

No entanto, na contramão da esteira do fortalecimento dos direitos desse grupo, o Governo Federal editou o Decreto nº 9.759/2019, que pode provocar a extinção do Conselho Nacional de Saúde do Idoso. Esse órgão, que se constitui em um importante instrumento de interface entre os órgãos gestores da Administração Pública e a população idosa, atua, de forma efetiva, na definição de políticas públicas, como um colegiado social em prol da defesa dos direitos dessa coletividade.

Esse processo de enfraquecimento dos mecanismos de participação popular na elaboração, implementação e fiscalização dessas diretrizes não se coaduna com o modelo de democracia participativa preconizado pela Constituição Federal, na medida em que dificulta a criação e manutenção de espaços de participação para que diferentes atores sociais, grupos, movimentos e associações pontuem suas demandas.

Controle e participação social na proteção de Direitos Sociais constitucionalmente garantidos e a atual conjuntura político-econômica Brasileira

A expressão controle social corriqueiramente é empregada sob um duplo sentido e serve para indicar o controle do Estado sobre a sociedade, bem como para designar o controle desta sobre as ações estatais. De acordo com a segunda perspectiva, mais importante para a análise que se faz, a participação popular, levada a efeito pela sociedade, busca atender e efetivar os interesses e direitos da população, considerando conceitos como direitos humanos, cidadania e direitos sociais. É fruto do processo de redemocratização e dos mecanismos de participação nas políticas públicas trazidos pela Constituição Federal e nas leis que se sucederam a ela.

[23] Informações disponíveis em: http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44451-estudo-aponta-que-75-dos-idosos-usam-apenas-o-sus. Acesso em: 11 jul. 2019.

[24] Informações disponíveis em: http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-da-pessoa-idosa. Acesso em: 11 jul. 2019.

A criação do SUS teve como alicerce e marco inicial a Constituição Federal, seguida pela regulamentação dada pelas Leis Orgânicas da Saúde, de números 8.080/1990 e 8.142/1990. Nesses documentos foram criadas diretrizes e normas aptas a dar direção a esse novo sistema, relacionando regras sobre organização e funcionamento e critérios de repasses para estados e municípios. Além disso, disciplinou-se o controle social no SUS em conformidade com as representações dos critérios estaduais e municipais de saúde (FINKELMAN, 2002).

A Constituição Federal de 1998, em seu art. 198[25], faz previsão da participação popular na gestão da saúde do SUS, quando cita as diretrizes desse sistema, como a descentralização, a integralidade e a participação da comunidade (BRASIL, 1988). O desafio, a partir dessa orientação inicial, foi o de buscar formas de implementação de mecanismos aptos a dar efetividade a essa norma. Foram criados, então, diversos instrumentos normativos e espaços institucionais de participação da sociedade civil, os quais passaram a exercer a fiscalização direta sobre as ações governamentais em todas as esferas. As Leis n. 8.080/1990 e 8.142/1990, por exemplo, trouxeram importantes conteúdos sobre o assunto ao abordarem as questões referentes aos Conselhos Nacionais de Saúde (BRASIL, 2003).

Nessa perspectiva, a participação da população na gestão da saúde coloca as ações e serviços na direção de interesses da comunidade e estabelece uma nova relação entre o Estado e a sociedade, na qual o conhecimento da realidade das comunidades é um fator determinante na tomada de decisão por parte do gestor (BRASIL, 2003). Para tanto, processos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais de determinado coletivo devem ser considerados.

Tem-se que esse controle social, hoje, dar-se-ia, sobretudo, por meio de participação institucionalizada, regulamentada pela Lei nº 8.142/1990, que dá diretrizes sobre a criação de Conselhos e Conferências de Saúde, em todos os níveis governamentais, e, ainda, mediante ação não institucionalizada, que, por sua vez, se consolidaria através de todos os tipos de atuação individual e coletiva na área da saúde, incluindo-se aqui, também, as ações de natureza educativa (WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

Os Conselhos de Saúde são órgãos deliberativos e permanentes do Sistema Único de Saúde em cada esfera de governo. Fazem parte da estrutura das secretarias de saúde da União, dos estados e dos municípios e são compostos por representantes do governo, usuários, profissionais de saúde e prestadores de serviço. Segundo as diretrizes da Lei nº 8.142/1990 e Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o segmento dos usuários deve guardar paridade com os outros segmentos. Assim, 50% dos integrantes dos Conselhos de Saúde têm que ser usuários, 25% devem ser profissionais de saúde e outros 25% devem ser prestadores de serviço (BRASIL, 2013).

Já as Conferências de Saúde são fóruns que reúnem os segmentos representativos da sociedade, criando um espaço democrático para o debate de ideias sobre a saúde no Brasil e para a proposição de diretrizes para a criação de políticas públicas nessa seara em todas as esferas governamentais. É convocada pelo Poder Executivo ou pelo Conselho de Saúde, quando 50% + 1 dos integrantes desse fórum conclamam a conferência. Acontece de quatro em quatro anos.

Esses expedientes têm extrema importância, pois, por meio deles, a população, de forma autônoma, pode intervir no processo de gestão das políticas públicas, participar da criação de estratégias de atuação, controlar, fiscalizar e deliberar sobre as ações do programa em todas as esferas governamentais, sendo ainda um espaço democrático de construção de uma nova ordem capaz de revigorar o sentido autêntico de liberdade, democracia e igualdade social (COTTA; CAZAL; RODRIGUES, 2009; SILVA; CRUZ; MELO, 2007).

[25] Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
III - participação da comunidade.

Nesse processo constante de criação de novos espaços de cidadania ativa, o ser humano deve ser colocado no centro dos processos de avaliação, criação e implementação de políticas públicas no âmbito da saúde. Busca-se, com isso, eliminar as formas tradicionais e autoritárias de gestão das políticas sociais, bem como a adoção de práticas que favoreçam a transparência das informações e da participação da sociedade no processo decisório. Assim, como consequência, todo o aparato que envolve essas informações deve estar à disposição dos sujeitos políticos (SILVA *et al*., 2007). De acordo com Marilena Chauí (1993), esses sujeitos políticos participam da vida social em proporção ao volume e qualidade das informações que possuem, em especial, a partir de suas possibilidades de acesso às fontes de informação e de condições favoráveis de aproveitamento delas, de forma a poderem intervir como produtores do saber.

Dentro dessa perspectiva, garantir à população e, sobretudo, ao usuário do SUS, o acesso a informações e dados que envolvam doenças, pesquisas e diagnósticos ganha especial relevo para subsidiar as demandas por criação de políticas públicas que garantam a efetivação do direito à saúde. Assim, a informação e a comunicação nessa área devem priorizar suas definições e suas ações com iniciativas que atendam aos usuários do SUS na atenção básica, média e de alta complexidade, de forma a contribuir com novos paradigmas e conceitos que possibilitem um avanço no sistema público de saúde brasileiro e respeitem os princípios fundamentais do SUS (SILVA; CRUZ; MELO, 2007).

Estando a sociedade sempre em movimento, a dialeticidade acompanhará a construção do direito, que deverá estar pronto para atender às demandas surgidas, ainda que por juridicidades plurais. É certo que os direitos humanos estão sendo construídos a cada dia e muitos ainda estão por vir, visto que a realidade não é estanque e os processos sociais e históricos estão em constante mutação e libertação.

Nesse sentido, importante a atuação do Direito Achado na Rua na identificação dos sujeitos coletivos de direito, a fim de possibilitar a coordenação e articulação para ação conjunta, circunstância que fortaleceria as pautas reivindicadas. A dispersão de forças enfraquece a atuação dos movimentos sociais e diminui a pressão feita diante dos gestores públicos para implementação de políticas públicas de interesse da sociedade.

Na linha de fortalecimento dos mecanismos de participação social, foi editado o Decreto Legislativo nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social e fez previsão de outros mecanismos de participação social, como, por exemplo, as ouvidorias, comissões, mesas de diálogo, consultas públicas e mecanismo virtual de participação social. Esse instrumento normativo foi criado em resposta às manifestações de 2013, onde uma imensa quantidade pessoas, sobretudo jovens, foi às ruas reclamar o fim da corrupção, a reforma política, a atenção às causas sociais, o combate à impunidade, o fim da violência policial, a melhoria dos serviços públicos em geral, o atendimento a demandas de direitos sociais, como os direitos à saúde e ao transporte, entre muitas bandeiras levantadas (BITTAR, 2014).

Assim, o Movimento do Passe Livre[26] apenas serviu para despertar reações ao descontentamento generalizado da população contra uma sociedade violenta, excludente e desigual. A esses movimentos, que duraram praticamente o ano de 2013 inteiro, seguiu-se a tentativa de se instituir um modelo de democracia vanguardista,

[26] O Movimento Passe Livre (MPL) se intitula como "um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada". Segundo afirmam, trata-se de um movimento que é "instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários). O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local" (https://www.mpl.org.br/). Em 2013, esse movimento ganhou destaque após as grandes manifestações ocorridas no país em junho, as quais tiveram, em grande parte, como origem, o aumento das passagens de transporte coletivo na cidade de São Paulo. Em razão dessas manifestações, estima-se que mais de 100 cidades no país tenham reduzido as tarifas de transporte público.

em que a consolidação da cidadania ativa dá-se por meio de um processo que une a representatividade e as forças sociais organizadas, realizando com plenitude a expressão “todo o poder emana do povo”, constante do parágrafo único do art. 1º da Constituição Cidadã (BITTAR, 2014).

A edição do decreto, portanto, conseguiu unir em um documento os ideais de uma democracia representativa, participativa e direta, pois, conforme o próprio plano preceitua, as diretrizes gerais estão voltadas para: I) reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia; II) complementaridade, transversalidade e integração de mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta; III) solidariedade, cooperação e respeito à diversidade de etnia, raça, cultura, geração, origem, sexo, orientação sexual, religião e condição social, econômica ou de deficiência, para a construção de valores de cidadania e de inclusão social; IV) direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas, com uso de linguagem simples e objetiva, consideradas as características e o idioma da população a que se dirige; V) valorização da educação para a cidadania ativa; VI) autonomia, livre funcionamento e independência das organizações da sociedade civil; VII) ampliação dos mecanismos de controle social (BRASIL, 2014).

No entanto, no dia 8 de abril do corrente ano, houve a edição do Decreto nº 9.759/2019, que limitou a criação de órgãos colegiados no Governo Federal e extinguiu todos os grupos de trabalho, comitês e conselhos com participação social criados até o fim de 2018. No art. 1º ficou estabelecido que, no dia 28 de junho de 2019, ficariam extintos ou se estabeleceriam regras e limitações para os colegiados que tenham sido instruídos por decreto, incluídos aqueles mencionados nas leis nas quais não conste a indicação de suas competências ou de membros que o compõem, outro decreto ou por ato normativo emanado de outro colegiado. Esse decreto revogou, portanto, o que instituía a Política Nacional de Participação Social, sob o argumento de que ocasionaria economia administrativa e desburocratização.

Com tal medida, sem dúvidas, o atual governo dificulta o diálogo com a sociedade, enfraquece a participação popular na elaboração de políticas públicas e obstaculiza a ingerência popular, representativa das mais diversas realidades do país, nas decisões governamentais. Sob o argumento de redução de despesas e desburocratização, o governo retroage no campo do diálogo com a população e deixa clara a sua intenção de não escutar as múltiplas vozes que emergem da sociedade, apesar de experiências concretas de gestão participativa no campo da saúde terem trazido melhorias para o país, servindo de exemplo de democratização do sistema de saúde (COELHO, 2012).

No que toca ao Conselho Nacional de Saúde, é importante frisar que ele foi criado por lei específica e, embora a sua estrutura organizacional esteja prevista no Decreto nº 5.839/2006, há menção expressa à sua existência na Constituição Federal, mais precisamente no art. 198, inciso III, assim como nas Leis nº 8.080/1990 e 8.142/1990. Suas competências estão também previstas na Lei Complementar nº 141/2012 e Lei nº 8.142/1990. Assim, quanto a ele, a conclusão não pode ser outra senão a de que o Decreto nº 9.759/2019 não o alcança, uma vez que sua existência, conforme visto, é fundamentada na lei, além de possuir embasamento constitucional, não sendo razoável a afirmação de que suas competências e composição tenham que se adequar aos preceitos do citado decreto, dada a incompatibilidade dessas diretrizes com as leis que disciplinam a existência do próprio Conselho. Essa discussão ganha corpo – de saber quais conselhos teriam sido efetivamente extintos – diante da obscura e lacônica redação do ato do Executivo, que efetuou a extinção de maneira genérica e sem enumerar quais órgãos efetivamente seriam atingidos pela medida tomada.

Levada a questão à apreciação do Supremo Tribunal Federal, o plenário deferiu parcialmente medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.121 para suspender a eficácia de dispositivos do Decreto nº 9.759/2019 que extinguem colegiados da Administração Pública federal previstos em lei. Por unanimidade, os

ministros entenderam que, como a criação desses colegiados foi fruto da atividade do poder Legislativo, somente o Congresso Nacional, por meio de lei, poderia deliberar por extingui-los (BRASIL, 2019f).

No que toca aos colegiados criados por decreto ou outro ato normativo infralegal, por maioria, o pedido de cautelar foi indeferido. Prevaleceu o entendimento do relator ministro Marco Aurélio, de que, como a Constituição Federal confere ao presidente da República a competência para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Federal, não haveria impedimento para que o chefe do Executivo, por meio de decreto, determinasse a extinção desses órgãos colegiados que não são frutos diretos da lei. Ficaram vencidos neste ponto os ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Carmen Lúcia e Celso de Mello, que consideram que, para ser válido, o ato deve, além de discriminar cada órgão extinto, explicitar os motivos pelos quais seu funcionamento é desnecessário, oneroso, ineficaz ou inoperante, argumentos principais utilizados pelo governo para fundamentar a revogação.

Com essa atitude, a administração atual reforça um modelo conceitual de governança do Estado brasileiro, presente desde a colonização, que se fundamenta no autoritarismo e no patrimonialismo, com imposição de dificuldades para que ocorra fiscalização e responsabilização ou *accountability*. Segundo Espinoza (2012), o termo *accountability* pode ser traduzido como controle, fiscalização, responsabilização, ou ainda prestação de contas. Busca-se, com isso, a criação de um Estado em que haja o dever de gerenciar com eficiência e apresentar resultados, permitir a transparência e o controle social dos recursos públicos e a responsabilização dos gestores (CASAGRANDE; KEUNECKE, 2012).

Em entrevista concedida à BBC Brasil (ODILLA, 2019), a professora Marlies Glasius, do Departamento de Política da Universidade de Amsterdã, na Holanda, e diretora do projeto chamando *Authoritarian Practices in a Global Age* (Práticas Autoritárias na Era Global), define como práticas autoritárias – e que existem até mesmo em governos democráticos – aquelas que sabotam o *accountability*, fazendo com que mecanismos de controle, questionamento e responsabilização de autoridades sejam mais difíceis de acontecer. Ela cita como exemplos impor sigilo sobre as próprias atividades, minar o controle popular, disseminar *fake news*, desqualificar a imprensa e, até mesmo, órgãos oficiais de governo, assim como sufocar os mais críticos, práticas essas tão comuns hoje na sociedade brasileira e em diversas outras.

Conclusão

Em um cenário de violação maciça de direitos, sobretudo das minorias e dos mais vulneráveis, mostra-se necessário buscar visualizar os problemas sob uma perspectiva nova, mais proativa e dialógica, sobretudo diante da ineficiência do Estado em dar soluções adequadas e da falta ou deficiência de políticas públicas que tragam efetividade aos direitos humanos, positivados ou não.

Assim, o projeto teórico emancipador de O Direito Achado na Rua apresenta-se como uma forma de pensar e refletir o direito a partir dos fatos e movimentos sociais, priorizando experiências populares como matriz primordial dessa atividade criativa. Nesse contexto, faz-se importante se determinar o espaço político no qual se desenvolvem essas práticas sociais que enunciam direitos, mesmo que isso signifique visitar espaços extralegais, bem como definir a natureza jurídica do sujeito coletivo de direito como sendo aquele capaz de elaborar um projeto teórico político de transformação social (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 3).

Analisar-se o direito à saúde sob a ótica do Direito Achado na Rua traz grande significação ao tema, pois se trata de um direito em que, em seu processo normativo e de conhecimento, não podem ser olvidadas as necessidades sociais brasileiras,

sendo talvez o direito em que o ser humano ocupa o lugar de maior destaque, pois todo ele se baseia na valorização do direito à vida.

O direito à vida, como direito primordial do ser humano, não significa só o de manter-se vivo. Ele abarca toda a gama de direitos que possibilita que a pessoa humana tenha capacidade de desenvolver as suas potencialidades físicas, mentais e sociais. Nesse contexto, o direito à saúde compreende o plexo de deveres que o Estado tem diante de todo cidadão, tendo a Constituição Federal o consagrado como direito da pessoa humana fundamental, previsto no art. 6º, juntamente com outros direitos fundamentais sociais. Dada a sua importância, a Carta Magna também definiu os princípios norteadores das políticas públicas da saúde nos arts. 196 a 200.

Com esse reconhecimento, o Estado findou por assumir uma obrigação positiva diante da população, devendo realizar, para desincumbir-se de seu papel, políticas públicas sociais e econômicas destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde. A construção desse direito está inscrita em um processo histórico de lutas em que a participação dos sujeitos sociais na rua – entendida a rua como o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais enunciadoras de direitos – teve como resultado o reconhecimento do direito à saúde como sendo “de todos e dever do Estado”.

Em consequência, como fruto dos movimentos sociais pela redemocratização no país, surgiu o Sistema Único de Saúde, que trouxe em sua concepção importantes valores como integralidade, universalidade e equidade. Tais movimentos foram determinantes para a maturação de um novo sujeito social brasileiro, consciente dos conceitos de sociedade e de cidadania e da importância de sua prática cotidiana para transformação da realidade (COELHO, 2012, p. 141).

A saúde passou, portanto, a ser entendida como um verdadeiro bem social. Desde a sua origem, o SUS travou uma verdadeira luta para viabilizar a prestação de um serviço integral e sustentável à população, mas sempre esbarrou na visão financista de que investir nessa área é despesa e não investimento. Essa luta continua ainda hoje, sobretudo para garantir que o SUS seja compreendido como um verdadeiro patrimônio da nação, recebendo a atenção de que necessita para garantir aos usuários dos serviços atendimento digno e humanizado. Não há dúvidas de que as políticas de austeridade tendem a contribuir para a desestruturação do SUS, com a falta, sobretudo, de criação, manutenção e financiamento de políticas públicas na área da saúde, postura que finda por atingir, principalmente, os grupos mais vulneráveis da sociedade.

Dessa forma, dada a relevância do direito humano em jogo, bem como todas as suas implicações, mostra-se necessário que ocorra o engajamento do cidadão na fiscalização e gestão dos serviços colocados pelo Estado à disposição, a fim de fazer cumprir o mandamento constitucional. Ora, quanto mais próxima a sociedade estiver do poder de decisão, melhor será a qualidade do serviço prestado e mais efetivo será o *accountability*.

O direito à saúde não é um favor, mas um direito que deve ser compreendido no âmbito da sociedade, em suas mais complexas relações saúde-doença e população. A luta pela permanência de canais democráticos faz surgir importantes atores sociais, ampliando o conceito de cidadania.

Hoje, nota-se no Brasil, mesmo em um contexto tido como democrático, uma grande desigualdade social e más condições de vida. “Essa situação leva a uma descrença no Estado e em qualquer possibilidade de mudança, fato que, conciliado a valores neoliberais incorporados pela sociedade, cria uma visão imobilizadora que tende a reproduzir as injustiças e não transformá-las” (COELHO, 2012, p. 141).

Em suma, essa interação entre os sujeitos de direito e as instituições públicas deve ser uma realidade crescente. O uso das redes sociais como meio de informação e

integração contribui para a criação de um novo tipo de cidadania, com destaque para a participação opinativa. Logo, obter informação verdadeira deve ser uma preocupação constante, e a sociedade deve mobilizar-se para cobrar a efetivação desse direito de ser ouvida, para que, assim, seja mantida uma mobilização social que permita um real controle de desempenho dos órgãos públicos.

Em um momento de movimentação crescente em torno da perda de direitos, essa participação popular se mostra essencial para impedir que ocorra um desmonte dos direitos sociais conquistados por muita luta e de um sistema que foi gestado para promover a igualdade e garantir o direito mais fundamental de todos, que é o direito à vida.

Como observado por Juliana Sousa Coelho (2012), não se pode considerar saudável uma população que fique à margem do processo de decisão sobre os rumos da saúde pública. Nesse sentido, resistir é preservar a institucionalização da participação popular; é manter-se vivo, superando opressões e cenários pouco otimistas.

Referências Bibliográficas

ALVARENGA, D.; SILVEIRA, D. *Desemprego cai para 11,8% em julho, mas ainda atinge 12,6 milhões.* Portal G1 de notícias, [S.l.], 30 ago. 2019, Economia. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/desemprego-fica-em-118percent-em-julho-diz-ibge.ghtml. Acesso em: 25 out. 2019.

BITTAR, E. C. B. *O Decreto nº 8.243/2014 e os desafios da consolidação democrática brasileira*. Revista de Informação Legislativa, v. 51, n. 203, p. 7-38, jul./set. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diretas Já – 30 anos do Movimento. Portal – 30 anos da Constituição, Brasília, DF, [S.d.]*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/diretas-ja. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Para entender a gestão do SUS*. Brasília: CONASS, 2003. 248p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2016, p. 2.

BRASIL. Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde – CNS e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jul. 2006, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5839.htm. Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 maio 2014, p. 6. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 23 maio 2019. (Revogado pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019).

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. *Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 abr. 2019a, p. 5 (edição extra). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990a, p. 18055. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. *Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1990b, p. 25694. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. *Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.427, de 30 de março de 2017. *Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 mar. 2017, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13427.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. *Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jan. 2012a, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. *Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios*. Diário Oficial da União: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º jan. 2019b, p. 1 (edição extra). (Convertida na Lei nº 13.844, de 2019).

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Aspectos fiscais da saúde no Brasil*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2018. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/AspectosFiscaisSa%C3%BAde2018/a7203af9-2830-4ecb-bbb9-4b04c45287b4. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Agência Saúde*. Inclusão de procedimento por determinação judicial. Jun./2019c. Disponível em: http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45549- inclusao-de-procedimento-por-determinacao-judicial. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012*. 2012b. Aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0453_10_05_2012.html. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS, de 4 de fevereiro de 2019*. 2019d. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Disponível em: pbpd.org.br/wp- content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.370, de 21 de junho de 2019*. 2019e. Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 jun. 2019, p. 44. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.370-de-21-de-junho-de-2019-167267426. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)*. Disponível em: http://www.aids.gov.br/pt-br/legislacao/portaria-no-2836-de-1-de-dezembro-de-2011. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 6.121-DF. (2019f)*. Requerente: Partido dos Trabalhadores. Requerido: Presidente da República. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. Brasília, 10 jun. 2019. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5678906. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Portal de Notícias e Textos. Supremo suspende regra de decreto presidencial que extingue conselhos federais previstos em lei*. Brasília, 2019g.Disponível em: http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=413987. Acesso em: 23 jun. 2019.

CASAGRANDE, L. P.; KEUNECKE, L. *A Constituição federal de 1988 à luz da accountability: a influência da reforma administrativa do estado brasileiro*. Revista Amicus Curiae, [S. l.], v. 9, n. 9, 2012.

CENTRO EDUCACIONAL DE WENCESLAU BRAZ (CENEBRA). *História social e sanitária da saúde Pública brasileira*. Paraná, [S.d.].

CHAUÍ, M. S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 6. ed. São Paulo: Cortez; 1993.

COELHO, J. S. *Construindo a participação social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação*. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 1, suplemento 1, 2012, p. 138-151.

COELHO, M. T. A. D.; ALMEIDA FILHO, N. de. *Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 315-333, maio/ago. 2002.

COTTA, R. M. M.; CAZAL, M. M.; RODRIGUES, J. F. C. *Participação, controle social e exercício da cidadania: a (des)informação como obstáculo à atuação dos conselheiros de saúde*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 419-438, jan./jun. 2009.

DARLINGTON, S.; CASADO, L. *Brazil Fails to Replace Cuban Doctors, Hurting Health Care of 28 Million.* The New York Times, June/2019. Disponível em: https:// www.nyti- mes.com/2019/06/11/world/americas/brazil-cuba-doctors-jair-bolsonaro. html. Acesso em: 23 jun. 2019.

DOMENICI, T. *Entrevista com Francisco Menezes*. Agência Pública, São Paulo, jul. 2018. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/580741-a-extrema-pobreza-voltou-aos-niveis-de-12- anos-atras-diz-pesquisador-da-actionaid-e-ibase. Acesso em: 23 jun. 2019.

FIOCRUZ. *Reforma sanitária*. Pense mais SUS. A reflexão fortalece essa conquista. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: https://pensesus.fiocruz.br/reforma-sanitaria. Acesso em: 23 jun. 2019.

FINKELMAN, J. (Org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. 328p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC). *Golpe de 1964*. Informação disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1964. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). *Médicos pelo Brasil e o desmonte SUS*. Outras Mídias, São Paulo, 7 out. 2019. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/medicos-pelo-brasil-e-o-desmonte-sus/. Acesso em: 25 out. 2019.

MATHIAS, M. *Antes do SUS: como se (des)organizava a saúde no Brasil sob a ditadura. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz*. Pesquisa, Política e Ação em Saúde Pública. Rio de Janeiro, abr. 2018. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/?q=antes-do-sus. Acesso em: 25 out. 2019.

MENDES, E. V. *As redes de atenção à saúde*. Ciência e Saúde Coletiva, v. 15, n. 5, Rio de Janeiro, ago. 2010.

ODILLA, F. *As novas faces do autoritarismo de direita e esquerda nas democracias, segundo pesquisadora holandesa*. BBC News Brasil, Londres, maio/2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48022553. Acesso em: 23 jun. 2019.

POLIGNANO, M. V. *História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão.* [S. d.]. Disponível em: http://www.saude.mt.gov.br/ces/arquivo/2165/livros. Acesso em: 21 jun. 2019.

RASELLA, D.; AQUINO, R.; SANTOS, C. A. T.; PAES-SOUSA, R.; BARRETO, M. *Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities*. The Lancet, May/2013. Disponível em: http:// www.abrasco.org.br/UserFiles/Image/Bolsa%20Familia%20-%20Mortalidade%20Criancas%20Lancet%20Online%20%281%29.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

RASELLA, D.; BASU, S.; HONE, T.; PAES-SOUSA, R.; OCKÉ-REIS, C. O.; MILLETT, C. *Child morbidity and mortality associated with alternative policy responses to the economic crisis in Brazil: A nationwide microsimulation study*. PLOS, May/2018. Disponível em: https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1002570. Acesso em: 23 jun. 2019.

REIS, D. O.; ARAÚJO, E. C. de; CECÍLIO, L. C. de O. *Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo* (Unifesp); Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), [S.d.].

ROLIM, L. B.; CRUZ, R. de S. B. L. C.; SAMPAIO, K. J. A. de J. *Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa*. Saúde em Debate,

Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, jan./mar. 2013.

RUBIO, D. S. *Derechos humanos instituyentes, luchas sociales y acciones cotidianas*. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, São Paulo, v. 6, p. 243-268, 2014.

SANTOS, B. DE S.; AVRITZER, L. *Introdução para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos).

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. *O conceito de saúde*. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, out./1997.

SILVA, A. X.; CRUZ, E. A.; MELO, V. *A importância estratégica da informação em saúde para o exercício do controle social.* Rio de Janeiro, 2007.

SOUSA JUNIOR, J. G. *Diálogos com Marilena Chauí*. Jornal Estado de Direito, Coluna Lido para Você, Porto Alegre, abr. 2019. Disponível em: http://estadodedireito.com.br/dialogos-com- marilena-chaui/. Acesso em: 12 jul. 2019.

SOUSA JUNIOR, J. G. (ORG.). *O direito achado na rua: concepção e prática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. v. 2. (Coleção Direito Vivo).

STEDILE, N. L. R.; GUIMARÃES, M. C. S.; FERLA, A. A.; FREIRE, R. C. *Contribuições das conferências nacionais de saúde na definição de políticas públicas de ambiente e informação em saúde*. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 10, Rio de Janeiro, p. 2957-2971, out./2015.

SPINOZA, R. M. Accountability. In: CASTRO, C. L. F. de.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE; A. E.DE N. (ORG.). Dicionário de políticas públicas. Barbacena: EdUEMG, 2012.

TAVARES, V. *Saúde da população LGBT: preconceito e desconhecimento nos serviços de saúde estão os principais desafios para um atendimento com equidade*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/saude-da-populacao-lgbt. Acesso em: 23 jun. 2019.

TORRES, M. D. DE F. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIEIRA, E. A. *Políticas sociais e direitos sociais no Brasil*. Comunicação & Educação, São Paulo, n. 9, p. 13-17, maio/ago. 1997.

WENDHAUSEN, Á. L. P.; BARBOSA, T. M.; BORBA, M. C. *Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores*. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 131-144, set./dez. 2006.

ZANINI, F. *Apesar de menor, fome ainda afeta o Brasil, aponta órgão da ONU*. Folha de S. Paulo online, São Paulo, 20 jul. 2019. Poder. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/apesar-de-menor-fome-ainda-afeta-o-brasil-aponta-orgao-da-onu.shtml. Acesso em: 25 out. 2019.

A teoria crítica do direito das mulheres e as novas perspectivas da segunda década do século XXI:

Desafios postos para a abordagem crítica situada no âmbito das lutas por direitos humanos em O Direito Achado na Rua

Women's rights critical theory and the new perspectives in the second decade of the 21st century: challenges to a critical approach aimed at the struggles for human rights in The Law Found on the streets

Alberto Carvalho Amaral[*]
Andrea Ripp[**]
Michelle Cristina Farias[***]

Resumo

A problematização do direito das mulheres, com uma abordagem crítica e linguajar acessível, de fácil compreensão, a partir das epistemologias feministas e com enfoque na proteção dos direitos humanos, constituiu uma das relevantes contribuições da série O Direito Achado na Rua, em seu volume 5, nomeado "Introdução Crítica ao Direito das Mulheres". Neste artigo, propõe-se revisitar alguns dos temas tratados na obra, especialmente relacionados às Promotoras Legais Populares, ao acesso à justiça para as mulheres e, ainda, ao tema das mulheres atingidas por barragens, posicionando-os no contexto atual e, com enfoque para uma construção jurídica aberta voltada para ampliar o espaço de liberdade e de significação dos viventes, as novas possibilidades que se descortinam. Com esse objetivo, opta-se pelo método de revisão bibliográfica, da análise de documentos, articuladas por uma perspectiva jurídica que se volta para ampliar os espaços de cidadania, reconhecendo-os e garantindo suas possibilidades emancipadoras.

Palavras-chave: O Direito Achado na Rua; Teoria crítica dos direitos das mulheres; Promotoras Legais Populares; Acesso à justiça para as mulheres; Mulheres atingidas por barragens.

Como citar este artigo:
AMARAL, Alberto Carvalho; RIPP, Andrea; FARIAS, Michelle Cristina. A teoria crítica dos direitos das mulheres e as novas perspectivas da segunda década do século XXI. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 2, set. 2019, p.111/136.

[*]Doutorando em Sociologia (UnB). Mestre em Direito (UniCEUB). Especialista em Direito Processual (Unisul) e em Ciências Penais (Unisul). Membro do grupo de pesquisa Política Criminal (UniCEUB-UnB), e do Grupo Candango de Criminologia (UnB). Professor da Escola da DPDF (EASJUR). Defensor Público do Distrito Federal.
[**]Mestre em Linguística Aplicada (UnB). Bacharela em Direito (UniCEUB). Colaboradora da Defensoria Pública do Distrito Federal. Aluna especial da disciplina O Direito Achado na Rua (UNB).
[***]Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito "Novos Direitos, Novos Sujeitos" da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Especialista em Culturas e História dos

Data da submissão:
23/07/2019
Data da aprovação:
30/10/2019

Abstract

The problematization of women's rights establishes one of the most relevant contributions of the series The law found on the street, on its volume 5, named "Introduction to Women's Rights Critical Theory", bearing a critical approach and clear language, easily comprehended, within a feminist epistemology in mind, aiming at the protection of human rights. This article intends to review some of the themes dealt with on the above mentioned work, with regard to Popular Legal women prosecutors, women's access to justice, and women affected by collapsed dams from a current viewpoint, focusing on an open juridical construction in order to enhance the space of freedom and signification to the living, open to new revealing possibilities. Taking this into account, it was elected a bibliographic review method, based on documental analysis, and articulated by a juridical perspective in order to enlarge citizenship spaces, recognizing and reassuring emancipating possibilities.

Keywords: The Law found on the streets, Women's rigths critical theory; Popular legal women prosecutors; Access to justice to women; Women affected by collapsed dams.

Introdução

O volume 5 da série O Direito Achado na Rua, com o título "Introdução Crítica ao Direito das Mulheres" (SOUSA JUNIOR, 2015a), apresenta uma das relevantes temáticas em que os estudos introjetados no campo sociojurídico da proposta de O Direito Achado na Rua (DANR) irá ventilar, como possibilidade epistemológica de rompimento do senso comum, buscando denunciar e superar o dogmatismo que marca a ciência jurídica positiva no Brasil ou, como aponta Warat (1982), do senso comum teórico dos juristas.

O DANR está inserido dentro das propostas brasileiras do pluralismo jurídico, assentando-se na metáfora da rua como espaço de diálogo, encontro e de interconexões populares. Encontra-se como local, por excelência, da vida vibrante e que pode constituir-se como espaço adequado para a defesa de direitos e para as lutas sociais emancipatórias (SOUSA JUNIOR, 2015b). Diminui as distâncias entre a teoria e a prática, assentando a importância de se compreender a interconexão entre o Direito dos livros para o Direito dos fóruns, ressaltando a relevância de entender-se o Direito em sua dinâmica processual e contingente[1].

Configurado inicialmente no âmbito da Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR), o DANR, atualmente, tem se expandido nacional e internacionalmente, como proposta de uma nova epistemologia, hermenêutica e prática assentada na defesa dos Direitos Humanos, voltada para uma prática que não se descole da realidade. A superação do dogmatismo, que caracteriza a ciência jurídica hegemônica, exige um olhar crítico às práticas que esvaziam o Direito da análise moral e o posicionam isolado dos fatores socioculturais, em um círculo vicioso e ressignificativo que parte de dogmas que obstam um raciocínio que realce na sociedade seu papel transformador e concretizador de esferas jurídicas legítimas. Rompe, assim, com a marcada tradição monista kelseana da cultura jurídica brasileira, *"ordenada en un sistema lógico-formal de raíz liberal-burguesa, cuya producción transforma el Derecho y la justicia, en manifestaciones estatales exclusivas"* (WOLKMER, 2018, p. 91).

Como pressuposto metodológico, o DANR exige um viés interdisciplinar e

[1] Sobre a problemática que se indica entre a teoria e a prática jurídica, aponta David Sanchez Rubio (2018, p. 26-27): *"Esta distancia entre la teoría e la práctica que damos como natural e indiscutible es una de las razones que justifican la indolencia y la pasividad a la hora de construir (o destruir) día a día y en todos los lugares sociales, derechos humanos"*.

interinstitucional, e é justamente essa característica que define os contornos que hoje se apresentam nas pesquisas desenvolvidas sob suas premissas, buscando superar aspirações puramente teóricas, descoladas da realidade vivida e vivenciada no Direito, para uma prática voltada para as possibilidades emancipatórias.

O DANR pode ser compreendido, assim, como "fruto da reflexão e da prática de um grupo de intelectuais reunidos em um momento denominado Nova Escola Jurídica Brasileira, cujo principal expoente era o professor Roberto Lyra Filho, que lhe indicou o nome e traçou os contornos de seus fundamentos" (SOUZA JÚNIOR, 2015, p. 3), atualmente sucedido, temporal, acadêmica e teoricamente pelo incansável trabalho do professor José Geraldo de Sousa Júnior, que reforça a necessidade de realização de uma *praxis* que tenha significação política e teórica, compreendendo e refletindo sobre a atuação jurídica dos novos movimentos sociais e as experiências populares de criação do Direito.

Como guia e material de consulta básica para as cursistas do Promotoras Legais Populares, o volume "Introdução Crítica ao Direito das Mulheres" buscava, a partir de uma linguagem acessível, porém com rigor acadêmico, apresentar as complexidades e temáticas possíveis nesse campo. É certo que, hoje, além dessa função pedagógica emancipadora, esse volume consolida várias temáticas relevantes, permitindo sua leitura como instrumento para a análise das graves violações sofridas pelas mulheres em seus direitos humanos.

O livro foi organizado por José Geraldo de Sousa Júnior, Bistra Stefanova Apostolova e Lívia Gimenes Dias da Fonseca. A obra foi dividida em cinco unidades, quais sejam, (i) o curso de Promotoras Legais Populares no Brasil, (ii) fundamentos sociopolíticos das lutas das mulheres, (iii) organização do Estado: o acesso à justiça, (iv) o enfrentamento à violência contra a mulher e, por fim, (v) os Direitos Humanos das mulheres (SOUSA JÚNIOR, 2011, 2015a). As unidades, por sua vez, foram constituídas a partir de capítulos, com um eixo comum, e que contam com relevantes contribuições de estudiosas e estudiosos das temáticas, indicando o grande potencial dessas questões, como campo de estudos ou como guias para políticas públicas voltadas para o reconhecimento das diferenças e para a tentativa de alcançar uma sociedade menos misógina e machista.

Pressupondo os direitos humanos como essência básica para a conformação de um projeto de sociedade, este texto, no bojo das produções teóricas que se assentam na abordagem do pluralismo crítico vindicado em O Direito Achado na Rua, também tentará identificar a condição do sujeito como protagonista do local em que se encontra, o espaço político e social em que a esfera pública se instala e a condição das categorias que se revelam e se articulam na construção do Direito e da sociedade.

As autoras e o autor do presente texto propõem-se a revisitar essa temática, com o objetivo de contribuir com a atualização de três importantes temas elencados no volume 5, quais sejam: as Promotoras Legais Populares, o acesso à justiça para as mulheres e a situação das mulheres atingidas por barragens. Busca-se atualizar a temática, situando novos desafios que se apresentam para a abordagem crítica do direito das mulheres, e que apresentam desafios à conjuntura, social e jurídica, assentada em uma guinada neoliberal que tensiona direitos historicamente consolidados, bem como fragiliza dinâmicas sociais pela rediscussão dos limites da intervenção do Estado e das semânticas voltadas para a interpretação dos direitos humanos e sua aplicação.

O legado do Projeto Promotoras Legais Populares/DF

Em 2005, a Universidade de Brasília (UnB) institucionalizou o projeto das Promotoras Legais Populares e implementou-o como projeto de extensão "Direitos Humanos e Gênero: Promotoras Legais Populares" no Distrito Federal, alinhando-o à vertente

teórica do Direito Achado na Rua, por tratar-se de linha de pensamento de cunho teórico-prático, ambiente propício ao desenvolvimento da iniciativa. Este ano, a ação afirmativa em gênero completa 14 anos de existência e inspira reflexões (APOSTOLOVA; TOKARSKI, 2011, p.38).

A iniciativa de escopo amplo abarca: a) um grupo de estudos e pesquisa multidisciplinar; e b) a coordenação do curso de formação de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. Ao alinhar-se à concepção teórico-prática de O Direito Achado na Rua, é possível identificar as três premissas básicas: a) espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais; b) o sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social; e c) o enquadramento dos dados derivados das práticas sociais criadoras de direitos para estabelecer novas categorias jurídicas para que o direito possa realizar-se como um projeto de legítima organização social da liberdade (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 86).

Este texto propõe-se a atualizar as informações constantes do volume 1 da série O Direito Achado na Rua no que concerne à experiência do curso extensionista “Direitos Humanos e Gênero: Promotoras Legais Populares” do Distrito Federal: as contribuições e os desafios.

Deve-se à Universidade de Brasília o mérito da implantação pioneira, por meio do Projeto de Extensão de Atuação Contínua da Universidade de Brasília (PEAC/UnB), integrado ao Núcleo de Prática Jurídica, em Ceilândia/DF (APOSTOLOVA; FONSECA, 2011, p.19). O PEAC “Direitos Humanos e Gênero: Promotoras Legais Populares” do Distrito Federal inspirou-se nas experiências da Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (Rio Grande do Sul) e da União das Mulheres de São Paulo (São Paulo), ambas entidades preocupadas com demandas de libertação (SOUSA JUNIOR; SOUSA, 2011, p.17).

Há que salientar que o curso de formação de Promotoras Legais Populares disseminou-se pelo território brasileiro. Ao longo dos anos, a iniciativa difundiu-se pelos estados, capilarizou-se e criou uma rede de informação. No Recife, com a ajuda governamental, por meio da Secretaria de Mulheres e do Grupo Mulher Maravilha, o projeto espraiou-se pela periferia, pela zona rural e por comunidades negras quilombolas dos sertões do Pajeú e do Moxotó (GRUPO MULHER MARAVILHA, 2011, p. 65).

Essa imbricação deve-se, em parte, tanto ao apoio de entidades governamentais, como o Ministério Público e as Secretarias da Mulher, quanto às iniciativas não governamentais em gênero, como o Centro Dandara de Promotoras Legais Populares, de São José dos Campos; o Grupo Mulher Maravilha, do Recife, citado no parágrafo anterior; e a Rede de Promotoras Legais Populares de Pernambuco (SOUSA JUNIOR; SOUSA, 2011, p. 17).

Nesse ponto, é preciso também dar créditos ao Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (UnB) por “viabilizar ações educativas a distância” e, assim, atuar como “um grande instrumento de disseminação do conhecimento”, uma vez que disponibiliza o curso de formação de Promotoras Legais Populares a distância (PULINO FILHO, 2011, p.23).

No Distrito Federal, o projeto das PLPs/DF ganhou apoio, espaço e reconhecimento ao longo de 15 anos de existência. Atualmente, a coordenação do curso de formação das promotoras é feita por meio de parceria entre a Universidade de Brasília (UnB), o Núcleo de Gênero Pró-Mulher, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), sempre com a colaboração de organizações não governamentais como o Centro Dandara de Promotoras Legais Populares e da Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (SOUSA JUNIOR; SOUSA, 2011, p. 16; APOSTOLOVA; TOKARSKI, 2011, p. 37). A iniciativa disseminou-se para outras regiões como São Sebastião e Sobradinho, chegando até Águas Lindas de Goiás. Recentemente, foi agraciada com menção honrosa na categoria A – Educação Formal, do 5º Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos (PLPS..., 2019).

As contribuições do projeto são inúmeras. O intento propiciou uma reconfiguração do modelo de extensão universitária tradicional por meio da ressignificação do papel da universidade com o meio externo, e da própria percepção de extensão universitária como espaço de fazer acadêmico em permanente estágio de construção (APOSTOLOVA; TOKARSKI, 2011, p. 35).

Na visão de Apostolova e Tokarski (2014, p.36):

> Os projetos Promotoras Legais Populares, quando vinculados a ambientes acadêmicos, incrementam essa visão dialógica da extensão universitária. Desse modo, essas iniciativas constituem-se como formas de legitimação das instituições universitárias, tendo em vista que é o contexto social que atribui, em grande parte, força e importância ao discurso acadêmico.

Nesse sentido, o surgimento de espaços dialógicos para a convergência e construção de saberes (acadêmico e popular) põe em xeque a ideia da extensão universitária tradicional. Há uma valorização de outros saberes na construção do conhecimento. A ideia principal é fomentar um "debate plural entre os diversos saberes na expectativa da sua mútua valorização e enriquecimento." A partir de uma concepção freiriana de educação, buscou-se um modelo de extensão universitária estruturado no diálogo de saberes (APOSTOLOVA; TOKARSKI; 2014, p.37).

Segundo Sousa Júnior e Sousa (2014, p. 11), o projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal (PLPs/DF), inserido na dinâmica da extensão universitária, possibilita a convivência e a troca de saberes das e dos estudantes dos mais diversos cursos da Universidade de Brasília, com as mulheres cursistas do projeto, de maneira a repensar os conhecimentos tratados dentro do ambiente acadêmico de forma crítica e preparar para um futuro de exercício profissional mais sensível às necessidades do povo.

Outra característica marcante do projeto é a interdisciplinaridade: há uma junção de esforços de docentes e discentes de diferentes áreas de conhecimento: Direito, Geografia, Antropologia, Serviço Social, Relações Internacionais e Economia. A interação entre o conhecimento formal e os saberes diversos das participantes do curso favorece o surgimento de valiosas reflexões tanto para a formação das Promotoras Legais Populares quanto para O Direito Achado Na Rua, ao reafirmar a vertente teórico-prática.

Dessa forma, a efervescência de ideias propicia o surgimento de inúmeras manifestações e publicações. Como se pode perceber, não se trata de ócio criativo, mas de interação produtiva. Nas palavras de Custódio e Fonseca (2012, p.27):

> Essas reflexões já repercutiram na organização de duas semanas de debate sobre "Gênero e Direito" abertas a toda comunidade acadêmica, de um encontro do Fórum de Promotoras Legais Populares, objetivando promover maior integração entre as alunas formadas e formandas, bem como a publicação de monografias, artigos acadêmicos, um manual sobre tráfico de pessoas e uma revista.

No entendimento de Custódio e Fonseca (2011, p. 27), "o curso de Promotoras Legais Populares do DF configura-se como uma ação afirmativa em gênero, baseada na visão do Direito conjuntamente construído a ser concretizado por meio da Educação Jurídica Popular (EJP)." Assim, calcada em uma concepção democrática de educação a valorizar todos os saberes, a EJP não privilegia apenas o conhecimento acadêmico formal. E, dessa forma, constrói-se uma ambiência emancipatória e libertária em gênero a promover uma transformação da construção do conhecimento universitário. Nestes termos:

> A EJP propõe outra prática pedagógica que se insira na luta pela humanização ao desconstituir com os(as) oprimidos(as) a ordem injusta a que estão submetidos(as) buscando uma ampliação do conceito de direito capaz de modificar a ordem social. Dessa maneira, o conhecimento é colocado dentro de um espaço de diálogo coletivo em

> que se reconhece que ninguém sabe tudo, como também ignora tudo, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens e mulheres se educam em comunhão, mediatizados(as) pelo mundo (CUSTÓDIO; FONSECA, 2014, p. 28).

Com vistas a propiciar esse ambiente, o curso de formação das PLPs/DF apresenta características peculiares. Primeiro, o projeto pedagógico do curso proporciona um espaço livre de fala às participantes, com o objetivo de capacitá-las para atuar na defesa do direito feminino. Assim, coaduna-se com os pressupostos de O Direito Achado na Rua, à medida que "o Direito emana dos espaços públicos, nos quais se dá a formação de sociabilidades e onde promove a conscientização de novos(as) agentes promotores(as) da cidadania e da democracia" (CUSTÓDIO; FONSECA, 2014, p. 30).

Em termos pragmáticos, a metodologia do curso de formação é inovadora. O cuidado com o planejamento das oficinas envolve desde a reconfiguração do espaço físico até a organização do tempo de fala e do conteúdo ministrado. De acordo com Fonseca e Custódio (2012, p. 31), "o caráter multidisciplinar permeia todas as práticas metodológicas empregadas no curso".

A disposição circular das cadeiras possibilita a interação isonômica (horizontal) das participantes. A criação de um espaço dialógico e reflexivo possibilita que todas as participantes se expressem de forma livre e igualitária: ouçam e sejam ouvidas. O conteúdo das oficinas perpassa pelo viés de gênero, porém houve uma ampliação dos temas inicialmente abordados. Assim, surpreende pela temática emancipatória.

> O conteúdo do curso de formação abrange, sempre com o recorte de gênero, noções sobre: teorias feministas, gênero e movimentos feministas articulados; desigualdade de classe, de raça e de gênero; Direito, organização e estrutura de Estado e instrumentos de participação popular; violência contra a mulher; formas de enfrentamento e instrumentos legais de amparo; exploração sexual e tráfico de seres humanos; políticas de direitos humanos, internas e externas; saúde, doenças sexualmente transmissíveis, direitos sexuais; direitos sexuais e reprodutivos; proteção à criança, ao adolescente ao idoso e ao deficiente; direito de família, à previdência, à educação, ao trabalho, à moradia e ao meio ambiente; economia solidária, além de outras questões que envolvam mulheres e que culminem em atividade de mobilização social (CUSTÓDIO; FONSECA, 2014, p. 31).

Enquanto no espaço tradicional da sala de aula todo poder emana da figura do professor, nas oficinas do curso opta-se pelo compartilhamento do poder. Há uma descentralização da tomada de decisões: uma verdadeira redistribuição de papéis. Nesse sentido, as vivências extensionistas também propiciam a ressignificação da formação profissional das estudantes envolvidas no projeto (APOSTOLOVA; TOKARSKY, 2014, p. 36).

As participantes do projeto são mulheres de diversas classes sociais e regiões do Distrito Federal. De um lado, há líderes comunitárias ou não, mulheres portadoras de saberes políticos, domésticos, profissionais e cotidianos informais. De outro, docentes e discentes de diferentes cursos de graduação, membros do Ministério Público do Distrito Federal, ativistas de movimentos sociais e representantes das ONGs.

Após o ciclo de formação, a promotora legal popular torna-se uma liderança capaz de orientar outras mulheres em situação de vulnerabilidade social sobre temas como violência doméstica, acesso à justiça, meios legais de defesa e doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo.

Custódio e Fonseca (2014, p.30) assim as compreendem:

> [...] as Promotoras Legais Populares são mulheres capazes de exercer o respeito as(aos) demais, a tolerância, a solidariedade e que possuem o compromisso com o combate à

> exclusão social, com a transformação da comunidade em que atuam, com a superação do formalismo legal e da burocratização das instituições, tendo o processo de libertação das mulheres como meta a ser atingida.

É preciso ressaltar a importância do conteúdo do curso de formação de promotoras legais para o enfrentamento da violência doméstica por meio do empoderamento das mulheres, nestes termos:

> O empoderamento individual e social de todas as mulheres, e não apenas daquelas que sofrem a violência doméstica, vincula-se não apenas ao conhecimento de seus direitos de cidadã, mas também do domínio dos instrumentos legais para acessá-los. Nesse sentido, o Projeto Promotoras Legais Populares atende não apenas ao propósito de auxiliar o empoderamento individual de suas participantes e no reforço da autoestima, mas também ao de construir uma rede social que possibilite conscientização sobre todos os direitos de todas as mulheres, favorecendo a adoção de uma postura mais crítica e proativa, inclusive perante o Estado, influenciando em suas comunidades e servindo como agente de transformação da realidade (SILVA, 2011, p. 173).

Portanto, a compreensão e a percepção do fenômeno da violência doméstica perpassam pelo empoderamento individual e social. O primeiro define-se com o desenvolvimento da autoestima, a capacidade de assumir o controle da própria vida e das próprias decisões. Já o segundo decorre da aptidão para o desenvolvimento de ações sociais, resolução de problemas e organização comunitária (SILVA, 2011, p.173).

Assim, na compreensão de Silva (2011, p.174), "cada promotora legal torna-se, portanto, um agente de mudança individual e coletiva, consciente de seus direitos e apta a influenciar na construção de novos modelos de relacionamento interpessoal e comunitário". Por isso, o projeto Promotoras Legais Populares oferece ampla acessibilidade ao sistema de justiça, já que disponibiliza conhecimentos específicos sobre direitos individuais e sociais, simplifica conceitos antes restritos apenas ao ambiente jurídico, fomenta à mobilização social em prol de direitos e amplia os meios de controle social sobre os órgãos envolvidos no atendimento das demandas específicas (SILVA, 2011, p.174).

Ávila, Foscarini e Pasini (2014, p. 55), em artigo sobre a experiência das promotoras legais populares no Rio Grande do Sul, descrevem que acreditam que a educação popular provoca os sujeitos sociais a refletirem, ressignificarem e, possivelmente transformarem suas vidas e a vida da comunidade a partir de seus saberes coletivos. E, juntando ao jurídico, podem assim transformar, com as pessoas, concepções e práticas ligadas ao direito das mulheres.

Eis a face libertária do projeto a coadunar-se com aos preceitos do Direito Achado na Rua. Por meio da educação jurídica popular, espera-se um empoderamento das participantes a culminar em uma atuação libertária das promotoras. Portanto, é inegável a transformação por meio do curso de formação das PLPs/DF. Nesse sentido, coletamos os seguintes depoimentos:

> Para mim, ser uma PLP é ser um agente de direitos, é ser aquela pessoa que mora ao lado, que é igualzinha a você, que não usa terno e gravata, mas que pode levar a esperança sem palavras rebuscadas, do conhecimento de direitos fundamentais. Nossa contribuição para o combate à desigualdade de gênero pode ser percebida em nossos próprios atos na nossa relação familiar, na participação social, no enfrentamento à violência e nas lutas de movimentos de mulheres. Somos aquelas que sempre andam com um cartão do disque 180, com a Cartilha de Lei Maria da Penha e o número do DEAM na bolsa. Não sentimos vergonha, nem medo de ser mulher[2].
>
> Orgulho-me de ser hoje uma Promotora Legal Popular e saber que tenho direito a ter

[2] Leila Rebouças, promotora legal popular e integrante do Fórum de PLPs/DF.

direitos; e que tenho o importante dever de participar ativamente da sociedade[3].

É preciso ainda ressaltar algumas conquistas importantes obtidas pelas PLPs. Há solicitações de PLPs para abordar a Lei Maria da Penha pelas instituições que atendem a população. As PLPs atuam em espaços governamentais e instâncias políticas para pautar questões relativas às mulheres. É possível, com o auxílio de organizações locais, desenvolver atividades de cunho educativo, como palestras e oficinas, sobre temas relacionados ao direito feminino. Enfim, o campo de atuação de uma PLP é profícuo.

Porém, a formação não assegura a militância. Nem todas as mulheres que passam pelo processo de formação fazem o direito sair do papel (GRUPO MULHER MARAVILHA, 2014, p.66). Para Teles (2014, p. 51), "o maior desafio é colocar as mulheres a par dos propósitos do projeto e torná-las ativistas em defesa dos direitos humanos das mulheres".

Ávila, Foscarini e Pasini (2014, p. 56), em seus relatos sobre a experiência da Themis, reconhecem a resistência de atuação de algumas PLPS nos espaços comunitários como parte do processo de empoderamento e, portanto, comportamento a ser respeitado. Na verdade, na percepção das autoras, há múltiplas formas de atuação de uma PLP.

Diante do rico cenário de contribuições do projeto das PLPs, o porvir enseja um acompanhamento da praxis das promotoras legais dentro de suas comunidades no Distrito Federal para aferir as múltiplas formas de atuação, os desafios da militância e as dificuldades enfrentadas na efetiva luta para fazer valer o direito das mulheres.

As mulheres e o sistema de justiça: dificuldades para o acesso e proteção de direitos na justiça

Uma outra vertente de estudos e de ações práticas, no âmbito de O Direito Achado na Rua, alcança as pretensões das mulheres e o acesso ao sistema justiça. Intimamente relacionado com a proposta das Promotoras Legais Populares, a análise da violência contra a mulher e, para além, de como o sistema judicial está umbilicalmente correlacionado com aspectos sociais de vilipêndio dos direitos femininos, desnuda uma realidade de submissão e de cooptação que exclui, por diversas vezes, as mulheres do tratamento adequado e equânime, prestigiando posições que irão manter as dessemelhanças e desigualdades, que usualmente as posicionam como menos valores, mais vertidas para uma sentimentalidade aflorada e frágil, enfim, características que, socialmente, são desvalorizadas e, no contexto judicial, vão ser elementos de diminuição dos pleitos.

Com o claro desiderato de ultrapassar o sexismo histórico brasileiro, marcado em um cenário de vilipêndio à autonomia e às possibilidades emancipatórias das mulheres, busca-se compreender como uma praxis voltada para a exclusão das discriminações pode ser ferramenta eficaz para a superação de um estado de coisas prejudicial para as mulheres.

Dentre os principais desafios encontrados na temática dos direitos das mulheres, os destinados ao acesso à justiça e ao enfrentamento à violência doméstica e familiar são dos mais relevantes. Além de ser necessário ultrapassar um histórico de desprezo e de diminuição das violências praticadas por homens em face das mulheres, mostra-se ainda necessário intervir diretamente no corpus jurídico, que acaba ressignificando a violência e perpetuando um tratamento que não consegue alcançar as vítimas.

[3] Daniela Pinto, promotora legal popular e integrante do Fórum de PLPs/DF.

O cerne da violência: patriarcado, gênero e masculinidade hegemônica

No campo relativo às teorias explicativas da violência praticada contra as mulheres, seu posicionamento na sociedade e as razões que fundamentam a dominação masculina, três orientações teóricas parecem apontar, com mais relevância, eventuais respostas ou indicar alguns caminhos que sociologicamente aparentam certa correção, quais sejam, as teorias que se desenham a partir do patriarcado, do gênero e, mais recentemente, da hegemonia masculina.

Um ponto inicial, e que posteriormente será reafirmado, assinala que esses conceitos, em que pese partirem de contextos mais ou menos particularizados, não são excludentes e podem ser interpretados de forma agregada, já que descortinam dimensões próprias para a violência – o âmbito doméstico e público, as práticas normais e anormais para o patriarcado; a não naturalização dos comportamentos e das regras, que evidencia uma naturalização biologizante dos costumes que são majoritariamente impostos, no gênero; ou, ainda, da face da hegemonia masculina, que engendra homens e mulheres a seguir determinadas pautas, com aderência e cumplicidade de ambos, o que acaba por reforçar sinais que reiteram o papel das masculinidades hegemônicas e tendem a desprezar masculinidades e feminilidades marginalizadas.

A questão posta se volta, em essência, para as discussões do patriarcado como aparato explicativo para a violência sofrida pelas mulheres, e o gênero, forma de visualização das diferenciações entre homens e mulheres, que busca diferenciar gênero – social e culturalmente constituído – e sexo – de natureza biológica –, apontando para as possibilidades que ficam ocultadas diante do discurso essencializador do gênero e, assim, naturalizador das construções sociais que são alicerçadas em estruturas, por vezes discriminatórias e injustas, decorrentes das conformações sociais.

O conceito sociológico de patriarcado remete à definição, contida em Max Weber (2000, p. 184), de associação, usualmente econômica e familiar, em que a dominação, geralmente exercida por apenas uma pessoa segue determinadas regras hereditárias, constantes e fixas. Logo, definido no âmbito da unidade doméstica – daí o poder do *pater familiae*, que repercute politicamente no desenho de um Estado que seja uma sobreposição da constituição familiar e que acaba por referenciar constituições normais, no âmbito da divisão sexual, naturalizando-as. No conceito weberiano de patriarcado, mostram-se presentes a dominação, pelas relações de poder, a unidade, na família, que é reproduzida em nível privado e também nas esfera pública, e a dominação, que permite e garante a reprodução.

O patriarcado, segundo Frederich Engels (citado por GIDDENS, 2012, p. 442), guardaria aspectos similares à opressão de classe propiciada pelo capitalismo, ao tornar subservientes mulheres, utilizando-se de fatores materiais e econômicos derivados da propriedade privada. Dessa feita, o enriquecimento capitalista ensejaria uma absurda concentração de rendas, no homem proprietário e herdeiro de bens, reforçando a dominação das mulheres, que seriam relegadas a consumidoras e donas de casa.

Neuma Aguiar (2000) aponta que, na literatura feminista internacional, o patriarcado estaria presente quando existisse uma ausência de regulação da esfera privada, naquelas situações em que se mostra evidente o desequilíbrio de poder, o que poderia ser constatado pela violência doméstica, pela lógica público(masculino) – privado(feminino). O patriarcado deve ser compreendido como sistema de dominação, imerso em relações e que se configura a partir da sexualidade, da reprodução, da relação entre homens e mulheres, da cultura escravista e seus reflexos, que irá se evidenciar em práticas e fatos sociais, naturalizados e essencializados – como, por exemplo, a disposição de nomes, as regras de etiqueta e conduta, os modos de socialização e de violência ínsitos a homens e mulheres, modos socialmente aceitos

e que são reproduzidos para a prole, transmitindo-se material, simbólica e patrimonialmente.

Material, como no caso do nome ou, por exemplo, da antiga figura do pátrio poder, hoje substituído por poder familiar, mas que, ainda no contexto atual, persiste em regras que refletem um histórico recente do pai provedor – logo, usualmente responsável pelo pagamento de pensão alimentícia – e da mãe cuidadora – logo, frequentemente exitosa em ações que discutem guarda ou discussões internas relativas a filhos e cuidados de casa. Monetariamente, o antigo Código Civil, de 1916, previa a figura de dote ou da incapacidade da mulher reger, por si, sua vida, seja sob a responsabilidade do pai, seja sob os cuidados do marido, inclusive para afazeres cotidianos, como assinar o contracheque. A previsão de pensão para as filhas de militares, desde que solteiras, por exemplo, pode ser outro ranço da figura masculina como centralizadora do patrimônio e que, até mesmo diante da morte, deve se fazer presente para garantir o futuro de sua filha, mas não de seu filho. É, por certo, a transmissão de caráter simbólico, que vai atravessar nossas estruturas e marcar diferenças significativas como, por exemplo, o lastro de sangue, de pertencimento a uma família que tende a introjetar, no âmbito doméstico, a lógica do Estado, análogo ao estado escravocrata, em que há obediência ao patriarca, controle dos corpos de filhas e mulheres, e o arbítrio estatal ingressa no âmbito doméstico, com a possibilidade corretiva dominada pelo genitor, marido ou filho. A legitimação da honra masculina vem com o desprestígio da vida feminina, que se torna um ser de segunda categoria, podendo-se, inclusive, equiparar vida e honra, para fins da legítima defesa da honra, criação judicial que permite tornar equivalentes honra e vida, ou se autoriza a execração pública daquelas que não correspondem à feminilidade esperada – do lar, recatada –, como em comuns casos de alegação de estupro por personalidades masculinas.

Rita Laura Segato (2014a, p. 116) definirá o conceito de patriarcado de baixa intensidade, presente nas sociedades indígenas anteriores à colonização, com organização divergente do gênero ocidental. O gênero, antes da colonização, respeitava um espaço político das mulheres indígenas, que detinham participação nas decisões coletivas a partir dos espaços privados, o que acabou sendo vilipendiado pela incursão dos preceitos e posições dos homens europeus colonizadores, que influenciou na dinâmica e na própria concepção do homem indígena, como interlocutor do colonizador, de forma prejudicial às mulheres (SEGATO, 2014a, p. 117/118).

A "posição masculina se vê assim promovida a uma plataforma nova e distanciada que se oculta por trás da nomenclatura precedente, robustecida agora por um acesso privilegiado a recursos e conhecimentos sobre o mundo do poder" (SEGATO, 2014a, p. 120) e, concomitantemente, é emasculada frente aos brancos, relativizando sua posição pela submissão ao colonizador, diminuindo-os e afetando negativamente as relações com suas mulheres e filhos.

Nesse contexto, também é importante trazer o conceito de femigenocídio, de Rita Laura Segato (2014b, 2016), e como ela propõe a teorização dos efeitos do patriarcado a partir dos crimes de genocídio, em que se evidenciam violações a mulheres de países derrotados, extermínio ou captura de sua prole, estupros coletivos e práticas de humilhação das mulheres, ou seja, da destituição de manutenção do sangue dos homens derrotados na constituição da futura população.

Lia Zanotta (2000), ao falar sobre essa temática, afirma que patriarcado e gênero, por se situarem em campos distintos, não poderiam envolver uma relação de oposição. Acentua que o termo patriarcado tem sido referenciado como uma situação fixa, que aponta imediatamente para a dominação masculina, enquanto gênero, mais fluído e não rígido, trata as relações socioculturais com dinamicidade, afirmando que, além de um provável otimismo das autoras que verificam no gênero uma categoria com possibilidade de modificação na concepção sociocultural, acabaria por ser olvidada a presença do patriarcado, em novas roupagens, nas atuais dinâmicas sociais. Patriarcado aponta para uma forma de organização ou dominação social, tal como o conceito-ideal de patriarcalismo para Weber. Normalizada, essa situação acaba

por gerar uma crença de sua essencialidade ou de uma não possibilidade de outra constituição societária. Assim, a crença acaba por constituir-se como real, ainda que em seus efeitos, afirmando seus significados simbólicos.

Dessa feita, Lia Zanotta (2000) irá chamar a atenção para o fato de que o termo patriarcado se destina para momentos históricos marcados por uma forma de dominação da mulher pelo homem. E, por ser concebido assim, não existiria contradição em adotar patriarcado e gênero em conjunto, pois o gênero permitiria expandir as análises sobre diversas temáticas, possibilitando produzir novas questões, com possíveis respostas mais adaptadas para os dilemas contemporâneos, por envolverem essas indagações relativas às "relações de gênero". Aponta, ainda, que Heleieth Saffiotti e Pat e Hugh Armstrong considerariam a possibilidade de classe e gênero serem utilizados, ao mesmo tempo, para expressar relações capitalistas e patriarcais.

Considerando que o patriarcado não é um ser em si mesmo (ontologia); mas, sim, algo que caracteriza, com diferentes versões, as sociedades e suas regiões, Esperanza Bosch Fiol, Victoria A. Ferrer Pérez e Aina Alzamora Mir (2006) enfatizarão as práticas simbólicas que permitem a heterodesignação e a dominação, por autodesignação, os construtos patriarcais, que assentam a hegemonia masculina e permitem simulacros de práticas de dominação.

O gênero, como categoria engendrada, destina-se para a compreensão das diferenças sexuais e relações sociais de sexo, que não se limitam a um momento histórico, nem a uma determinada forma prévia de dominação. Além de ser possível sua assimilação em conjunto com a categoria patriarcado, a visão que ele fornece possibilita entender como o patriarcado, de raiz histórica distinta, ressignifica as relações atuais, marcadas pelas dinâmicas sexuais e de várias constituições. E evita-se, ainda, a desvalorização do potencial explicativo por essa oposição aparente, eis que a adoção da categoria gênero, em detrimento da categoria patriarcado, poderia desencadear possível perda do "capital político construído ao redor da categoria 'mulher', associada diretamente ao seu potencial de representação" (MEDRADO; LYRA, 2015, p. 813), presente na configuração do patriarcado.

Outrossim, o conceito de patriarcado moderno, para Carole Pateman (1993), que se reproduz e que assujeita as mulheres, apesar de suas contradições, e do possível patriarcado contemporâneo, para Lia Zanotta (2000), pelos "códigos relacionais da honra" e nos "códigos baseados nos valores do individualismo de direitos", na participação no contrato conjugal, em que o homem situa-se como provedor e detentor da honra, e a mulher como a sexualidade virtuosa e responsável pelos afazeres domésticos, possibilitariam uma nova acepção dessa relevante categoria, que não se limita ao campo da Sociologia e que possui potencial explicativo significativo, como tipo ideal weberiano, para retratar a submissão feminina sem, necessariamente, contrapor-se aos conceitos de gênero ou a perspectiva da hegemonia masculina, como teorizada por Raewyn Connell (1995, 2013).

De acordo com a masculinidade hegemônica, de Connell, há uma figura típica, em cada sociedade, que aponta para a reunião dos elementos da masculinidade dominante e, ao redor dele, teremos masculinidades cúmplices, que aderem aos fins, pautas, padrões e comportamentos do masculino hegemônico, e feminilidades enfatizadas, que tentam se adequar para o tipo de feminino que corresponda às expectativas da masculinidade hegemônica. Além de enfatizar a questão da relacionalidade entre as posições de dominância, a partir da visão gramsciana de hegemonia, Connell consegue trazer um arsenal teórico que justifica porque, dentre as feminilidades, existiria uma opressão em desfavor das feminilidades LGBTi ou negras, indo, para além, mostrando como essa construção é dinâmica, socialmente definida e pode variar. A contingência é elemento importante, mas que não obsta a compreensão adotando visões do patriarcado e do gênero.

Essas distintas visões da violência e da submissão feminina são relevantes para compreender como houve uma progressiva complexificação na análise da submissão

feminina e servem como intróito relevante para compreender as respostas sistêmicas obtidas para o enfrentamento à violência de gênero, como será visto agora.

Das articulações feministas ao advento da Lei Nº11.340/2016

As discussões, teóricas e práticas, relativas à violência de gênero contra as mulheres no contexto brasileiro, embora surjam com evidência a partir de 1970, acabam por acentuar-se na década de 1980, no bojo do processo de redemocratização quando, a partir de pleitos feministas, aponta-se para a ocorrência desse tipo de violência e realizam-se atos exigindo a adoção de políticas públicas para tratar dessa realidade. A esse respeito, Cely Regina Pinto (2003) aponta que houve uma institucionalização do feminismo, antes dividido entre feministas institucionalistas, que apostavam na aproximação do Estado, e feministas autonomistas, que viam essa proximidade como cooptação. Sobrevém a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo (1983), no governo Franco Montoro (PMDB) e, em 1985, após mobilizações pelas Diretas-Já, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985), no governo José Sarney.

As articulações feministas, na década de 1970, estavam voltadas para as ativistas no Brasil, em manifestações públicas contrárias ao regime de exceção, instaurado pelos governos militares, à anistia política e à redemocratização, e das exiladas no exterior, que se reuniam a contragosto de seus companheiros, os quais viam com certa ojeriza o feminismo, por representar pauta que se distanciava das lutas pelo fim da ditadura e pela implantação do socialismo. As atuações na década seguinte modificam a tônica, centrando-se na questão da violência, o que acabou resultando na criação das delegacias especializadas para tratar a violência contra a mulher – a primeira em São Paulo, em 1985, composta por policiais mulheres para atender crimes em que a vítima seja mulher –, e que posteriormente se espalharam para todo o país.

Os pleitos feministas enfatizaram a não naturalidade das submissões das mulheres por seus cônjuges e companheiros, marcando essa situação como um construto social, típico de uma determinada conformação cultural e que, em razão de sua prática e da disseminação de sua ocorrência, possuiria esse efeito “naturalizador”, acabando por descontextualizar as estruturas capitalistas e machistas que operavam, continuamente, para reforçar os mitos essencializadores da divisão sexual, no âmbito do trabalho, nos locais de convivência e, também, nos espaços de disputas políticas. A noção de gênero, assim, foi importante para diferenciar a concepção biológica de sexo (BANDEIRA, 2014, p. 450) e evidenciar que diversas características, tidas como naturais, carregavam um construto sociocultural engendrado.

Na década de 1990, o advento da Lei nº 9.099/1995 constitui-se em uma das grandes pautas que viria transformar o cenário sociojurídico e as articulações feministas. Usualmente conhecida como Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, ela decorre de aspirações oriundas da criminologia crítica, que apontaram as mazelas do Direito Penal tradicional, especialmente de seus efeitos deletérios reais e simbólicos, como o etiquetamento, criminalização secundária ou dos efeitos da condenação e do cumprimento de pena no presídio – e, nessa instituição total, do quebramento do “eu” e da consolidação de uma carreira criminosa –, aumento do número de aprisionados, em condições não dignas. A criminologia crítica, que pautou movimentos de política criminal minimalistas, pugnava, naquele momento, pela descriminalização de algumas condutas, consideradas insuficientemente graves para justificar a atuação do aparato repressivo estatal do sistema de justiça criminal, pela possibilidade de caminhos acordados para outros delitos e, ainda, pela supressão da decretação de prisão como possibilidade única ou primordial de resposta do sistema punitivo. Previu, entre outras, dois instrumentos jurídicos que ganharam muito relevo, como a transação penal – aplicada para todos os delitos que tramitariam nos juizados especiais criminais, ou seja, todos os processos em que o(s) crime(s) imputado ou contravenção(ões) possuísse(m) pena abstrata máxima não superior a dois anos, e a suspensão

condicional do processo, para todos os delitos com pena abstrata mínima não superior a um ano.

Reflexamente, evidenciou-se que cerca de 90% dos processos em curso nos Juizados Especiais Criminais diziam respeito a delitos envolvendo casais em situação de violência doméstica e familiar, sendo que a regra apontava o homem como agressor e a mulher como agredida, feitos que, invariavelmente, acabavam por ressignificar a violência, já que a via conciliatória do juizado, além de não atacar frontalmente delitos mais graves, que no seio doméstico caracterizam-se pela reiteração e pela habitualidade, acabava por naturalizar e, de forma explícita, institucionalizar uma política de Estado que, diante da agressão praticada pelo homem em face de sua mulher, deveria resolver-se em prol da preservação da família. Ao contrário dos fins de racionalização do sistema penal, no que toca à violência praticada contra a mulher por seu consorte, significou impunidade para os agressores e ausência de medidas efetivas em prol das vítimas.

Outro fator relevante para a sobrevinda da norma integral brasileira foi o cenário político e institucional, especialmente pelas recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em resposta à denúncia formulada por Maria da Penha Maia Fernandes, pelo Centro de Justiça e pelo Direito Internacional (Cejil) e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), baseados na Convenção Americana de Direitos Humanos e da Convenção de Belém do Pará, a atuação da Comissão Interamericana e suas recomendações foram elemento de convencimento e de legitimação para a *advocacy* promovida por feministas junto às casas parlamentares, articuladas em um Consórcio de ONG's Feministas[4] e juristas, preocupadas com o tratamento conferido à violência contra a mulher e do tom conciliatório dos Juizados Especiais Criminais, que blindava homens agressores, e propuseram uma norma integral para o enfrentamento à violência de gênero no âmbito doméstico.

Após intensa atuação perante as Casas Legislativas, acabou sendo aprovada e promulgada a Lei nº 11.340/2006, espécie de norma integral que visualiza a problemática da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil como uma violação de direitos humanos, que demanda, além do repertório criminal no caso da prática de delitos, de uma abordagem multifatorial. A lei contextualiza a violência a partir de um quadro de exclusão social e de direitos, apostando na atuação integrada e diversificada de órgãos estatais e entes privados, além de criar novos instrumentos para a efetiva proteção da mulher, como, por exemplo, as medidas protetivas de urgência, o rito célere para a atuação perante as delegacias, a possibilidade de prisão do agressor e o afastamento da Lei nº 9.099/1995.

A nova normativa ensejou o afastamento da possibilidade de um rito célere, sumaríssimo e conciliatório, como previsto nos Juizados Especiais Criminais, bem como foram obstadas a transação e a suspensão condicional do processo. A Lei Maria da Penha acabou por realizar uma espécie de repristinação tácita, ao considerar que a lesão corporal seria um delito de ação penal pública incondicionada, que não dependeria da representação da vítima para seu processamento e, mais que isso, que não admitiria renúncia ou retratação pela vítima, sendo que todos esses tópicos foram definitivamente julgados pelo Supremo Tribunal Federal, especialmente na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 19 e na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.424.

Um dos campos que merecem atenção, ainda, é aquele relativo às medidas de cuidado tomadas em prol das mulheres vítimas de violência doméstica, concretas e situadas (BANDEIRA, 2017), uma seara de grande complexidade e que, usualmente, necessita a articulação de duas ou mais entidades estatais, de forma não ortodoxa e que, em razão disso, acaba sendo de difícil concretização.

[4] O Consórcio de ONG's Feministas foi composto por: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (Advocaci); Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende); Cidadania, Estudos, Pesquisa Informação, Ação (Cepia); Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem-BR) e Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (Themis).

A própria importância dada às vítimas e seus pleitos, temática que surge com força na década de 1980 (WIEVIORKA, 1997, 2004, 2005, 2007), também será um dos elementos que buscam reposicionar as respostas estatais, que não podem ser formais e, mais do que isso, não podem alienar a pessoa vitimizada como um dos pólos de atenção das políticas públicas. O reconhecimento das vítimas é elemento essencial para a ideia de reparação. Mostra-se necessário situar, inclusive, alegações que posicionam as vítimas como culpadas pelas práticas delituosas, colaborando com o crime ou, ainda, com o desempenho para a realização do crime, o que é abertamente criticado pelo feminismo desde a década de 1970. A partir do reposicionamento da vítima e das atenções sobre esse importante personagem no cenário jurídico criminal, há o advento de uma disciplina específica, a vitimologia, na década de 1990, como campo para investigações científicas a respeito da vítima, de suas associações e de como as vítimas são relevantes para a compreensão do fenômeno criminal.

Dessa forma, a partir dos diversos níveis de atuação que a própria Lei Maria da Penha prevê, a atuação multidisciplinar e interseccional, como política pública de prevenção e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, poderia centrar-se na institucionalização de políticas públicas e ações de cuidados pela aplicação da própria normativa; na atuação do *corpus* jurídico nos ritos processuais e nessas medidas; e, ainda, desafios postos (BANDEIRA, 2017, p. 4).

A implementação da Política Nacional para as Mulheres, que consta no Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM), da Secretaria de Políticas para as Mulheres[5], já acentuava o enfrentamento da violência para a garantia dos direitos e anseios das vítimas, em suas múltiplas conformações, o que acabava por explicitar a implementação de serviços estatais especializados na temática da violência doméstica, como instrumento para visibilizar a violência e seu adequado tratamento, como, por exemplo e a partir de 2003, o Ligue 180, serviços de saúde especializados, centros especializados da mulher, juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, promotorias públicas especializadas, casa da mulher, núcleos de gênero do Ministério Público (BANDEIRA, 2017, p. 5, nota 7) e, ainda, os núcleos da mulher da Defensoria Pública.

A atuação em Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (BANDEIRA, 2017) é uma abordagem contemporânea e que permite alcançar dinâmicas usualmente olvidadas pelo tratamento jurídico tradicional, pois permite a atuação de agentes outros, como psicólogos, assistentes sociais, médicos, além de possibilitar o alcance de áreas relevantes, como da educação (em direitos), saúde e prevenções a partir da sensibilização do corpo profissional. Mas, para alcançar os seus desideratos, necessita de vontade política e um estado de coisas que permita a reunião da rede, condições que, ausentes, podem dificultar ou até mesmo impedir o funcionamento desse tipo de intervenção.

Outro ponto relevante e que apresenta grande dificuldade, talvez pela configuração hegemônica do *corpus* jurídico, que ressignifica, muitas vezes, o papel desempenhado por mulheres e homens, obstaculizando campos essenciais para o enfrentamento à violência, como o rompimento do círculo de violência e as dificuldades para a vítima acessar um tratamento adequado nas delegacias de polícia – temática importante que, recentemente, recebeu nova normativa, a Lei nº 13.505/2017, voltada para instrumentalizar um espaço mais acolhedor, especializado e que evite a sobrevitimização da mulher agredida, e a Lei nº 13.827/2019, que permite o afastamento do agressor do lar por delegado de polícia, quando não existir comarca judicial na região, ou por policial, quando não houve comarca judicial ou delegacia no local –, ou mesmo durante o processo judicial, quando seus pleitos são desconsiderados e a lógica jurídico-procedimental ganha primazia.

A visível desarticulação da Casa da Mulher Brasileira, por ausência de políticas públicas que forneçam meios para propiciar seu funcionamento adequado, é outro elemento negativo, pois a proposta de um centro especializado, com viés múltiplo e

[5] Hoje, Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), inserida na estrutura do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

que conseguisse agregar diversos órgãos, poderia fornecer condições de modificar as dinâmicas da violência no seio da família. A própria centralidade das Delegacias Especializadas (Deams) e dos fóruns e equipamentos judiciais que tratam da mulher, tendem, também, a desconsiderar mulheres que moram aos arredores do centro, nas periferias, locais em que a violência se faz sentir de forma mais drástica, já que perpassa também as vulnerabilidades da pobreza, da desigualdade e do racismo.

No âmbito judicial, também restam complicadores para uma atuação abrangente e que possa impactar favoravelmente as mulheres. Além de toda a dinâmica e dificuldade para a mulher romper o círculo de violência e conseguir levar seus pleitos para a autoridade policial, o tratamento judicial, quando segue fórmulas usuais ou não tem uma atenção profunda com as dinâmicas da violência doméstica e familiar contra a mulher, acaba por ressignificar a violência, seja pelo tratamento jurídico-formal, que impede a análise concreta da violência e se essencializa em questões jurídicas e burocráticas que anestesiam os operadores de uma atuação que seja eficaz, ainda que não ortodoxa (AMARAL, 2017), seja por adotar uma institucionalização de viés "racional-operativo", em que os dramas, sentimentos e expectativas são excluídos da análise judicial, não ingressam como matéria de relevo e são excluídos da análise judicial.

A sensibilização dos atores que desempenham relevantes funções perante o sistema de enfrentamento à violência de gênero mostra-se, sem dúvida, como um dos temas mais castos e urgentes (AMARAL, 2017; BANDEIRA, 2017; SUXBERGER, 2016), eis que violências têm sido ressignificadas diariamente, seja pelas (re)indagações acerca do interesse em continuar com processos, seja pelos ritos de submissão e conformação das mulheres que enfatizam uma paz na casa e desprezam os aspectos criminais da conduta do agressor ou os suavizam, seja, ainda, por práticas judiciais que, amparando-se em supostos preceitos processuais, criam mecanismos que obstam o conhecimento dos fatos e encerram processos sem a devida análise meritória e sem que o tema da violência possa ser judicialmente analisado.

Para além da falta de sensibilidade dos operadores, o que tende também a orientar as ações políticas, é a ausência de visões que consigam aportar significados que compreendam as interseccionalidades que, em regra, atravessam as vítimas e dificultam a prevenção do delito. As dificuldades de treinamento de atendentes em Libras, para as mulheres com deficiência auditiva, ausência de manuais em Braile ou de domínios governamentais com instrumentos de acessibilidade para cegos, ou, ainda, profissionais que não estão habilitados para realizar uma escuta ativa, cuidadosa e adequada, menosprezando, por exemplo, as falas das mulheres idosas, mascara a violência sofrida por elas, mantendo esse tipo de delito à margem e ocultado por um véu que, usualmente, ainda é pontuado pela miséria e exclusão social.

É necessário também indagar qual o tipo de assistência jurídica que está sendo prestada às mulheres. Analisando-se a Lei Maria da Penha, parece claro que a normativa tende a situar a assistência jurídica optando-se pela Defensoria Pública, ente estatal com atribuições para auxiliar grupos vulneráveis, como, no caso, as mulheres vítimas de violência. Porém, em que pese tal previsão decorrer expressamente do texto constitucional e da Lei Complementar Federal nº 80, não necessariamente há defensores públicos atuando exclusivamente em prol das vítimas ou em número suficiente para prestar um serviço adequado. Se não há defensores ou se o número é inadequado, não há efetiva prestação jurídica.

A temática do acesso à justiça envolve, necessariamente, compreender que as dificuldades para alcançar a efetiva proteção de direitos relacionam-se às dificuldades, de forma gradativa, voltadas para: (a) se a vítima tem conhecimento que possui direito à assistência jurídica; (b) se a Defensoria Pública atua no fórum em que se desenrola o feito da vítima; e, ainda, (c) se há defensor público auxiliando a vítima de violência doméstica (AMARAL, 2017, p. 296). Em pesquisas empíricas, visualizam-se problemas nesses três eixos, seja no conhecimento dos direitos, o que envolve um tipo de atuação voltada para educação em direitos e para a conscientização popular sobre os serviços estatais, mas também indicam opções de não atuação da Defensoria

em determinada comarca, pelo baixo número de defensores e dificuldades financeiras, ou de não atuação pela vítima nos processos criminais (AMARAL, 2017).

Apesar de distintos, os efeitos tendem a ser os mesmos, alijando as pertencentes ao grupo vulnerável da efetiva proteção de seus direitos, em juízo ou fora dele, o que, em várias vezes, acaba sendo um elemento desmotivador da ida ao sistema judicial e, ainda, retira a credibilidade de a justiça oferecer respostas concretas e efetivas para encerrar o ciclo de violência sofrida.

As discussões jurídicas atuais não deixam de considerar as dinâmicas da violência, especialmente da normatização do feminicídio, homicídio causado contra mulheres baseado em concepções de inferioridade feminina ou na falsa ideia de que o agressor possui direitos sobre a vítima, ou ainda causado no contexto de violência doméstica. A relevância desse tipo de delito é evidenciada por pesquisas empíricas, que indicam que o número de mulheres mortas em 2017 (4.936) foi o maior em 10 anos pesquisados e que se acentuam quando as vítimas são negras, que compõem cerca de 66% das mulheres mortas, que também tiveram um aumento de vitimização maior que o das mulheres não negras assassinadas (FBSP, 2019).

Não é possível descontextualizar, também, que na análise histórica da pesquisa, evidencia-se o aumento do número de mulheres mortas em 10 anos de pesquisa, de 2007 a 2017, no interior (aumento de cerca de 29,9%) e fora da residência (aumento de 4,5%) por armas de fogo. Esse aumento se dá no âmbito de uma normativa que proíbe, como regra, o porte de armas e que tenta engendrar políticas para diminuir o acesso e comercialização.

No atual cenário, em que se tenta flexibilizar o acesso a armas de fogo como política estatal do Poder Executivo federal, ao alvedrio do Estatuto do Desarmamento e de pesquisas que indicam o acerto de se tentar o desarmamento como política criminal, o possível acesso a armas de fogo de forma disseminada implicaria em mais facilidade para que eventuais agressores as utilizem no interior das residências. E, nesse ponto, a potencialidade homicida e feminicida preocupa, pois a arma de fogo tem possibilidade muito superior a armas brancas de aumentar a eficácia lesiva, o que poderia representar um grave aumento do número de feminicídios.

Dessa feita, ainda que possamos indicar ganhos e crescimentos, institucionais e normativos, no que toca os direitos das mulheres a uma vida sem violência, ainda há espaços e necessidades de luta para uma maior proteção e para que os *players*, judiciais e políticos, articulem respostas mais efetivas para atuar nas diversas dinâmicas, considerando a mulher como vítima dessa violência sistêmica, mas, também, como usuária de serviços, com demandas próprias e específicas em razão de sua própria condição e das diversas vulnerabilidades que atravessa, como ser pobre, negra, deficiente, idosa, lésbica.

Mulheres atingidas por barragens: mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão (2015)

No dia 5 de novembro de 2015, em Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, Minas Gerais, aconteceu o desastre-crime sociotécnico[6] do rompimento da barragem de

[6] Em relação à terminologia "desastre-crime sociotécnico", grupos acadêmicos têm utilizado o termo "desastre tecnológico" (ZHOURI *et al*., 2016a, 2016b) considerando que o rompimento da barragem foi causado pela ação e negligência humana; e "desastre sociotécnico" (ZHOURI *et al*., 2018, p. 40) para enfatizar um processo ocasionado para além de um dano ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, "às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco" (ZHOURI *et al*., 2018, p. 40). Alguns atingidos e atingidas utilizam a expressão "crime" para se referir ao rompimento da barragem. Nesse sentido, será utilizada, no presente texto, a expressão "desastre-crime sociotécnico", em consonância com as formas como as atingidas, os atingidos e a academia têm nomeado o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão e, mesmo quando utilizado o termo desastre, entender-se-á que o texto faz menção ao termo "desastre-crime sociotécnico".

rejeitos de mineração do Fundão, de propriedade da empresa Samarco Mineração S.A, uma *joint venture* composta por Vale S.A e BHP Billiton Brasil Ltda. A ruptura dessa barragem resultou em "80 milhões de toneladas e 43,8 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro despejados na bacia do rio Doce"[7] (BRASIL, 2017, p. 6).

O "tsunami" de rejeitos provenientes do rompimento dessa barragem ceifou a vida de 19 pessoas, das quais "13 eram profissionais de empresas contratadas pela Samarco, quatro moradores e uma pessoa que visitava Bento Rodrigues" (SAMARCO, [200-]).

Os rejeitos também arrastaram casas, edifícios, igrejas, obras de infraestrutura, estradas, pontes, carros, animais (BRASIL, 2017), desabrigando e desalojando diversas pessoas tanto no estado de Minas Gerais, quanto no do Espírito Santo e provocando uma alteração profunda nos modos de vida e de sustento de quem vivia nos locais atingidos pela "onda de lama", ou de quem dependia direta ou indiretamente do Rio Doce para viver e trabalhar.

Conforme Michelle Cristina Farias, para as mulheres atingidas, os impactos do rompimento dessa barragem "não ficaram restritos à chegada da lama", mas, "ao contrário, se desdobraram, sobretudo, em violações de direitos, vulnerabilizando-as e acentuando as desigualdades de gênero já tão marcantes no contexto brasileiro" (FARIAS, 2019a).

E, para grande parte das mulheres atingidas que sobreviveram a esse desastre, acentuam-se problemas históricos experienciados por grande parte das mulheres brasileiras: o de violação ao direito à igualdade e de discriminação em razão de gênero, que pode ter sido agravado pela não observância – por parte das empresas e da Fundação Renova – desse direito.

Indícios de discriminação em razão de gênero e da violação ao direito à igualdade foram percebidos desde o início do desastre, relatados pelas mulheres atingidas de diversas localidades e registrados, sobretudo, em matérias jornalísticas e em relatórios e recomendações. Nesse contexto, destacam-se as denúncias de tratamento diferenciado conferido pelas empresas Samarco Mineração S.A, Vale S.A, BHP Billiton Brasil Ltda. e pela interposta, Fundação Renova[8], aos homens atingidos em detrimento das mulheres atingidas (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, o presente texto aborda a violação ao direito à igualdade e a discriminação em razão de gênero no caso mencionado. O objetivo é a atualização do texto *"As mulheres atingidas por barragens e a violação dos direitos humanos no atual modelo energético"* (p. 313-318) constante na Unidade V do livro volume 5 da série *O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica aos Direitos das Mulheres.*

Tratamento diferenciado conferido aos homens atingidos em detrimento das mulheres atingidas: discriminação em razão de gênero e violação ao direito à Igualdade

Quando se trata do desastre-crime sociotécnico ocasionado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, a abordagem de gênero é essencial, fazendo-se necessário considerar, também, o processo histórico de violação ao

[7] O Rio Doce é um curso de água de aproximadamente de 853 km de extensão, localizado na região Sudeste do Brasil, e banha os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. É dos mais importantes rios da região Sudeste do país, uma vez que sua bacia possui uma área de drenagem com cerca de 83.465 km². Disponível em: <http://wikiriodoce.org/Bacia_do_Rio_Doce> Acesso em: 14 jun. 2019.

[8] No caso do desastre-crime sociotécnico do rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, destaca-se ainda o papel desempenhado pela Fundação Renova, criada pelas empresas para gerir os programas de reparação ao longo da Bacia do Rio Doce, que tem interferido nas dinâmicas territoriais e cometido uma série de arbitrariedades, conforme relatado por pessoas atingidas na audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 03 de maio de 2019. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2019).

direito à igualdade e de discriminação em razão de gênero sobre as mulheres, especialmente em sociedades estruturadas pelas desigualdades de gênero, como é o caso, por exemplo, do Brasil. Esse processo histórico permite-nos analisar o rompimento dessa barragem – e o tratamento diferenciado conferido aos homens atingidos em detrimento das mulheres atingidas – como um dispositivo de potencialização dessas desigualdades.

Cita-se, como exemplo de violação ao direito à igualdade e de discriminação em razão de gênero significativas informações contidas no documento *Recomendação Conjunta nº 10*, de 26 de março de 2018 (BRASIL, 2018) expedida pelo Ministério Público Federal e outros órgãos públicos, e que dizem respeito, em boa parte, sobre a maneira como as empresas e a Fundação Renova vem conduzindo a gestão do desastre-crime em relação às mulheres atingidas.

Ressalta-se que a Recomendação Conjunta foi expedida após as mulheres atingidas pelo rompimento dessa barragem realizarem, em diversas reuniões, denúncias aos órgãos públicos sobre o tratamento a elas conferido pelas empresas e pela Fundação Renova:

> Considerando que, em diversas reuniões, mulheres atingidas denunciaram tratamento diferenciado a elas conferido nos programas socioeconômicos executados pela Fundação Renova, principalmente em relação aos valores das indenizações, à concessão de auxílio emergencial autônomo e aos cadastramentos que induzem ao não reconhecimento da atividade laborativa da mulher como renda independente (BRASIL, 2018, p. 12).

No *Relatório Preliminar sobre a situação da mulher atingida pelo desastre do Rio Doce no Estado do Espírito Santo* (2018) são comuns relatos de mulheres atingidas nesse estado sobre a maneira como "a Fundação Renova tem atuado na execução de seus programas de forma a acentuar, ainda mais, a disparidade existente dentro da nossa sociedade entre homens e mulheres" (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 5).

De acordo com o Relatório, a autonomia financeira que a mulher atingida possuía antes do desastre-crime é desconsiderada e elas estão sendo relegadas à informalidade, pois, "[...] foram qualificadas no cadastro do grupo familiar como "do lar", com total desconsideração da atividade exercida e da sua participação relevante na renda familiar" (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 15).

Verifica-se grande obstáculo enfrentado pelas mulheres atingidas no que diz respeito à participação nos espaços decisórios e, mais uma vez, na diferença de tratamento concedido a certos grupos "ainda há grande luta pela participação da mulher em espaços de decisão, inclusive nas próprias instituições e poderes estatais [...]" (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 6).

No âmbito do desastre-crime sociotécnico do rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, o tratamento diferenciado conferido às mulheres demonstra flagrante discriminação exercida sob a égide de gênero e violação ao direito à igualdade, como se pretende demonstrar a seguir.

Discriminação em razão de gênero por parte das empresas e da Fundação Renova em relação às mulheres atingidas

De acordo com Adilson José Moreira a discriminação da mulher "acontece a partir da diferenciação indevida baseada no sexo" (MOREIRA, 2017, p. 110) e isso ocorre porque, no Brasil, questões de gênero são tratadas de forma desigual em termos culturais, socioeconômicos e políticos.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, promulgada pelo Brasil em 2002, preceitua em seu artigo 1º que a discriminação

contra a mulher significa:

> Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (BRASIL, 2002).

A Convenção também afirma que a discriminação contra a mulher "viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país" (BRASIL, 2002).

A discriminação em razão de gênero também pode ser entendida como um sistema de dominação social, pois exerce influência negativa em diferentes aspectos da vida das mulheres e tem sido utilizada para hierarquizar e perpetuar as desigualdades existentes entre homens e mulheres nos diversos âmbitos de suas relações sociais.

No caso do rompimento da barragem, é possível perceber, por parte das empresas e da Fundação Renova, um não reconhecimento das mulheres atingidas como sujeitas de direitos. Isso confronta as lutas históricas das mulheres brasileiras por direitos, a exemplo dos "debates da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) que culminaram na aprovação da Constituição Federal de 1988", e "significaram, no plano jurídico nacional, uma marco na conquista dos direitos das mulheres" (FARIAS, 2019b, p. 140).

Diante deste cenário, aumenta a necessidade de se pensar as mulheres atingidas pelo rompimento dessa barragem "como uma categoria reconhecível (...)", eis que, historicamente, as mulheres são tratadas como uma "categoria definida automaticamente e subordinada aos homens em todos os tipos de situações" (OYEWUMI, 1997, p. 123-125 *apud* LUGONES, 2008, p. 87, tradução nossa)[9].

Nesse sentido, conforme Djamila Ribeiro (2017), é "urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades (...)" para que se possa "construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica" (RIBEIRO, 2017. p. 43), como, por exemplo, as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão.

Violação ao direito à igualdade por parte das empresas e da Fundação Renova em relação às mulheres atingidas

Revela-se preocupante que quatro anos após o desastre-crime sociotécnico do rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, na maioria das reuniões realizadas pelos órgãos públicos surjam relatos de mulheres atingidas descrevendo "problemáticas de violações de direitos ligadas à questão de gênero" (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 5), especialmente no que concerne ao tratamento desigual conferido aos homens atingidos em relação às mulheres atingidas (BRASIL, 2018, p. 12).

O artigo 1º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* aduz que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos." (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). A *Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher* afirma que "a mulher tem direito a tratamento político igual ao do homem" (BRASIL, 1950).

Na mesma seara, o *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* aduz, em seu artigo 3º, que os "Estados Partes comprometem-se a assegurar a

9 No original: *"La emergencia de la mujer como una categoría reconocible, definida anatómicamente y subordinada al hombre en todo tipo de situación, resultó, en parte, de la imposición de un Estado colonial patriarcal"*.

homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos civis e políticos enumerados no presente Pacto" (BRASIL, 1992). A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, caput, aborda a igualdade entre homens e mulheres perante a lei, em direitos e obrigações, o que, por via transversa, não obsta tratamento diferenciado em situações de desigualdade, para concretizar uma igualdade material.

Conforme Michelle Cristina Farias, em que pese a Constituição Federal de 1988 ter avançado no sentido de anuir "tratamento diferenciado às mulheres, atribuindo-lhes superioridade jurídica como atenuante das desigualdades historicamente vivenciadas por elas" (FARIAS, 2019b, p. 140) e, apesar do pleno reconhecimento dos direitos humanos, por intermédio da ratificação de tratados e acordos internacionais, essas normas ainda não foram capazes de eliminar o problema das sistemáticas violações desses direitos no Brasil, tampouco das discriminações exercidas sobre a égide de gênero.

As desigualdades de gênero ainda são parte estruturante da realidade brasileira, constituindo problema grave e que precisa ser enfrentado. Apesar das diversas transformações sociais ocorridas ao longo dos últimos anos, e das diversas conquistas das mulheres, como maior inserção no mercado de trabalho; crescente escolarização; acesso a métodos contraceptivos; acesso à informação e participação política, dentre outros; infelizmente, essas conquistas não se transformaram em oportunidades iguais para homens e mulheres.

Importa destacar que o tratamento desigual conferido aos homens atingidos em detrimento das mulheres atingidas no contexto do rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão está em "desacordo com um aspecto central da cultura democrática: o reconhecimento de que todos os membros da comunidade política merecem ser tratados com o mesmo respeito e consideração" (MOREIRA, 2017, p. 39), vez que a igualdade deve ser um aspecto central das sociedades democráticas.

Ademais, o tratamento desigual também está em desacordo com a luta histórica das mulheres brasileiras, especialmente no período da redemocratização do país. Conforme Michelle Cristina Farias, o período da redemocratização, foi "um dos momentos em que as mulheres buscaram reconhecimento como sujeitas de direitos, bem como igualdade em relação aos homens e às oportunidades sociais" (FARIAS, 2019b, p. 116).

Em suma, procurou-se demonstrar no presente texto que as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão têm experenciado discriminações em razão de gênero e violação ao direito à igualdade, o que pode acarretar o agravamento das desigualdades de gênero e severas consequências para elas. É o que se pretende demonstrar a seguir.

Consequências da discriminação em razão de gênero e da violação ao direito à igualdade para as mulheres atingidas

No contexto do rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, o tratamento diferenciado conferido aos homens atingidos em detrimento das mulheres atingidas demonstra que as empresas e a Fundação Renova têm como prática uma desconsideração da mulher através da não observância ao direito à igualdade e de práticas discriminatórias exercidas sob a égide de gênero.

Infere-se que as consequências provenientes disso são múltiplas, mas pode-se dizer que uma das mais significativas consiste no fato de que esse tratamento acaba por colocar as mulheres atingidas em posição extremamente desigual em relação aos homens atingidos, condenando-as a um nível de vida social, econômico e político muito inferior.

Por todo o exposto, percebe-se, preliminarmente, o descumprimento da legislação

nacional (BRASIL, 1988), de acordos, pactos e tratados internacionais ratificados, dos quais o Brasil é signatário, que tratam da igualdade de direitos entre homens e mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), e que buscam a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (BRASIL, 2002).

Por fim, conclui-se que as empresas e a Fundação Renova devem buscar reconhecer as mulheres atingidas como sujeitas de direitos, conferindo-lhes tratamento igualitário em relação aos homens atingidos, visando a não potencialização das desigualdades de gênero tão marcantes no contexto brasileiro e a não discriminação das mulheres atingidas. Ademais, por questões histórico-estruturantes vislumbra-se, por parte das empresas e da Fundação Renova, a promoção de ações positivas que visem à proteção e à promoção de igualdade substancial em relação a essas mulheres.

Conclusões

É indiscutível que a proposta veiculada pelas aspirações de O Direito Achado na Rua, além de possuir forte apelo para uma análise do direito a partir de suas possibilidades emancipatórias, de revalorização de direitos humanos e na busca pela concretização de pautas contramajoritárias, possibilita uma nova visão sobre o fenômeno jurídico e sobre a conformação sociojurídica.

Ao instigar a indagação e propiciar uma reflexão teórica que permite uma prática jurídica de caráter emancipatório, reconhece-se, de um lado, a insuficiência de uma visão formal centralizada no Estado e em suas instituições como instâncias únicas para a proteção dos direitos, especialmente dos direitos humanos de grupos minoritários histórica e socialmente excluídos. De outro, possibilita-se verificar a inovação criativa nas conformações populares que, ao reconhecer as diversas acepções e arenas das lutas por direitos, permitem visões de mundo menos cerceadoras e que conseguem concretizar igualdades de condições, por uma linguagem de inclusão e respeito à diversidade. A partir da abordagem crítica, compreender que "o direito não é decorrente da previsão normativa, mas do processo de luta, pois o texto não é suficiente para garantir a efetividade do direito" (D'Ávila, 2018, p. 33).

No que toca o direito das mulheres, a abordagem crítica de O Direito Achado na Rua possibilita indagar sobre a construção do direito, a partir de uma sociedade misógina e racista, discutindo o papel desempenhado por mulheres e homens nessa conformação e na própria possibilidade de se aventar uma sociedade diferente. Instiga práticas jurídicas que consigam vislumbrar os limites do direito posto, para tensioná-lo e, se o caso, desenhar conformações com desenho mais democrático e acessível, com foco na proteção das mulheres.

O papel do projeto das Promotoras Legais Populares, nesse contexto, além de notável, apresenta-se como uma proposta que, além de (re)orientar o foco da educação em direitos, situa a comunidade como *locus* que deve ser alcançado para a mudança das conformações culturais.

Sistemicamente, os avanços advindos no tratamento e no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres mostram que, a partir de uma pauta clara e direcionada, é possível empreender sensíveis mudanças legislativas e judiciais. Ainda que persistam dificuldades para a sensibilização dos operadores jurídicos ou para a adoção de medidas que afetem o interior das práticas sexistas domésticas, há possibilidades emancipatórias que situam a mulher como protagonista de sua história.

Por derradeiro, buscou-se evidenciar, dentre as diversas violações aos direitos das mulheres atingidas por barragens, a violação ao Direito à Igualdade e a discriminação exercida sobre égide de gênero que tem potencializado as desigualdades em relação

às mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, em 2015. Essa temática assume relevo e exige atenção, especialmente pelas proporções e violações de direitos que um desastre-crime sociotécnico dessa magnitude pode causar na vida das mulheres atingidas.

Por certo, há arenas outras que podem ser visualizadas e que demandam uma visão crítica que seja voltada para assegurar liberdades na temática dos direitos das mulheres. E nisso se centra o desafio lançado a partir desse texto da continuidade de um projeto de Direito que, emancipador, visualize as possibilidades inúmeras de construção de um direito que não repercute desigualdades e não seja instrumento de manutenção das dessemelhanças, mas, sim, arma eficaz, posta para minorias e grupos vulneráveis protegerem seus direitos básicos de sobrevivência.

Referências

AGUIAR, Neuma. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo*. Revista sociedade e Estado, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, jul./dez. 2000.

AMARAL, Alberto Carvalho. *A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

AMARAL, Alberto Carvalho. *Mulheres, violência de gênero e dificuldades no acesso às proteções judiciais da Lei Maria da Penha*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/326877437_MULHERES_VIOLENCIA_DE_GENERO_E_AS_DIFICULDADES_NO_ACESSO_AS_PROTECOES_JUDICIAIS_DA_LEI_MARIA_DA_PENHA>. Acesso em 4 jul. 2019.

APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; TOKARSKI, Carolina Pereira. *Promotoras Legais Populares: subjetividades autônomas e rebeldes também na universidade*. In: APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (orgs.). *Série o Direito Achado na Rua. Introdução Crítica dos Direitos das Mulheres*. v.5. p. 35-39, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Notícias. *Fundação Renova é acusada de violar direitos de comunidades. Atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, criticam atuação de entidade, que deveria mediar conflitos*. 03/05/2019. 18h00. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/05/03-direitos-humanos-audiencia-fundacao-renova.html Acesso em: 06 jun. 2019.

ÁVILA, Maria G. M.; FOSCARINI, Leia T.; PASINI, Elisiane; *A experiência das Promotoras Legais Populares no Rio Grande do Sul:um olhar sobre a atuação das PLPs em Porto Alegre*. In: APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (orgs.). *Série o Direito Achado na Rua. Introdução Crítica dos Direitos das Mulheres*. v.5. p. 53-57, 2011.

BANDEIRA, Lourdes Maria. *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação*. Revista sociedade e Estado, vol. 29, n. 2, maio/ago. 2014.

BANDEIRA, Lourdes Maria. *Interfaces entre violência de gênero e ações de cuidados*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress(Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

BOSCH FIOL, Esperanza; FERRER PÉREZ, Victoria A.; ALZAMOR MIR, Aina. *El laberinto patriarcal: reflexiones teórico-prácticas sobre la violencia contra las mujeres*. Barcelona: Anthropos, 2006.

BRASIL. *Decreto nº 28.011, de 19 de abril de 1950*. Promulga a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, firmada em Bogotá, a 2 de maio de 1948, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana. Promulgação. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, [1950]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28011-19-abril-1950-326271-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 02 mai. 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais [...] Brasília, DF: Planalto, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 mai. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília, DF: Presidência da República, [1992]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 02 mai. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002*. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: Acesso em: 03 mai. 2019.

BRASIL. *Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. [2010]*. Comissão Especial "Atingidos por Barragens". Resoluções nº 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwien93Z4q7lAhWMjFkKHcxPCbwQFjAAegQIABAC&url=https%3A%2F%2Fwww.mpmg.mp.br%2Flumis%2Fportal%2Ffile%2FfileDownload.jsp%3FfileId%3D8A91CFA9673F5F3C016741DA79712493&usg=AOvVaw3MVnDf7RvFLJSpbImnI4T9. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. *Ministério Público Federal*. [2017] Relatório consolidado referente aos trabalhos dos primeiros nove meses. Dezembro/2017. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/relatorio-consolidado-da-ramboll-de-2017/@@download/file/Samarco_Rel_CONSOLIDADO_Dezembro_v08_com_anexos.pdf. Acesso em: 02 mar. 2019.

BRASIL. *Ministério Público Federal*. [2018]. Recomendação Conjunta nº 10 de 26 de março de 2018. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-conjunta-mpf-fundacao-renova. Acesso em: 5 maio 2019.

CENTRO DANDARA DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES/SP; PRADO, Clara C. *A formação de ONGs a partir do Curso PLPs/DF*. In: APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (orgs.). *Série o Direito Achado na Rua*. Introdução Crítica dos Direitos das Mulheres. v. 5, p. 59-62, 2011.

CONNELL, Robert (Raewyn) W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. Estudos feministas, Florianópolis, vol. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013.

CONNELL, Robert (Raewyn) W. *Políticas da masculinidade*. Educação & Realidade. Vol. 20, n. 2, p. 185-206, jul. 1995.

CUSTÓDIO, Cíntia Mara Dias; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da. *Projeto Direitos Humanos e Gênero-Promotoras Legais Populares do Distrito Federal: fundamentos e prática*. In: APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (orgs.). *Série o Direito Achado na Rua*. Introdução

Crítica dos Direitos das Mulheres. v.5. p. 27-32, 2011.

D'ÁVILA, Renata Almeida. *Lute como uma menina: as jovens nas ocupações de escolas do Distrito Federal no ano de 2016*. Curitiba: CRV, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da violência 2019*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas_2019_infografico_FINAL.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

ESPÍRITO SANTO [Estado]. Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. *Relatório Preliminar sobre a situação da mulher atingida pelo desastre do Rio Doce no estado do Espírito Santo*, 2018. Disponível em: <http://www.defensoria.es.def.br/site/wp-content/uploads/2018/11/Relat%C3%B3rio-Preliminar-sobre-a-Situa%C3%A7%C3%A3o-da-Mulher-Atingida-pelo-Desastre-no-Rio-Doce-1.p> Acesso em: 10 dez. 2018.

FARIAS, Michelle Cristina. *Impactos do rompimento de barragens de rejeitos de mineração para as mulheres atingidas de Mariana e Brumadinho*. Série Minas de Resistência. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://coletivomargaridaalves.org/impactos-do-rompimento-de-barragens-de-rejeitos-de-mineracao-para-as-mulheres-atingidas-de-mariana-e-brumadinho/ Acesso em: 19 set. 2019. [2019a].

FARIAS, Michelle Cristina. *A participação das mulheres na Constituinte (1987-1988) e a proteção do mercado de trabalho da mulher*. In: ALVES, Amauri Cesar; LINHARES, Roberta Castro Lana; CASTRO, Thiago Henrique Lopes de (Orgs.). *Direitos dos Trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte*. Análise crítica da tramitação de regras dos artigos 7º, 8º e 9º da Constituição da República. (Coord.) Grupo de Estudos de Direito do Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto. - Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2019. p. 114-143. [2019b].

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*.Trad. Ronaldo Cataldo Costa. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRUPO MULHER MARAVILHA. *Experiência de Pernambuco e a formação de Redes*. In: APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (orgs.). *Série o Direito Achado na Rua*. Introdução Crítica dos Direitos das Mulheres. v.5. p. 65-68, 2011.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Trad. Suzana Funck. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LUGONES, María. *Colonialidad y Género*. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em 2 mai. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Série Antropológica, n. 284, Brasília, p.2-19, 2000.

MAIA FILHO, Mamede S. *O Núcleo de Prática Jurídica como instrumento de promoção dos direitos humanos*. In: APOSTOLOVA, Bistra Stefanova.; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de(orgs.). *Série o Direito Achado na Rua*. Introdução Crítica dos Direitos das Mulheres. v.5. p. 27-32, 2011.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. *Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, dez. 2008.

MOREIRA, Adilson José. *O que é discriminação?* Belo Horizonte-MG: Letramento, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [S.l.]: ONU, 1948. Disponível em https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pd. Acesso em: 1 maio 2019.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Cely Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLPS da UNB recebem menção honrosa no 5º prêmio nacional de educação em direitos humanos. *Promotoras Legais Populares*. Disponível em: http://promotoraslegaispopulares.org.br/plps-da-unb-recebem-mencao-honrosa-no-5o-premio-nacional-de-educacao-em-direitos-. Acesso em: 20 nov. 2019.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SAMARCO. Samarco Mineração S.A. *Rompimento da barragem de Fundão*. [200-]. Disponível em: https://www.samarco.com/rompimento-da-barragem-de-fundao. Acesso em: 2 mar. 2019.

SÁNCHEZ RUBIO, David. *Derechos humanos instituyentes, pensamiento crítico y praxis de liberación*. Ciudade de México: Akal, 2018.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pazinato. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*. Revista Estudos Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe. Universidade de Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoría útil para análise histórica*. Trad. Christina Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 14 abr. 2015.

SEGATO, Rita Laura. *Gênero e colonialidade: em busca das chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. E-cadernos ces, n. 18, 2012. Disponível em: http://eces.revues.org/1533. Acesso em 16 abr. 2014a.

SEGATO, Rita Laura. *Femi-geno-cídio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho*. Disponível em:<http://www.feminicidio.net/sites/default/files/femigenocidio.pdf>. Acesso em 16 fev. 2016.

SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Puebla: Pez en el árbol, 2014b.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de et al. *Introdução Crítica ao Direito*. 1ª. Série O Direito Achado na Rua, vol.1, 1.ed. Brasília: UnB/CEAD, 1987.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *O Direito achado na rua: introdução crítica ao direito das mulheres*. SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da (Orgs). Vol. 5. Brasília: FUB, 2011.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *O Direito achado na rua: introdução crítica ao direito das mulheres*. SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da (Orgs). Vol. 5. 2.ed. Brasília: FUB, 2015a.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *O Direito achado na rua: concepção e prática*. Coleção Direito vivo, vol. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015b.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. *Os riscos de violência institucional na violência de gênero: uma necessária contribuição da teoria crítica dos direitos humanos*. In: BARBOSA, Thereza Karina de Figueiredo Gaudêncio. *A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos.* Brasília: Amagis, 2016.

TELES, Maria A. A. *Quase duas décadas de Promotoras Legais Populares no Brasil!* In: APOSTOLOVA, Bistra Stefanova.; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (orgs.). *Série o Direito Achado na Rua*. Introdução Crítica dos Direitos das Mulheres. v.5. p. 47-49, 2011.

WARAT, Luis Alberto. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*. Sequência, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 48-57, 1982. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/17121/15692. Acesso em 1 jul. 2019.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 3.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WIEVIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. Tempo social, São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997.

WIEVIORKA, Michel. *Violência hoje*. Ciência & saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento, p. 1147-1153, 2007.

WIEVIORKA, Michel. *L'emergence des victimes*. In: WIEVIORKA, M. *La violence*. Paris: Hachette Littératures, 2005, p. 81-108.

WIEVIORKA, Michel. *Pour comprender la violence: l'hypothèse du sujet*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 21-51, Jun. 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de una nueva cultura del Derecho*. 2.ed. Tradução de David Sánchez Rubio. Madrid: Dyckison, 2018.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; TEIXEIRA, OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia Moreira. *O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social*. Ciência e Cultura, 68(3) pp. 36-40. [2016a].

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; TEIXEIRA, OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia Moreira. *O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social*. In: ZHOURI, Andréa. BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. (Orgs). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais* (1a ed.). Coleção Cidadania e Meio Ambiente. São Paulo: Annablume, 2016, pp. 45-65. [2016b].

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. *O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações*. In: *Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Andréa Zhouri (Org.); Raquel Oliveira et all.- 1.ed.- Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

Revista da
Defensoria Pública
do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship



Resenhas e Ensaios

Volume 1 - Número 2 - Maio a setembro, 2019

Um “tribunal achado na rua”: seria possível? Seria útil? Ou não passa de uma quimera?

A "Court found on the street": would it be possible? Would it be useful? Or is it just a chimera?

Gabriela Jardon Guimarães de Farias*

> **Quimera** [Do gr. chímaira, pelo lat. chimaera.] Substantivo feminino 1. Monstro fabuloso, com cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de dragão. 2. Fig. produto da imaginação; fantasia, utopia, sonho.” (Dicionário Aurélio online)

> A bem dizer, eu não teria receio das más leis se elas fossem aplicadas por bons juízes. Dizem que a lei é inflexível. Não creio. Não há texto que não se deixe solicitar. A lei é morta. O magistrado é vivo; é uma grande vantagem que leva sobre ela. Infelizmente não faz uso disso com frequência. Via de regra, faz-se mais morto, mais frio, mais insensível do que o próprio texto que aplica. Não é humano; é implacável. O espírito de casta sufoca nele toda a simpatia humana (Anatole France, 1978).

Já no final da obra “O Direito Achado na Rua – concepção e prática”, volume 2, da Coleção Direito Vivo, os autores da parte IV, Diego Mendonça, Euzamara de Carvalho, Mayane Burti, Paulo César Machado Feitoza, Pedro Brandão, Renata Cristina do Nascimento Antão e Tedney Moreira da Silva, abrem diálogo sobre “desafios, tarefas e perspectivas atuais” do Direito Achado na Rua.

Neste intuito, colocam expressamente que:

> Dentre as possíveis tarefas [de O Direito Achado na Rua] para superar os desafios teórico-epistemológicos, pedagógicos e quanto à práxis e participação popular, podemos mencionar a ressignificação e renovação das instituições, uma vez que as instituições ainda se conservam herméticas a determinadas discussões e às diferentes realidades sociais. O desafio da ineficácia das instituições, principalmente do Poder Judiciário, tem como principal tarefa a busca por novos espaços de participação junto ao Judiciário (SOUZA JUNIOR, 2015, p. 243).

Haveria, de fato, uma possível interface entre O Direito Achado na Rua e o Poder Judiciário? Seria principiologicamente factível a aplicação dos postulados do Direito Achado na Rua à jurisdição exercida oficialmente

* Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal (1998) e título de LL.M in Internatioanal Human Rights - University of Essex (2002). Atualmente é juíza de direito substituta do Tribunal de Justica do Distrito Federal e Territórios. Tem experiência em diversos ramos do Direito, com ênfase em Direitos Humanos, tendo já atuado, por exemplo, em varas como a da violência contra

Como citar este artigo:
FARIAS, Gabriela Jardon Guimarães. Um tribunal "achado na rua": seria possível? Seria útil? Ou não passa de uma quimera? Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 2, set. 2019, p. 138/143.

Data da submissão:
19/10/2019
Data da aprovação:
02/11/2019

pelo Estado?

A resposta mais imediata é não.

De partida, os postulados estruturantes de O Direito na Rua aparentam incompatibilidade incontornável com o Judiciário, ao menos com o Judiciário tal como ainda concebido atualmente. A intersecção destes dois campos seria, pois, utópica e tendente a dissolver a essência tanto de O Direito Achado na Rua quanto da função judiciária de hoje.

O Direito Achado na Rua nasce do e no espaço público, a que alegoricamente denomina de "rua", por impulso dos sujeitos coletivos, notadamente dos movimentos sociais e suas lutas por dignidade, em compasso histórico, contínuo e não linear que cria e supera direitos, tão legítimos quanto (ou mais...) que os direitos positivados pelo Estado.

As instituições públicas estatais, como o Judiciário, por sua vez, são conceitualmente o oposto desta "rua" reconhecida e nomeada por O Direito Achado na Rua. Representam molduras oficiais onde vigem as estruturas e o direito postos (e nunca *os direitos*), normalmente pouco maleáveis em sua concepção e aplicação e de poros pouquíssimos abertos às lutas sociais e suas historicidades.

Não é que O Direito Achado na Rua esteja ontologicamente situado em conflito com as estruturas estatais, como o Judiciário. O mais acertado a se dizer talvez seja que está para além delas. Sem obviamente ignorar a função exercida por estas estruturas estatais, os faróis de O Direito Achado na Rua estão apontados para outro fenômeno, este que ocorre no espaço público compartilhado, a rua, é animado pelos sujeitos coletivos e produz também direitos, posteriormente reconhecidos ou não pelo Estado, mas legitimamente anunciados e operantes desde o nascedouro. O Judiciário, enquanto *locus* das operações do direito positivado, ditado pelo Estado, estaria fora, pois, do campo de visão e de trabalho de O Direito Achado na Rua.

Estaria, necessariamente? Postula-se aqui que não. Um olhar mais aprofundado para a questão posta no início – haveria uma possível (e útil, acrescente-se) interface entre Judiciário e O Direito Achado na Rua? – parece conduzir à necessidade de reformulação da resposta imediata dada. Talvez seja possível e útil (quiçá inevitável) para O Direito Achado na Rua e para o Judiciário o reconhecimento, a nomeação e o investimento em um espaço interseccional de estudo e trabalho, fruto da constatação de que, não obstante os diferentes códigos genéticos dos dois campos, mais relevante ainda é o que os aproxima.

E o que os aproxima? Aproxima-os a questão da justiça. Tanto O Direito Achado na Rua quanto o Judiciário, em última análise, nada mais são que aparatos, meios, instrumentos de realização da justiça, em sentido amplo e também no sentido mais específico da justiça social. Não parece exagerado tomar por certo que o local de chegada de todos os esforços de O Direito Achado na Rua, derradeiramente, não é outro que não o desenlace justo das lutas pela dignidade. No plano do ideal, apesar de todas as distorções conhecidas, a aptidão do Judiciário por excelência[1] também não poderia ser outra que não a distribuição da justiça.

Não se ignora aqui a ausência de um significado unívoco para o que se possa entender por justiça. No dizer da integrante do grupo de pesquisa O Direito Achado na Rua, Talita Tatiana Dias Rampin:

> De fato, do campo das ciências sociais extraio mais de significado de justiça, o que dá indícios de que as teorias, os conceitos, as interpretações e os olhares sobre a justiça têm sido diversificados. Há, no mínimo, uma abertura conceitual sobre o quê é justiça, fissura esta através da qual infiltram ideologias, valores, interesses e usos. Oscilando entre discursos e ideias de bem-estar, igualdade, propriedade, virtude, liberdade, participação

[1] A expressão "excelência" não está se referindo à eficiência, números ou mesmo efetividade. Aqui "excelência" está no sentido de "mister maior", "vocação maior".

> e emancipação, como exemplos, o significado da justiça varia enquanto é mantido o interesse em colocá-la no horizonte interpretativo dos diversos campos das ciências e práticas sociais (RAMPIN, 2018).

Contudo, tomando em conta as evidentes limitações deste simples ensaio, é assumido aqui por “justiça” o senso mais comum do termo, significando o grau de conformidade que uma decisão ou um desfecho qualquer de fatos possa ter com o sentimento do que é adequado e proporcional a uma determinada coletividade, em um determinado tempo e espaço.

Aceita esta ligação uterina entre O Direito Achado na Rua e o Judiciário pelo viés da justiça, é possível sustentar que o exercício da jurisdição estrito senso, a cargo do Judiciário, pode (muito provavelmente, deve) passar a pertencer ao campo da teoria e da prática de O Direito Achado na Rua. E vice-versa: o Judiciário, por sua vez, pode, muito provavelmente deve, conhecer e exercer a sua jurisdição permeada também pelos moldes propostos por esse pluralismo crítico.

Pertinente aqui a transcrição de passagem da obra de referência deste ensaio em que a possibilidade de aproximação da “rua” e do “estatal”, ou ao menos, a não necessária oposição, é abordada:

> (...) o professor Marcelo Cattoni, da UFMG, não pôde deixar de estabelecer interconexão entre o juízo do Chefe de Justiça e a proposta de “O Direito Achado na Rua”, numa argumentação que serve bem para esclarecer a falsa oposição entre a lei e a rua (...). Segundo o professor Cattoni, “no Estado Democrático de Direito, este tipo de afirmação merece maiores explicações, para que não se crie uma falsa oposição entre lei e rua. Pois se é certo que o Direito não deve ser reduzido à vontade – não mediada institucionalmente – de maiorias conjunturais, por outro não pode ser reduzido à mera estatalidade (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 40).

Já que não há oposição entre a “rua” e o “Estado”, ou não seria esta uma oposição insuperável, plausível se considerar o Poder Judiciário como um dos novos horizontes de O Direito Achado na Rua, tal qual os autores da obra de referência deixam entrever no primeiro trecho aqui transcrito? Seria desejável e produtivo, consideradas as vocações tanto de O Direito Achado na Rua quanto do Judiciário, em alguma medida, conceber-se um “tribunal achado na rua”?

Para o Judiciário, o avanço seria inegável – e é mandatório. Traga-se aqui outro trecho da obra de referência em que o esgotamento do modelo judiciário atual é abordado, veja-se:

> Há alguns anos, vivenciei a forte experiência de participar, como painelista, de um encontro de juízes no Rio Grande do Sul, convocados por suas entidades associativas para discutir a crise da conjuntura: da ordem econômica internacional, do sistema judiciário, da lei e da subjetividade dos magistrados (...). Lembro-me desse encontro pela afirmação forte do mais reconhecido expoente entre os seus pares, incumbido da fala de clausura, de que “os juízes se encontravam no fundo da lata de lixo da história’. A afirmação fora feita na confiança de que ali se encontravam alguns poucos convidados não pertencentes à categoria de juízes, mas suficiente solidários para entenderem que o desabafo não traduzia uma rendição, ou o desalento angustiado, mas ao contrário, um chamado à mobilização por quem dispunha de força e protagonismo bastantes para exercitar a insegurança própria a tempos de crise, sem se deixar sucumbir às suas incertezas.
>
> Daquele encontro e das constatações que ele permitiu estabelecer, pude extrair referenciais paradigmáticos posteriormente apresentados em livro de cujo organização participei (SOUSA JUNIOR, 1996), mostrando que as profundas alterações que se dão na sociedade e nos valores que estruturam as bases éticas das instituições afetam igualmente o Judiciário e os juízes, postos diante da necessidade de compreender essas mudanças. O claro esgotamento do modelo ideológico da cultura legalista da formação dos juristas e dos magistrados e o franco questionamento do papel e da função social

> dos juízes, não poucas vezes têm empurrado seus principais órgãos e operadores à inusitada situação identificada pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, segundo a qual "faz-se da lei um promessa vazia".
>
> Desde então, como acadêmico atuante no processo de capacitação de juristas, entre eles os juízes, especialmente nas frequentes exposições em cursos de formação para efetivação e vitaliciamento, tenho constatado a projeção ainda no presente dessa sorte de agonia funcional em face da persistência daqueles obstáculos a que já me referi, de ordem existencial ou de ordem teórica, que trazem dificuldades ao agir dos magistrados (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 42-43).

Não há dúvida de que o Judiciário tradicional, calcado quase que apenas na operação pretensamente matemática da subsunção do fato à norma estatal, dá conta, se é mesmo que dá, de uma parcela ínfima do que pode se entender por direito e distribuição de justiça. É urgente que se alarguem as possibilidades, que se trabalhe com outras racionalidades e caminhos de formação de decisão.

Não se está falando, necessariamente, de direito alternativo ou de ativismo judicial. Sem descartá-los, a apologia a estas inclinações também seria encerrar o fenômeno do direito e da justiça em quadrantes menores do que sua real natureza. O Judiciário precisa se fazer permeável aos fenômenos sociais de uma maneira ampla, aguçando sua escuta e levando em consideração em seus processos decisórios argumentos que não sejam estritamente os do direito positivado.

O Direito Achado na Rua, neste sentido, tem muito a contribuir à abertura do Judiciário. Todo o arcabouço teórico que o mesmo ao longo destes 30 anos de existência e prática construiu para a afirmação do pluralismo jurídico, da existência de outros sujeitos e fontes do direito, assimilado um dia pelo Judiciário, daria a este a possibilidade de "compreender novas condições sociais, como a emergência de movimentos sociais, de novos conflitos, de novos sujeitos, e do pluralismo jurídico que instauram e reclamam reconhecimento" (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 44).

Mais concretamente, é de se perguntar: uma juíza que tivesse tido em sua formação inicial ou continuada contato com o corpo teórico-prático de O Direito Achado na Rua, sendo por este sensibilizada e estimulada intelectualmente, será que teria dado a liminar contra a ocupação "Novo Pinheirinho" em 2013 em Taguatinga[2] a que a obra aqui de referência faz menção às páginas (Sousa Júnior, 2015, p. 187/188)?

Não que o reconhecimento do movimento social envolvido no caso e seus clamores (em outras melhores palavras, "os direitos e sujeitos surgidos de suas ruas") levasse inexoravelmente ao acatamento da contrapretensão que articulavam (isto é, ao indeferimento da liminar), mas, no mínimo, poderia trazer para este julgamento uma outra forma de lançamento da decisão (ainda que da mesma decisão) – uma forma mais plural, mais democrática, que envolvesse talvez um contato mais direto com o conflito e, especialmente, com os conflitantes, que lançasse o julgador para fora de seu gabinete, para o entabulamento de conversas com as partes para a construção conjunta, quem sabe, de uma solução possível, como, inclusive, posteriormente foi feito, contudo não pelas mãos do Judiciário[3].

Dito isto, adentra-se no outro lado da moeda da possibilidade/utilidade da intersecção entre O Direito Achado na Rua e o Judiciário. Se seria não só possível mas útil ao Judiciário beber nas fontes desse pluralismo jurídico crítico à judicialização das questões dos movimentos sociais, caso encontrasse um Judiciário mais familiarizado com O Direito Achado na Rua (e outras vertentes de pluralismo jurídico em geral), certamente que poderia se fazer uma via a mais de realização efetiva de anseios e lutas.

A este respeito, anota o sociólogo português Boaventura de Souza Santos:

[2] Ação judicial nº 2013.07.1.000209-6, 3ª Vara Cível de Taguatinga.

[3] O movimento MSTS acabou entabulando, posteriormente, acordo com o Governo do Distrito Federal, sem a intermediação da justiça.

> Há, contudo, um outro campo. Designo-o por campo contra-hegemônico. É o campo dos cidadãos que tomaram consciência de que os processos de mudança constitucional lhes deram direitos significativos e que, por isso, veem no direito e nos tribunais um instrumento importante para fazer reivindicar os seus direitos e as suas justas aspirações a serem incluídos no contrato social. Porque o que eles veem todos os dias é a exclusão social; é a precarização do trabalho; é a violência que lhes entra pela porta nos seus bairros. (...) Mas, esses cidadãos têm progressivamente mais consciência de que têm direitos e de que esses direitos devem ser respeitados. Nos últimos trinta anos, muitos desses cidadãos organizaram-se em movimentos sociais, em associações, criando um novo contexto para a reivindicação dos seus direitos.
>
> É curioso ver que a atuação dos movimentos sociais, numa fase inicial, assentava-se numa leitura cética acerca do potencial emancipatório do direito e de descrença na luta jurídica. O raciocínio, na esteira teórica dos Critical Legal Studies, era algo como: 'o direito é um instrumento da burguesia e das classes oligárquicas, e sempre funcionou a favor delas; se o direito só nos vê como réus e para nos punir, para quê utilizar o direito?' No caso do MST, por exemplo, a partir de determinada altura, houve uma mudança de atitude (...) A criminalização dos seus integrantes e o envolvimento dos tribunais nos conflitos de terra, através sobretudo das ações de reintegração de posse, foram a porta de entrada para a qualificação jurídica do movimento que, em contrapartida, passou a se valer das funções instrumentais, políticas e simbólicas do direito e dos tribunais também a seu favor. Começaram a surgir processos judiciais em que o MST saiu vencedor e o próprio movimento passou a ressignificar a sua luta a partir do vocabulário do campo jurídico, apropriando-se de conceitos como o de função social da propriedade ou denunciando as violações de direitos humanos subjacentes aos conflitos fundiários. É este o conceito em que se verifica a emergência do que denomino legalidade cosmopolita ou subalterna. No âmbito da legalidade cosmopolita, uma coisa é utilizar um instrumento hegemônico, outra coisa é utilizá-lo de maneira hegemônica. Sobressaem-se, aqui, duas ideias interligadas: é possível utilizar instrumentos hegemônicos para fins não hegemônicos sempre e quando a ambiguidade conceptual que é própria de tais instrumentos seja mobilizada por grupos sociais para dar credibilidade a concepções alternativas que aproveitem as brechas e as contradições do sistema jurídico e judiciário (SOUSA SANTOS, 2007).

Não se ignora o quão problemático pode ser, e tem sido, a figuração dos movimentos sociais em ações judiciais no sistema de justiça brasileiro. Como bem nomeou outro notório pesquisador do grupo de pesquisa Direito Achado na Rua, Antônio Sérgio Escrivão Filho, *há mais desencontros do que encontros entre os movimentos sociais e a função judicial no Brasil* (ESCRIVÃO FILHO, 2017).

Contudo, o que pontua Escrivão Filho pode ser encarado menos como um impeditivo do que como uma torção a ser feita. Não é que os movimentos sociais devam prescindir do Judiciário como instrumento de realização de suas buscas, lado a lado com suas estratégicas e *práxis* próprias. Devem, ao contrário, sendo o caso, acioná-lo cada vez mais, como forma de forçar este Judiciário a entender os movimentos sociais e se alinhar às oxigenações de pensamento que lhe retifiquem pontos cegos essenciais. Os movimentos sociais não podem estar só nos polos passivos das ações judiciais, manejadas por sujeitos que se veem ameaçados com os seus avanços, mas têm que, por intermédios das advocacias populares e/ou defensorias públicas, progredir no sentido de passarem eles próprios também a provocar o Judiciário e exigir dele que seja permeável a outros discursos e valores. Cabe aqui sublinhar o que Boaventura de Sousa Santos afirma, na citação acima transcrita, quanto à possibilidade de se utilizar meios hegemônicos para fins contra-hegemônicos. Cremos que ela exista, de fato.

Em conclusão, vê-se, pois, que, umbilicalmente associados por pertencerem ambos ao campo da justiça, O Direito Achado na Rua e o Judiciário se interseccionam e devem, como prospecção para o futuro de ambos, por meio de seus operários, explorar com mais profundidade esta zona cinzenta que possuem em comum, de forma a auferir cada qual os acréscimos que podem vir daí.

Para O Direito Achado na Rua, as lutas históricas dos movimentos sociais devem

possuir mais intimidade com a via judicial e podem galgar assim novos caminhos na realização dos direitos que inventam-se e reinventam-se historicamente, no seu modo de enunciação tão peculiar e não menos legítimo. Para o Judiciário, creditar-se de um corpo de juízas e juízes capazes de concretizar, na prática e no real, as palavras da professora Bistra Apostolova:

> Prefigurar o sentido dos conflitos é tarefa que lhes cabe e que mediá-los requer compreender o significado que eles alcançam em seu próprio tempo. Como disposição e como atitude, sem o desespero aniquilador que Tolstoi impõe ao juiz de sua narrativa (A morte de Ivan Ilich) para abrir-lhe a consciência que desnuda a sua trajetória profissional, social e familiar como "monstruosa mentira camuflando vida e morte (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 46-47).

Como se vê, a questão pode ser de vida ou morte – ao menos para o Judiciário. Cabe aqui, de novo, referência à obra "Os Íntegros Juízes", de Anatole France. A introjeção da escola de O Direito Achado na Rua no Poder Judiciário brasileiro certamente que tem potencial para representar a ponte, cada vez mais necessária, pela qual o juiz morto da lei viva, cruzando-a, venha a se forjar no juiz vivo da lei morta[4] de que a "rua" tanto necessita e de que também o Estado não deveria prescindir.

Referências

ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio. *Tese de Doutoramento "Mobilização social do direito e expansão política da justiça: análise do encontro entre movimento camponês e função judicial"*, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília em 2017.

FRANCE, Anatole. *"A Justiça dos Homens – Contos"*. [Tradução de João Guilherme Linke]. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 123-129 (Coleção Sempre Viva; vol. 19).

RAMPIM, Talita. *Tese de Doutoramento "Estudo sobre a reforma da justiça no Brasil e suas contribuições para uma análise geopolítica da justiça na América Latina"*, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília em 2018.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo (org.). *"O Direito Achado na Rua – concepção e prática"* – volume 2, Coleção Direito Vivo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *"Para uma revolução democrática da justiça"*, São Paulo: Cortez, 2007.

[4] Ou viva também, melhor dizendo, a depender dos fluxos e influxos do social e do histórico a que este juiz, desejosamente, passa a ser sensível.

O Direito Achado na Rua: uma resenha dos 30 anos de contribuição crítica e prática ao Direito

The Law found on the street: a review of the thirty years of critical and practical contribution to law

Murilo Oliveira Souza*

Noções introdutórias

Um dos grandes debates controversos no campo teórico jurídico reside na formulação de uma teoria capaz de representar demandas sociais, ou seja, transformar os anseios sociais em enunciados jurídicos, o que poderá fazer com que as normas se aproximem daquele ao qual são dirigidas, o povo. Perpassa por esse debate a construção de uma teoria da justiça. O coletivo de juristas que compõem O Direito Achado na Rua não tem isso como objeto central de sua análise (o conceito e sua visão de justiça), no entanto, acredita-se que se aproximam deste campo teórico ao compreender a necessidade de construção de um fenômeno jurídico capaz de atender aos conflitos sociais em geral.

Por essa razão, a rua ganha relevância para o coletivo, haja vista ser o campo no qual é possível, a partir de estudos empíricos e interdisciplinares, compreender os movimentos sociais e aproximá-los do universo jurídico.

A rua, em sua dimensão metafórica, reside em espaço de materialização de um universo jurídico que seja próximo dos seus destinatários, ou seja, abrange o local no qual o direito é construído, permitindo compreender que as formulações realizadas estão mais próximas da realidade para a qual se dirigem. Mesmo que não haja formulações diretas capazes de materializar em norma, a partir do universo da rua é possível formular uma concepção crítica do direito existente. É com esta preocupação que se desenvolveu o coletivo de O Direito Achado na Rua.

Neste ponto, cumpre destacar que o coletivo de O Direito Achado na Rua é composto por juristas, acadêmicos do campo jurídico, bem como de outras áreas afins ao Direito, além de pensadores populares e filósofos com forte inspiração humanista, buscando transformar a realidade jurídica praticada em âmbito brasileiro. Os membros deste coletivo possuem "uma concepção de Direito que emerge transformadora dos espaços públicos – a rua – onde se

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Política Social pelo Dinter UFMT/UnB. Mestre em Direito pela UERJ. E-mail: souzamuh@hotmail.com.

Como citar este artigo:
SOUZA, Murilo Oliveira. O Direito Achado na Rua: uma resenha dos 30 anos de contribuição crítica e prática ao direito. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 2, set. 2019, p. 144/152.

Data da submissão:
19/10/2019
Data da aprovação:
02/11/2019

dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática" (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 13).

A proposta desta resenha é a de exame da obra intitulada "O Direito Achado na Rua: concepção e prática". Nesse sentido, busca-se compreender a inspiração teórica que influencia os membros deste coletivo de pensadores, bem como traçar um panorama geral da atuação deste importante grupo de pesquisadores nos seus 30 (trinta) anos de existência.

Perspectivas teóricas e práticas do Direito Achado na Rua

A transformação da realidade é uma busca deste coletivo que se dá a partir de projetos desenvolvidos. Naqueles destacados na presente obra, percebe-se que os membros deste grupo contam com um referencial teórico pautado não apenas na crítica, mas também na preocupação da pesquisa dialética. Por essa razão, enfatiza-se que o desenvolvimento teórico de O Direito Achado na Rua está, de modo incindível, colado ao percurso teórico de Roberto Lyra Filho (com pressuposto crítico na dialética) e de José Geraldo de Sousa Junior.

Além disso, boa parte da produção sociológico-jurídica brasileira, a partir dos anos 1980, sob a dupla influência da crítica jurídica e da tomada de posição sobre o tema da alternatividade do Direito, também são elementos que influenciaram o coletivo. Soma-se a isso a contribuição teórica do pluralismo jurídico, desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos. Outrossim, sustenta-se que as análises promovidas pelo coletivo derivam de uma interlocução com as propostas e as categorias de Roberto Lyra Filho, José Geraldo de Sousa Santos e Boaventura de Sousa Santos.

O coletivo conta ainda com outras importantes referências, tal como Wolkmer (pluralismo jurídico); Eliane Junqueira (sociologia jurídica); José Eduardo Faria (sociologia jurídica); Celso Fernandes Campilongo (sociologia jurídica); Edmundo Lima de Arruda Junior (direito alternativo); Cláudio Souto (direito alternativo), entre outros autores.

A matriz de pensamento ao qual o coletivo se filia lhe dá a percepção da necessidade de reconstruir as bases sociológicas que devem permear a construção do Direito contemporâneo brasileiro, aproximando-o do povo. Mas para isso é importante que se tenha uma dimensão material da realidade.

O desafio passa a ser a compreensão da crosta de ideologia que permeia as relações sociais construídas na sociabilidade burguesa, tutelada pelo direito, que além de interferir no exercício do fenômeno jurídico, nos impede de ver a realidade. Qualquer construção que não tenha essa percepção pode cair na vala do senso comum.

Neste ponto, exímia é a preocupação e crítica do coletivo com o formalismo exacerbado que ronda o Direito. É possível notar, pela obra que ora se estuda, a crítica formulada pelos juristas e estudiosos de O Direito Achado na Rua, com base em teóricos críticos do formalismo e fetichismo jurídico, além de uma constante práxis no intuito de conscientizar os alunos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e de outras instituições de ensino, não apenas brasileiras, membros do judiciário e a população em geral, por meio de pesquisas e trabalhos de extensão, acerca do protagonismo que os movimentos sociais possuem na construção e formulação do Direito a ser exercido.

Aliás, isto refletiu diretamente na elaboração do livro, haja vista ser ele fruto deste

trabalho coletivo, como aponta o autor na introdução, ao destacar a metodologia empregada na disciplina PAD1 (prática e atualização do Direito) na Faculdade de Direito da UnB. Segundo aponta, o:

> (...) plano de curso da disciplina, deliberadamente, foi elaborado sob ementa com a mesma denominação do Projeto – O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática, desdobrada nos itens também de igual nomenclatura, agora transformado em sumário do livro. Os autores de cada módulo ou parte do livro apresentaram e discutiram com os alunos de graduação da disciplina, os quais, por sua vez, elaboraram seus trabalhos acadêmicos do semestre, com atividades ligadas aos conteúdos ministrados – resenhas, artigos, pesquisas – que foram encaminhados para os autores e as autoras do projeto (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 07).

Isto demonstra como a presente obra não reside apenas na reformulação de conceitos e dogmas do Direito, mas busca traçar estratégias para compreender a realidade das dimensões sociais brasileiras. Tal perspectiva possibilita realizar o estudo dos movimentos sociais que emergem na conjuntura atual, além dos conflitos e dos novos sujeitos de direito da atualidade, haja vista os diversos projetos de extensão e de pesquisas realizadas pelo coletivo durante os anos de sua existência. Por essa razão o objeto de pesquisa desenvolvido é o Direito e os novos movimentos sociais. Com isso, os membros de O Direito Achado na Rua pretendem compreender as novas condições sociais que rompem com o formalismo jurídico, que se afasta das realidades sociais, como a emergência de movimentos sociais, de novos conflitos, de novos sujeitos de direitos e do pluralismo jurídico, que instauram e reclamam reconhecimento.

Tal perspectiva demonstra como o trabalho desenvolvido pelos juristas e pesquisadores que compõem o coletivo O Direito Achado na Rua representa um espaço de resistência para os dias nublados que enfrentamos atualmente, haja vista a retomada do conservadorismo e do neoliberalismo no âmbito político, jurídico e institucional.

Assim, no intuito de desenvolver o objeto de análise do coletivo, importantes temas e concepções são desenvolvidas pelos capítulos que compõem a obra, dos quais se destacam: sociologia jurídica, dialética social, educação em direitos humanos, movimentos sociais, pluralismo jurídico, sujeito coletivo, emancipação de direitos, constitucionalismo (achado na rua) e liberdade.

No que se refere aos movimentos sociais, estes são abordados como importante elemento para a construção do direito e da perspectiva de sujeito coletivo, mas a obra não se dedica à construção teórica da sua concepção. A presente obra, além de pautar os marcos teóricos do coletivo, busca demonstrar o desenvolvimento da sua práxis durante esses mais de 30 (trinta) anos de existência. Nesse sentido, parte-se da obra de Sousa Junior (1984), no qual o referido autor desenvolve a concepção de sujeito coletivo, para desenvolver e compreender os movimentos sociais e os sujeitos coletivos que foram objeto de pesquisa pelo coletivo. No entanto, não há o desenvolvimento da categoria emancipação, partindo-se da concepção dialética desenvolvida por Roberto Lyra Filho em suas obras.

Neste ponto, é importante pontuar como os conceitos teóricos da teoria lyriana são relevantes para o coletivo. Há, no transcurso da obra, o desenvolvimento da percepção de sociologia jurídica, na qual Lyra Filho (1982) busca oferecer uma posição de síntese dialética que capte o jurídico no processo histórico de atualização da Justiça Social, segundo padrões de reorganização da liberdade que se desenvolvem nas lutas sociais do homem.

Quanto à percepção da educação em direitos, o coletivo se posiciona e demonstra os inúmeros trabalhos desenvolvidos no tripé ensino, pesquisa e extensão em Direitos Humanos, pautados pela visão emancipatória.

Mas uma importante categoria que permeia o coletivo reside na visão pluralista de

direito. No que se refere ao pluralismo jurídico, o coletivo pretende defender a possibilidade de existência de várias instâncias de formação e construção do Direito, razão pela qual compreende que a forma jurídica é construída a partir do exercício de um direito comunitário participativo, o que leva à compreensão de que o coletivo pretende dar uma perspectiva prática a concepção de pluralismo jurídico. Admite-se a existência de outros centros de produção normativa, seja na esfera supranacional (organizações internacionais) ou na esfera infraestatal (grupos associativos, organizações comunitárias e movimentos sociais). Isto implica a prática de novos sujeitos coletivos de direito, o que demonstra a importância desta categoria para os membros deste grupo.

Conforme desenvolvido na obra, o sujeito coletivo, inspirado na visão de Sousa Junior (1984), consiste na capacidade dos movimentos sociais de transformar suas demandas em necessidades a serem afirmadas como direito. As carências vivenciadas coletivamente se transformam em exigência de direitos a partir da possibilidade da construção de um sujeito coletivo de direito. A relação entre esta dimensão e institutos jurídicos, como o constitucionalismo, permitem a transformação do universo jurídico para atender às demandas emergentes da população.

Aliás, no que se refere ao constitucionalismo atual, o coletivo sustenta a importante ideia de democratizar os espaços interpretativos do texto constitucional e, com isso, democratizar também os espaços de construção e solidificação do Direito. A rua passa a ser o espaço plural no qual o povo, aqueles que construíram de forma representativa a norma, possuiria a capacidade de também interpretá-la. Tal percepção, aliada à mutação constitucional, permite que a constituição sempre se mantenha efetiva e atenda aos anseios populares:

> Se o Direito não nascer na rua, se a legalidade não nascer da informalidade e na periferia, e não se sustentar com base em razões que sejam capazes de mobilizar os debates públicos pela atuação da sociedade civil e dos setores organizados da sociedade, e assim, sem uma perspectiva generalizada, universalizada, instaurada pelas lutas por reconhecimento e inclusão, não ganhar os fóruns oficiais, não ganhar o centro do sistema político, e não se traduzir em decisões participadas, como falar-se em legitimidade democrática? (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 41).

O que nos leva à compreensão da relevância de um constitucionalismo achado na rua, sustentado pelos autores nesta obra e desenvolvido especificamente no capítulo quatro. A importância dessa percepção reside no fato de que o impulso dialógico e crítico, atualmente fornecido pelas teorias críticas da sociedade, não é capaz de expressar as demandas coletivas, sob pena de restar definitivamente prisioneiro de sua aridez formal e do seu conformismo político. Com isso, o constitucionalismo achado na rua pretende incluir, no direito constitucional, outros modos de compreender as regras jurídicas, propondo uma forma de entendimento do direito como prática social e os compromissos como formas alternativas do Direito oficial. Trata-se de um constitucionalismo que seja capaz de transmitir ao Direito o apelo e os desejos da rua.

Por isso, sustenta que a presente obra se dedica a construir reflexões que sejam capazes de superar a problemática do Direito, que tem provocado a distância entre o seu exercício positivo e a realidade dos fatos sociais, o que já foi objeto de análise por outros autores, dentre os quais se destacam Marx (2010), Grossi (2007), Miaille (2005) e Pachukanis (2016), entre outros.

Aliás, no que se refere à crítica, os autores se preocupam em elaborar sofisticada reflexão crítica ao positivismo jurídico, com vistas a formular os fundamentos de uma concepção de Direito livre dos condicionamentos ideológicos dos modelos do juspositivismo empirista e do jusnaturalismo metafísico. A crítica é pautada em compreender o Direito não como a norma exteriorizada, senão como enunciação dos princípios de uma legítima organização social da liberdade emancipadora. Com

a contribuição humanista, busca-se criar um humanismo jurídico, que visa estabelecer um programa com elementos capazes de emancipar os atuais conhecimentos e práticas do Direito positivado contemporâneo, profundamente afetado pelas diversas crises axiológicas da modernidade, pelos niilismos fetichistas e desumanizadores da cultura oficializada, e pelos formalismos tecno-normativistas negadores ou indiferentes à justiça concreta, ao pluralismo democrático e aos direitos fundamentais.

Por essa razão, o objetivo do projeto Direito Achado na Rua é o de:

> (...) orientar o trabalho político e teórico de O Direito Achado na Rua, que consiste em compreender e refletir sobre a atuação jurídica dos novos movimentos sociais e, com base na análise das experiências populares de criação do Direito: 1. determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos, a partir mesmo de sua constituição extralegal, como, por exemplo, os direitos humanos; 2. definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito; 3. enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas para estruturar as relações solidárias de uma sociedade alternativa em que sejam superadas as condições de espoliação e de opressão entre as pessoas e na qual o direito possa realizar-se como um projeto de legítima organização social da liberdade (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 03).

Com isso, percebe-se que este coletivo se mostra como um projeto pedagógico de estudo, ensino, discussão e práxis voltado para o exercício de um "direito emancipatório", que já perdura por mais de 30 (trinta) anos, conforme relatos contidos no transcurso do livro. A própria obra é produto das discussões do coletivo, uma amostra dos inúmeros trabalhos que estes juristas realizaram durante esses mais de 30 (trinta) anos de existência, capitaneados pelo professor doutor José Geraldo de Sousa Junior, cuja origem remete à Nova Escola Jurídica Brasileira (Nair), desenvolvida durante a década de 1980.

Isto demonstra a tradição jurídica que O Direito Achado na Rua possui, com reconhecimento nacional e internacional, que pode ser notado pelas diversas citações no corpo do livro, dentre as quais se destacam os ilustres pensadores Boaventura de Sousa Santos e J.J. Canotilho.

Da obra "O Direito Achado na Rua"

A presente obra coletiva é dividida em quatro capítulos, além da introdução e do apêndice, cuja elaboração é atribuída a diversos autores. No apêndice, texto que narra a vida e obra de Roberto Lyra Filho, constando importantes informações acerca deste autor, que se tornou referência teórica para os membros de O Direito Achado na Rua.

A primeira parte da obra é dedicada à abordagem da concepção teórica do coletivo do Direito Achado na Rua, bem como de sua práxis até o dia da publicação da obra. Por isso, boa parte do capítulo demonstra a influência que a "Nova Escola Jurídica Brasileira" exerceu na formação do coletivo, como se deu o início desse grupo de pensadores e como estruturou-se teoricamente o pensamento voltado a refletir os marcos teóricos de pensamento do coletivo.

> O passo seguinte na articulação do programa criado por Lyra Filho seria concretizar um projeto de intervenção jurídica atrelado à práxis social dos movimentos de vanguarda apoiados pela Nair. Surgia, em 1986, o esboço de O Direito Achado na Rua, projeto que foi extraído do papel apenas após a morte de seu mentor. (...) Com O Direito Achado na Rua, Lyra Filho vislumbrava consolidar a Nair como uma doutrina teórica e prática

> libertadora, fundada no humanismo dialético (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 73).

Nesta primeira parte, ainda é apontada a formulação central da filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho, do Direito como legítima organização social da liberdade. Lyra Filho reconhece que o Direito está inscrito na história, razão pela qual está sujeito às mudanças inauguradas pelo tempo; mas, a partir da dialética hegeliana, o referido autor afirma que o direito é a própria afirmação da liberdade conscientizada e viável à coexistência social de um determinado tempo, com as limitações dos antagonismos e contradições de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, ao tratar sobre a inspiração teórica da pesquisa desenvolvida pelo coletivo, os autores apontam que O Direito Achado na Rua:

> Reivindica a pesquisa-ação como método de recuperação das ausências produzidas na pesquisa em Direito, e produz trabalhos científicos que se orientam por uma atitude filosófica que busca descortinar as categorias do Direito do manto ideológico do binômio jusnaturalismo-positivismo, descobrindo-as na realidade histórica em sua manifestação ontológica na práxis social (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 92).

Na primeira parte da obra é reforçada a visão de como O Direito Achado na Rua emerge como um projeto de enunciação e práxis de uma nova concepção de Direito: o direito como liberdade. Assim, a partir de uma práxis essencialmente implicada na relação entre universidade e a realidade social, como a liberdade que lhe dá fundamento. Os membros do coletivo acreditam que é possível existir um direito que emerge dos espaços públicos.

A segunda parte da obra é dedicada à análise da fortuna crítica de O Direito Achado na Rua. Neste capítulo é apontado, além da formulação epistemológica do Direito Achado na Rua (o direito alternativo e o direito insurgente), todo o conjunto de crítica acadêmica realizada sobre determinada obra ou marco teórico. A proposta é desenvolver o espaço crítico realizado pelos pesquisadores e professores vinculados a esse coletivo.

A obra procura inicialmente colacionar aquelas críticas com comentários epistemológicos, que apontam para o reconhecimento da cientificidade deste campo, seu objeto e método de estudo, sua classificação e relação com outros campos do conhecimento. Num segundo momento, são expostas análises sobre algumas críticas de O Direito Achado na Rua.

Nesta parte, é possível notar a relevância que a concepção acerca do pluralismo jurídico possui para esta matiz de pensamento, haja vista que, para eles, O Direito Achado na Rua está inserido na perspectiva da diversidade de modelos e autorias, desde conservadores até radicais, ao adotar a supremacia de fundamentos éticos, políticos e sociológicos sobre critérios técnicos, formais e positivistas.

Não bastasse isso, ainda é assinalado que o projeto de O Direito Achado na Rua busca a superação da separação entre teoria e prática, razão pela qual propõe que se desloque o olhar para as diversas fontes do Direito, saindo do mundo abstrato para o da sociedade concreta, desigual e contraditória. Com isso, esse grupo de pensadores reconhece o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais também como enunciadoras de direitos. O traço mais saliente desse conhecimento jurídico crítico é o desaparecimento da ideia de neutralidade do Direito. Para isso, dois elementos, ignorados pela matriz positiva, adentram como essenciais a esta nova apreensão da realidade jurídica: a educação e a prática jurídica.

O que se percebe é que o coletivo O Direito Achado na Rua busca, por meio do estudo empírico e da práxis, romper com o excesso de formalismo do Direito, no intuito de assegurar uma prática jurídica que melhor se amolde à realidade e, consequentemente, seja legítima e eficaz. Significa dizer que o objetivo é transformar o Direito, eliminando o abismo existente entre as normas postas e a concretude das relações sociais, razão pela qual propõe aliar teoria à prática nos postulados da

sociologia jurídica.

No intuito de demonstrar a práxis exercida pelo grupo, é destacado no transcurso do capítulo que, no âmbito acadêmico, o coletivo mostra-se presente na pós-graduação e na graduação, por intermédio da temática oferecida na disciplina de Prática e Atualização do Direito 1, na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), além de uma linha de pesquisa própria no âmbito da pós-graduação.

As ações do coletivo refletem na produção acadêmica dos alunos do curso de Direito, pois tendo em vista que os discentes passam a ter contato desde cedo com a crítica proposta pelo O Direito Achado na Rua, nota-se que há uma crescente produção de artigos, monografias, dissertações e teses sensíveis aos problemas da sociedade brasileira.

Por derradeiro, citam as duas experiências extensionistas articuladas pelo O Direito Achado na Rua: a Assessoria Jurídica Popular (Ajup) e as Promotoras Legais Populares (PLP´s). Reforçam, ainda, o trabalho interdisciplinar que está sendo realizado pelos professores e membros do coletivo com a criação do programa de pós-graduação em Direitos Humanos, pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam), na UnB.

A terceira parte da obra aprofunda-se na análise das exigências críticas para a pesquisa, a extensão e o ensino em Direito e em Direitos Humanos desenvolvidas pelo coletivo. Nesta parte encontra-se a compreensão do coletivo acerca das categorias liberdade e emancipação, compreendidas no campo do Direito e dos Diretos Humanos como áreas de conhecimento e intervenção necessárias para a transformação social. O presente capítulo mantém o esforço coletivo anteriormente destacado quanto à reflexão da práxis social, mas tal compreensão é aprofundada na experiência de luta por justiça e por direitos, a partir da ligação entre a pesquisa, a extensão e o ensino em Direito e Direitos Humanos.

Neste ponto é retomada a metáfora da rua, ela que, em sua amplitude de possibilidades, diretas e populares de construção de relações, ressignifica a liberdade, como metáfora para a compreensão de um direito que se delineia com as lutas protagonizadas pelos movimentos sociais. É a partir de tais preceitos que são realizados o ensino e pesquisa em Direito pelo coletivo.

O que se percebe é que este coletivo busca impor aos programas desenvolvidos uma teoria dialética do Direito, com forte inspiração na tradição hegeliana e certa influência de autores marxistas, no intuito de promover uma reflexão crítica aos postulados do positivismo. Neste ponto, inclusive, no que se refere à crítica lyriana acerca dos postulados positivistas, o autor aponta que “tomar a norma pelo Direito; definir a norma pela sanção; reconhecer apenas ao Estado o poder de criar normas e sancionar; curvar-se ante o fetichismo do direito positivo; e fazer do direito um elenco de restrições à liberdade (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 160). Logo, se a busca é construir uma concepção de Direito como legítima organização social da liberdade, a crítica evidencia as limitações do objeto, do sujeito e das análises possíveis no campo jurídico.

Portanto, evidencia-se o projeto de ensino em Direito desenvolvido pelo coletivo que engloba a pesquisa-ação, o ensino crítico para alunos de pós-graduação e de graduação, bem como a extensão popular, reforçando a importância de que é necessário romper com o ensino tradicional no curso de Direito e, também, assumir a responsabilidade de impulsionar um projeto contra-hegemônico de ensino jurídico e formação profissional em Direito e Direitos Humanos.

A quarta e última parte da obra é dedicada à análise dos desafios, das tarefas e das perspectivas atuais de O Direito Achado na Rua. O capítulo reforça a intenção libertária e transformadora que o projeto possui, pautado no objetivo de unir prática e teoria

para fundar novas e criativas possibilidades de pensar o Direito. Em virtude da própria natureza do projeto, aliado aos movimentos sociais, é possível notar a constante renovação que possui, o que implica em permanente atualização dos desafios postos, de acordo com as transformações do conjunto da sociedade.

Por essa razão, não há a pretensão de encerrar qualquer discussão concernente ao projeto, cabendo aos seus membros manterem-se atentos à atuação jurídica dos novos sujeitos coletivos e aos anseios da complexa sociabilidade capitalista e de suas relações sociais que demanda uma resposta do fenômeno jurídico voltado para os valores que norteiam a crítica dialética social proposta em O Direito Achado na Rua. Não bastasse isso, ainda é importante que se estabeleça modelo atualizado de investigação que busque determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais emancipatórias do grupo.

Um importante desafio traçado no capítulo é a necessidade de estabelecer uma educação emancipatória em direitos no movimento contraditório da sociedade conforme o passar dos anos, mantendo o horizonte de atuação de uma Universidade Emancipatória pensada por José Geraldo de Sousa Junior, qual seja a de uma linha de pesquisa e um movimento teórico-político que surgiu com a proposta da nova escola jurídica, cujas matrizes teóricas estão na dialética social e no pluralismo jurídico. Isto implica no reconhecimento da possibilidade de construção de um direito em outros espaços para além do Estado.

Considerações finais

Ao final da leitura, é possível notar que o coletivo denominado como O Direito Achado na Rua possui posição científica no sentido de crítica ao positivismo jurídico, além de problematizar o jusnaturalismo, na perspectiva de construir uma ciência jurídica antidogmática.

Na realidade atual, verifica-se como este coletivo se apresenta como um projeto construtor de novas formas de se fazer e pensar o Direito à luz do pluralismo jurídico. Os mais de 30 (trinta) anos de existência demonstram uma riqueza de experiência no desenvolvimento do ensino jurídico a partir dos seus postulados teóricos, o que demonstra a possibilidade de aliar o conhecimento teórico com a práxis popular.

A atuação dos inúmeros projetos destacados na obra possibilita aproximar a universidade e o conhecimento teórico das reais demandas da sociedade por meio do diálogo direto com os movimentos sociais organizados. Não há dúvidas de que o conhecimento produzido contribui e incentiva a construção de outras formas de ensino jurídico para além daquele exercido, fundamentado nas questões atuais de conflitos de direitos.

Referências

GROSSI, Paulo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao direito.* 3ª ed. Lisboa: Editora Estampa, 2005.
PACHUKANIS, Evguiéni B. Teoria geral do direito e marxismo. São Paulo: Boitempo

editorial, 2016.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *O Direito Achado na Rua: Concepção e prática*. Coleção Direito Vivo. Vol. 02. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Para uma crítica da eficácia do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1984.

Revista da
Defensoria Pública
do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship



Sobre os Autores

Volume 1 - Número 2 - Maio a setembro, 2019

Autores que contribuíram nesta edição

Alberto Carvalho Amaral

Defensor Público do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF). Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito pelo UniCEUB. Idealizador do projeto “Defensoras e Defensores Populares”, da DPDF. Pesquisador de “O Direito Achado na Rua”. Editor-chefe da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Andréa Brasil Teixeira Martins

Mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT/CDS/UnB); bacharel em Direito pelo UniCEUB; professora colaboradora do MESPT/UnB; pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direito Moitará/Faculdade de Direito/UnB; coordenadora do curso "O Poder Judiciário e Direitos dos Povos Indígenas" junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam); aluna especial da disciplina "O Direito Achado na Rua" no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB. E-mail: andreabtm2015@gmail.com.

Andrea Ripp

Mestre em Linguística Aplicada (UnB). Bacharela em Direito (UniCEUB). Colaboradora da Defensoria Pública do Distrito Federal. Aluna especial da disciplina “O Direito Achado na Rua” (UnB).

Eduardo Xavier Lemos

Doutorando e mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB); especialista em Ciências Penais pela PUC-RS; pesquisador de O Direito Achado na Rua; professor universitário e advogado. E-mail: Xavierlemos.adv@gmail.com.

Gabriela Jardon Guimarães de Farias

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal (1998) e título de *LL.M in International Human Rights - University of Essex* (2002). Atualmente, é juíza de Direito substituta do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Tem experiência em diversos ramos do Direito, com ênfase em Direitos Humanos, tendo já atuado, por exemplo, em varas como a da violência contra a mulher e tribunal do júri.

Gustavo Linhares

Mestre em Direito Constitucional (IDP); aluno especial da disciplina “O Direito Achado na Rua" no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB. E-mail: gustavolinharesadv@hotmail.com.

José Geraldo de Sousa Júnior

Professor titular da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam/UnB. Ex-diretor da Faculdade de Direito (1999-2003) e ex-reitor da Universidade de Brasília (2008-2012). Coordenador do Projeto “O Direito Achado na Rua”.

Juliana Pedrosa

Advogada especialista em Direito Penal; aluna especial da disciplina "O Direito Achado na Rua" no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB. E-mail: pedrosaju@gmail.com.

Lenilda Perpétuo

Doutoranda em Educação (PPGE/FE/UnB); mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional; Licenciatura em Ciências Biológicas; educadora popular; pesquisadora em acampamentos Ciganos Calon; membro do Grupo de Pesquisa em Materialismo Histórico Dialético – Consciência. E-mail: lenildatuka@gmail.com.

Michelle Cristina Farias

Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito “Novos Direitos, Novos Sujeitos”, da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Especialista em Culturas e História dos Povos Indígenas e em Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola (Ufop). Especialista em Ciências Criminais (PUC-Minas) e bacharela em Direito. Aluna especial da disciplina “O Direito Achado na Rua” (UnB).

Mirna Silva Oliveira

Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), mestre (2014) pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRJ) e graduada (2007) em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro do Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Nova Cartografia Social da Universidade Federal Rural do Recôncavo e da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (AATR). E-mail: mirna_oli@yahoo.com.br.

Murilo Oliveira Souza

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Política Social pelo Dinter (UFMT/UnB). Mestre em Direito pela UERJ. E-mail: souzamuh@hotmail.com.

Nair Heloísa Bicalho de Sousa

Coordenadora do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos (NEP/Ceam) e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB.

Raquel Aparecida Rodrigues Feliciano Lopes

Graduada em Direito pela Universidade de Brasília (UnB, 1988); pós-graduada em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT, 2000); aluna especial do

Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UnB); promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Renata Filgueira Costa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade UnB Planaltina (PPGP/FUP) – Mestrado Profissional em Gestão Pública; graduada em Letras Português do Brasil como Segunda Língua (UnB, 2002); Letras Português (UnB, 2005) e Direito (UniCEUB, 2008), com pós-graduação pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT/Ordem Jurídica e Ministério Público, 2011). É servidora da Universidade de Brasília.

Talita Tatiana Dias Rampin

Professora adjunta e coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da UnB. Doutora em Direito. Coordenadora dos projetos de extensão "Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direito e Cidadania – Promotoras Legais Populares (PLP)" (Siex 60799) e "Defensoras e Defensores Populares: capacitação de lideranças comunitárias em direitos e direitos humanos" (Siex 61838). Pesquisadora de "O Direito Achado na Rua".

Tiago Benício Trentini

Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali); advogado; membro da Comissão de Direito Homoafetivo e de Gênero da OAB/SC; especialista em Direito Homoafetivo e de Gênero (Unisanta); pós-graduando em Filosofia e Direitos Humanos (PUC/PR); professor colaborador do Observatório do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Univali); aluno especial da disciplina "O Direito Achado na Rua" no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB. E-mail: tiagobtrentini@gmail.com.

Vitor Sousa Freitas

Doutorando em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito Agrário (2012), especialista em Direito Constitucional (2011) e Bacharel em Direito (2009) pela Universidade Federal de Goiás. Professor de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Prática Jurídica Trabalhista da Universidade Federal de Goiás – Regional Goiás. Advogado. Coordenador da Regional Centro-Oeste da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano no Brasil. E-mail: vitorius.ufg@gmail.com.

Wilson Ferreira Bandeira

Economista e bacharel em Direito; MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública; MBA em Gestão de Projetos no Serviço Público; especialista em Atividade de Polícia Judiciária; professor universitário; aluno especial da disciplina de Mestrado em Direito da UnB "O Direito Achado na Rua".

Revista da
Defensoria Pública
do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship



Regras para envio de textos

Volume 1 - Número 2 - Maio a setembro, 2019

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal recebe trabalhos inéditos redigidos em português, inglês, espanhol e italiano.

Os artigos devem ter no mínimo 15 e no máximo 25 laudas, excluídas as páginas de referências bibliográficas, redigidas conforme os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as regras de formatação abaixo indicadas. As resenhas devem possuir de cinco a 10 laudas, excluídas as referências bibliográficas.

Textos mais ou menos extensos poderão ser publicados, a critério do editor responsável, caso seu tamanho seja justificável.

Para assegurar a confidencialidade no momento de avaliação da contribuição, preservando o *double blind peer review*, o(s) autor(es) deve(m) evitar realizar qualquer tipo de identificação pessoal durante o corpo do texto.

O texto deve conter:

a) Título do artigo em português (ou no idioma em que o texto está redigido), guardando pertinência direta com o conteúdo do artigo.

b) Tradução do título para o inglês ("TITLE").

c) Resumo em português (ou no idioma em que o texto está redigido) com, no mínimo, 100 e, no máximo, 250 palavras.

d) Até cinco palavras-chave em português (ou no idioma em que o texto está redigido).

e) Abstract (tradução do Resumo para o inglês).

f) Keywords (tradução das palavras-chave para o inglês).

g) Referências bibliográficas ao final do texto, segundo as regras da ABNT.

h) As citações devem ser feitas em autor-data. Deve-se utilizar nota de rodapé para informações complementares, porém relevantes, ao artigo, que devem seguir rigorosamente o padrão da ABNT, com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples, justificado.

Os artigos e resenhas devem observar a seguinte formatação:

Tamanho da folha: A4

Margens: esquerda = 2 cm, direita = 2 cm, superior = 2 cm e inferior = 2 cm

Fonte: Times New Roman, tamanho 12

Espaço entre linhas: 1,5

Alinhamento: justificado

Não colocar espaço entre os parágrafos ("enter")

Título do artigo/resenha: centralizado, em caixa alta, negrito, fonte com tamanho 14, justificado

Resumo, palavras-chave, abstract, keywords: recuo de 4 cm, à esquerda, justificado, espaçamento simples entre linhas, fonte com tamanho 11

Deve-se evitar citações diretas destacadas, apenas quando elas forem essenciais para o conteúdo da contribuição. Deverão ser incorporadas no corpo do texto, com utilização de aspas, quando não ultrapassarem três linhas. Se possuírem quatro

linhas ou mais, deverão ser destacadas, com recuo de 4 cm, à esquerda, justificadas, com espaçamento simples entre linhas e fonte com tamanho 11.

Referências

Para as referências às obras citadas ou mencionadas no texto, deve-se utilizar o sistema autor-data (ABNT NBR-10520). Evite a utilização de idem, ibidem ou op. cit. A indicação do nome dos autores no texto deve ser feita de modo padronizado, mencionando-se seu SOBRENOME, ano da obra e página (Ex: SOBRENOME, ANO, p.).

Neste sistema, a indicação da fonte é feita pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s), da citação, no caso de citação direta, separadas por vírgula e entre parênteses.

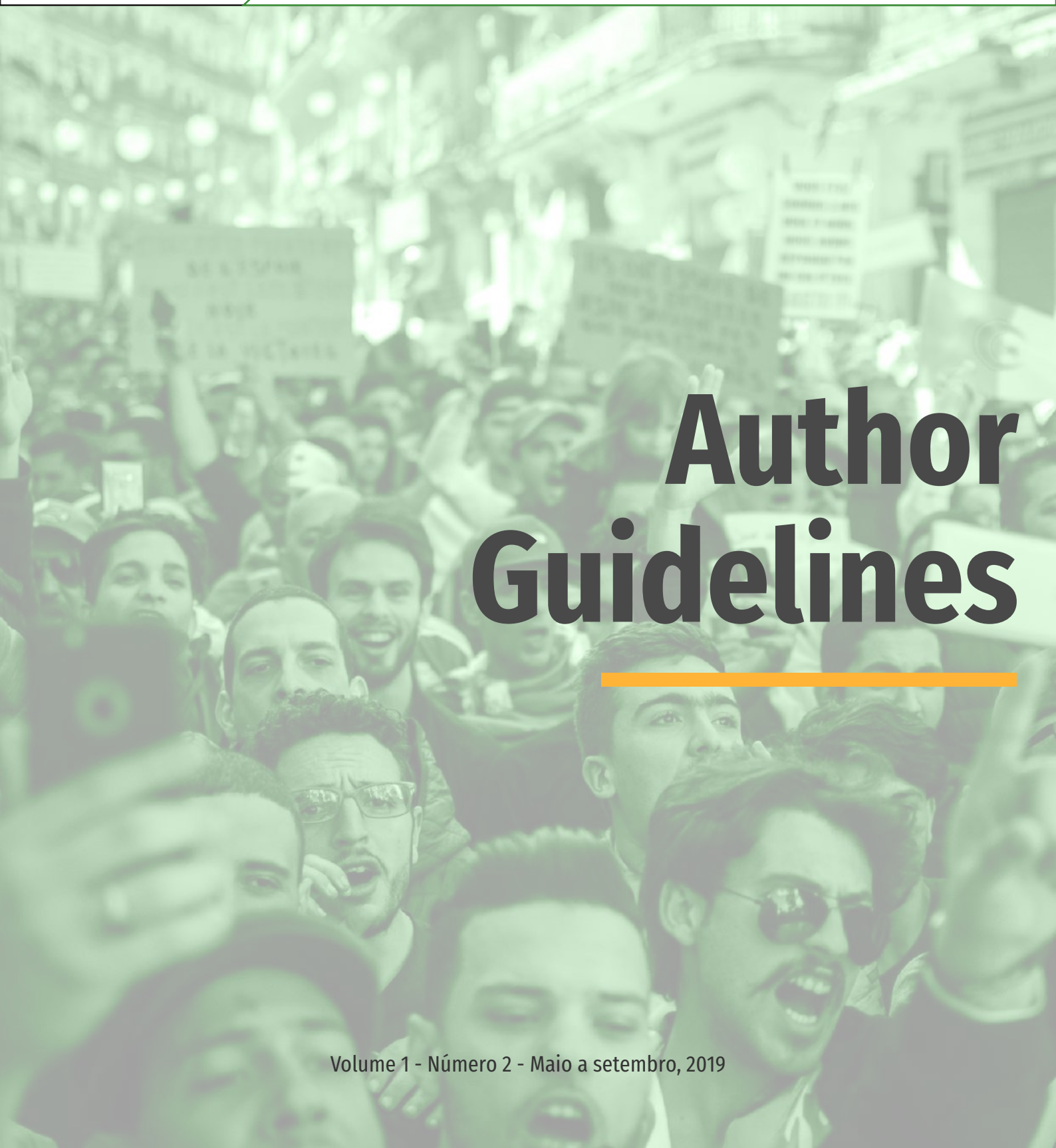
Notas de rodapé e Referências Bibliográficas

As notas de rodapé devem ser feitas no rodapé das páginas, de acordo com as normas da ABNT. As notas de rodapé devem observar a seguinte formatação. Fonte: Times New Roman, Tamanho 10, Espaçamento simples, Justificado. Caso seja necessário indicar a autoria na própria nota de rodapé, deve-se utilizar o sistema autor-data.

As referências completas (Referências Bibliográficas) deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, crescente, também de acordo com as normas da ABNT (NBR-6023).

Revista da
Defensoria Pública
do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship



Author Guidelines

Volume 1 - Número 2 - Maio a setembro, 2019

The Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship receives unpublished works written in Portuguese, English, Spanish and Italian.

Articles must have a minimum of fifteen (15) and a maximum of twenty five (25) pages, excluding bibliographical references, in accordance with the ABNT (Brazilian Association of Technical Norms – Associação Brasileira de Normas Técnicas) standards and the formatting rules listed below. Book reviews should be from 5 (five) to 10 (ten) pages, excluding bibliographical references.

At the discretion of the Editor, longer or shorter texts may be published.

To ensure confidentiality at the time of contribution evaluation, preserving the double-blind review, the author (s) should avoid any type of identification in the body of the text.

The text should contain:

a) title of the article in Portuguese (or in the language in which the text is written), maintaining direct relevance to the content of the article;

b) Translation of the title into English;

c) Abstract in Portuguese (or in the language in which the text is written) with a minimum of 100 and a maximum of 250 words;

d) Five key words in Portuguese (or in the language in which the text is written);

e) abstract (translation of the abstract into English; if the language used in text is English, the abstract must be the translation to Spanish);

f) Three to Five keywords (translation of key words into English; if the language used in text is English, the key words must be the translation to Spanish);

g) Bibliographical references at the end of the text, according to ABNT rules.

h) The citations should be made in Author-date system (similar to APA). A footnote should be used for essential information to the article, which must strictly follow the ABNT standard, with font Times New Roman, size 10, single spacing, justified.

i) citations should be avoided in the body of the text, especially transcriptions. Avoided use the latin terms ‘idem’, ‘ibidem’, ‘op. cit.’ in references.

Articles and revisions should note the following formatting:

• Sheet size: A4

• Margins: left = 0,78 inches (2 cm), 0,78 inches (2 cm), 0,78 inches (2 cm) and lower = 0,78 inches (2 cm)

• Source: Times New Roman, size 12

• Line spacing: 1.5 (one and a half).

• Alignment: Justified.

• Do not place spaces between paragraphs.

Title of the article / review: centralized, uppercase, bold, font size 14.

The quotes should be avoided. Use it only when they are essential to the content of the contribution. They should be incorporated in the body of the text, with the use of quotation marks, when they do not exceed 3 (three) lines. If they have 4 (four) lines or more, they should be highlighted, with a 4cm indentation on the left, justified, with single line spacing and font size 11.

References

For references to works cited or mentioned in the text, the author-date system must be used ABNT norms (NBR-10520). The name of the authors in the text should be made in a standardized way, mentioning their SURNAME, year of the work and page (eg SURNAME, YEAR, p.).

In this system, the indication of the source is made by the last name of each author or by the name of each responsible entity until the first punctuation mark followed by the publication date of the document and the page (s) of the citation , in the case of direct quotation, separated by commas and in parentheses;

Footnotes and Bibliographical References

Footnotes should be made at the bottom of the pages, according to ABNT standards. Footnotes should note the following formatting. Source: Times New Roman, Size 10, Simple Spacing, Justified.

The complete references (Bibliographical references) should be presented in alphabetical order at the end of the text, increasing, also according to ABNT norms (NBR-6023).

Privacy Statement

The names and email addresses entered in this journal site will be used exclusively for the stated purposes of this journal and will not be made available for any other purpose or to any other party.

DEFENSORIA PÚBLICA
DP
DISTRITO FEDERAL